

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Educação**

**Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social**

Lucas Felicetti Rezende

**O QUE SE PLANTA SE COLHE: os entrelaces da Atlas Network com o movimento  
Escola sem Partido**

Belo Horizonte

2021

Lucas Felicetti Rezende

**O QUE SE PLANTA SE COLHE: os entrelaces da Atlas Network com o movimento  
Escola sem Partido**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Educação

Orientadora: Profa. Dra. Livia Maria Fraga Vieira

Belo Horizonte

2021

R467o  
T Rezende, Lucas Felicetti, 1993-  
O que se planta se colhe [manuscrito] : os entrelaces da Atlas  
Network com o movimento Escola sem Partido / Lucas Felicetti Rezende.  
- Belo Horizonte, 2021.  
204 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Educação.  
Orientadora: Livia Maria Fraga Vieira.  
Bibliografia: f. 172-193.  
Anexos: f. 194-204.

1. Atlas Network -- Teses. 2. Movimento Escola sem Partido --  
Teses. 3. Educação -- Teses. 4. Educação -- Filosofia -- Teses.  
5. Ideologia -- Aspectos educacionais -- Teses. 6. Neoliberalismo --  
Teses. 7. Conservantismo -- Teses. 8. Educação e Estado -- Teses.  
9. Solução de problemas em grupo -- Teses. 10. Grupos sociais -- Teses.  
I. Título. II. Vieira, Livia Maria Fraga, 1954-. III. Universidade  
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.112

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)  
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



## **ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO LUCAS FELICETTI REZENDE**

Realizou-se, no dia 15 de abril de 2021, às 10:00 horas, em plataforma virtual devido a pandemia de COVID-19 a 1434ª defesa de dissertação, intitulada *O que se planta, se colhe: os entrelaces da Atlas Network com o movimento Escola sem Partido*, apresentada por LUCAS FELICETTI REZENDE, número de registro 2019655181, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Livia Fraga Vieira - Orientador (UFMG), Prof(a). Álvaro Luiz Moreira Hypolito (UFPEL), Prof(a). Sofia Viseu (Universidade de Lisboa), Prof(a). Tiago Antônio da Silva Jorge (UFMG).

A comissão considerou a dissertação: Aprovada. Por apresentar tema de extrema relevância, trazendo contribuições consistentes para a análise das políticas educacionais, Recomendou a sua divulgação por meio de artigos em periódicos e em eventos acadêmicos.

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança de título da dissertação para: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.  
Belo Horizonte, 15 de abril de 2021.

Prof(a). Livia Fraga Vieira ( Doutora ) *Livia Fraga Vieira*

Prof(a). Álvaro Luiz Moreira Hypolito ( Doutor ) *Álvaro Luiz Moreira Hypolito*

Prof(a). Sofia Viseu ( Doutora ) *Sofia Viseu*

Prof(a). Tiago Antônio da Silva Jorge ( Doutor ) *Tiago Jorge*

## AGRADECIMENTOS

Viver em tempos assolados pela pandemia, pela regressão democrática e por inúmeras crises no tecido social brasileiro não tem sido uma tarefa simples. Essas condições intensificaram as dificuldades inerentes ao árduo processo de escrita da dissertação. Apesar dos inúmeros desafios que permearam esse período adverso, tenho muito a agradecer aos que, de alguma forma, me proporcionaram apoio e incentivo para enfrentar todo esse cenário.

Agradeço à Lívia Fraga Vieira, minha orientadora, pela parceria e amizade que cultivamos ao longo de dois anos de trabalho.

Ao Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado) pelo acolhimento e abertura de horizontes pessoais e de trabalho. Em especial, agradeço às docentes e colegas Adriana Borges, Adriana Duarte, Juliana Souza, Claudia Bosco, Anna Rachel, Maria Helena Augusto, Maíra Santos, Aylanna Soares, Naiane Almeida e Henrique Cançado.

Aos docentes Ana Galvão, Ana Saraiva, Dalila Oliveira, Leôncio Soares e Rosimar Oliveira pelos ensinamentos e conversas edificantes.

Ao Tiago Jorge pelos apontamentos no parecer do projeto de dissertação e sua escuta atenta aos meus questionamentos.

Ao Álvaro Hypólito e Sofia Viseu pelas conversas e indicações pertinentes de literatura.

À Faculdade de Educação (FaE), ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em especial, à Andrea, Melissa, Lorena e Gilson do PPGE pela constante solicitude.

Ao Davi Seabra por suas correções e grande colaboração.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa para a dedicação na pesquisa.

À Fátima Felicetti, João Batista, Mariana Felicetti e Fernando Scheffer, minha família, por serem porto-seguro e estarem ao meu lado diante de todas as dificuldades enfrentadas.

À Maria Aparecida Rezende, Maria Beatriz Felicetti, Ana Maria Felicetti, Paulo Emílio, Aglai Aquino, Thiago Felicetti e Sandra Durães pela presença e apoio às minhas conquistas.

Ao Vicente Pimenta, Lurdes Mattar, João Resende, Beatriz Felicetti, Elza Mattar, Tereza Mattar e Creuza Mattar pelos cuidados e boas lembranças.

Ao Alef Cleto pelo afeto, companheirismo e presença carinhosa, mesmo que à distância.

Ao Marcelo Fernandes e Amanda Amaral pelos cuidados em momentos difíceis.

À Aleksandra da Silva, Cauê Galvão, Daniel Marques, Danielle Rocha, Felipe Anacleto, Lorena Sodré, Lucas Ramos, Luciana Pereira, Maísa Dantas e Marcella Oliveira, amigos que o mestrado me proporcionou.

A Ana Raquel, Bárbara Oliveira, Beatriz Costa, Carolina Alves, Caroline Costa, Fernanda Mara, Jennifer Santos, Matheus Dias e Michele Macena pela amizade e torcida desde os tempos de graduação.

Ao Christiano Lamassa, Cynthia Lamassa, Gabriel Marco, Giovana Benvenuto, Kaíque Cruz, Larissa de Paolis, Lorena Castro, Maria Carolina, Pedro Brasil, Ricardo Parreira, Rodrigo Durães, Thaís Lamassa, Tupi Silveira e Vera Pena pela amizade de sempre.

## RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de analisar como se relacionam os *think tanks* pró-mercado ligados à Atlas Network no Brasil com o movimento educacional conservador Escola sem Partido (ESP). As análises partem da premissa de que o avanço da racionalidade neoliberal em escala global, desde o final do século XX, propiciou transformações nas instituições em sintonia com uma lógica de livre mercado. Essas transformações prepararam o solo para a emergência de uma nova racionalidade, o neoconservadorismo, assim como possibilitaram o surgimento de novos atores privados na regulação educacional. O neoconservadorismo é moralizante, característica conflitante com a amoralidade de livre mercado do neoliberalismo, entretanto, ambas se fortalecem mutuamente para a difusão de certos valores, como a prevalência da desigualdade e menos Estado. Alguns dos novos atores da regulação educativa se articulam em redes globais para a promoção de políticas e ideais neoliberais, como certos *think tanks*, instituições reconhecidas por exercer influência na cena política pela mobilização de conhecimento. A Atlas Network é um *think tank* que atua no interior dessas redes de política educativa a partir de sua própria rede de *think tanks*, que interliga mais de 460 instituições liberais em cerca de 90 países. Existem 15 *think tanks* ligados à rede Atlas no Brasil, sendo alguns deles muito entrelaçados ao ESP, como o Instituto Liberal e Instituto Millenium. Para o ESP, professores socialistas estão doutrinando estudantes para fins políticos e, por isso, devem ser impostas medidas de combate à doutrinação. Algumas relações percebidas entre *think tanks* da Atlas e o ESP se deram para fortalecer o movimento, dando apoio a seu crescimento. Essa contextualização levanta alguns questionamentos: o fomento ao ESP é uma estratégia da Atlas para a difusão de seus ideais? O ESP se relaciona com todos os 15 *think tanks* da Atlas no Brasil? Como se dão tais relações? A fim de responder esses questionamentos, utilizou-se o método da netnografia. Por meio de pesquisas *online*, foram investigadas variadas formas de interação entre a rede Atlas e o ESP e o que os *think tanks* mobilizaram de conhecimento sobre o movimento. A partir das análises, foi possível perceber que a rede Atlas nutriu o ESP com apoio organizacional e ideológico como parte de uma estratégia de difusão do neoliberalismo. Contudo, não há unanimidade no interior da rede Atlas sobre o ESP. Dentre os 15 *think tanks*, oito têm alguma relação com o movimento ou mobilizaram conhecimento sobre ele, sendo que alguns se distanciaram do ESP ao longo tempo e/ou realizaram críticas devido ao seu caráter conservador, distante da premissa liberal. As discordâncias sobre o ESP no interior da rede Atlas evidenciam, simultaneamente, tensões entre neoliberais e neoconservadores, assim como a atuação da Atlas Network por diversas frentes para aumentar sua influência e difundir ideais de menos Estado e mais mercado.

**Palavras-chave:** Escola sem Partido; Atlas Network; Neoliberalismo; Neoconservadorismo; Educação.

## ABSTRACT

This work aimed to analyze how the Atlas Network's pro-market think tanks in Brazil relate to the conservative educational movement Escola sem Partido (ESP). The analyzes start from the premise that the advance of neoliberal rationality on a global scale, since the end of the 20th century, has led to transformations in institutions in line with a free market logic. These transformations prepared the ground for the emergence of a new rationality, neoconservatism, as well as enabling the emergence of new private actors in educational regulation. Neoconservatism is moralizing, a feature that conflicts with neoliberalism's free market amorality, however, both strengthen each other for the diffusion of certain values, such as the prevalence of inequality and State reduction. Some of the new actors in educational regulation are articulated in global networks for the promotion of neoliberal policies and ideals, such as certain think tanks, institutions recognized for influencing the political scene through the mobilization of knowledge. Atlas Network is a think tank that operates within these educational policy networks from its own network of think tanks, which connects more than 460 liberal institutions in about 90 countries. There are 15 think tanks linked to the Atlas network in Brazil, some of which are very intertwined with ESP, such as Instituto Liberal and Instituto Millenium. For ESP, socialist teachers are indoctrinating students for political purposes and, therefore, measures to combat indoctrination should be imposed. Some perceived relationships between Atlas think tanks and ESP took place to strengthen the movement, supporting its growth. This context raises some questions: is the promotion of ESP an Atlas strategy for the dissemination of its ideals? Does ESP relate to all 15 Atlas think tanks in Brazil? How do such relationships occur? In order to answer these questions, the netnography method was used. Through online surveys, various forms of interaction between the Atlas network and ESP were investigated, as well as what those think tanks have mobilized of knowledge about the movement. From the analysis, it was possible to see that the Atlas network nurtured ESP with organizational and ideological support as part of a strategy for the spread of neoliberalism. However, there is no unanimity within the Atlas network on ESP. Among the 15 think tanks, eight have some relation to the movement or have mobilized knowledge about it, some of which distanced themselves from ESP over time and / or criticized it due to its conservative character, distant from the liberal premise. Disagreements over ESP within the Atlas network simultaneously show tensions between neoliberals and neoconservatives, as well as the work of Atlas Network on several fronts to increase its influence and spread ideals of State reduction and more market.

**Keywords:** Escola sem Partido; Atlas Network; Neoliberalism; Neoconservatism; Education.



## LISTA DE QUADRO, FIGURAS E IMAGEM

Quadro 1. Disparidades entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora .....	44
Imagem 1. <i>Think tanks</i> no espaço social .....	61
Figura 1. Olavo de Carvalho em apoio ao ESP .....	82
Figura 2. “Escola com Partido”. .....	88
Figura 3. Diferenças entre “questões de gênero” e “ideologia de gênero”. .....	91
Figura 4. Perfil institucional de Miguel Nagib no <i>site</i> do Imil.....	134
Figura 5. Publicação do SFLB comparando escola sem Estado com o ESP .....	141
Figura 6. Imagem de divulgação da Marcha pelo ESP .....	147
Figura 7. Propostas de Kataguri para a educação .....	148
Figura 8. Chafuen e Ostermann em manifestação pró-impeachment .....	151
Figura 9. Divulgação do 1º Congresso Nacional sobre a Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas.....	154

## LISTA DE SIGLAS

- ADI** - Ação Direta de Inconstitucionalidade
- ADPF** - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
- Alerj** - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
- BIRD** – Banco Mundial
- BMGF** - Bill and Melinda Gates Foundation
- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular
- CADH** - Convenção Americana sobre Direitos Humanos
- CCSS** - Common Core State Standards
- Ceipe** - Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais
- CEO** - Chief Executive Officer
- Clacso** - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
- CMLE** - Centro Mackenzie de Liberdade Econômica
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DEM** - Democratas
- Enade** - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- Enem** - Exame Nacional do Ensino Médio
- EPL** – Estudantes Pela Liberdade
- ESP** – Escola sem Partido
- FaE** – Faculdade de Educação da UFMG
- FEE** – Foundation for Economic Education
- Fenep** - Federação Nacional das Escolas Particulares
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FIRE** - Foundation for Individual Rights in Education
- FPE** - Frente Parlamentar Evangélica
- Fundeb** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**Gestrado** - Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente

**IEA** - Institute of Economic Affairs

**IEE** – Instituto de Estudos Empresariais

**IFL – BH** – Instituto de Formação de Líderes Belo Horizonte

**IFL – SC** - Instituto de Formação de Líderes Santa Catarina

**IFL – SP** - Instituto de Formação de Líderes de São Paulo

**IL** – Instituto Liberal

**ILB** – Instituto Liberal de Brasília

**Ilisp** – Instituto Liberal de São Paulo

**ILJ** - Instituto Liberdade e Justiça

**Imil** – Instituto Millenium

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MBL** - Movimento Brasil Livre

**MEC** – Ministério da Educação

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OCDE** - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

**OI** – Organismo/Organização Internacional

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**ONG** – Organização Não-Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**Pisa** - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

**PL** – Projeto de Lei

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PP** - Progressistas

**PPGE** – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira

**PSL** - Partido Social Liberal

**PSOL** - Partido Socialismo e Liberdade

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**Saeb** - Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SARS-CoV-2** - Novo Coronavírus

**SFL** – Students For Liberty

**SFLB** – Students For Liberty Brasil

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**TFP** - Tradição, Família e Propriedade

**UC** – Universidade do Colorado

**UEM** – Universidade Estadual de Maringá

**UFF** – Universidade Federal Fluminense

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UnB** – Universidade de Brasília

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**Unesco** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**Unicamp** - Universidade Estadual de Campinas

**UPenn** - Universidade da Pensilvânia

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**YAF** - Young America's Foundation

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Metodologia: aspectos teóricos da netnografia .....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 Execução da netnografia: buscas, coleta e análise de dados .....</b>	<b>26</b>
<b>1.3 Estrutura da dissertação.....</b>	<b>35</b>
<b>2 AVANÇOS REACIONÁRIOS SOB O ESTADO E A EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS THINK TANKS E A ATLAS NETWORK.....</b>	<b>37</b>
<b>2.1 Neoliberalismo, neoconservadorismo e a aliança conservadora na educação .....</b>	<b>37</b>
2.1.1 Contextualizando o avanço das racionalidades e seus entrelaces .....	37
2.1.2 A aliança conservadora na educação .....	46
<b>2.2 A regulação educativa e a expansão global do neoliberalismo: da centralidade estatal às redes internacionais.....</b>	<b>48</b>
2.2.1 Os modos de regulação da política educacional e as alterações do papel do Estado .....	48
2.2.2 A regulação transnacional e as redes de governança educativa .....	52
<b>2.3 Think tanks e a Atlas Network: conceito, história e articulações nas redes internacionais de política educativa .....</b>	<b>57</b>
2.3.1 Breve conceituação de <i>think tank</i> .....	57
2.3.2 Do encontro entre um fazendeiro e um economista à articulação global de <i>think tanks</i> neoliberais: a história e poder da Atlas Network .....	61
2.3.3 <i>Think tanks</i> e a política educacional .....	67
<b>3 O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E O AVANÇO REACIONÁRIO NA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>75</b>
<b>3.1 Origens do movimento e raízes do pensamento .....</b>	<b>75</b>
<b>3.2 O ESP como chave de leitura do fenômeno educativo nacional .....</b>	<b>84</b>
3.2.1 Uma concepção de escolarização .....	84
3.2.2 Desqualificação do professor .....	85
3.2.3 Estratégias discursivas fascistas .....	87
3.2.4 Defesa do poder total dos pais sobre os filhos.....	88
<b>3.3 Ascensão e queda? A trajetória do movimento no cenário político .....</b>	<b>91</b>
3.3.1. Do <i>site</i> para o Congresso Nacional.....	91
3.3.2 E agora, Nagib? O governo Bolsonaro e a estagnação do movimento .....	99
<b>4 AS RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A ATLAS NETWORK.....</b>	<b>108</b>
<b>4.1 A rede Atlas fora do Brasil e o discurso “do Escola sem Partido” para além do Escola sem Partido .....</b>	<b>108</b>

4.1.1 Atlas Network .....	109
4.1.2 Institute of Economic Affairs .....	113
4.1.3 Foundation For Economic Education .....	115
4.1.4 Heritage Foundation .....	119
4.1.5 Foundation for Individual Rights in Education .....	122
<b>4.2 Os <i>think tanks</i> parceiros da Atlas Network no Brasil e suas relações com o Escola sem Partido .....</b>	<b>126</b>
4.2.1 Instituto Liberal .....	127
4.2.2 Instituto Millenium .....	133
4.2.3 Students For Liberty Brasil .....	138
4.2.4 Livres .....	149
4.2.5. Instituto Mises Brasil .....	151
4.2.6 Instituto Liberal de São Paulo .....	158
4.2.7 Instituto Liberdade.....	159
4.2.8 Instituto de Estudos Empresariais.....	161
4.2.9 Considerações sobre as análises .....	164
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>171</b>
<b>REFERÊNCIAS DA PESQUISA <i>ONLINE</i>.....</b>	<b>178</b>
<b>ANEXO – LISTA DE DADOS CATEGORIZADOS .....</b>	<b>193</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Reunindo-se uma grande multidão e vindo a Jesus gente de várias cidades, ele contou esta parábola: ‘O semeador saiu a semear. Enquanto lançava a semente, parte dela caiu à beira do caminho; foi pisada, e as aves do céu a comeram. Parte dela caiu sobre pedras e, quando germinou, as plantas secaram, porque não havia umidade. Outra parte caiu entre espinhos, que cresceram com ela e sufocaram as plantas. Outra ainda caiu em boa terra. Cresceu e deu boa colheita, a cem por um’. Tendo dito isso, exclamou: ‘Aquele que tem ouvidos para ouvir, ouça!’ (BÍBLIA, Lucas, 8, 4-8).

A Parábola do Semeador é uma passagem bíblica de grande significado para as religiões cristãs. Como uma construção narrativa sobre alguns dos reconhecidos ensinamentos de Jesus, a Parábola tem o objetivo de prover explicações, para quem no cristianismo crê, sobre infortúnios da vida e a necessidade de determinadas ações diante destes. E mesmo despida do caráter religioso, a Parábola funciona como metáfora para a exemplificação de certos fenômenos da vida humana. O principal fundamento deste trecho é a mensagem de que o resultado das ações individuais é intrinsecamente ligado ao contexto, interesses e formas de agir que permearam a realização destas. Como ensinamento dessa narrativa bíblica pode-se entender que não é produtor de agir em contextos (solo) nos quais suas ações (plântio de sementes) podem resultar (colheita) em consequências negativas ou inesperadas de acordo com os interesses premeditados. Em sintonia com a linguagem metafórica, não se deve plantar onde não é possível colher bons frutos.

Apesar do alerta ao dispêndio de forças em contextos adversos, a Parábola do Semeador não se limita a uma mensagem de pura resignação, mas também evidencia, ainda que indiretamente, a necessidade de transformar os contextos de ação para a conquista de resultados positivos. Desde que o solo seja devidamente preparado, abastecido com os nutrientes específicos e nele plantadas determinadas sementes, é possível que certas plantas possam nascer e serem colhidas, contribuindo para a dinâmica ecológica do jardim em que emergiram.

Essas metáforas religiosa e agrícola não sustentam teórica e metodologicamente o presente trabalho – apesar da segunda ser utilizada por Brown (2006), importante referência a ser apresentada –, mas auxiliam na compreensão do contexto sócio-político em que estão inseridos a rede de *think tanks*/instituição global pró-mercado Atlas Network e o movimento

conservador brasileiro Escola sem Partido (ESP). A ideia central para a construção dessa dissertação é a de que a Atlas Network, por meio de suas instituições afiliadas no Brasil, deu apoio institucional, fomento ideológico e possibilitou ao ESP acesso a uma ampla rede de relações que o alçaram à categoria de importante ator no jogo da política educacional brasileira. Esse apoio colocou o ESP como um nodo no vasto campo de ação da Atlas Network na educação nacional.

Para se entender como certas sementes podem ser plantadas, é preciso se atentar para como o solo foi preparado ao longo do tempo e do que é composto. Em termos não metafóricos, a ação da Atlas enquanto ator que modela o contexto social para a emergência e fomento de iniciativas como o ESP, se constitui como um fenômeno político interligado a um amplo contexto de transformação de subjetividades, relações sociais e instituições que precisa ser compreendido. Esse contexto de transformações se consolida na cena política com o avanço global da racionalidade neoliberal.

Como uma nova forma de governo, o neoliberalismo avança ininterruptamente pelo mundo desde as últimas décadas do século XX, graças ao fenômeno da globalização. Essa escalada endossa o enfraquecimento da máquina estatal em prol de valores como os de livre mercado, meritocracia e liberdades individuais. Tais discursos corroboram mudanças estruturais nos modelos econômicos, mas a dimensão de seus impactos vai além da arena financeira. Dardot e Laval (2016) pontuam que o neoliberalismo não se limita à condição de apenas uma etapa do modelo capitalista, mas também se constitui como uma racionalidade, a nova razão do mundo que molda as relações sociais, induz processos de subjetivação à lógica empresarial e transforma instituições políticas sob a ótica da economia de livre mercado.

A difusão dos discursos neoliberais pelo mundo representa o enfraquecimento de valores políticos, públicos e igualitários. O que é coletivo e público é tido como potencialmente limitador das liberdades individuais dos sujeitos e pouco eficiente diante da lógica de mercado predominante. Esse processo de esvaziamento do caráter político das relações sociais e instituições públicas se reverbera sobre as estruturas democráticas, que têm seus elementos de igualdade e participação coletiva enfraquecidos em razão do império de uma normativa de competição e lucro. A desigualdade se torna norma e a democracia se limita a ritos processuais. Todo esse processo de esvaziamento do que é político e dialógico a partir das premissas neoliberais se constitui como o “preparo do solo” para o “plantio” e “colheita” de novas formas de controle da vida humana. Segundo Brown (2006), o contexto social



despolitizado e desigual fomentado pelo neoliberalismo possibilita o fortalecimento de valores que são igualmente avessos a ideais políticos e de igualdade, como os do neoconservadorismo.

Tido como uma racionalidade moralizante, o neoconservadorismo se fundamenta na busca pela reconstrução de um norte moral e religioso para a sociedade em prol da preservação de certos valores e da organização familiar tradicional, que se encontraria em risco diante de percebidos avanços de uma liberdade moral. O neoconservadorismo liga o ímpeto de conservação a determinados costumes, normas e ideias vinculados ao que é sagrado e moral, aos anseios reacionários pela retomada de um passado idealizado (BROWN, 2006). Moll (2015) pontua que o neoconservadorismo se opõe à forte intervenção estatal e à limitação da liberdade econômica, assim como o neoliberalismo, que também se firmou na cena política durante as últimas décadas do século XX. Contudo, para os neoconservadores, o maior problema de um Estado robusto não seria o controle à livre iniciativa, mas a degenerescência social causada pela ocupação deste em espaços e funções sociais que antes eram de prerrogativa da família, comunidade e igreja. Tal processo enfraqueceu laços tradicionais e comunitários, causando o sentimento de perda da bússola moral na sociedade.

Apesar das inúmeras contradições entre as racionalidades neoliberal (amoral e de livre mercado) e neoconservadora (moralista e regulatória da ação individual), elas se articulam em uma relação de fortalecimento recíproco, a partir de um contexto político pouco frutífero para valores igualitários. Os encontros e desencontros entre essas racionalidades sustentam não apenas as ações e discursos da liberal rede de *think tanks* Atlas Network e do conservador movimento ESP, mas também possibilitaram a preparação do solo institucional para o surgimento de ambos os atores no cenário das políticas de educação.

O avanço dessas racionalidades, em especial a neoliberal, promoveu diversas transformações no Estado e, por conseguinte, na forma como este regula as políticas educacionais. Entendendo a regulação da política educacional, em sua dimensão institucional, como um perene processo de construção de normas e dispositivos de controle da ação dos atores que fazem parte do sistema educativo, por meio da coordenação de uma autoridade reconhecida (DUPRIEZ; MAROY, 2003), o Estado era tido como essa autoridade centralizadora dos processos de regulação educacional antes das reestruturações de cunho neoliberal. A instituição estatal, por meio de uma estrutura administrativo-burocrática robusta, delimitava os papéis e competências específicas de cada ator no sistema educativo. O Estado também

tomava para si o papel de executor direto dos serviços públicos educacionais e da administração cotidiana das instituições escolares. Em razão do avanço neoliberal, as premissas de racionalização dos gastos públicos, maior eficiência e liberdade econômica se deslocaram para o centro dos debates educacionais. O Estado se distanciou da prestação direta dos serviços educacionais e passou a coordenar os objetivos dos atores do sistema educativo, mas sem tomar para si a centralidade dos processos regulatórios. A instituição estatal, dessa forma, abriu espaço para que outros atores adentrassem de maneira mais enfática e autônoma como autoridades nas negociações e embates concernentes aos processos regulatórios da educação (MAROY, 2011a).

A abertura a novas vozes, interesses e autoridades no fenômeno regulatório se dá desde o interior dos espaços descentralizados das instituições escolares, passando pelas arenas de decisões institucionais a nível nacional e, em especial para a construção dessa pesquisa, por organismos e redes internacionais (BARROSO, 2006). Essas redes internacionais são formadas por uma variedade de atores que, por meio de trocas, negociações e compromissos, atuam em conjunto, e em diversas frentes, para alçar objetivos em comum. Compostas por organizações não governamentais, consultores, acadêmicos, filantropos, agências multilaterais, empresários, *think tanks*, entre outros atores – sem fortes delimitações de atuação e com grande intercâmbio entre papéis – as redes produzem um novo espaço de construção da política educacional em escala global. Elas compõem uma nova arena de decisão política, em uma perspectiva policêntrica de poder, para além dos limites tradicionais dos Estados-nação. Com a defesa de valores liberais e privatistas, as complexas redes de políticas promovem uma reestruturação do papel do Estado na educação, fortalecendo não um modelo de governo único, mas de governança, no qual os diversos atores agem em prol da solução de “problemas” gerais do sistema educativo. Há uma sobreposição do público pelo privado, não apenas na abertura de espaço para novos atores, mas também na imposição de novos interesses e ideais que confluem para a construção de políticas públicas de educação (BALL, 2010; 2012; JUNEMAN; BALL; SANTORI, 2018).

Como instituições integrantes dessas redes políticas de governança educativa, os *think tanks* são geralmente percebidos como organizações de pesquisa e engajamento em políticas públicas que realizam estudos, análises e aconselhamento aos formuladores de políticas, para que tomem decisões embasadas em evidências (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2020). Contudo, *think tanks* não são necessariamente pontes que ligam as esferas acadêmicas à política, pois, de fato, estes não são polos desconexos. O espalhamento de informações,

estudos e opiniões é um ato político em si, sendo que tais estudos são construídos a partir de um enquadramento propositivo para que os ideais defendidos por um *think tank* avance nas arenas de decisão política (STONE, 2007). De forma geral, os *think tanks* são tidos como instituições que mobilizam conhecimentos e valores para influir no cenário político, funções essas reproduzidas com maestria pela Atlas Network, por meio de sua rede de instituições parceiras, na difusão global do neoliberalismo e neoconservadorismo.

A Atlas Economic Research Foundation, mais conhecida pelo nome fantasia Atlas Network<sup>1</sup>, foi fundada pelo empresário britânico Antony Fisher em 1981, graças a incentivo do economista austríaco Friedrich von Hayek. Muito influenciado pela obra e apoio pessoal de Hayek, Fisher se via perante um cenário de guerra ideológica, na qual forças totalitárias com forte apreço a uma lógica coletivista ganhavam espaço no mundo, em detrimento de direitos e liberdades individuais. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as instituições estatais do ocidente se tornaram força centralizadora nas economias nacionais, com políticas planificadoras, o que era tido como gérmen para governos totalitários. Como forma de realizar o “bom” combate em nome da causa da liberdade e contra as tendências autoritárias de políticas e ideais coletivistas, Fisher impulsionou o surgimento de uma ampla, complexa e diversificada rede global para influir nas sociedades (HAYEK, 2010; DJELIC, 2017).

A Atlas Network, por ser um *think tank* pró-livre mercado percebido como integrante dessas difusas e amplas redes de governança educacional, tem papel importante de disseminar discursos, conhecimentos e influir para a construção de um cenário de ideias neoliberais em seus espaços de atuação (BALL, 2012). Ela também se liga a certas instituições e causas que não são limitadas à esfera educacional ou econômica de difusão do neoliberalismo, mas que se posicionam num espectro moral e político conservador. Macedo (2018) sinaliza para sua atuação como financiadora de campanhas de grupos cristãos na disseminação de sua fé nos Estados Unidos, inclusive de grupos religiosos defensores de uma supremacia racial branca. Baggio (2016) pontua sobre a relação de Alejandro Chafuen, ex-presidente da Atlas de 1991 a 2017, com a seita católica *Opus Dei*<sup>2</sup> e sua simpatia pelo movimento conservador

---

1 Será utilizada a expressão “Atlas Network” para designar a instituição Atlas Economic Research Foundation, e para referenciar a rede de *think tanks* articulada pela Atlas Network será utilizada a expressão “rede Atlas”.

2 Braço independente da Igreja Católica de caráter ultraconservador. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/opus-dei-o-exercito-do-papa/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

estadunidense *Tea Party*<sup>3</sup>, além de ser entusiasta dos escritos do guru brasileiro Olavo de Carvalho<sup>4</sup> (CHAFUEN, 2019a, <<https://bit.ly/3uivxZA>>). Contudo, Ball (2012) evidencia certa fluidez nos endossamentos políticos da Atlas enquanto instituição, podendo se ligar ou apoiar indiretamente ações, sujeitos e instituições racistas e moralistas, assim como outras iniciativas de caráter mais liberal, diverso e menos repressivo, sendo, de fato, a difusão do ideário neoliberal como norteador das ações da instituição.

A estrutura organizacional da Atlas a coloca como um *think tank* com formas de mobilização muito específicas na disseminação desses fluxos reacionários. A Atlas, além de ser uma instituição, é também uma rede própria que articula centenas de outros *think tanks* pelo mundo, cada qual com suas formas de ação, mas sempre ideologicamente afinados. Para integrar essa difusa rede de *think tanks*, é preciso que a instituição postulante tenha uma missão que apoie a perspectiva de mundo livre; opere independentemente com o financiamento de fontes voluntárias; tenha uma presença *online* constante; entre outros elementos. A Atlas também disponibiliza diversos cursos, aulas e treinamentos, a fim de que seus parceiros aprimorem suas estratégias de disseminação de valores e políticas (ATLAS NETWORK, [201-?]a, <<https://www.atlasnetwork.org/page/become-a-partner>>).

A rede Atlas está presente em 97 países, articulando, conectando e nutrindo com apoio institucional, técnico e financeiro de 465 *think tanks* que propagam conhecimento e valores neoliberais, como a limitação dos poderes do Estado, livre mercado e empreendedorismo (ATLAS NETWORK, [2021]a, <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>>). Os valores difundidos pelas conexões da Atlas fortalecem os debates nas arenas de decisão nacionais em prol de políticas educacionais voltadas para o mercado, como a possibilidade de escolha da escola pelos pais, *vouchers* e escolas privadas (BALL, 2012). Com forte presença no Brasil, a Atlas congrega 15 *think tanks* nacionais em sua ampla rede de instituições: Instituto Atlantos; Instituto de Estudos Empresariais (IEE); Instituto de Formação de Líderes – BH (IFL-BH); Instituto de Formação de Líderes – SP (IFL-SP); Instituto de Formação de Líderes - Santa Catarina (IFL-SC); Instituto Liberal (IL); Instituto Liberal de São Paulo (Ilisp); Instituto Liberdade; Instituto Mises Brasil; Instituto Millenium (Imil); Instituto Líderes do Amanhã; Livres; Observatório do Empreendedor; Centro Mackenzie para Liberdade

---

3 Movimento conservador e nacionalista ligado ao Partido Republicano. Surgiu ao final da década de 2000. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/tea-party-o-novo-protagonista-politico-americano/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

4 O pensamento e a própria figura de Carvalho são de grande importância para o ESP, por isso alguns de seus argumentos e relações com o movimento, Chafuen e a rede Atlas serão trabalhados nos capítulos dois e três.

Econômica; e Students for Liberty Brasil (SFLB) (ATLAS NETWORK, [2021]c, <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>>). A maioria dos *think tanks* parceiros da Atlas Network no Brasil promovem diversas iniciativas, estudos, comentários e outras formas de mobilizar valores e conhecimentos a respeito da temática educacional. Alguns mais afinados à lógica neoconservadora, outros – a maioria – dentro de uma perspectiva neoliberal, mas todos em uníssono ataque à centralidade estatal na regulação da economia e educação.

O outro ator de interesse dessa pesquisa, o movimento ESP, criado em 2004 pelo advogado e ex-procurador paulista Miguel Nagib, se tornou um dos principais atores do jogo político no campo educacional brasileiro. O ESP adota uma premissa de que a educação brasileira foi contaminada por forças à esquerda no espectro político que visam induzir os estudantes a contrariarem seus valores morais familiares e, assim, defenderem ideais próprios da esquerda política, como o socialismo e o respeito à diversidade de gêneros. Os professores seriam sujeitos fundamentais nessa empreitada de dominação à esquerda, pois estes agiriam como militantes “travestidos” de docentes, doutrinando ideologicamente os alunos no ambiente cativo da sala de aula para seus objetivos políticos. Como principal forma de ação para impor suas pautas no sistema educativo, o ESP incentiva legisladores de todas as esferas do país a submeterem Projetos de Lei (PL) contra a doutrinação ideológica, a abordagem de gênero nas escolas, entre outras (PENNA, 2017). Apesar de contabilizar diversas derrotas nessa empreitada legislativa (XIMENES; VICK, 2020, <<https://diplomatie.org.br/a-extincao-judicial-do-escola-sem-partido/>>), o ESP se tornou ator primeiro na difusão de ideais conservadores e moralistas na cena educacional brasileira no decorrer de quase duas décadas de existência.

Se apresentando como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO, [200-?], <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>), o ESP busca construir uma narrativa de espontaneidade em relação a seu surgimento. Contudo sua trajetória não se dissocia das diversas relações que cultivou com a rede Atlas no Brasil ao longo dos anos. Penna e Salles (2017) pontuam que a criação do ESP não se deu ao acaso, ou por um simples ímpeto de militância contra ideais socialistas na educação escolar, mas como uma iniciativa organizada por Nagib, Olavo de Carvalho e outros membros do antigo Instituto Liberal de Brasília (ILB), *think tank* que era ligado ao IL.

Entre os anos de 2009 e 2013, Nagib foi reconhecido no quadro de mantenedores e articulistas do Imil. Nesse período, já publicizado pelo instituto como o criador do ESP e “referência em discussão sobre a presença de ideologia no ensino”, Nagib escreveu artigos que retratavam a doutrinação como uma ameaça à liberdade dos pais, o embate da educação como direito dos pais ou do Estado, e um sob o título “Por uma escola que promova os valores do Millenium”, que eram publicados no *site* do instituto. Foi a partir das conexões construídas por Nagib, enquanto membro pertencente ao quadro pessoal do Imil, que o ESP passou a ter capilaridade no cenário das políticas educacionais nacionais (MIGUEL, 2016).

Após as grandes manifestações de 2013, com o fortalecimento de uma nova direita conservadora, autoritária e antidemocrática na arena política nacional (DELCOURT, 2016), o ESP atrelou seu viés antimarxista em relação ao ensino escolar à militância religiosa fundamentalista. Ao longo da década de 2010, período de grande ascendência do movimento nos debates a respeito das políticas educacionais, o ESP acabou estreitando laços com o Movimento Brasil Livre (MBL), uma das faces da instituição SFLB, formadora de futuros líderes em prol da causa da liberdade. O MBL se apropriou de pautas do ESP como forma de se conectar a um público de caráter conservador e moralista, ao mesmo tempo em que o ESP ascendeu à arena política como ator com poder de impor pautas, normas e diretrizes sobre a governança educativa nacional graças a essa parceria (MACEDO, 2018).

Os exemplos de Penna e Salles (2017), Miguel (2016) e Macedo (2018) evidenciam o ESP como uma iniciativa política bem articulada, organizada e que circula com fluidez entre alguns dos *think tanks* liberais da Atlas Network no Brasil, os quais se apresentam como solo fértil para o fortalecimento do ESP na cena pública. Dessa forma, pode-se entender o movimento não apenas como uma força social espontânea que emergiu pela preocupação quanto à “contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”, mas como o resultado de um esforço político coletivo para a difusão de certos valores no campo educacional. Essas percepções induzem a alguns questionamentos: *o fomento ao ESP faz parte de uma estratégia da Atlas Network para a difusão de seus ideais? O ESP se relaciona com todos os quinze think tanks da Atlas Network no Brasil? E como se dão essas relações?*

A fim de responder essas questões e ampliar a compreensão sobre estes dois importantes atores na política educacional brasileira, este trabalho tem como objetivo principal *analisar como se relacionam os think tanks pró-mercado da Atlas Network no Brasil com o movimento educacional conservador Escola sem Partido*. O estudo dessas relações se sustentará dentro

dos argumentos teóricos levantados até o momento – e que serão aprofundados no decorrer do trabalho – sobre como a racionalidade neoliberal “prepara o solo” para o fortalecimento de uma racionalidade neoconservadora. Essa mesma racionalidade neoliberal, a partir de seus efeitos sob a instituição estatal, abre espaço para a entrada de novos atores privados como autoridades nos processos políticos, a exemplo da própria Atlas Network, que se constitui como um agente global difusor do neoliberalismo, “preparando o solo neoliberal” em escala internacional.

Analisar com profundidade as relações entre os *think tanks* da Atlas no Brasil e o ESP possibilita construir entendimentos a respeito de o movimento ter sido apoiado e utilizado pela rede como parte de sua estratégia para a difusão do neoliberalismo na educação brasileira. Dessa forma, como objetivos específicos para sustentar o objetivo principal, buscase *investigar se os quinze think tanks da rede Atlas no Brasil nutrem relações institucionais com o ESP*. Há a compreensão de que a rede Atlas propiciou apoio para o crescimento do ESP – fato reconhecido por parte da literatura, como mencionado acima –, por isso se faz necessário averiguar se esse endosso ocorre de forma unânime, homogênea e estruturada por parte dos *think tanks* da Atlas no Brasil, dado que são quinze instituições nacionais na rede. Outro ponto relevante em se estudar as relações entre o ESP e a rede Atlas é sobre como essas se estruturam, levando em conta que a Atlas é uma rede de *think tanks*, instituições reconhecidas por mobilizar conhecimento para influir no cenário político. Dessa forma, torna-se importante *evidenciar se e como as instituições ligadas à Atlas mobilizam conhecimentos a respeito do ESP*, ademais das relações institucionais de fortalecimento mútuo.

Algumas hipóteses podem ser levantadas diante do que já foi explanado até este ponto do texto, a exemplo dos encontros e desencontros entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. As incongruências constituintes da relação entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora tendem a se reproduzir no interior da rede Atlas, o que pode resultar em endossamentos mútuos entre o ESP e alguns *think tanks*, assim como críticas recíprocas. Assim, tende-se a não haver um consenso sobre o ESP entre os *think tanks* da rede Atlas no Brasil, o que pode evidenciar nuances sobre o “uso” do ESP como estratégia política por parte da Atlas Network para seu poder de influência e difusão de ideais.

Pesquisas como as de Peroni, Caetano e Lima (2017), Penna e Salles (2017), Miguel (2016), Macedo (2018), Paulino (2018), Espinosa e Queiroz (2017), Rodrigues, Pucci e Padilha (2017) e Lima e Hypolito (2020) fazem importantes análises sobre elementos que permeiam

essas difusas relações entre o ESP e a Atlas, abordando alguns *think tanks* específicos – em especial o Imil, IL e SFLB – ou realizando apontamentos mais amplos sobre essas ligações, sem este ser necessariamente o foco de seus trabalhos. Percebe-se um espaço na literatura acadêmica em Educação para estudos que abordem centralmente as relações entre o movimento e a rede Atlas, assim como estudos sobre o que os *think tanks* da rede mobilizam de conhecimento a respeito do ESP, o que corrobora para realização dessa pesquisa<sup>5</sup>.

A motivação inicial para a construção deste trabalho foi de compreender como o ESP se constituiu enquanto instituição representante de uma onda global neoconservadora contrária à diversidade de gênero e sexualidade na cena educativa nacional. Na medida em que as investigações iniciais para a formulação da pesquisa foram sendo realizadas, novos dados e contextos emergiram, evidenciando uma gama de relações muito mais amplas, complexas e difusas do que o pertencimento do movimento a uma determinada rede de política antigênero. Os ideais que sustentam as ações do ESP vão muito além do embate à perspectiva de gênero, sendo que a adoção dessa pauta pelo movimento se deu após anos de militância no cenário educacional.

Desde o seu surgimento, passando por sua emergência na cena pública e sua consolidação enquanto importante ator na regulação educativa nacional, o ESP nutriu importantes relações com a rede Atlas, o que o coloca como um elemento no emaranhado de laços desse grande ator internacional. Por conseguinte a essas relações, o movimento brasileiro também se situa como um nodo nas difusas redes globais de governança educativa, das quais a Atlas Network e sua rede fazem parte. Compreender o ESP a partir de suas relações com a Atlas Network é importante esforço analítico para situá-lo como elemento de uma grande onda global reacionária que impõe constantes transformações às instituições políticas e relações sociais.

---

5 O trabalho de Colombo (2018) se destaca por abordar diversos elementos nas múltiplas relações entre o ESP, rede Atlas e a Rede Liberdade (rede nacional de *think tanks* liberais que congrega algumas instituições da Atlas e outras não vinculadas), que fazem parte do que a autora denomina como “frente liberal-ultraconservadora”. Apesar de diversas semelhanças quanto aos objetos e objetivos de pesquisa, Colombo (2018) conduz seu estudo a partir de um referencial teórico delimitado em uma perspectiva marxista gramsciana, diferente da abordagem adotada neste trabalho. A autora também não aborda de maneira sistemática os conhecimentos mobilizados sobre o ESP por parte dos *think tanks* da Atlas no Brasil.



### **1.1 Metodologia: aspectos teóricos da netnografia**

As ligações entre a Atlas Network e o ESP são, por vezes, opacas e difusas. O emaranhado de conexões que forma a rede na qual esses atores se inserem/reproduzem é composto por inúmeros sujeitos e instituições, tanto nacionais quanto transnacionais. Uma análise sob a perspectiva quantitativa de contabilização dos atores envolvidos nessa ampla rede é relevante, mas não atende à completa amplitude dos objetivos propostos por este projeto, que busca evidenciar os aspectos políticos das relações e compromissos que fazem parte da regulação da política educativa nacional e seus jogos de poder.

Dessa forma, considerando a importância que os meios digitais têm para a articulação e construção de um projeto de poder da Atlas Network (BALL, 2012), assim como as mídias digitais também representam principal arena para a militância dos ideais conservadores do ESP e para mobilização de seus seguidores (ROMANCINI, 2018), será utilizado o método da etnografia virtual, também chamada de netnografia. Assim como o tradicional método antropológico, a netnografia tem o foco na busca pela subjetividade e significados, com a suspensão de preconceções e uma orientação para descobertas a respeito do público/grupo/rede a ser analisado (JUNEMANN; BALL; SANTORI, 2018).

O advento das tecnologias de comunicação e informação possibilitou a criação de novos espaços de interação entre os sujeitos. Por conseguinte, as pesquisas acadêmicas se estruturaram de forma a captar as interações, significados e construções subjetivas nesses novos espaços de caráter não físico. O “ir a campo”, tão caro à etnologia tradicional, se adaptou às novas realidades digitais, que agora dependem de ferramentas tecnológicas, ao invés de trasladados a diferentes destinos, no caso das pesquisas em ambientes virtuais (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). Como uma ramificação da etnografia, a netnografia demanda a entrada do pesquisador no mundo a ser estudado, que se atente às relações entre os sujeitos que participam dos processos sociais nesse espaço. A etnografia virtual:

[...] pode observar com detalhe as formas de experimentação do uso de uma tecnologia, se fortalecendo como método justamente por sua falta de receita, sendo um artefato e não um método protocolar, é uma metodologia inseparável do contexto onde se desenvolve, sendo considerada adaptativa e refletindo ao redor do método (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p. 6).

Ao estudar, por meio da netnografia, como redes internacionais “fazem” políticas de educação, Junemann, Ball e Santori (2018) afirmam que essa modalidade etnográfica envolve olhar atento a organizações e atores no campo das políticas educacionais. Os caminhos, conexões e situações pelos quais os atores envolvidos percorrem, tanto no meio físico quanto no *online*, devem ser cuidadosamente observados, pois é dessa maneira que as políticas, seus métodos e ideias se espalham pelas esferas sociais. Para traduzir esse processo de atenção por parte do pesquisador, Ball (2016) utiliza a expressão “following policy” que, em tradução livre, seria equivalente a “seguindo a política”, seguindo o fluxo das decisões, ideias e concepções de política educacional em perspectiva global. Ball (2012) também sinaliza para o foco qualitativo da pesquisa netnográfica, que busca auxiliar a compreensão do caráter social e político das relações em rede, no caso, das redes sociais digitais, que transparecem os laços que sustentam as conexões dos atores. A netnografia possibilita um entendimento a respeito da qualidade da relação dos atores em rede.

Um aspecto polêmico relativo à pesquisa netnográfica é o grau de participação do pesquisador na comunidade a ser estudada. Diferentemente da etnografia tradicional que, em geral, é caracterizada por uma imersão do pesquisador no ambiente e nas relações de análise, a etnografia virtual possibilita que este participe em diferentes graus de aproximação. A netnografia pode ser de intensa participação do estudioso, assim como de exclusiva observação, sem obstrução direta no grupo estudado. A prática da observação em permanência de silêncio, chamada de *lurking*, deve ser muito bem avaliada, pois reflete fortemente na disposição das relações dos sujeitos de análise (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

Há uma perda nos processos de trocas subjetivas próprias da etnografia, seja virtual ou física, quando o pesquisador toma uma posição de não obstrutor. Ball (2012) e Avelar e Ball (2017) evidenciam a importância da aproximação e entrevistas com atores envolvidos nas redes de relação política na própria netnografia, dado ao caráter qualitativo do método. Contudo, há vantagens do netnografar à distância no que tange à (não) aceitação do grupo investigado, quando se tem riscos de animosidades, ou da dificuldade prática de acesso aos atores. Uma investigação mais próxima aos sujeitos e instituições ligados à Altas Network, assim como a própria, demandaria grande quantidade de recursos financeiros e um período de tempo prolongado para o acesso a estes, o que não seria exequível a partir dos recursos e tempo disponíveis para a escrita da dissertação. Já a comunidade virtual e os agentes políticos defensores do ESP, pelo caráter denunciante e reacionário do movimento, são hostis ao meio

acadêmico, considerado como centro de propagação de ideias marxistas na sociedade brasileira. Desta forma, o futuro trabalho será delineado por uma netnografia de observação silenciosa, do tipo *lurking*.

Para não ferir aspectos éticos da pesquisa, já que será tomado um posicionamento à distância e sem o consentimento dos sujeitos estudados, serão analisados apenas dados, públicos. Como Ball (2016) coloca, o caminho será “seguir” a política e os fluxos das pautas, discursos e relações que são evidenciadas publicamente no meio digital pela Atlas Network, o ESP e os demais atores, sujeitos e instituições, envolvidos em suas redes de relações.

## **1.2 Execução da netnografia: buscas, coleta e análise de dados**

Por ser um método não protocolar e adaptável ao contexto de pesquisa *online*, a netnografia dá margem para que o pesquisador conduza suas buscas de acordo com os objetos/comunidades a serem estudados. Contudo é importante que se atente a certos elementos dos processos de busca, coleta e organização dos dados a fim de que sejam construídas boas análises. Na condução deste trabalho foram seguidos alguns apontamentos metodológicos sugeridos por Kozinets (2014) para a construção de pesquisas netnográficas.

Kozinets (2014) faz constantes sinalizações para a necessidade de uma aproximação e interlocução direta entre o pesquisador e a comunidade *online* a ser pesquisada, seja por fóruns, *e-mails*, redes sociais digitais e outras formas. Essa “convivência” se sustentaria em uma “entrada ao campo” (início das interações) bem organizada e dialogada. Como foi delimitado que a interação com os atores dessa pesquisa se daria pela prática de *lurking* – apesar da significativa perda subjetiva nas análises devido a essa escolha metodológica –, a “entrada no campo” ocorreu a partir das primeiras buscas *online* com a sistematização dos dados coletados e anotações em um diário de campo pessoal, no dia 18 de maio de 2020.

Dados sobre o ESP, suas iniciativas antigênero, ataques a docentes e alguns elementos de suas relações com a rede Atlas já vinham sendo coletados desde 2018 para a construção do pré-projeto de pesquisa que foi apresentado na seleção da pós-graduação. No decorrer do primeiro ano de mestrado, em 2019, mais dados foram coletados a fim de delimitar a pesquisa e consolidar o projeto final de dissertação. A partir de 18 de maio de 2020, o processo de busca e coleta dos dados passou a ser construído de forma sistematizada.

Para o começo das buscas sistematizadas e a “entrada no campo” do processo netnográfico, Kozinets (2014) assinala a necessidade do pesquisador em saber o foco de sua pesquisa e ter conhecimentos prévios sobre o grupo a ser pesquisado, para que a investigação seja mais bem direcionada. A partir do objetivo principal (*analisar como se relacionam os think tanks pró-mercado da Atlas Network no Brasil com o movimento educacional conservador Escola sem Partido*) e os objetivos secundários (*investigar se os quinze think tanks da rede Atlas no Brasil nutrem relações institucionais com o ESP; evidenciar se e como as instituições ligadas à Atlas mobilizam conhecimentos a respeito do ESP*) enunciados na seção anterior, as buscas e coleta dos dados se direcionaram a informações relativas à existência de algum vínculo institucional entre o ESP e os *think tank* da rede Atlas, assim como a qualquer tipo de conhecimento mobilizado por um destes *think tanks* sobre o ESP.

O acesso a produções bibliográficas sobre o tema e a condução pretérita de buscas mais livres para a construção do pré-projeto e projeto de dissertação corroboraram para a construção de um conhecimento prévio sobre as relações entre o ESP e a rede Atlas e, assim, foi possível construir diretrizes para os passos seguintes. Dessa forma, entende-se “relações institucionais entre o ESP e a rede Atlas” como: a promoção de ações conjuntas entre o movimento e algum *think tank*; atuação de Nagib ou outro representante do ESP em algum evento promovido por um desses *think tanks*; pertencimento de Nagib ao quadro pessoal de algumas dessas instituições; documentos institucionais e de quadro pessoal dos *think tanks* que evidenciem o nome do movimento ou de Nagib; entre outras situações que viriam a ser categorizadas ao longo da pesquisa. Por “mobilização de conhecimentos a respeito do ESP” entende-se: a difusão de estudos, artigos de opinião, reportagens, comentários, publicações em redes sociais digitais, *podcasts*, vídeos, imagens, entrevistas e outros tipos de conteúdo por parte dos *think tanks* da rede Atlas a respeito do ESP ou que, de alguma forma, abordassem o movimento e suas pautas. Especificamente quanto à mobilização de conhecimento, entende-se que os *think tanks* são instituições que influem no cenário político a partir dos discursos que difundem, ou seja, se algum *think tank* da Atlas divulga um artigo de opinião positivo sobre o ESP, pressupõe-se seu interesse de influenciar nos jogos de poder por este conhecimento mobilizado. Essas categorias não foram estanques, se inter-relacionaram em certos momentos e, a partir delas, outras categorias foram criadas para abarcar a variedade de dados encontrados.

As buscas pelos dados ocorreram por diversas frentes. De início foram realizadas pesquisas mais amplas com termos como “escola sem partido”, “esp”, “Nagib”, “educação” e “atlas

network” na plataforma Google. Para delimitar a continuidade de cada busca, adotou-se o princípio de “saturação” da teoria indutiva, pelo qual “a coleta de dados deve continuar enquanto a investigação estiver gerando novos entendimentos sobre áreas tópicas teoricamente importantes” (KOZINETS, 2014, p. 111). Vale ressaltar que muitas buscas foram periodicamente retomadas para verificar a existência de possíveis novas informações ou que não foram percebidas inicialmente. Sempre adotando o princípio da “saturação”, buscas mais delimitadas foram realizadas ainda na plataforma Google. Foram pesquisados os nomes de cada um dos 15 *think tanks* da rede Atlas junto a termos como “escola sem partido”, “esp”, “Nagib”, “educação”, “professor”, “doutrinação”, “gênero”, “esquerda”, “socialismo”, entre outros. Também foram pesquisados os termos “atlas network”, “indoctrination”, “education”, “Nagib”, “school without party”, “escola sem partido” e outros, restringindo os resultados apenas para o idioma inglês, a fim de averiguar se o ESP mantinha ligações com instituições não brasileiras da rede Atlas.

As buscas também ocorreram nos *sites* institucionais e redes sociais digitais de todos os 15 *think tanks*, ESP e da própria Atlas Network. Quando disponível alguma ferramenta de busca nos *sites* dos *think tanks*, eram pesquisados termos como “escola sem partido”, “esp”, “Nagib”, “educação”, “doutrinação”, “esquerda”, “atlas” e outros. No *site* da Atlas Network foram procurados termos como “escola sem partido”, “esp”, “school without party”, “Nagib”, “indoctrination”, “education”, “left”, “gender” e outros. No *site* do ESP foram pesquisados termos com o nome dos 15 *think tanks*, de atores importantes ligados a essas instituições, como “MBL”, “Olavo de Carvalho”, “Hayek”, “Rodrigo Constantino”, “Atlas”, “think tank”, entre outros. Somado a essas buscas por termos específicos, os *sites* visitados foram sistematicamente verificados e seus diversos *links* acessados, levando em conta o princípio da “saturação”. As pesquisas nas redes sociais digitais se deram de forma semelhante – pesquisa por termos e ampla verificação no perfil – sendo investigados os perfis, quando existentes, dos *think tanks*, Atlas Network e ESP nas plataformas Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn e YouTube.

Um aspecto importante em relação à “maleabilidade” da netnografia é a possibilidade de seguir as investigações fora dos *sites* ou domínios primariamente definidos, na medida em que informações pertinentes à pesquisa eram descobertas. Ao investigar as redes sociais digitais e *sites* das instituições e movimentos, outras páginas eram acessadas por meio de *links* disponíveis, assim diversos dados foram descobertos nesse processo. O “seguir o link” foi processo importante no “seguir a política” nessa pesquisa.

Na busca por informações de determinado período temporal, algumas pesquisas eram customizadas de maneira a resultar dados do período requerido, em especial na plataforma Google. Algumas informações de *sites* que já haviam sido deletados puderam ser acessadas a partir da plataforma Wayback Machine<sup>6</sup>, um banco de dados digital que possibilita o acesso a endereços eletrônicos arquivados ou atualmente excluídos. A Wayback Machine possui limitações, como a ausência de informações de certos períodos e dificuldade em “seguir o link” quando acessados *sites* mais antigos, pois a plataforma pode não ser capaz de recuperar os dados da página requerida. As limitações da Wayback Machine se aproximam de outras dificuldades e deficiências do próprio método netnográfico pela prática de *lurking*. As informações mais antigas colhidas pela pesquisa datam do início da década de 1990, nos primórdios da era digital e da internet. Dados que se referem a décadas anteriores foram obtidos por meio de literatura acadêmica, documento público digitalizado ou algum outro documento produzido em período mais recente, mas que faz menção a fenômeno/evento prévio. Documentos não públicos anteriores à era digital, mas que poderiam ser acessados por membros das instituições pesquisadas e, então, disponibilizados, não constam nas análises devido à prática de não intervenção.

A partir das buscas relatadas acima, inicialmente a coleta tinha foco em dados que contemplassem as amplas categorias pré-definidas de “relações institucionais entre o ESP e a rede Atlas” e “mobilização de conhecimentos a respeito do ESP por parte de instituições da Atlas”. Contudo essas categorias, enquanto filtros para a coleta se modificaram ao longo do dinâmico processo netnográfico para abarcar a variedade de informações pertinentes encontradas. Kozinets (2014) sinaliza que a coleta de dados não é uma etapa dissociada da análise na pesquisa netnográfica, assim como a própria análise demanda retorno ao “campo” para o refinamento e verificação dos dados. Dessa forma, as buscas, coleta dos dados, análises e a escrita – essa última como resultado das análises – ocorreram concomitantemente. À medida que novos dados foram descobertos, salvos e categorizados, a escrita do terceiro capítulo – aonde se concentram a maioria das informações pesquisadas, havendo alguns dados no segundo capítulo – demandava contínuo processo de busca a novas informações para a construção de uma narrativa sobre as diversas relações entre o ESP e a rede Atlas. Assim, novas categorias foram criadas e mais instituições agregadas às análises, a exemplo do próprio ESP, pois se percebeu a necessidade de delimitar suas ações institucionais e pautas

---

<sup>6</sup> A descoberta da plataforma foi possível graças ao trabalho de Penna e Salles (2017). Disponível em: <<https://archive.org/web/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ante as ações e argumentos promovidos pelos *think tanks* da Atlas, para, de fato, analisar as relações entre esses atores. Também foi reconhecida a necessidade de abordar alguns conteúdos mobilizados e ações promovidas no campo educativo por *think tanks* não brasileiros ligados à Atlas Network, mesmo que não tenham sido percebidas relações diretas com o ESP. Esses *think tanks* internacionais foram investigados a partir do “seguir o link” no *site* e redes sociais digitais da Atlas e foram inclusos nas análises por reproduzirem discursos muito similares aos do ESP.

A coleta de dados seguiu determinado protocolo: 1) o texto (e/ou imagem) era copiado (ou *printado*) e colado em um arquivo no formato Word, junto ao *link* de onde foi retirado e seu título (caso não tivesse, lhe era atribuído um título que explicasse seu conteúdo). Caso o arquivo fosse um longo artigo, eram colados apenas os trechos considerados mais relevantes. Foi criado um arquivo em Word para cada instituição analisada, ESP incluso. 2) Embaixo do dado eram feitas interpretações e breves análises, elencando os aspectos mais importantes do documento coletado, relacionando com elementos teóricos e anotações do caderno de campo. Foram realizadas codificações prévias nessa etapa. 3) Em seguida, informações sobre o dado eram inseridas em uma planilha no Excel para conduzir o processo de categorização. Foram coletados ao todo 132 dados para classificação e análise<sup>7</sup>.

Kozinets (2014) sinaliza que as análises dos dados netnográficos envolvem uma abordagem indutiva, na qual “observações individuais são construídas a fim de fazer afirmações mais gerais sobre um fenômeno. Análise indutiva de dados é um modo de manipular o volume inteiro de informações registradas” (KOZINETS, 2014, p. 114). Assim a análise netnográfica se consiste em um:

[...] exame detalhado de um todo, decompondo-o em suas partes constituintes e comparando-as de diversas formas. De modo geral, a análise de dados abrange todo o processo de transformar os produtos coletados da participação e da observação netnográfica – os diversos arquivos de texto e gráficos baixados, as capturas de tela, as transcrições de entrevistas *online*, as notas de campo reflexivas – em uma representação acabada da pesquisa, seja ela um artigo, uma apresentação ou um relatório (KOZINETS, 2014, p. 113, 114).

Para a construção dessa análise de caráter indutivo, o autor sugere a adoção de alguns passos analíticos, que foram seguidos para a realização dessa pesquisa (KOZINETS, 2014, p. 114):

---

7 Foram coletados mais dados, mas a categorização foi limitada a esses 132 por possibilitarem melhores análises de acordo com os objetivos propostos de compreender as relações institucionais e mobilização de conhecimento. Os dados categorizados foram disponibilizados em anexo.

- 1) Codificação: processo de afixar códigos ou categorias nos dados coletados, de maneira a classificá-los a partir de uma leitura atenta. Essas categorias são criadas indutivamente;
- 2) Anotações: reflexões sobre os dados coletados, interpretações e observações anotadas ao lado/às margens destes;
- 3) Abstração e Comparação: classificação e filtragem dos dados a fim de identificar suas relações, semelhanças e distinções. “Esse processo de abstração constrói os códigos categorizados em construtos, padrões ou processos conceituais de ordem superior, ou mais gerais” (KOZINETS, 2014, p. 114);
- 4) Verificação e Refinamento: retorno ao campo para a coleta de mais dados a fim “de isolar, verificar e refinar a compreensão dos padrões, processos, elementos comuns e diferenças” (KOZINETS, 2014, p. 114);
- 5) Generalização: produção de generalizações que explicam as relações e consistências no conjunto dos dados;
- 6) Teorização: confrontar as generalizações produzidas com elementos teóricos que sustentam a realização do trabalho.

O capítulo três – e o capítulo dois para abordar algumas questões pertinentes ao ESP – agrega os escritos resultantes do processo de análise, no qual são apresentados os dados trabalhados e suas interpretações de forma a construir uma narrativa que explique a diversas relações entre o ESP e a rede Atlas.

Especificamente no processo de “Abstração e Comparação”, foram definidas categoriais para classificar os dados coletados e possibilitar a construção das análises. Submetidos em uma planilha do Excel, como já exposto, os dados foram alocados em 132 linhas (uma para cada dado/documento coletado) e classificados a partir de informações inseridas em colunas distintas. As duas primeiras colunas foram para submeter o título do dado (seu título original ou criado para identificá-lo) e o seu *link* de origem. As colunas subsequentes foram divididas em quatro categorias distintas: “Plataforma”; “Formato”; “Instituição” e; “Conteúdo” e suas respectivas subcategorias<sup>8</sup>:

**Plataforma:** qual a plataforma *online* de origem do dado, de onde ele foi retirado.

---

<sup>8</sup> No anexo, os dados foram identificados por sua referência no texto a fim de facilitar a consulta.



- *Facebook*
- *Twitter*
- *YouTube*
- *Site*: designação ampla para definir páginas *online* que não sejam de plataformas de redes sociais digitais.

**Formato:** a forma (textual, de imagem vídeo ou áudio) pela qual o dado foi disposto na *internet*.

- *Artigo de opinião*: texto argumentativo construído para a defesa de determinado ponto de vista. Formato muito difundido pelos *think tanks* da Atlas.
- *Artigo acadêmico*: apenas um dado se enquadra nessa subcategoria, sendo um capítulo de livro em formato de artigo acadêmico.
- *Comentário em rede social*: publicação opinativa em rede social digital, geralmente curta, sobre algum acontecimento político, endosso ou crítica à determinada pauta.
- *Divulgação de evento/conteúdo/instituição*: forma de propagar algum acontecimento, conteúdo produzido por algum ator ligado à rede Atlas ou ESP ou divulgar ações institucionais. Subcategoria comum na análise dos dados da Atlas Network, que divulga muitas informações sobre suas instituições parceiras.
- *Entrevista/Podcast*: entrevista a algum ator ligado ao ESP ou rede Atlas reproduzida em forma de texto escrito, entrevista filmada ou *podcast*.
- *Página institucional*: página *online* ou perfil em rede social digital que agrega informações organizacionais sobre alguma instituição, como missão, história, quem somos, ações, suas regras, perfil institucional ou biografia de seus membros. Também abarca suas páginas internas de busca de informações e páginas que compilam alguns de seus documentos.
- *Palestra/Comentário em vídeo*: palestras, exposições em eventos, discursos em tribunas legislativas, denúncias em vídeo e comentários e opiniões de *youtubers* em vídeo.
- *Pesquisa/Estudo*: relatórios de pesquisas acadêmicas produzidos por *think tanks*.
- *Propostas de lei e políticas*: PLs e documento produzido pelo MBL propondo políticas ao Congresso Nacional.
- *Reportagem*: Notícias reproduzidas por algum meio de divulgação midiática.

- *Carta*: documento produzido por Nagib destinado a um professor de sua filha, mas entregue a vários pais, como forma de iniciar as atividades do ESP.
- *Caso FIRE*: caso de ataque à liberdade de expressão tutelado pela Foundation for Individual Rights in Education (FIRE).

**Instituição:** *think tank*, movimento ou instituição política a qual tal dado se vincula. Como existe intercâmbio muito grande de atores no interior da rede Atlas, a categoria define a instituição que mobilizou o dado ou deu espaço/apoio para que o determinado discurso ou ação fosse realizado. Por exemplo, Rodrigo Constantino é presidente do IL e membro-fundador do Imil, mas sua palestra no Fórum da Liberdade foi categorizada como sendo do IEE, instituição que organiza o Fórum.

- Atlas Network; CMLE; ESP; FEE; FIRE; Governo Federal; Heritage Foundation; IEA; IEE; IL; ILB; Ilisp; Imil; Instituto Liberdade; Instituto Mises Brasil; Instituto Ordem Livre; Livres; MBL; SFLB.

**Conteúdo:** elementos ideológicos, atitudinais e programáticos que caracterizam os dados analisados. A categoria foi construída para abarcar os amplos objetivos de compreensão das relações entre a rede Atlas e o ESP, tanto por seus laços institucionais e ações conjuntas, como pelos conhecimentos que os *think tanks* mobilizam a respeito do ESP ou similares às pautas do movimento. Uma característica constante nos conteúdos mobilizados pelo ESP – e que se faz presente também no que é mobilizado pela rede Atlas – é o posicionamento de crítica/contrariedade, como sinalizado por Macedo (2017). É recorrente o intento de demarcar oposição à determinada pauta, grupo ou ação, o que influenciou para a criação das seguintes subcategorias, sendo que alguns dados foram classificados com mais de uma subcategoria.

- *Críticas à doutrinação ideológica*: o ESP não promove uma definição precisa do que é doutrinação ideológica, mas o conceito geralmente é designado para atacar pautas progressistas, de esquerda e identitárias, como de gênero e raça na educação. Essa crítica ao percebido caráter ideológico e doutrinário no ensino também é reproduzida por *think tanks* da Atlas dentro e fora do Brasil. Dessa forma, essa subcategoria visa identificar conteúdos críticos a esse progressismo e identitarismo na educação.

- *Críticas à esquerda política*: críticas à esquerda, comunismo, socialismo ou outras designações a esse espectro político mais progressista e a seus reprodutores/apoiadores em um contexto social mais amplo, não limitado à esfera educacional. Conteúdo muito recorrente nas falas de Olavo de Carvalho.
- *Críticas à regulação estatal na educação*: críticas à centralidade do Estado na organização do sistema educativo, descrédito à educação pública, ineficiência dos serviços estatais na educação. Esses ataques ao Estado podem ser acompanhados da valorização da esfera privada ou da defesa de uma educação sem Estado, contudo há a prevalência de argumentos mais críticos do que propositivos. Entram argumentos sobre uma percebida doutrinação estatal nessa subcategoria.
- *Educação sem Estado (Pauta e movimento)*: geralmente acompanhada de críticas à regulação estatal na educação, a subcategoria de educação/escola sem Estado se refere a dados que abordem o movimento Educação sem Estado ou utilizem as expressões “educação sem Estado” e “escola sem Estado” como forma de promover o debate a tais ideais. Essa é uma temática muito recorrente no interior da rede Atlas.
- *Desenvolvimento político do ESP*: dados que contemplem informações sobre a trajetória política do ESP, como se constituiu, a consolidação de suas pautas, suas ações e relações com outros atores políticos, como o governo Bolsonaro, mas sem abordar as relações do movimento com a rede Atlas.
- *Relações institucionais Atlas-ESP*: ações realizadas em conjunto entre o ESP e um ou mais *think tanks* da rede Atlas no Brasil; ações conduzidas por instituições ligadas à Atlas para promover o ESP e suas pautas; atuação de Nagib ou Bráulio Pôrto em eventos, iniciativas ou programas de entrevistas promovidos por *think tanks* da Atlas; pertencimento e atuação de Nagib e Pôrto como membros de *think tanks* da rede Atlas no Brasil.
- *Posicionamento favorável ao ESP*: conhecimento mobilizado por algum *think tank* da rede Atlas, ou sujeito a ela vinculado, que aborde o ESP enquanto instituição, suas pautas e/ou ações de forma positiva.
- *Posicionamento crítico ao ESP*: conhecimento mobilizado por algum *think tank* da rede Atlas, ou sujeito a ela vinculado, que aborde o ESP enquanto instituição, suas pautas e/ou ações de forma negativa. Essa subcategoria e a *Posicionamento favorável ao ESP* não são excludentes, sendo percebidas simultaneamente em alguns dados que endossam certos pontos do ESP, mas criticam outros.

- *Informações institucionais*: informações sobre a história, funcionamento, ações, missão, recursos humanos, perguntas frequentes das instituições analisadas. Geralmente ligadas ao formato da *Página institucional*.
- *Falta de liberdade de expressão*: denúncias e críticas a uma percebida falta de liberdade de expressão ou de liberdades individuais. Essa argumentação é reproduzida por instituições mais conservadoras para atacar o dito “politicamente correto”, assim como por liberais para criticar a censura promovida pelo ESP.
- *Favorável a pautas identitárias*: refere-se a conteúdos mobilizados que sejam favoráveis a pautas identitárias, como questões de gênero, feminismo e raça.

### 1.3 Estrutura da dissertação

Compreendendo a Atlas Network em sua intrínseca dualidade – instituição e rede articuladora de *think tanks* –, o capítulo 1 busca evidenciar o panorama político e ideológico que dá sustentação às ações deste importante ator global, com foco em aspectos que tangenciam a regulação das políticas educacionais em âmbito transnacional. Serão abordadas, inicialmente, as especificidades e articulações entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora e seus efeitos, enquanto elementos de uma aliança conservadora na educação. Em seguida serão evidenciadas as transformações na instituição estatal e regulação educativa diante do avanço neoliberal em escala global. Como um novo tipo de ator pertencente às redes globais de governança educativa, também será trabalhado o conceito de *think tank*. O capítulo também abordará a história e constituição da Atlas Network e seu papel na difusão internacional do neoliberalismo. Por fim, serão evidenciados alguns estudos que abordam as formas de atuação de *think tanks* no cenário das políticas educacionais.

Da ascensão à queda, o capítulo 2 abordará a trajetória política do ESP, assim como o perene processo de construção das suas bandeiras e formas de ação no cenário educacional brasileiro. Inicialmente será apresentada a retórica utilizada por Nagib para a criação do movimento, que teria se dado como um ímpeto militante em defesa da família e contra as mazelas socialistas na educação. Sem aprofundar nas questões que permeiam os entrelaces do ESP com a rede Atlas, serão apresentadas duas influentes figuras para a formação ideológica do movimento, Olavo de Carvalho e Jorge Lehmann da Silva. Em seguida, a partir da formulação analítica de Penna (2017), o ESP será trabalhado enquanto “chave de leitura” do fenômeno educativo nacional, pela qual promove uma concepção de escolarização, desqualifica os docentes,

reproduz estratégias discursivas fascistas e defende uma lógica de posse dos pais sobre os filhos. Também será evidenciado o caminho do ESP ao centro dos debates educacionais no país e como se deu o processo de articulação de forças políticas liberais e conservadoras para sua ascendência até as eleições de 2018. Por fim, abordar-se-ão os atritos entre o ESP e o governo Bolsonaro, seu enfraquecimento institucional e as incertezas sobre sua continuidade no cenário político.

As análises resultantes do processo netnográfico serão dispostas no capítulo 3. A primeira parte do capítulo abordará como alguns *think tanks* não brasileiros ligados à rede Atlas, incluindo a própria Atlas Network, reproduzem práticas e discursos que se assemelham aos do ESP, mesmo sem a percepção de laços diretos entre essas instituições e o movimento. Especificamente na subseção sobre a Atlas Network serão evidenciadas as formas como essa instituição, enquanto *think tank*, trabalha para a mobilização de seus ideais e fortalecimento de sua rede, assim como as relações de seu antigo presidente, Alejandro Chafuen, com o guru brasileiro Olavo de Carvalho. Ainda nessa primeira parte, será apresentada a retórica de educação/escola sem Estado, que é recorrente entre as instituições brasileiras da rede Atlas e é contraposta, em inúmeros momentos, ao ESP. A segunda parte do capítulo evidenciará, de fato, as relações entre os *think tanks* da rede Atlas no Brasil com o movimento ESP. Entre as instituições da rede Atlas que nutrem percebidas relações institucionais com o ESP, ou que apenas mobilizam conhecimentos – favoráveis e/ou críticos – a respeito do movimento, serão trabalhados oito *think tanks*: Instituto Liberal, Instituto Millenium, Students For Liberty Brasil, Livres, Instituto Mises Brasil, Instituto Liberal de São Paulo, Instituto Liberdade e Instituto de Estudos Empresariais. Esse esforço analítico evidenciará os embates ideológicos existentes no interior da rede Atlas, assim como suas diferentes estratégias para influir no cenário político e subjetividades, sendo o endosso ao ESP uma delas.

## **2 AVANÇOS REACIONÁRIOS SOB O ESTADO E A EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS *THINK TANKS* E A ATLAS NETWORK**

O ESP se constituiu como um relevante movimento reacionário no contexto educacional nacional, atuando para a construção de novas percepções do senso comum e na promoção de políticas e leis contrárias à democracia e igualdade. Apesar da narrativa de suposta espontaneidade de sua criação diante do imperativo combate à doutrinação ideológica e de ser, em certa medida, reflexo de estruturados preconceitos e desigualdades da sociedade brasileira, o ESP tem consolidadas raízes em iniciativas políticas de caráter internacional. Tanto em aspectos ideológicos, quanto em elementos basilares para o seu fortalecimento institucional ao longo dos anos, este movimento educacional nutriu íntimas relações com importantes agentes nacionais ligados a uma grande rede global de disseminação de valores, conhecimento e políticas neoliberais e neoconservadoras, a rede Atlas.

O objetivo das explicações que se seguem ao longo deste primeiro capítulo é evidenciar o cenário global de difusão de normas, discursos e políticas reacionárias no âmbito educacional, no qual a Atlas Network exerce importante papel devido à sua capacidade conectora de “núcleos do saber”. As explicações se constituirão como base teórica para os argumentos centrais dessa dissertação, sendo estes: o ESP emergiu e se fortaleceu na cena política nacional graças a suas diversas relações com a rede Atlas; e o movimento também serviu como nodo indireto - porém importante - desta rede para a disseminação de valores neoliberais e neoconservadores na educação brasileira.

### **2.1 Neoliberalismo, neoconservadorismo e a aliança conservadora na educação**

#### **2.1.1 Contextualizando o avanço das racionalidades e seus entrelaces**

O conceito de neoliberalismo, como será abordado ao longo do texto, transcende as noções de ideologia e política econômica. Para além de atual fase do capitalismo e modelo econômico posto como regra procedimental aos Estados, o neoliberalismo se constitui como uma razão de mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). Moldando políticas, instituições e sujeitos, a racionalidade neoliberal se firma como grande força para a consolidação dos ideais de mercado e competição em todas as esferas da existência humana. A partir de uma matriz

teórica pós-estruturalista embasada nos escritos de Michel Foucault, a filósofa estadunidense Wendy Brown (2015) entende racionalidade enquanto uma razão normativa que sustenta determinadas formas de governo – tido como ato de controle de condutas, e não a instituição governamental em si – e que, por conseguinte, produz sujeitos e relações aos moldes da razão de mundo/verdade imposta. A racionalidade neoliberal é razão normativa que sustenta formas de governo para a modulação da realidade de acordo com os ideais de mercado, livre iniciativa, liberdade econômica e competição.

Em sintonia com Brown (2006; 2015; 2018), Pierre Dardot e Christian Laval (2016), filósofo e sociólogo franceses, reconhecem o neoliberalismo enquanto a nova e atual razão do mundo, definindo-o como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (2016, p. 14). De acordo com os autores, a racionalidade neoliberal impõe transformações às relações sociais, instituições e a outros pontos da vida em sociedade, ao mesmo tempo em que estrutura novos elementos da realidade social, sempre a partir de uma lógica de mercado:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 13).

Segundo Brown (2015), análises críticas a respeito do neoliberalismo enquanto um conjunto de políticas ou apenas atual fase do sistema capitalista enfatizam alguns de seus efeitos deletérios, como o aumento das desigualdades sociais e econômicas; uma transformação antiética de tudo em produtos a serem comercializados; intensificação nas relações entre capital financeiro e o Estado; e consequentes crises econômicas advindas dessa lógica predatória. Contudo, a autora pontua que reconhecer o neoliberalismo como uma racionalidade não limita a percepção de seus efeitos a contextos institucionais ou a uma perspectiva essencialmente monetária. A racionalidade neoliberal impõe uma “economização” de práticas, pensamentos e métricas em todas as dimensões da vida humana.

Importante exemplo desse processo transformador é a subjetivação dos indivíduos à imagem empresarial. Governado para se reconhecer como sua “própria empresa”, o indivíduo toma para si a inteira responsabilidade de sua colocação nas disputas no mercado de trabalho, buscando constantemente aprimorar sua capacidade laboral para aumentar os ganhos de “sua empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016). O “empreendedor de si mesmo” não se entende como sujeito de direitos historicamente conquistados pela coletividade, mas sim como uma unidade imersa em campo de perene competição. O fomento a essa lógica de concorrência tem como pressuposto um contexto de desigualdades sociais e econômicas, no qual o preceito de igualdade não tem espaço (BROWN, 2015). E neste ímpeto competitivo, as características próprias do sujeito e as que ele se esforça por adquirir e/ou aprimorar a fim de impulsionar a “própria empresa” são tidas como “capital humano” que, de acordo com o funcionamento das estruturas econômicas, quanto mais se investe em seu “capital humano” em função das necessidades do mercado, mais se tende a ganhar (FOUCAULT, 2008).

São múltiplas as formas de governo das ações e subjetividades a partir da razão neoliberal, sendo estas, muitas vezes, tão sutis ao ponto de serem naturalizadas pelos indivíduos. Os signos do livre mercado, competição, desigualdade, “economização” da vida e a sujeição individual a estes são tidos como naturais pela governamentalidade<sup>9</sup> neoliberal. Assim como as relações sociais e individualidades são suscetíveis às transformações no sentido da racionalidade de mercado, a instituição estatal igualmente sofre com constantes processos de reestruturação. O Estado e suas ramificações também são submetidos à norma da concorrência, tanto em suas relações internacionais, quanto em suas próprias instituições constituintes. Além disso, a instituição do Estado também passa a se organizar e agir a partir da forma de empresa. Visar lucros, racionalizar gastos sociais e almejar patamares cada vez mais elevados de eficiência e eficácia passam a compor o repertório de ações estatais na condução de uma nova forma de gerir a máquina pública. O avanço do neoliberalismo sobre o Estado impacta num recuo deste diante de prerrogativas que lhe eram próprias, abrindo espaço para atores privados e externos à sua institucionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016; BALL, 2010). Entretanto, como pontua o historiador Roberto Moll (2015), essa diminuição do Estado em favor da esfera privada não significa a negação deste:

---

9 Governamentalidade são as múltiplas formas de governo sobre a conduta dos sujeitos a partir de uma determinada razão normativa socialmente imposta. O ápice das formas de governo é a submissão dos sujeitos a um autogoverno seguindo os preceitos da lógica racional imperante, no caso a neoliberal, sem um necessário controle externo da ação (DARDOT; LAVAL, 2016).



O Estado mínimo neoliberal não significa a ausência de Estado, pois esse não pode abrir mão do uso legítimo da força por meio das forças policiais e das forças armadas para garantir o direito à vida, à propriedade e às liberdades individuais, incluindo o direito ao próprio corpo. Portanto, os neoliberais, frequentemente, apoiam políticas de legalização das drogas, descriminalização da prática de aborto e união civil homoafetiva. E, como salvaguarda do direito à vida, a atuação mínima do Estado pressupõe políticas para socorrer aqueles que se encontram em necessidade (MOLL, 2015, p. 49).

As mudanças ocorridas no seio da instituição estatal em razão do avanço neoliberal serão abordadas com maior ênfase na seguinte sessão. Contudo se faz necessária breve contextualização do processo histórico de emergência da razão neoliberal no ocidente, para que seja mais bem compreendido o avanço desta sob o Estado e a educação.

Enquanto política econômica, o neoliberalismo passou a ganhar espaço a partir da década de 1970, com grande expansão em escala global nos anos de 1990 graças ao fenômeno da globalização (MOLL, 2015; DALE, 2004), mas em aspectos teóricos já era debatido desde as primeiras décadas do século XX (DARDOT; LAVAL, 2016). O avanço de políticas econômicas com forte centralização do poderio estatal nos processos de regulação do mercado, enquanto reflexo da predominância teórica do keynesianismo<sup>10</sup> foi um dos fatores que instigou grupos intelectuais, econômicos e políticos a promoverem uma releitura e difusão dos valores liberais<sup>11</sup>. Havia a percepção de que ideais socialistas e de cunho estatizante ganhavam uma ressonância cada vez maior na esfera econômica, o que seria potencialmente prejudicial à liberdade e à cultura ocidental (HAYEK, 2010; DARDOT; LAVAL, 2016). Em 1938 foi realizado em Paris o Colóquio Walter Lippmann, tida como a primeira iniciativa de caráter internacional para o reavivamento do liberalismo e sua contextualização àquele período histórico. O Colóquio levantou diversas discussões sobre a necessidade de novos limites ao Estado, assim como relativa aceitação de seu *modus operandi* interventor na economia sob a égide de um “novo liberalismo”. Em um tom mais proativo contrário aos avanços coletivistas<sup>12</sup> e ao forta-

---

10 Teoria econômica que pregava a necessidade o Estado como ator central no controle da economia. Estruturou-se a partir dos escritos do economista inglês John Maynard Keynes.

11 Apesar do intento de retomada de valores liberais para o centro do debate político, o neoliberalismo apresenta muitas dissonâncias em relação ao liberalismo clássico do século XVIII. Enquanto o *laissez-faire* primava por construtivos debates em relação aos tipos de limites a serem impostos ao governo político, mercado, direitos e ao próprio cálculo utilitário no sentido de articular interesses individuais para um bem coletivo, o neoliberalismo se fundamenta na busca sobre “como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si”, favorecendo uma perspectiva social essencialmente individualizante e competitiva. O neoliberalismo não é uma continuidade do liberalismo clássico, mas sim uma releitura que endossa a concorrência e uma completa “economização” da existência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 29).

12 Coletivismo como perspectiva política opositora ao individualismo, sendo muito criticada por Hayek (2010) em suas facetas socialista e fascistas.

lecimento global da instituição estatal, foi fundada a Sociedade Mont-Pèlerin em 1947 na Suíça. A Sociedade se firmou como importante instituição que agrega diferentes vertentes do neoliberalismo, porém sempre no intento de difundir seus valores contra o intervencionismo do Estado e os coletivismos ameaçadores das liberdades individuais (DARDOT; LAVAL, 2016).

As construções teóricas debatidas durante o Colóquio Walter Lippmann e nos encontros da Sociedade Mont-Pèlerin serviram de base para a criação e divulgação de importantes trabalhos acadêmicos de autores ligados às Escolas de economia Austríaca e a de Chicago (DARDOT; LAVAL, 2016). Alguns autores, que também são membros-fundadores da Sociedade Mont-Pèlerin, como Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek, ligados à tradição austríaca, e Milton Friedman, importante referência da Universidade de Chicago – havendo forte intercâmbio entre instituições, vertentes e até laços de trabalho e amizade entre os próprios intelectuais –, foram reconhecidos como relevantes referências teóricas para políticas de reestruturação da instituição estatal e fortalecimento da esfera privada sob a arena econômica<sup>13</sup>. Além de intelectuais, os três também se articularam como grandes militantes para a difusão global da racionalidade neoliberal em emergência. Hayek, em particular, foi idealizador da instituição que originou a Atlas Network, o que será aprofundado em outra sessão deste capítulo (MOLL, 2015; DJELIC, 2017).

A derrocada do modelo econômico keynesiano e o esfacelamento Estado de Bem Estar Social a partir da década de 1970, que são concomitantes e correlacionados à grande crise do petróleo e a tensões políticas em decorrência da Guerra Fria, foram elementos que contribuíram para um contexto propício de ascensão dos discursos neoliberais à esfera política. O Estado enquanto instituição forte, centralizador de processos econômicos e mantenedor de políticas sociais redistributivas foi tido como responsável pelas inúmeras crises que estavam pulsantes. A solução defendida pelos autoproclamados liberais<sup>14</sup> era a diminuição do papel do Estado e sua progressiva transformação aos moldes da eficiência empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016; MOLL, 2015). Com o aumento da internacionalização dos processos econômicos e políticos, o fortalecimento de espaços e redes transnacionais e o fenômeno da globalização, o

---

13 Em razão do reduzido tempo para a escrita da dissertação, não serão abordados os escritos destes autores de forma sistemática, com exceção de algumas obras de Hayek (2010, 2017), devido a sua importância para Atlas Network. Vale ressaltar que Moll (2015) realiza um breve resumo sobre os principais argumentos defendidos pelos respectivos autores no conjunto de suas obras.

14 Distantes dos valores do *laissez-faire* e propagadores da racionalidade neoliberal, mas se autorreconhecendo pela alcunha de liberais ou libertários em oposição aos coletivistas e defensores de um Estado forte.

neoliberalismo se difundiu globalmente, tanto em seus aspectos de influência na ação estatal e economia, quanto como razão de mundo imperante (BALL, 2010; 2012; DARDOT; LAVAL, 2016).

A emergência do neoconservadorismo enquanto importante força política<sup>15</sup> no governo de condutas sociais e institucionais ocorreu de forma simultânea e interligada à expansão da racionalidade neoliberal. Por razões díspares, em certos pontos, movimentos de cunho conservador e religioso também criticavam a atuação de um Estado forte para a correção de desigualdades sociais. As políticas redistributivas eram vistas como um grande problema para a sociedade, não apenas por serem supostamente antagônicas aos ideais de liberdade e competição, mas por não serem elementos propulsores para um desenvolvimento moral da população:

A prosperidade e a posição social eram vistas como reflexo dos desígnios de Deus e da seleção natural, resultantes da atuação dos homens em um mercado livre. Portanto, qualquer regulação com o objeto de produzir igualdade era entendida como uma perversão contra as leis de Deus e as leis da natureza, ou seja, equivalente ao socialismo. A regulação poderia eliminar a busca pela prosperidade, estimular a preguiça, diminuir a propensão ao trabalho, minar a autoestima e acabar com a produtividade. Para esses conservadores, as tentativas de redução da desigualdade seriam uma ameaça à civilização (MOLL, 2015, p. 52).

A visão neoconservadora sobre a centralidade do Estado na regulação das estruturas econômicas e da vida social tem uma forte perspectiva moralizante, o que diverge de certos elementos do espectro neoliberal de tecnicismo e eficiência aos moldes empresariais. De acordo com a perspectiva neoconservadora, os programas sociais de um Estado Providência eram garantidores de segurança econômica à população, o que foi tido como problemático por desestimular os indivíduos ao trabalho, principalmente em tempos de crise econômica. Somada à estratégia de fomento institucional à “preguiça”, a interferência do Estado na economia e sua busca por um igualitarismo “pervertido” resultou em uma percebida usurpação, por parte do Estado, de espaços e prerrogativas que antes eram próprios da instituição familiar, igreja e comunidade, o que enfraqueceu laços sociais. Os efeitos percebidos das políticas de um Estado com grande capacidade de regulação econômica eram vários, como o aumento da criminalidade; enfra-

---

<sup>15</sup> Apesar das similitudes teóricas, Dardot e Laval (2016) discordam de Brown (2006) quanto ao reconhecimento do neoconservadorismo como uma racionalidade, sendo este uma importante ideologia política e com fortes laços com o próprio neoliberalismo, segundo os autores franceses. De fato, o neoliberalismo tem uma ressonância global e capacidade de governo das condutas, instituições e subjetividades muito superior às do neoconservadorismo, mas este não deixa de se constituir enquanto uma razão normativa em menor escala.

quecimento do poder nacional e de valores ocidentais clássicos; uso de drogas por parte da juventude; apologia ao sexo e à pornografia (MOLL, 2015).

O pensamento/movimento neoconservador estadunidense<sup>16</sup> se originou a partir de uma miscelânea de referências e grupos sociais. Brown (2006, p. 696) pontua que os neoconservadores<sup>17</sup> se constituíram como uma aliança religiosa “profana” composta por cristãos e judeus; grupos seculares; intelectuais e grupos anticência; imperialistas; militares e combatentes da Guerra Fria, que se posicionavam com firmeza em prol do Ocidente e seus valores; feministas conservadoras e outros defensores de uma moral familiar; liberais e socialistas convertidos; entre outros. Todavia um elemento central e articulador dos diversos interesses do que viria a se constituir como neoconservadorismo era o forte sentimento de declínio da moralidade no ocidente. A centralidade da instituição estatal e a certa pluralidade da democracia liberal foram fenômenos que propiciaram a perda de um norte moral para a sociedade. Neste sentido, os neoconservadores intentaram a retomada de valores e costumes que se perderam ao longo das décadas de progressismo e avanços coletivistas, para que a humanidade volte aos trilhos de uma moralidade sagrada. Ou seja, os neoconservadores não buscam conservar, manter o *status quo* social, mas sim transformar o presente degenerado a fim de construir o futuro aos moldes de um passado idílico.

A ótica neoconservadora reproduz perspectivas aparentemente contraditórias a respeito da capacidade interventora da instituição estatal frente a diferentes contextos. O neoconservadorismo coaduna com a defesa de um Estado mínimo neoliberal no trato de questões econômicas e iniciativas que visam uma equalização social, assim como endossa críticas relativas à tomada de funções privadas/comunitárias por parte da instituição estatal (MOLL, 2015). Contudo o neoconservadorismo também objetiva o governo das leis e do Estado para a imposição de uma bússola moral e religiosa à sociedade (BROWN, 2006). Há a defesa de um Estado

---

16 O neoconservadorismo como uma racionalidade política de caráter moralizante nasceu na segunda metade do século XX nos Estados Unidos. Por ser um “novo conservadorismo”, ele se difere em muitos aspectos de um “conservadorismo antigo” do contexto estadunidense e de suas raízes europeias. Moll (2015) sinaliza que o antigo conservadorismo dos Estados Unidos tinha como base autores europeus como Edmund Burke e Thomas Carlyle, que se opunham a mudanças radicais e revolucionárias nas instituições e ordem social, além de articular um forte tradicionalismo religioso que endossava a necessidade de se garantir a ordem e moral para a defesa da liberdade. O autor também evidencia que o conservadorismo estadunidense se constituiu em bases elitistas e calvinistas, reforçando um caráter pecaminoso do homem, e não sob os pilares feudal e aristocrático, característicos do conservadorismo europeu. Brown (2006), por sua vez, afirma que o neoconservadorismo não reforça alguns ideais caros ao conservadorismo clássico, como afinidade à aristocracia, moderação e isolamento como estratégias políticas e um apoio moderado a uma lógica libertária.

17 Assim como os neoliberais se autodenominam pela alcunha de liberais ou libertários, os neoconservadores também se colocam como conservadores, apesar de reproduzirem discursos destoantes de um conservadorismo clássico.

mínimo que não intervenha no âmbito econômico e nas disparidades sociais, ao mesmo tempo em que se justifica um Estado robusto e centralizador para a promoção de uma única visão de mundo. Essa percebida incoerência da lógica neoconservadora gera muitas críticas advindas do meio neoliberal, como será exemplificado no terceiro capítulo dessa dissertação.

Apesar de certas consonâncias entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora, como a defesa de um livre mercado e Estado mínimo para a organização da esfera econômica, elas reproduzem diversos pontos antagônicos entre si, seja no campo subjetivo ou em espaços políticos e institucionais. Nesse sentido, Brown (2006) esboça alguns elementos constituintes e resultantes de cada uma das duas razões normativas, e busca levantar explicações sobre como uma racionalidade amoral e de mercado se entrelaça à outra de moral regulatória, em um processo recíproco de fortalecimento e produção/transformação de realidades.

### Quadro 1. Disparidades entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora

Neoliberalismo	Neoconservadorismo
“Fim” de fronteiras culturais e nacionais	Rearticulação e policiamento de fronteiras culturais e nacionais
Todas as relações sociais e institucionais submetidas a um <i>étos</i> monetário	Submissão ao <i>étos</i> monetário, mas com o intento de impor um norte moral à humanidade
Ordem global contornada por uma racionalidade de mercado universal	Articula-se pela ordem global neoliberal, mas visa à expansão de ideais nacionalistas e ambições de império sob uma égide moral
Diferenças culturais como produtos	Imposição de uma perspectiva moral única e valorização do sagrado religioso
Foco no futuro	Futuro aos moldes de um passado imaginado
Cálculo utilitário para satisfação pessoal	Ordem moral orientada para repressão e sublimação

Fonte: BROWN, 2006

Para se compreender a intercessão entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora a partir dos escritos de Brown (2006; 2015; 2018), se faz necessário uma breve explanação sobre seu conceito de “desdemocratização”. A transformação de sujeitos e instituição a partir da governamentalidade neoliberal implica na reconfiguração destes em função de critérios utilitários, de modo que suas ações e sua própria existência possam ser mensuradas e melhoradas a fim de atender a certos padrões de desempenho, como uma empresa. Esse processo induz a

um progressivo esfacelamento – ou adequação – de características pessoais e elementos institucionais de difícil mensuração ou pouco eficazes para um desenvolvimento produtivo. Aspectos subjetivos, dialógicos, políticos e coletivos das relações sociais e instituições, como o próprio Estado, perdem espaço diante do imperativo empresarial e sua incessante busca por maior eficiência. Esse processo de “esvaziamento” político pela razão neoliberal também reproduz seus efeitos sob a democracia liberal e suas instituições, fenômeno conceituado como desdemocratização. A democracia é esvaziada de seus elementos políticos, de sua construção participativa em prol de valores igualitários e públicos, além de seu próprio caráter democrático, tornando-se uma instituição meramente formal, desigual e limitada a ritos e regras procedimentais. Assim como o Estado, a democracia não desaparece formalmente, mas se torna um elemento instrumental, despolitizado e eficaz para a manutenção da racionalidade neoliberal (BROWN, 2015; 2018).

A desdemocratização, enquanto fenômeno de substituição do caráter político da democracia por uma cultura normativa de mercado é um processo equivalente à preparação do solo para o plantio, e consequente colheita, de novas formas de governo, de acordo com a metáfora utilizada por Brown (2006). Nessa perspectiva, o esvaziamento de uma “essência democrática” da própria democracia é solo fértil para a consolidação de outras formas de governar instituições e sujeitos em sintonia com a dinâmica neoliberal de contrariedade ao que é político, diverso e igualitário:

A racionalidade política neoliberal, que não conhece partido político, inadvertidamente preparou o terreno para que ideias e práticas políticas profundamente antidemocráticas se enraizassem na cultura e no sujeito. [...] O neoconservadorismo, que foi costurado no solo preparado pelo neoliberalismo, engendra uma nova forma política, uma modalidade específica de governança e cidadania, cuja incompatibilidade até mesmo com as práticas e instituições democráticas formais, não estimula crises de legitimação [para a esvaziada democracia] em razão da desvalorização neoliberal dessas práticas e instituições, que o neoconservadorismo então consagra (BROWN, 2006, p. 702, tradução nossa).

Em uma lógica de reforço mútuo, o neoliberalismo sedimenta as bases de sustentação do neoconservadorismo ao submeter instituições políticas e individualidades à dinâmica competitiva de mercado, na qual construções coletivas e debates políticos são menos relevantes do que conquistas individuais. E o neoconservadorismo, por sua vez, reforça os ideais de livre mercado, competição e não intervenção estatal na economia, na medida em que ganha força para um governo moral dos sujeitos. Valores democráticos, igualitários, públicos e políticos são paulatinamente minados no interior das relações sociais e instituições dado ao alto grau de

governo neoliberal e neoconservador. Como consequência, ataques ao que resta da democracia e direitos, que antes seriam tidos como problemáticos, se tornam cotidianos, “naturais” à vida em uma sociedade permeada pela articulação destas racionalidades.

### 2.1.2 A aliança conservadora na educação

Os apontamentos da subseção anterior evidenciam aspectos centrais para a compreensão do neoliberalismo e neoconservadorismo como racionalidades políticas que, apesar de inúmeras discrepâncias entre elas, se articulam em um reforço recíproco sob os pilares da desigualdade, esfera privada e de ataques a elementos políticos e democráticos das sociedades. De forma a ampliar o entendimento a respeito do poderio neoliberal e neoconservador no contexto educativo, essa subseção visa explicar brevemente algumas das construções teóricas do educador estadunidense Michael Apple (1993; 2000; 2003), cujo trabalho é importante referência para o estudo dos avanços de uma aliança conservadora nas estruturas educacionais. É válido ressaltar que Apple sustenta suas argumentações sob uma perspectiva teórica materialista, diferente da linha discursiva e pós-estruturalista adotada por essa dissertação e reproduzida pelos já citados Dardot e Laval (2016) e Brown (2006; 2015; 2018). Apesar dessas diferenças, que não serão aprofundadas, as obras de Apple contribuirão para o enriquecimento das análises a serem realizadas ao longo do texto.

Apple (2000) constrói seus estudos a partir de uma perspectiva relacional, pela qual compreende que a escolaridade e políticas curriculares são fatores intrinsecamente relacionados a amplas estruturas sociais de dominação e ao embate social a estas. Dessa forma, ao pesquisar sobre o cenário das políticas educacionais estadunidenses no final do século XX, o autor se atenta para a emergência de uma poderosa aliança situada à direita no espectro político, cuja atuação se expandia para diversas esferas da sociedade, mas com especial ressonância no campo educativo:

A guinada para a direita foi resultado do esforço bem-sucedido da direita de formar uma aliança de bases amplas. Essa nova aliança teve muito êxito em parte porque está conseguindo ganhar a batalha contra o senso-comum, isto é, tem costurado criativamente diferentes tendências sociais e concessões mútuas e as tem organizado sob sua liderança geral em questões relativas à [...] educação (APPLE, 2003, p. 43).

Essa aliança direitista, denominada como “aliança conservadora”, havia se tornado a principal força política e social nas determinações sobre a educação. Apesar do poder que essa fren-

te coletiva tomou sob o cenário educativo e do próprio conceito de “aliança”, sua consolidação não ocorreu de forma inteiramente harmônica. Permeada por diversos conflitos, práticas antagônicas e destoantes visões de mundo, a aliança conservadora foi capaz de articular suas amplas bases sociais a partir de esforços conjuntos para a construção de um projeto de caráter político, cultural e econômico sob as estruturas do sistema educacional. O objetivo comum entre as forças componentes dessa aliança era imposição hegemônica de suas pautas compartilhadas, em detrimento de iniciativas e forças progressistas na educação e a transformação do senso comum em sintonia com suas perspectivas. As diferenças entre os “aliados conservadores” não se sobrepunham aos interesses que congregavam, sendo o conjunto de seus ideais e iniciativas chamado de “modernização conservadora”<sup>18</sup> (APPLE, 1993; 2003). A aliança conservadora é composta por quatro grupos distintos:

1) Neoliberais: a parcela mais poderosa da aliança, cuja principal bandeira é a valorização da esfera privada em prejuízo das estruturas públicas na educação. De acordo os valores apregoados por este grupo, os pais e usuários dos sistemas educativos são consumidores do serviço educacional e, por isso defendem a liberdade de escolha individual sobre a educação, sendo a esta liberdade componente central para a própria democracia. Os estudantes deveriam ser preparados para uma vida de intensas competições no mercado de trabalho. Os professores e seus sindicatos, por sua vez, são tidos como excessivamente poderosos e dispendiosos, o que justifica constantes ofensivas a eles.

2) Neoconservadores: segundo grupo mais importante da aliança, orientados a partir de uma visão de Estado forte para a imposição de um controle moral sobre o trabalho docente e as estruturas educacionais. Perpetuam uma visão romântica e preconceituosa do passado, que se relaciona a um sentimento de perda de valores morais na atualidade e ânsia pelo retorno à realidade pretérita. São defensores do *homeschooling*<sup>19</sup>, provas nacionais e currículos obrigatórios que estejam de acordo com seus ditames morais e culturais. Também são promotores de ataques ao multiculturalismo e diversidade.

3) Populistas autoritários: religiosos fundamentalistas de orientação cristã. Militam contrariamente a debates e questionamentos a respeito dos papéis de gênero no ambiente escolar, por considerarem uma afronta a deus e à natureza. O ensino público é tido como perigoso por não

---

18 A expressão “modernização conservadora” de Apple (2003) não se relaciona com a homônima de Ianni (1983), que caracteriza o processo de desenvolvimento industrial, urbano e rural brasileiro com a manutenção de estruturas fundiárias concentradas, desiguais e de fraco caráter participativo e democrático.

19 Também defendido por neoliberais, como será evidenciado no terceiro capítulo.



reproduzir os valores morais predominante em seus ambientes domésticos. Assim como os neoconservadores, têm um sentimento de perda dos valores familiares pela sociedade.

4) Nova classe média gerencial: representantes da nova classe média. São profissionais qualificados e em posição de gerência que alçaram a mobilidade social no interior do Estado. Utilizam seus conhecimentos técnicos para a implementação prática da modernização conservadora. Tendem a certa neutralidade política, mas se aproximam dos neoliberais em muitos aspectos (APPLE, 2003).

Apesar de produzir seus argumentos a partir de bases teóricas distintas das de Brown (2006), Apple (2003) igualmente evidencia a existência de muitos pontos discordantes entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, e também reconhece que estes dois grupos/forças políticas se entrelaçam para a conquista de objetivos comuns. A consideração do neoliberalismo e neoconservadorismo como racionalidades políticas possibilita uma expansão da perspectiva analítica levantada por Apple no contexto educativo. Compreender que há uma forte articulação entre essas forças na esfera da política educacional, a partir de Apple (2000; 2003), mas tê-las enquanto racionalidades, como exposto por Brown (2006; 2015) e Dardot e Laval (2016), facilita a percepção de seus efeitos para além das políticas públicas ou senso comum, mas como relevantes fatores para a modulação de subjetividades e bases institucionais. Reconhecer os avanços e articulações entre essas racionalidades na educação também é importante para situá-las como normas, discursos e fluxos regulatórios que viajam globalmente por meio de redes internacionais de governança educativa (das quais fazem parte a Atlas Network e o ESP), como será trabalhado na próxima seção.

## **2.2 A regulação educativa e a expansão global do neoliberalismo: da centralidade estatal às redes internacionais**

### **2.2.1 Os modos de regulação da política educacional e as alterações do papel do Estado**

O uso do conceito de regulação no âmbito político remete à tentativa de compreensão das transformações sofridas pela instituição estatal ao longo das últimas décadas do século XX e seu contínuo processo de reestruturação no século XXI, em função dos avanços de uma ordem global estruturada sob a racionalidade neoliberal (DUPRIEZ, 2010; MAROY, 2011b). Dupriez e Maroy (2003) definem, em linhas gerais, regulação como processo de produção de regras e diretrizes para a conduta de atores em um contexto social determinado. A produção

de regras pode ser entendida como a capacidade de governar interações, controlar comportamentos, padrões de ação. Assim, o Estado como agente regulador seria responsável pela proposição de normas amplas para a orientação da ação social nos sistemas de seu alcance.

No campo educacional, essas mutações do papel e estrutura do Estado podem ser trabalhadas teoricamente a partir da percepção de mudanças nos modos de regulação da política educacional (LESSARD, 2010). Como a educação é coordenada; de que maneiras são constituídas as diretrizes, normas e ordenamentos para a ação e interação dos atores nos sistemas educacionais; e como se dão seus reajustes e ações conjuntas são questões que podem ser compreendidas quando se atenta para o modo como a política é regulada. Assim, pensando principalmente em uma dimensão institucional dos processos de regulação, serão trabalhadas as mudanças nos modos de regulação da política educacional pelo Estado nessa subseção<sup>20</sup>.

Anterior à emergência global do neoliberalismo como racionalidade imperante, o Estado se constituía como ator primeiro e centralizador dos processos de regulação graças às suas estruturas burocráticas. A instituição estatal enquanto figura consolidada para a provisão dos serviços educacionais se deu por uma longa construção histórica. Ao fim do século XIX, para parte dos países europeus, as instituições escolares eram percebidas como elementos propulsores para o progresso da nação. A grande função da escola era o combate à ignorância, produzindo cidadãos educados e trabalhadores treinados para atuar no crescente ramo da indústria, o que fez a escola ser tida como evidência no desenvolvimento industrial das sociedades (DUPRIEZ; MAROY, 2003). A construção e consolidação de muitos sistemas escolares nacionais de massa durante as décadas de 1950 e 1960 – período que contempla parte do ciclo do Estado de Bem Estar Social europeu e do Desenvolvimentismo Econômico latino-americano – reforçou a noção do Estado como agente centralizador da regulação

---

20 A regulação social é constituída por uma grande variedade de processos simultâneos, em múltiplos níveis, gerados pelas ações e reações de diversos atores com seus interesses específicos, poder e capacidades distintas de mobilização. Os processos de construção de normas, diretrizes, orientações para a ação dos atores em um determinado sistema tendem a se constituir como contraditórios e contenciosos devido à imensa gama de estratégias e objetivos conduzidos por estes (MAROY, 2011a). Apesar dessa grande possibilidade de análises da política educacional pelo prisma da regulação, seu uso nessa dissertação terá o foco em sua dimensão institucional, sendo esta as ações promovidas por uma autoridade legítima ou instância reconhecida como de poder, como o Estado, para orientar, coordenar e controlar as ações dos atores e suas interações em seu contexto de influência (BARROSO, 2005). Tal delimitação se justifica pelo reduzido tempo de escrita, o que impossibilita análises mais aprofundadas de outros aspectos dos processos regulatórios.

educacional, tanto na formulação das políticas e coordenação das ações nos sistemas, quanto na execução destas (LESSARD, 2010; MAROY, 2010; REZENDE, 2019).

O papel central do Estado nos processos de regulação da política pública educacional em países ocidentais, durante grande parte do século XX, é característica fundamental do modo de regulação “burocrático-profissional”. Sob a égide desse modo de se regular a política educacional, o Estado primava por uma uniformidade de regras e serviços que favorecessem a universalidade, igualdade e maior acesso, em detrimento a fatores ligados a uma lógica empresarial, como qualidade, escolha e eficácia. A atenção a demandas específicas e individuais não contemplavam os propósitos amplos e abrangentes de desenvolvimento nacional e formação de mão de obra qualificada em larga escala. Grupos políticos, econômicos, sociais minoritários, famílias e alunos, enquanto atores na regulação dos sistemas educacionais tinham pouca ou nenhuma influência na delimitação das regras, diretrizes e definição dos papéis exercidos no seio dos sistemas de educação. O Estado era o grande coordenador da regulação educativa (BARROSO 2006; MAROY, 2011a).

A sustentação do modelo de poderio administrativo-burocrático estatal na definição de regras e competências dos atores nos sistemas sociais se dava por aliança formada com categorias corporativas profissionais, como os docentes, no caso da educação. Aos professores era garantida a autonomia individual e coletiva para a definição e organização de seus trabalhos (OLIVEIRA, 2004). O Estado permanecia como delimitador de hierarquias, planejador geral dos objetivos e funções dos atores de forma regulamentada, mas aos docentes era garantida certa liberdade na formulação pedagógica de seu labor e autonomia para uma construção coletiva de suas possibilidades de ação e de suas carreiras nos sistemas educacionais (MAROY, 2011a).

O fortalecimento do neoliberalismo como racionalidade preponderante e modelo econômico em voga, somado às crises econômicas da década de 1970 e 1980, implicaram na mudança da forma do Estado Providência, robusto e centralizador dos processos políticos para um Estado com campo de atuação mais racionalizado, reduzido e menos restritivo à atuação de novos atores em searas que antes eram de sua exclusividade (AUGUSTO, 2010; DARDOT; LAVAL, 2016). Por conseguinte, o modelo burocrático-profissional se enfraqueceu e novos modos de regulação das políticas educacionais ganharam espaço e relevância no cenário global. Carregando novos significados para a educação e orientados por uma tendência

tecnocrática e empresarial de eficiência, efetividade e escolha, surgem os modos “pós-burocráticos”<sup>21</sup> de regulação educacional (DUPRIEZ; MAROY, 2003).

Maroy (2011a) e Barroso (2005, 2006) sinalizam que os novos modos de regulação pós-burocráticos dos sistemas educativos nacionais apresentam várias combinações e arranjos distintos, mas alguns elementos das novas formas de se regular as políticas educacionais tendem a ser convergentes. De forma contrária ao modo burocrático-profissional, os modelos pós-burocráticos, em geral, favorecem a autonomia dos estabelecimentos e unidades escolares, não estando mais limitados a rígidas imposições e delimitações estatais. Contudo, é perceptível um crescimento substancial de formas de avaliação externa dos estabelecimentos, sistemas e atores envolvidos no campo educacional, como uma forma indireta de controle. Maior autonomia dos estabelecimentos escolares implica em maior capacidade de vocalização e reconhecimento de interesses, que antes estavam alheios aos processos regulatórios diante da forte padronização regulamentada do modelo burocrático-profissional. Por conseguinte, há um gradual processo de abertura à escolha da escola por parte dos pais, devido à emergência de uma maior diversidade na oferta escolar e com percursos educacionais específicos a determinadas demandas individuais.

O Estado, em consonância com os novos modos de se regular a educação, passa a não ser mais o único ator na delimitação e execução das políticas educacionais e da coordenação do sistema educativo, por vezes, não sendo nem a autoridade mais relevante nos processos regulatórios (BALL, 2010; OLIVEIRA, 2005). A sua centralidade administrativo-burocrática dá espaço a uma lógica de customização adequada a diversos interesses, mas sempre ligada à racionalidade neoliberal e seu processo de transformação das instituições e subjetividades a partir da forma empresarial. Os limites entre o público e o privado tornam-se mais nebulosos e a educação pública adquire novos contornos, não sendo apenas um serviço prestado para o desenvolvimento nacional, mas também uma espécie de “mercado”, no qual os estabelecimentos de ensino competem entre si, a partir de padrões de eficiência, efetividade e qualidade. E os usuários dos sistemas de educação e seus familiares não são apenas cidadãos, mas “clientes” nessa emergente seara mercadológica (FELDFEBER, 2006; MAROY, 2011a).

---

21 Os modos pós-burocráticos podem ser subdivididos em “avaliador”, no qual há imposição de formas de avaliação da performance dos atores do sistema educativo, com seus respectivos favorecimentos ou sanções, de acordo com os resultados, e “quase-mercado”, aonde o aumento da qualidade da educação se daria por meio da competição entre estabelecimentos escolares no quase-mercado educativo (MAROY, 2011a). Essas delimitações sobre os modos de regulação funcionam como tipos ideais para facilitar suas análises, existindo diversas nuances e intercâmbios entre estes, inclusive com elementos do burocrático-profissional (BARROSO, 2005).

A aliança entre os docentes e a instituição estatal, característica fundamental do modelo burocrático-profissional, também sofre os impactos do avanço do neoliberalismo e suas consequentes mudanças nos processos regulatórios. Em alinhamento à nova qualidade de “mercado” da educação e suas necessidades de atendimento às demandas dos consumidores e padrões de eficiência empresarial, a profissão docente se reestrutura para uma condição de menor autonomia e com cobrança por determinadas performances que atendam aos interesses do mercado (OLIVEIRA, 2004, 2005).

### 2.2.2 A regulação transnacional e as redes de governança educativa

O modo burocrático-profissional de regulação dos sistemas públicos de educação pressupõe a existência de um centro único, forte e convergente dos fluxos normativos e de orientação e coordenação, sendo este o Estado. Os modos pós-burocráticos, de maneira contrária, reconhecem a difusão do poder regulador dos sistemas educacionais em diversos polos, sendo o Estado apenas um nodo nesse grande campo policêntrico de disputa política. Um elemento importante para a análise dos novos modos de regulação das políticas públicas educacionais é a percepção de que alguns desses novos centros de poder agem como redes políticas e têm origem para além dos limites nacionais. Não apenas as famílias, estudantes e agentes privados nacionais ganham voz e poder de mobilização nos novos modelos regulatórios, mas atores transnacionais, como organismos internacionais, redes filantrópicas e *think tanks* emergem como atores na criação de normas e formas de governo de condutas da esfera educacional.

Ball (2012), ao atentar seus estudos sobre a disseminação do “privado” na educação estatal de diversos países, percebe a existência de fluxos de políticas que se “movem”, “viajam” ao redor do mundo e levam consigo discursos, normas, orientações e diretrizes para enfatizar uma determinada forma de funcionamento dos sistemas educacionais. Essa forma, construída a partir de pressupostos neoliberais e contrários à centralidade estatal, flui globalmente por meio de grandes *redes de políticas*<sup>22</sup>. As redes de política são como um novo tipo de organização social que envolve relações, fluxos e movimentos de circulação específicos. Por vezes opacas e de difícil percepção, essas redes são como dispositivos que ligam formas antes distantes de interação social e, de maneira fugaz e dinâmica, possibilitam a realização de trocas, negociações e compromissos. Essa qualidade conectora das redes de políticas faz com

---

22 Tradução livre de “policy networks”.

que elas se constituam como comunidades de políticas, nas quais seus atores pertencentes/conectados compartilham de interesses, concepções sobre a realidade educacional, percepções sobre determinados problemas e promovam suas soluções de forma conjunta.

Por não haver um consenso sobre como as redes de políticas, de fato, operam e se constituem, a noção de “rede” representa, simultaneamente, um método de análise para se “ver” a estrutura dessas comunidades de políticas e suas relações sociais; e um conceito que representa as mudanças que têm ocorrido na forma de governo e regulação política da educação nacional e global. A própria percepção de “comunidade” que se forma a partir das relações construídas pelas redes é fluida, dado à multiplicidade de maneiras de um ator estar imbricado nesse condensado de ligações de caráter internacional (BALL, 2012). A validação de novos discursos políticos e novas formas de influência sobre os sistemas educacionais, catalisados pela constituição das redes de políticas e a entrada de seus novos atores, possibilitam a institucionalização de certos valores, culturas e formas de comportamentos que antes não tinham espaço na seara educativa (BALL, 2010; JUNEMAN; BALL; SANTORI, 2018). Tais valores, que são de forte cunho privatizante e neoliberal, reforçam uma lógica de atuação conjunta dos atores pertencentes às redes. Contudo, são atores variados, com distintos modos de atuação sobre as estruturas das políticas educacionais e que guardam, todos os quais, suas especificidades. Ball (2012) evidencia a presença de certos tipos de atores nessas opacas redes/comunidades de políticas, como: agências multilaterais e organismos internacionais (OIs), a exemplo do Banco Mundial (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC) e, em especial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Organizações Não-Governamentais (ONGs); grupos de negócios internacionais; consultores da área educacional, acadêmicos e empreendedores de políticas; grandes grupos de filantropia; *think tanks*, suas redes e *advocacy groups*; e, inclusive, governos nacionais. O autor sinaliza a dificuldade no reconhecimento e análise de todos os atores pertencentes às redes e seus papéis nestas, devido à fluidez e dinamismo de suas estruturas, além da existência de grande intercâmbio entre pessoas e instituições na mesma rede de relações.

As redes transnacionais de políticas educativas, para além de um complexo de relações e uma comunidade de atores com seus compromissos e partilhas ideológicas, também representam novos espaços de decisão e regulação da política educacional. É pelas redes que discursos, normas e diretrizes de organização para o funcionamento dos sistemas educacionais fluem

mundialmente, em geral, advindos de grandes organismos internacionais ou países centrais, até para os mais ínfimos espaços da periferia global (BALL, 2010; BARROSO, 2006). Nesse sentido, Barroso (2006) coloca a regulação transnacional<sup>23</sup> como:

[...] o conjunto de normas, discursos e instrumentos (procedimentos, técnicas, materiais diversos, etc.) que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão e consulta internacionais, no domínio da educação, e que são tomadas, pelos políticos, funcionários ou especialistas nacionais, como ‘obrigação’ ou ‘legitimação’ para adotarem ou proporem decisões ao nível do funcionamento do sistema educativo (BARROSO, 2006, p. 45).

Como novos espaços de construção do fenômeno regulatório educacional em sua dimensão institucional, as redes de políticas, reconhecidas como autoridades internacionais, promovem a renovação de formas de exercício do poder político. A grande influência dessas redes internacionais nos modos pós-burocráticos de regulação, somada à nova estrutura policêntrica de decisão política, catalisam transformações nas formas de governo da educação, em direção a uma estrutura de governança. A governança de um sistema educativo denota a renúncia de algumas posições de autoridade por parte do Estado – e ganho de poder em outras –, possibilitando que novos atores emerjam no cenário político para a construção de decisões e resolução de problemas de forma coletiva. A partir da racionalidade neoliberal, a perspectiva de governança se mostra como mais eficiente e legítima no trato dos problemas educacionais, por não limitar processos de decisão a um só ator, além de realizá-los dentro de moldes empresariais (BALL, 2010, 2012).

Um importante ator das redes de governança educacional, que exerce grande impacto nos processos de regulação transnacional da educação é a OCDE. Fundada em meados do século XX, a OCDE exerce relevante papel no capitalismo global pelo seu forte estímulo ao desenvolvimento econômico e comércio internacional, tanto sobre seus países-membros, quanto nas nações que não a integram. Como um grande espaço de governança global, a organização trabalha para o:

[...] estabelecimento de padrões internacionais baseados em evidências e para encontrar soluções para uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais. Desde a melhoria do desempenho econômico e a criação de empregos, até a promoção de uma educação forte e a luta contra a sonegação internacional de impostos, nós fornecemos um fórum e um centro de conhecimento exclusivos para dados e análises, troca de experiências, compartilhamento de melhores práticas e aconselhamento sobre políticas públicas e estabelecimento de padrões internacionais (OCDE, [201-?], <<http://www.oecd.org/about/>>, tradução nossa).

---

23 Barroso (2006) também evidencia as dimensões nacional e local dos processos de regulação.

O interesse da OCDE no campo educativo é relativamente recente. O espalhamento do fenômeno da globalização e da racionalidade competitiva do neoliberalismo foi essencial para o reconhecimento da educação como central à competitividade econômica nacional. Essa visão repaginada sobre a educação no cenário internacional, aliada a um crescente uso de informações, dados e conhecimentos em geral para o desenvolvimento econômico – uma economia do conhecimento – fez com que a OCDE passasse a abarcar a educação como fator primordial em suas análises e diretrizes para a formulação de políticas públicas. A ascendência da pauta educativa na instituição foi rápida, considerando que o reconhecimento da educação como elemento fundamental para a competitividade econômica internacional se deu de forma mais enfática no Pós-Guerra Fria (1947–1991) e, poucos anos depois, em 2002, a educação se consolidou como tema de um diretório permanente na instituição (GREK, 2010).

A OCDE se estruturou como um importante nó na rede internacional de governança educativa, na qual, junto com outros atores, cria respostas coordenadas para o enfrentamento de desafios políticos comuns. Sua preponderância nesse cenário pode ser justificada pela sua agenda de formulação, divulgação e comparação de indicadores educacionais, e por seu consequente esforço para a construção de um campo global de políticas de educação em torno de números. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é o principal projeto da organização na área educativa. Conduzido a cada três anos, desde o ano 2000, o Pisa é o maior programa de avaliação que mede as habilidades, competências e conhecimento de jovens em educação compulsória no mundo. Aplicado a estudantes em mais de 70 países (OCDE, 2019, <<https://bit.ly/3k9exqs>>), o Pisa, além de avaliar aspectos mensuráveis do fenômeno educativo, como literacia e numeracia, atua como um medidor de fluxo de capital humano nas economias nacionais. Ou seja, o Pisa, a partir das competências avaliadas pela OCDE, busca compreender sobre a capacidade de resolução de problemas dos estudantes, aspectos de suas relações interpessoais, motivação, autoconhecimento e outros elementos propositivos para o aumento da competitividade econômica nacional (SELLAR; LINGARD, 2014; GREK, 2010).

Grande parte da legitimidade da OCDE como relevante ator na governança educativa global se dá pelo seu uso e produção do conhecimento científico. A condensação dos resultados do Pisa e a produção de relatórios, como o “Education at a Glance”, posicionam a organização



como o maior provedor global de expertise técnica na mensuração do desempenho escolar dos países (SELLAR; LINGARD, 2014). O conhecimento produzido pela OCDE e a construção de formas de comparação entre os países por ela engendrada, incita um sentimento de urgência nos Estados. A partir dos dados apresentados, embasados em um grande aparato metodológico e de reforço à evidência científica, as nações se conscientizam sobre seus problemas na educação e buscam a melhoria de suas políticas dentro dos quadros comparativos (VERGER, 2019). Grek (2010) compreende que essa abordagem científica para o embasamento de decisões políticas é fortemente vinculada a uma forma de governança por comparação, na qual o ato de comparar resultados de performances educativas não se constitui apenas como método, mas também como uma forma de exercer poder político e controle indireto sobre os atores vinculados a essa lógica.

Ao se analisar o papel da OCDE nas redes de governança educativa sob o prisma da regulação, percebe-se que uso do Pisa – e de outras formas e modos de conhecimento produzidos, agregados e divulgados pela organização – se constituem como uma maneira “sutil” de regulação sobre a política educacional dos Estados, na qual a OCDE age pela informação e persuasão, em vez de comandos e imposição verticais. Os resultados dos Pisa, no caso, como um modo de mensurar a qualidade da educação de um país, possibilitam a identificação de problemas e objetivos comuns entre as nações, graças a um trabalho de comparação de resultados. A OCDE, então, tendo conhecimento sobre o cenário educativo de diversos países, usa de sua legitimidade e articulação nas redes de governança, graças a sua roupagem científica e de produtora de conhecimento, para espalhar boas práticas políticas e educacionais que, em tese, seriam efetivas para que os sistemas educativos nacionais alcem certos padrões de qualidade tidos como positivos e esperados (CARVALHO; COSTA, 2017).

Essas orientações de boas práticas são, em geral, de caráter isomórfico. Ou seja, são ações padronizadas, prontas “a se vestir” e que não atendem às variadas especificidades sociais, culturais, históricas e políticas de cada sistema nacional de educação, reproduzindo o que Barroso (2003, 2006) chama de efeito contaminação. As diretrizes e formas de atuação colocadas pela OCDE aos países para a resolução de seus problemas educacionais são como “empréstimos de políticas”, soluções transportáveis de um país para outro, sem uma devida adaptação ou construção contextualizada que, em tese, legitimam mudanças nos sistemas educacionais, graças ao reconhecimento deste OI. Dessa forma, a OCDE produz e promove a circulação global de diretrizes, normas, maneiras de atuação e de controle sobre os sistemas educativos nacionais e seus atores, pela da adoção de suas orientações padronizadas por parte

dos formuladores de política nacionais, que as vêem como legítimas, efetivas e embasadas em conhecimento científico.

## **2.3 *Think tanks* e a Atlas Network: conceito, história e articulações nas redes internacionais de política educativa**

### 2.3.1 Breve conceituação de *think tank*

Ao introduzir seu estudo sobre a importância da OCDE para a construção de um espaço educativo europeu, Grek (2010) sinaliza que a instituição assumiu importante papel político como uma agência supranacional nos últimos anos, mas que continua a ser um relevante *think tank* e produtor de dados comparativos em âmbito internacional. Como colocado pela autora, essa constatação possibilita compreender um pouco o papel dos *think tanks* no cenário político e sua relação com a produção/mobilização de conhecimento, apesar da menor capacidade de influência política quando comparados com grandes OIs, como se tornou a OCDE.

Uma das possíveis traduções da expressão “think tank” é “núcleo do saber”, ou seja, um ator unitário reconhecido por sua relação com o conhecimento, o que reforça a noção de proximidade entre este tipo organizacional e a mobilização de conhecimento no cenário político, como é feito pela OCDE. Soma-se a essa percepção as colocações de Ball (2012), evidenciadas na seção anterior, sobre o pertencimento de *think tanks* às redes globais de governança educativa, que difundem discursos, normas e políticas a partir de uma lógica predominantemente neoliberal. Apesar dessas constatações, o que, de fato, é um *think tank*?

O Global Go To Think Tank Index Report (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2020, <<https://bit.ly/2EKcdXQ>>), principal estudo global sobre *think tanks* produzido anualmente pela Universidade da Pensilvânia (UPenn), no qual os *think tanks* de todo mundo são *rankeados* a partir de avaliações sobre suas produções e atuações em variadas categorias, conceitua esse tipo institucional como:

[...] organizações de pesquisa e engajamento em políticas públicas que geram estudos orientados para políticas, análises e conselhos sobre questões nacionais e internacionais, permitindo que os legisladores e o público tomem decisões com base em informações sobre as políticas públicas. *Think tanks* podem ser instituições afiliadas ou independentes, que se estruturam como órgãos permanentes, e não a partir de comissões *ad-hoc*. Essas instituições costumam atuar como uma ponte entre o meio acadêmico e comunidades políticas e entre os Estados e a sociedade civil, atendendo ao interesse público como uma voz independente que traduz a pesquisa aplicada e básica em uma linguagem que é compreensível, confiável e acessível para os formuladores de políticas e o público. [...] Os *think tanks* podem

desempenhar muitas funções nas sociedades das quais fazem parte; há, de fato, uma grande variação entre os *think tanks* no trabalho que realizam e a extensão deste (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2020, p. 13, tradução nossa).

Essa definição genérica do conceito de *think tanks* é uma tentativa dos estudiosos que conduzem o Global Go To Think Tank Index Report em abarcar as diferentes concepções desse tipo organizacional, seus variados níveis de independência em relação a outras instituições e as especificidades regionais que modelam o conceito. A variedade de contextos e funções em que organizações podem ser reconhecidas como *think tanks* denota um dilema para a definição do próprio conceito, como afirma Juliana Hauck (2015). De acordo com a autora, ainda que *think tanks* sejam tidos como importantes atores no influenciar dos processos políticos a partir da mobilização de conhecimento, a literatura acadêmica que trata a respeito da definição destes não chega a um ponto de convergência. E essas discrepâncias conceituais se fazem presentes inclusive nas discussões sobre quando este tipo organizacional teria surgido. Segundo Tom Medvetz (2012), o reconhecimento do que é um *think tank* impacta na percepção a respeito de seu surgimento, havendo estudos que indiquem a criação do primeiro *think tank* ainda em meados do século XIX. O autor, contudo, sinaliza que uma das primeiras instituições cujo objetivo era melhorar políticas públicas a partir de pesquisa social, a Chicago Civic Federation, nos Estados Unidos, foi criada ao final do século XIX. Diane Stone (2007, p. 4) pontua que o termo *think tank* se originou durante a Segunda Guerra Mundial, quando foi utilizado para se referir a ambientes seguros onde estrategistas estariam protegidos a fim de articularem seus planos militares. Durante a década de 1960, o termo já havia se consolidado no léxico anglo-americano de análise política, sendo utilizado como referência a institutos de pesquisa independentes.

Ao longo da década de 1970, o termo *think tank* teve seu uso expandido em razão de um fenômeno chamado “*advocacy explosion*”, no qual foram criadas dezenas de instituições nos Estados Unidos para influenciar a política a partir da construção de pesquisas. A entrada destas instituições na cena política foi amplamente divulgada pela mídia estadunidense, popularizando o termo (MEDVETZ, 2012). É relevante pontuar que o *boom* dos *think tanks* nos Estados Unidos se deu concomitantemente à expansão do neoliberalismo, que emergia como racionalidade e modelo econômico em oposição ao decadente Estado de Bem Estar Social, o que abriu espaço para novos atores privados nos processos de governança. Esse contexto de emergência não delimita que todos os *think tanks* sejam neoliberais, ou mesmo neoconservadores, mas que houve abertura política na regulação estatal para a consolidação

desse novo tipo de ator. Ainda sobre o aspecto ideológico, ao estudarem *think tanks* na educação australiana Thompson, Savage e Lingard (2016) apontam que estes existem em todas as formas, tamanhos e orientações políticas e que, apesar da tendência de enquadrá-los como de “direita”, alguns se assumem como de “centro” ou de “esquerda”.

Como evidenciado no início desta seção, são variadas as perspectivas teóricas que abordam o conceito de *think tanks*, a (in) dependência destes com relação a outras instituições, seus campos de atuação e formas de agir sob o cenário político<sup>24</sup>, apesar da existência de um relativo consenso quanto ao uso de formas de conhecimento para influir em seus campos de ação. De maneira resumida, serão trabalhados alguns elementos das perspectivas de instituições intermediárias (LUBIENSKI; SCOTT; DEBRAY, 2011) e de instituições fronteiriças (MEDVETZ, 2008; 2012) a fim de facilitar a compreensão sobre como *think tanks* atuam no contexto educacional.

Lubienski, Scott e DeBray (2011) evidenciam o papel dos *think tanks* na seara da política educacional como organizações intermediárias, atuando na “corretagem”<sup>25</sup> de informações e conhecimento a respeito de políticas educativas e desempenho educacional. Os *think tanks*, assim como *advocacy groups* e institutos de pesquisa, mobilizam evidências e conhecimento sobre educação para que os formuladores de políticas tomem decisões cientificamente embasadas. Em muitos casos, as evidências mobilizadas por essas instituições que intermedeiam conhecimento para fins políticos não são derivadas de estudos próprios, sendo alguns apenas corretores que “vendem” evidências de estudos produzidos por terceiros para influir no meio político e econômico. Essas organizações intermediárias podem não se atentar de forma muito enfática ao rigor acadêmico de um estudo científico ou aos canais reconhecidos pelo meio universitário para divulgação científica quando, de fato, produzem seus estudos, mas realizam com eficiência o enquadramento, divulgação e mobilização das informações necessárias para causar impacto no cenário político. Outro ponto relevante analisado pelos autores, além da pretensa aura acadêmica dessas instituições, é o caráter responsivo de suas produções/mobilizações/divulgações com quem os financia. Ou seja, muito do que é mobilizado de evidências e conhecimento sobre educação por *think tanks* deve estar de acordo com os interesses e ideologias de seus financiadores, o que contrapõe uma suposta qualidade de independência dessas instituições.

---

24 Hauck (2015) faz importante trabalho de sistematização sobre os conceitos e teorias que contemplam o campo de estudos sobre *think tanks*.

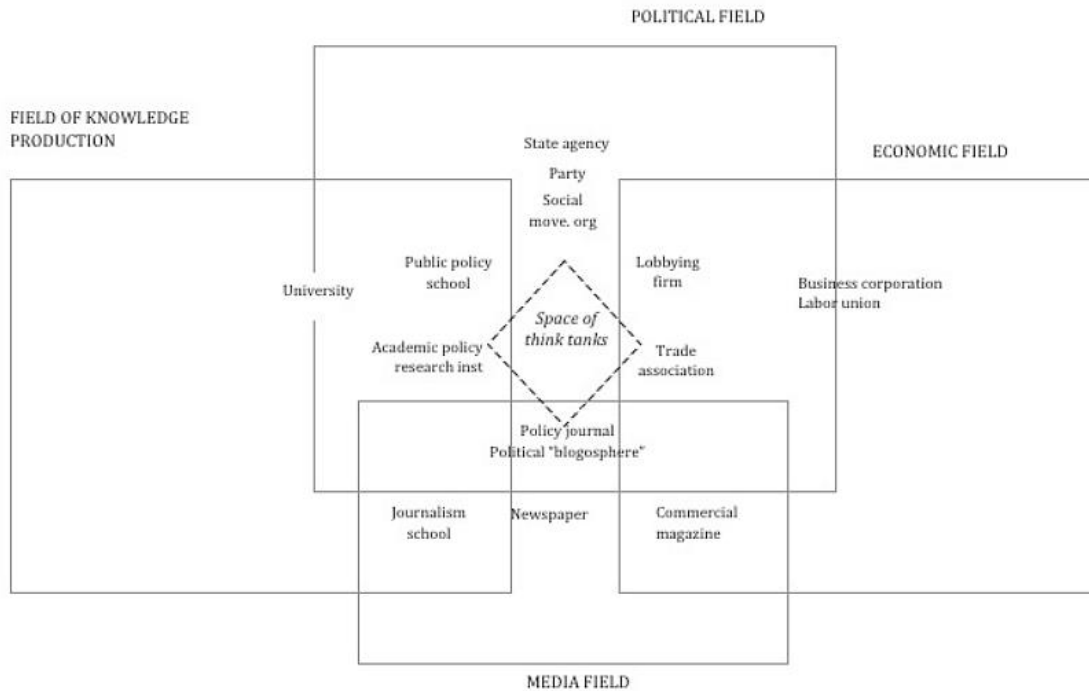
25 “Brokerage”, em inglês.

Para Medvetz (2008; 2012), é preciso compreender os *think tanks* a partir de como estes se posicionam entre diversos campos sociais a fim de exercer sua influência. Se utilizando das construções teóricas de Pierre Bourdieu sobre “espaço social” e “campo de poder”<sup>26</sup>, o autor entende que os *think tanks* se situam em um espaço social próprio que se encontra nos limites dos campos sociais de *produção de conhecimento, político, econômico e midiático*. Se situando nos limites entre estes quatro campos, os *think tanks* acumulam certas formas de autoridade próprias dos atores de legítimo pertencimento destes, mas não se constituindo enquanto atores delimitados a um campo social. Por exemplo, os *think tanks* podem influir com maestria no cenário político, mas não possuem todas as prerrogativas e poderes de atores próprios do campo, como partidos políticos. Esse limite representa uma possibilidade de ação dos *think tanks* que, ao permanecerem na fronteira, acumulam certas formas de autoridade que possibilitam ações legítimas e próximas às da instituição do campo em questão e, por permanecerem como *think tanks* – na indefinição característica da condição de instituição fronteira – não se deparam com limites próprios do ator delimitado pelo campo. Em similitude, os *think tanks* têm legitimidade para produzir conhecimento, assim como as universidades, mas não é interessante para um *think tank* se tornar uma universidade, pois esbarraria em limites que afetam as instituições universitárias, mas não a ele mesmo. A posição privilegiada dos *think tanks* entre os campos sociais permite que estes acumulem poder e, paulatinamente, expandam os limites dos campos, aumentando sua capacidade de atuação, ainda que sob a fronteira.

---

26 “O espaço social refere-se à ideia de que toda a estrutura social pode ser representada como um sistema multidimensional de posições ordenadas pelo volume e composição de autoridade (capital, na terminologia de Bourdieu) organizando as relações entre os indivíduos, grupos e classes. O campo de poder denota, especificamente, a parte ‘superior’ de espaço social em que os detentores de autoridade (especialmente econômica, política e capital cultural e suas variantes) disputam as ‘taxas de câmbio’, ou valores relativos, dos diferentes tipos de capital. O campo do poder é estruturado principalmente pela oposição entre capital econômico (dinheiro) e capital cultural (credenciais), as duas principais fontes de acesso a posições de autoridade nas sociedades avançadas, segundo Bourdieu” (MEDVETZ, 2008, p. 4, tradução nossa).

### Imagem 1. *Think tanks* no espaço social



Fonte: MEDVETZ, 2008

Apesar do esforço de conceituação realizado nesta subseção ter sido pequeno em relação à amplitude do campo de estudos sobre *think tanks*, é importante assinalar o papel que este tipo institucional exerce na cena política por meio de suas relações, fluidez organizacional e mobilização de conhecimento. Não apenas influenciando o processo de formulação de políticas públicas, mas moldando a realidade a partir da difusão normas e valores, geralmente ligados às racionalidades neoliberal e neoconservadora. Estes últimos argumentos ficarão mais evidentes na subseção seguinte, 1.3.2, sobre a Atlas Network e seu papel na disseminação global do neoliberalismo.

#### 2.3.2 Do encontro entre um fazendeiro e um economista à articulação global de *think tanks* neoliberais: a história e poder da Atlas Network

A fundação da Atlas Network ocorreu em 1981, por iniciativa do fazendeiro britânico e veterano da Segunda Guerra Mundial, Anthony Fisher. Todavia os processos políticos e construções teóricas que levaram à sua criação remetem ao contexto sociopolítico da década

de 1940. Preparando solo ideológico que possibilitaria o surgimento desse grande ator global, o economista liberal da tradição austríaca Friedrich Hayek publicou em 1944, uma de suas mais importantes obras, o livro “O Caminho da Servidão” no qual realiza contundente denúncia sobre o cenário, por ele percebido, de avanço de forças coletivistas e totalitárias no mundo ocidental.

Ao analisar a adoção de políticas de planificação econômica e o fortalecimento da regulação estatal na economia em países ocidentais ao fim da Segunda Guerra, Hayek (2010) sinaliza que esse processo de centralização política nas mãos do Estado seria fator causal para uma futura prevalência de regimes totalitários. O autor parte da premissa de que a crescente centralidade estatal nas decisões econômicas seria resultado de uma longa construção ideológica coletivista, que tomou corpo pela ascendência dos regimes socialista e fascistas. Apesar de antagonicos, o socialismo e fascismo representariam a subjugação das liberdades individuais por um poder autoritário, centralizado na figura da instituição estatal.

A tendência de planificação econômica refletiria o avanço do socialismo para o mundo ocidental. Essa crescente onda coletivista de esquerda teria se pautado, inicialmente, em esforços paulatinos para a mudança dos ideais políticos preponderantes. Os valores de liberdade e individualismo, caros à civilização ocidental, se enfraqueceriam diante dos ideais coletivistas de limitação e controle. Por conseguinte, políticas centralizadoras, o controle estatal da economia e das estruturas de mercado ganhariam respaldo e força nas sociedades. Essas políticas de limitação das liberdades econômicas, como as de planificação, abririam espaço na tessitura social para que outras formas de cercear as liberdades individuais fossem constantemente implantadas. Liberdades como a de reproduzir os valores morais das tradições ocidentais seriam limitadas diante da lógica coletivista, que se consolidaria como perspectiva de mundo imperante. Esse processo contínuo de avanço socialista seria o caminho da servidão, no qual os sujeitos progressivamente perderiam suas liberdades e estariam submetidos a regimes totalitários (HAYEK, 2010).

Em 1949, Hayek (2017) divulgou outro importante texto chamado “Os Intelectuais e o Socialismo”, aonde ele trabalha alguns pontos sobre o relevante papel dos intelectuais para o avanço dos ideais socialistas. De acordo com o autor, os intelectuais não seriam, necessariamente, os formuladores originais das ideias difundidas em prol do socialismo, mas sujeitos capazes de versar sobre variados assuntos, aptos a conhecerem novas ideias e com boa capacidade para disseminá-las. Esses intelectuais poderiam ser jornalistas, professores,

palestrantes, comentaristas, artistas, cientistas e outros com o potencial de articular certas narrativas e difundi-las na sociedade. Hayek (2017) também chama os intelectuais de “revendedores de segunda mão no plano das ideias”<sup>27</sup>.

Segundo o economista, os intelectuais decidem quais visões de mundo são disseminadas na cena pública. Em razão da percebida dominância de forças socialistas nos meios políticos, acadêmico e intelectual, os ideais coletivistas de esquerda fluíam com facilidade e dinamismo nas sociedades ocidentais graças ao trabalho militante dos intelectuais. Esses revendedores de segunda mão no plano das ideias atuavam para influenciar as concepções sociais sobre variados fatores em sintonia com valores socialistas. Para Hayek (2017), os conservadores<sup>28</sup> tinham uma capacidade muito limitada de mobilização de suas ideias, em comparação com a grande estrutura de disseminação valorativa construída pelos socialistas. Como forma de combater a preponderância socialista, o economista advogava que os conservadores e defensores da “causa da liberdade” deveriam agir de igual maneira aos socialistas. Em tom de manifesto, o autor enfatizou a necessidade de conquistar e formar intelectuais para a causa liberal na guerra de ideias contra o socialismo:

[...] enquanto as pessoas que, por longos períodos, determinam a opinião pública continuam a ser atraídas por ideais de socialismo, a tendência continuará. A fim de evitar tal progressão, temos de ser capazes de oferecer um novo programa liberal que atraia a imaginação. Devemos tornar a construção de uma nova sociedade, mais uma vez, uma aventura intelectual, um feito de coragem. O que falta é uma utopia liberal, um programa que não pareça nem uma simples defesa das coisas como são, nem um tipo diluído de socialismo, mas um radicalismo liberal que não poupe as suscetibilidades dos poderosos (dentre eles, os sindicatos), que não seja demasiado severo na prática e que não se confine ao que parece hoje politicamente possível. Precisamos de líderes intelectuais que estejam dispostos a trabalhar por um ideal, não importa quão diminutas sejam as possibilidades de uma recente concretização. [...] A principal lição que o verdadeiro liberal deve aprender do sucesso dos socialistas é que foi a coragem de ser utópico que conquistou o apoio dos intelectuais e, portanto, uma influência na opinião pública que, dia a dia, toma possível o que, apenas em tempos recentes, parecia distante (HAYEK, 2017, p. 123).

O sonho de construir uma utopia liberal fez com que os caminhos de Anthony Fisher se cruzassem com os de Hayek. Após ler “O Caminho da Servidão”, Fisher sentiu que precisava tomar alguma atitude perante os avanços coletivistas e seus ataques à liberdade e à civilização ocidental. Em 1946, três anos antes da publicação de “Os Intelectuais e o Socialismo”, Fisher foi à Universidade de Londres, aonde Hayek lecionava, para conhecê-lo e oferecer seus

---

27 “Secondhand dealers in ideas”, em inglês.

28 O autor chama os defensores da “causa da liberdade” ora de liberais, ora de conservadores, sem promover distinções.



serviços à “causa da liberdade”. O então fazendeiro propôs se candidatar a algum cargo político a fim de promover mudanças sociais, mas o economista o aconselhou a tomar outro caminho em sua empreitada militante. Hayek disse que a sociedade seria transformada apenas com mudanças nas ideias, e sugeriu a Fisher que alcançasse antes os intelectuais e os convencesse de agir em prol de seus ideais, de forma que a sociedade e os políticos os acompanhariam (DJELIC, 2017).

Após o encontro, Fisher se organizou e acumulou recursos durante nove anos para que, em 1955, pudesse criar uma instituição que atuasse em favor da promoção dos ideais de liberdade, livre mercado e menor intervenção estatal, o Institute of Economic Affairs (IEA). Como primeiro *think tank* neoliberal, o IEA se constituiu como importante modelo para a difusão dos valores de mercado e de influência política no contexto de guerra de ideias. O fazendeiro – e agora líder de um *think tank* – recrutou Ralph Harris, jovem economista ligado ao Partido Conservador, e Arthur Seldon, economista liberal, para a construção de suas estratégias de mobilização. Ao longo dos primeiros anos de atuação, o IEA realizou intenso trabalho de ativismo intelectual, produzindo e divulgando inúmeros artigos e panfletos, além de reproduzir trabalhos de Hayek e outros membros da Sociedade Mont-Pèlerin (DJELIC, 2017).

As décadas de 1960 e 1970 foram promissoras para o IEA. O *think tank* se consolidou como importante referência intelectual no Reino Unido, promovendo diversos eventos, debates e construindo uma grande rede de apoiadores, tanto do meio acadêmico, quanto da mídia e mercado. Em 1979, ao se tornar primeira-ministra, Margaret Thatcher agradeceu a Harris e ao IEA pelo o que haviam feito para a “causa da livre iniciativa ao longo de tantos anos. Foi principalmente o trabalho de sua fundação que nos permitiu reconstruir a filosofia sobre a qual nosso Partido teve sucesso no passado” (THATCHER, 1979 *apud* DJELIC, 2017, p. 30, tradução nossa). Segundo Marie-Laure Djelic (2017), socióloga francesa, os esforços de Fisher, Harris e Seldon na coordenação do IEA foram importantes para que seu modelo institucional e formas de ação se institucionalizassem, formando o protótipo de um novo tipo organizacional: o *think tank* neoliberal<sup>29</sup>. Como características desse modelo organizacional, a autora elenca: 1) participar de uma “guerra de ideias” e promover a filosofia de mercado; 2) influenciar revendedores de segunda mão no plano das ideias para conseguir atuar na “guerra

---

29 Ao longo da dissertação, também foram utilizados outros termos para se referir ao modelo de *think tank* neoliberal, como “pró-mercado”, “de livre mercado”, “liberal”, “pró-livre mercado”.

de ideias”; 3) recusar alianças com partidos políticos e não receber recursos financeiros de instituições públicas para manter sua independência; 4) cooptar acadêmicos para a condução de suas atividades e progressivamente construir legitimidade e rigor científico nas suas produções.

O instituto já apoiava e dava consultoria a outros *think tanks* europeus e norte-americanos a fim de que reproduzissem sua lógica organizacional. Percebendo o sucesso do IEA, Fisher quis difundir o modelo de *think tank* neoliberal a partir da criação de um instituto central cuja função fosse proliferar mais instituições como a sua. Em outra conversa com Hayek, em 1980, o economista aconselhou seu colega fazendeiro/ líder de *think tank* a prosseguir com seu intento:

Concordo inteiramente com você que chegou o momento em que se tornou desejável e quase um dever estender a rede de institutos como o [IEA]. [...] Estou mais convencido do que nunca de que o método praticado pelo IEA é o único que promete resultados [...]. Isso deve ser usado para criar institutos semelhantes em todo o mundo e agora você adquiriu a habilidade especial para fazê-lo (HAYEK, 1980 *apud* DJELIC, 2017, p. 31, tradução nossa).

Juntando-se a Hayek, Thatcher e Milton Friedman também foram grandes apoiadores e entusiastas do projeto de Fisher para criar uma instituição que difundisse globalmente o modelo de *think tank* neoliberal. Dessa forma, em 1981 foi criada a Atlas Network para fortalecer internacionalmente a “causa da liberdade” na “guerra de ideias” por meio do apoio institucional a parceiros locais, consolidação de uma ampla rede de relações e espalhamento do modelo de *think tank* neoliberal. No ano de sua criação, a rede Atlas já contava com cerca de 40 instituições parceiras em 30 países (DJELIC, 2017), e continuou a crescer exponencialmente no decorrer dos anos, chegando à atual marca de 465 *think tanks* afiliados em 97 países<sup>30</sup>. Sua sede fica em Washington D.C., Estados Unidos.

Em seu *site* institucional, a Atlas Network endossa seu papel enquanto ator que fortalece sua rede de organizações parceiras independentes que promovem a liberdade individual e que buscam remover barreiras para o “florescer humano”. Objetivando um mundo pacífico e próspero, no qual os princípios de liberdade individual, direito à propriedade, governo limitado e livres mercados sejam legalmente assegurados, a Atlas “cultiva” sua rede de

---

30 O diretório de *think tanks* parceiros da rede Atlas está em constante atualização. Ball (2012) sinalizou que eram mais de 400 em 80 países, para Baggio (2016) foram 465 em 95 países, enquanto Macedo (2018) contabilizou 475 em 90 países. Quando o projeto dessa dissertação foi escrito, em 21 de novembro de 2019, eram 501 parceiros estabelecidos em 98 países.

parceiros que compartilham dessa visão. Como estratégia para “acelerar o ritmo da conquista” por seus parceiros descentralizados, a instituição adota o tripé “Coach, Compete, Celebrate!” (treinar, competir e celebrar, em tradução livre). No “treinar”, a Atlas proporciona seminários internacionais, cursos e mentoria para a formação e integração de seus parceiros na comunidade em rede, de forma a aprimorar constantemente a capacidade de suas instituições em propagar seus ideais, realizar seus estudos e projetos. Os cursos são, em geral, focados aspectos mais administrativos da gerência de *think tanks*. O “competir” se baseia na promoção de competições e prêmios oferecidos aos seus parceiros para motivá-los a se desenvolverem, inovarem e a terem sucesso. A Atlas Network também auxilia financeiramente seus *think tanks* associados para a condução de seus projetos<sup>31</sup>. E em “celebrar”, a instituição visa nutrir a camaradagem e ambição entre os parceiros, comemorando suas grandes conquistas por meio de eventos, encontros e divulgação dos trabalhos promovidos por seus associados (ATLAS NETWORK, [201-?]c, <<https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>>).

Um ponto ressaltado em diversas páginas do *site* institucional da Atlas Network é o de não ser financiada por quaisquer Estados ou instituições governamentais. Por ser registrada como sem fins lucrativos, a instituição é sustentada por doações de agentes privados que buscam investir na defesa da pauta pela liberdade. Há inúmeras páginas em seu *site* nas quais a Atlas Network evidencia a importância das doações recebidas, agradecendo aos doadores e dando instruções de como se tornar um (ATLAS NETWORK, [201-?]d, <<https://www.atlasnetwork.org/donate/planned-giving>>). São por meio das doações recebidas que a Atlas Network é capaz de financiar projetos específicos, ou dar suporte operacional às suas instituições parceiras. Um importante grupo financiador das atividades da Atlas Network é a família Koch. Bilionários e magnatas do ramo do petróleo e gás, os membros da família Koch são ativistas políticos diretamente relacionados ao Partido Republicano dos Estados Unidos (MACEDO, 2018). Na seção em que são divulgadas oportunidades de trabalho e estágio no site da Atlas, é evidenciada colaboração desta com o Instituto Charles Koch na promoção de vagas de estágio para a formação e iniciação profissional de jovens nessa ampla rede de relações (ATLAS NETWORK, 2021b, <<https://www.atlasnetwork.org/about/jobs#summer-2021-internships>>). A Koch Family

---

31 A concessão financeira às instituições parceiras é limitada e dependente das doações que a Atlas Network recebe de seus financiadores. Podendo financiar projetos específicos ou dar suporte operacional a seus parceiros, as contribuições financeiras não excedem os 20 mil dólares. Contudo Baggio (2016) sinaliza que valores recebidos pelo SFLB/MLB foram muito superiores ao suposto limite de 20 mil dólares em 2014 e 2015, período de grande mobilização contrária ao governo de Dilma Rousseff.

Foundations, fundação sob controle direto dos Koch, também é financiadora de diversas outras instituições, *think tanks* e projetos de caráter neoliberal e neoconservador ao redor do mundo (BALL, 2012).

A Atlas Network foi importante ator para a difusão global do neoliberalismo, inclusive no Brasil. Inspirados pelo modelo institucional do IEA, membros de uma elite carioca e intelectuais liberais ligados à Fundação Getúlio Vargas (FGV) criaram o IL em 1983. Em 1984 foi fundado o IEE, instituição responsável pela organização do Fórum da Liberdade, maior evento de instituições liberais da América Latina (CASIMIRO, 2018). O IL e IEE não surgiram com o apoio direto da Atlas Network, mas se associaram à rede alguns anos depois (ROCHA, 2015). Outras instituições como o Imil e Instituto Mises Brasil foram lançados em edições anuais do Fórum da Liberdade, em 2006 e 2010 respectivamente, evento que se tornou vitrine para a divulgação de novos *think tanks* em contexto nacional (CASIMIRO, 2018). A Atlas Network nutre os 15 *think tanks* brasileiros a ela associados com apoio institucional, promoção e participação em eventos, concessões financeiras, treinamentos e possibilidade de acesso a sua ampla e dinâmica rede de relações. As instituições da rede Atlas no Brasil serão mais bem evidenciadas no terceiro capítulo, a partir das explicações sobre seus entrelaces com o ESP.

### 2.3.3 *Think tanks* e a política educacional

Apesar de reconhecidos como importantes atores nas redes internacionais de governança educativa, são poucos os trabalhos acadêmicos que abordam de forma central o papel e influência dos *think tanks* nas políticas educacionais (ANDERSON; CRUZ; LÓPEZ, 2017; BALL, 2012; LUBIENSKI; SCOTT; DEBRAY, 2011; MENDES; PERONI, 2020; SAVAGE, 2016; THOMPSON; SAVAGE; LINGARD, 2016). Geralmente são apenas mencionados como relevantes nós nas amplas e difusas redes de políticas, ou trabalhados como complemento a uma temática específica, sem um maior aprofundamento sobre como atuam (BALL, 2010, 2016; BARROSO, 2009; COLOMBO, 2018; FELDFEBER, 2006; JUNEMANN; BALL; SANTORI, 2018; MACEDO, 2018; MIGUEL, 2016; NORMAND, 2008; OLIVEIRA, 2020; VERGER, 2019; PAULINO, 2018; PERONI; CAETANO; LIMA, 2017). Em menor número, ainda, são as produções que abarcam centralmente a temática dos *think tanks* na educação sob o prisma teórico da regulação (CARVALHO; VISEU, 2018; CARVALHO; VISEU; GONÇALVES, 2019; VISEU; CARVALHO, 2018). Pretende-se

nesta seção fazer um breve panorama do que é produzido sobre a atuação de *think tanks* na política educacional.

A partir da perspectiva de organizações intermediárias, Carvalho, Viseu e Gonçalves (2019) analisam dois *think tanks* portugueses, a Qeduto e EDULOG, e a influência destes nos processos de regulação educativa no país. Intermediando os resultados do Pisa, por exemplo, eles buscam informar os tomadores de decisão sobre o panorama do desempenho educativo português, assim como “traduzir” os resultados de forma compreensível para pessoas leigas, a fim de que tomem melhores decisões diante do quase-mercado educativo. A partir do estudo empírico sobre essas duas instituições, os autores destacam quatro aspectos importantes para a compreensão dos processos de mediação entre conhecimento esperto em educação e a política educacional: 1) esses *think tanks* adicionam complexidade ao processo político de forma geral, por serem novos atores, com novos modos de atuação e por mobilizarem novas informações; 2) a proximidade destes com grandes empresários e a elite nacional faz com que sejam expandidas as relações entre os detentores de grande poderio econômico com o processo de formulação de políticas; 3) os *think tanks* induzem a novas percepções sobre a realidade da educação portuguesa e; 4) promovem novas formas de regulação da política educativa, nas quais é primordial o conhecimento sobre a situação educacional no país e com o imperativo de monitoramento cíclico de dados e informações.

Em outros trabalhos sobre o tema, a mesma equipe portuguesa analisa mais pontos relevantes sobre a atuação destes *think tanks* na regulação educativa do país europeu. Carvalho, Viseu e Gonçalves (2018) pontuam que o surgimento dessas instituições de caráter intermediário e a maior mobilização de conhecimento para interesses políticos são concomitantes à erosão do modo de regulação burocrático-profissional. Com o fortalecimento dessas organizações no cenário da política educacional portuguesa “tem-se promovido uma regulação centrada na negociação de instrumentos informativos e persuasivos [...] como são os contratos, as boas práticas, a avaliação e a prestação de contas, os rankings internacionais” (CARVALHO, VISEU; GONÇALVES, 2018, p. 32). O saber docente, forte e reconhecido no modo burocrático-profissional, perde espaço para um saber numérico, ranqueado e que induz escolhas dentro das lógicas de eficiência e de disputa no mercado. Dessa forma, estes *think tanks* e demais atores intermediários são legitimadores de uma regulação que se sustenta em indicadores de performance educacional. Viseu e Carvalho (2018), ao estudarem o papel de *think tanks* na governança educativa portuguesa, sinalizam para a emergência de um novo espaço intranacional de políticas educacionais que é construído através da circulação de

conhecimento. Dentro do amplo contexto de governança educativa e da complexidade das redes de política educacional, os autores colocam a importância de se compreender o fenômeno dos *think tanks* no cenário da educação não como organizações isoladas, mas como partes integrantes dessas difusas redes, como uma grande comunidade epistêmica que atua na mobilização do conhecimento para influir na regulação educativa.

Em consonância com os autores portugueses, Thompson, Savage e Lingard (2016) afirmam que as ascendências de *think tanks* no campo educativo e de negócios educacionais são símbolo do surgimento de novas e complexas formas de governança, caracterizadas pela formação de redes de políticas e comunidades epistêmicas, trazendo novos discursos e fluxos de conhecimento. Os *think tanks* que abordam a temática educacional apresentam variadas estruturas organizacionais, tamanhos e ideologias, podendo estar próximos ou vinculados a universidades, grupos de *lobby*, firmas de consultoria, entre diversos outros contextos e possibilidades. Em geral, eles contribuem para o debate da política educacional a partir da produção de artigos, relatórios, opiniões na mídia, palestras, eventos, aconselhamento aos formuladores de políticas, de maneira a mobilizar evidências científicas enquadradas para fins específicos.

A proximidade de *think tanks* a grandes grupos econômicos e filantrópicos é ponto também levantado por Savage (2016). Utilizando-se de elementos da perspectiva analítica de instituições fronteiriças de Medvetz (2008; 2012), Savage pontua que o posicionamento único dos *think tanks* entre os campos sociais da política, economia, mídia e produção de conhecimento possibilita que estes influam sobre a construção de políticas públicas como nenhum outro tipo de organização. Não estarem vinculados de forma fixa a um desses campos permite que os *think tanks* transitem com bastante fluidez e reconhecimento, podendo ser usados como vetor para ganhar influência indireta de grupos políticos e econômicos. O autor exemplifica esse aspecto a partir do papel que a fundação filantrópica Bill and Melinda Gates Foundation (BMGF) teve na construção da Common Core State Standards (CCSS), uma espécie de base nacional curricular dos Estados Unidos. A BMGF financiou diversos *think tanks* para que produzissem e divulgassem estudos evidenciando a necessidade de aprovação da CCSS pelo poder legislativo estadunidense. Por ser uma instituição filantrópica, a BMGF não teria legitimidade acadêmico-científica para a produção de estudos a respeito de políticas públicas educacionais que fossem efetivamente considerados por formuladores de políticas, além de possivelmente ser muito criticada por especialistas e opinião pública devido ao seu nítido interesse econômico na aprovação do projeto. A contratação de *think tanks* para

conduzir esses estudos se deu para burlar sua falta de legitimidade acadêmica e, conseqüentemente, para mobilizar evidências científicas que estejam em concordância com seus interesses econômicos e políticos de maneira efetiva e fluida. *Think tanks* “oferecem um verniz de independência de pesquisa e especialização [...] servindo como um caminho livre através do qual o dinheiro pode ser canalizado com o propósito de formular ‘evidências’” (SAVAGE, 2016, p. 45, tradução nossa).

A BMGF mantém laços com a própria Atlas Network, suas instituições parceiras e sujeitos imbricados em sua rede de *think tanks*. Assim como esta instituição filantrópica, grandes atores econômicos, acadêmicos, políticos e negócios internacionais participam direta e indiretamente da construção de legitimidade e mobilização de evidências educacionais no interior da rede Atlas. Ball (2012) mostra como a Atlas Network incentiva à produção de estudos sobre educação por parte de seus membros a partir de diversas competições, premiações e financiamento. As evidências produzidas e/ou mobilizadas por uma instituição parceira da Atlas circulam através de todas as mais de 460 outras organizações institucionalmente ligadas, além de alçar a outros atores que fazem parte das amplas redes de governança educativa das quais a Atlas e sua própria rede fazem parte. Essas evidências são reconhecidas, premiadas e divulgadas pelo mundo, catalisando processos de contaminação pela regulação transnacional, pelos quais viajam normas, orientações, boas práticas e dispositivos de controle da educação e seus atores.

Esse fenômeno de políticas/normas/evidências educacionais que viajam globalmente tem forte influência de empreendedores de políticas. Os empreendedores são tidos como especialistas sobre determinado assunto e que têm excelente capacidade de “vender” suas ideias e evidências para influir no cenário político, além de facilitado acesso a centros de decisão e de poder, sendo muitos empreendedores ligados a *think tanks* (SAVAGE, 2016; VERGER, 2019). Os empreendedores de políticas se aproximam do que Hayek (2017) postulou como revendedores de segunda mão no plano das ideias para a disseminação dos valores neoliberais em contraposição aos avanços de forças coletivistas e socialistas. Um importante exemplo desse tipo de ator das redes de governança educativa é o de James Tooley, um relevante e multifacetado ator da rede de liberdade da Atlas. Professor da Universidade de Newcastle, Estados Unidos, ele viaja o mundo pesquisando escolas privadas de baixo custo para populações de classe baixa em países desiguais. Referido por Ball (2012) como “Indiana Jones do século XXI”, Tooley explora os mais recônditos locais do planeta para espalhar a palavra da liberdade, qualidade e eficiência da educação privada de baixo custo. Como um

acadêmico reconhecido, ele tem a capacidade de atuar como um eficaz empreendedor/vendedor de políticas ao ser apto para: identificar necessidades educacionais particulares e oferecer meios inovadores para resolvê-las; se arriscar financeira e emocionalmente, mas ter significativo suporte financeiro; e ser capaz de unir e coordenar redes de indivíduos e organizações locais e transnacionais, com capacidades e recursos para alcançar mudanças a partir de seus ideais.

Em conjunto com outros pesquisadores e com massivo investimento de organizações ligadas a Atlas, Tooley produziu diversos estudos comparados evidenciando uma melhor performance de alunos matriculados em escolas privadas de baixo custo, em relação a alunos de mesma localidade, mas de escolas estatais. Outros estudos de Tooley e sua equipe também mostram como pais de baixa renda estariam dispostos a pagar por uma educação privada para seus filhos em lugares onde há apenas a oferta de educação pública, por considerar a privada como de melhor qualidade. Suas pesquisas e mobilizações entre as instituições descentralizadas da Atlas foram essenciais para fazer emergir o mercado de educação privada de baixo custo em países da África e Ásia, em especial, na Índia, onde a universalização da educação básica representa grande desafio para o Estado (BALL, 2012).

Ball (2012) compreende que as políticas se movimentam e são adaptadas pelas redes de governança educativa, que envolvem uma variedade de atores, interesses, compromissos, propósitos e influência. Estes são ligados pela submissão a um conjunto discursivo que circula e é legitimado por essas relações de rede. Assim, o discurso de qualidade da educação privada de baixo custo divulgado por Tooley, Atlas e seus parceiros está ligado aos interesses da rede de relações que o circundam, ao mesmo tempo em que por elas é legitimado e referendado como o correto, melhor e mais efetivo. Uma educação de qualidade é a que se aproxima dos valores da liberdade, tanto de escolha, como de atuação de atores privados em sua condução. As redes de políticas, além de propagadoras de soluções, são disseminadoras de uma lógica epistêmica, de uma verdade por eles produzida, dos valores do mercado, de valores neoliberais. Sendo seu fim, a disseminação global do privado sobre o público.

A estrutura em rede de legitimação, reconhecimento e divulgação do que é produzido e mobilizado sobre educação pelos *think tanks* se mostra muito mais efetiva para influenciar sistemas políticos educacionais do que as universidades. Anderson, Cruz e López (2017) mostram que as universidades, faculdades de educação e o meio acadêmico de forma geral têm perdido força na influência sobre a determinação de políticas públicas de educação, na



medida em que redes de políticas ideológicas e conservadoras têm ganhado cada vez mais ressonância na esfera pública. Segundo os autores, essas redes de políticas, das quais fazem parte muitos *think tanks*, são proativas na disseminação de seus valores e informações, têm firmes pilares ideológicos conservadores e liberais, além de contarem com financiamento e boas estratégias discursivas, o que confere a elas inúmeras vantagens em relação ao meio acadêmico no influenciar da política. Analisando a partir da perspectiva de instituições fronteiriças, eles percebem que os *think tanks* pertencentes a essas redes conservadoras acumulam poder e reconhecimento institucional dentro dos vários campos em que circulam, sem um efetivo pertencimento, mudando as regras do jogo de mobilização do conhecimento e, assim, forçando que outros atores imbricados nesse fenômeno se aventurem fora de seus campos tradicionais. As universidades são um exemplo nesse processo, tendo que convergir esforços para atuar em outros campos além do próprio de produção do conhecimento, para competirem com *think tanks* e outros atores das redes conservadoras por relevância nos processos políticos. Contudo, por serem atores fixos de um campo determinado, as universidades perdem autonomia, poder e status dentro de seu próprio campo quando buscam agir como organizações de fronteira. James Tooley tem tamanha importância nos processos de regulação da política educativa em seu nível transnacional por ser ator das redes de governança educativa e próximo a importantes *think tanks* e organizações, e não por ser professor universitário.

Ainda de acordo com Anderson, Cruz e López (2017), essas redes neoliberais e neoconservadoras agem em prol de três objetivos em comum: 1) mudar a percepção pública sobre as políticas educacionais em voga e criar um novo senso comum embasado na limitação dos poderes do Estado e favorecimento do livre mercado; 2) criar novas políticas públicas que desmantelem a estrutura estatal e intensifiquem práticas que favoreçam o livre mercado e; 3) privatizar o processo político em si. Os *think tanks*, como importantes pontos nodais dessas redes, agiriam em conformidade com o primeiro objetivo criando um novo senso comum, promovendo ideologias e disseminando conhecimento na esfera pública. No contexto das políticas educacionais estadunidenses, os autores percebem que os *think tanks* e suas redes de políticas liberais e conservadoras:

[...] têm tido sucesso na promoção de políticas para enfraquecer os sindicatos de professores, eliminar a estabilidade docente, conceder *vouchers* aos pais, aumentar os testes de alto risco, contratar serviços do setor privado e criar mais escolas virtuais, entre outros (ANDERSON; CRUZ; LÓPEZ, 2017, p. 7, tradução nossa).

No panorama brasileiro, Mendes e Peroni (2020) analisam o papel de duas instituições nacionais no campo das políticas de educação, o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe), vinculado à FGV, e o Imil, parceiro da Atlas Network. O Ceipe, criado em 2016, é resultado do esforço da FGV - reconhecida como principal *think tank* brasileiro e um dos mais relevantes no mundo - para alçar influência no cenário educacional. Como o primeiro *think tank* brasileiro especializado em educação, o Ceipe visa:

[...] contribuir para que o Brasil tenha uma educação pública equitativa, inovadora e de qualidade por meio do apoio às Secretarias no desenho e implementação de políticas educacionais, da produção de conhecimento aplicado em políticas educacionais e da formação de líderes (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019 *apud* MENDES; PERONI, 2020, p. 77).

As autoras também sinalizam algumas relações do Ceipe com importantes atores internacionais, como sua vinculação ao Programa de Política Educacional Internacional da Universidade de Harvard e a proximidade com o Instituto Brookings, reconhecido *think tank* conservador estadunidense. O Instituto Brookings, inclusive, tem a já mencionada BMGF como grande financiadora de suas atividades. Os parceiros nacionais do Ceipe são instituições como a Fundação Lemann, Unibanco, Natura, Banco Itaú, além de ter membros da Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Vidigal, Instituto Unibanco, Aondê Educacional, Granergia e do movimento Todos pela Educação em seu conselho diretivo (MENDES; PERONI, 2020).

A produção e difusão de conhecimento sobre diversos assuntos, somadas ao discurso de forte teor neoliberal atraíram relevantes quadros da mídia tradicional brasileira – como a Globo, Abril, Folha de São Paulo, Valor – a colaborarem/participarem/tornarem-se membros do Imil, fazendo com que este se consolidasse como um dos mais importantes *think tanks* do país. A contratação de colunistas, administradores e pesquisadores do Imil como quadros burocráticos por partes de governos conservadores e liberais, a exemplo da nomeação de Paulo Guedes, membro-fundador do instituto, como ministro de Estado do governo Bolsonaro, é reflexo da relevância deste *think tank* no cenário nacional. No campo educacional, o instituto conduz o projeto “Imil na sala de aula”, pelo qual são realizadas diversas palestras, encontros e debates de especialistas do *think tank* com alunos de instituições do ensino superior, públicas e particulares. Nessas atividades são trabalhados temas como livre mercado, liberalismo, empreendedorismo e meritocracia. No *site* do instituto há a divulgação de livros e materiais educativos para o público infantil que versão sobre as ideias de Mises e dos valores de liberdade, livre mercado e livre iniciativa (MENDES; PERONI, 2020).

O Imil também conduz um projeto chamado “Millenium Analisa”, no qual produz e divulga estudos sobre variadas áreas dos conhecimentos e que julga serem importantes para o desenvolvimento do país. Em um destes estudos produzidos pelo *think tanks*, o mau desempenho educacional é colocado como evidência para a ineficiência do Estado brasileiro na condução de políticas públicas educacionais (INSTITUTO MILLENIUM, 2019). O Imil – assim como outros *think tanks* da rede Atlas no Brasil – também é muito citado em estudos que tratam sobre o avanço neoliberal e neoconservador na educação brasileira devido a sua relação histórica com o movimento ESP e seu fundador, Miguel Nagib, que por muito tempo foi articulista e mantenedor do *think tank* (COLOMBO, 2018; MACEDO, 2018; MIGUEL, 2016; OLIVEIRA, 2020; PAULINO, 2018; PERONI; CAETANO; LIMA, 2017). Tais relações serão trabalhadas no terceiro capítulo dessa dissertação.

### **3 O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E O AVANÇO REACIONÁRIO NA EDUCAÇÃO**

A emergência de novos modos de regulação da política educacional catalisa a entrada de novos atores nas arenas de decisão política dos sistemas educativos. Muitas dessas novas vozes no cenário educativo carregam em seus discursos e formas de ação concepções próprias das racionalidades neoliberal e neoconservadora (BALL, 2012; APPLE, 2015). Promovendo críticas ao Estado e ao seu controle sobre a educação pública sob o argumento de uma suposta ineficiência a partir de ditames empresariais, e buscando limitar debates políticos diversos para a valorização de uma única perspectiva ideológica e moral, alguns desses novos atores reacionários mobilizam suas pautas com muito dinamismo e fluidez no campo da política educacional.

Como em Apple (2003) com suas análises relativas às articulações da modernização conservadora, e Anderson, Cruz e López (2017) com seus apontamentos sobre grandes redes conservadoras e seus diversos atores na educação, dentre estes os *think tanks* pró-mercado, essas novas vozes são reconhecidas como relevantes, proativas e bem articuladas para influenciar a política educacional. E a força desses atores não se limita às esferas de decisão nacional da regulação educativa, mas permeia a sociedade e suas percepções sobre a realidade social (APPLE, 1993).

O movimento ESP é um importante representante desse novo tipo de ator reacionário que busca homogeneizar as estruturas da política de educação, desde as grandes arenas de decisão nacional aos pequenos espaços das salas de aula, além da sociedade como um todo, em uma perspectiva ampliada. Dessa forma, será trabalhado neste capítulo como o ESP se consolidou enquanto relevante ator na política educacional brasileira, suas pautas e formas de ação.

#### **3.1 Origens do movimento e raízes do pensamento**

Apesar de ser reconhecido como um novo ator enquanto autoridade nos processos regulatórios da política educacional brasileira, o movimento ESP atua há mais de quinze anos no cenário nacional. Criado em 2004 pelo advogado e ex-procurador do estado de São Paulo,

Miguel Urbano Nagib, o ESP age como grande arauto da sociedade brasileira na denúncia da chamada *doutrinação ideológica* que se estruturou no sistema escolar nacional.

Nagib é figura central no movimento que, apesar de contar com o apoio de importantes atores midiáticos, políticos e educacionais (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017), tem o advogado na vanguarda de todas as suas ações. A justificativa para a criação do ESP, por exemplo, deu-se em razão de incômodos do próprio Nagib em relação à escolarização de sua filha. A história contada remete a um episódio em que ela relata a comparação que seu professor de História havia feito entre o santo católico Francisco de Assis e o revolucionário argentino Che Guevara. O docente buscava criar uma analogia sobre pessoas que haviam dedicado suas vidas a ideologias, sendo no caso uma religiosa e outra política. Segundo o advogado, esse tipo de exemplificação poderia induzir os alunos a pensar que a controversa figura de Che Guevara fosse um santo, assim como Francisco de Assis, doutrinando-os e deturpando suas visões de mundo. Tal situação foi o estopim para que Nagib passasse a se organizar individualmente a fim de alertar a comunidade escolar dos males que eram proferidos nas salas de aula daquela escola. O advogado, à época, não obteve apoio de outros pais e da administração da instituição, mas continuou seu processo de militância anti-doutrinação no meio virtual, principalmente a partir de um *site*<sup>32</sup> no qual passou a divulgar casos semelhantes ao de sua filha em todo país (BENDINELLI, 2016, <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html)>).

Há uma versão não contada da história sobre a criação do ESP que envolve um conjunto de ações organizadas por Nagib, o professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) Bráulio Pôrto de Matos, o também professor de História e Ciência Política da UnB Nelson Lehmann da Silva e o guru da extrema direita Olavo de Carvalho no interior do extinto Instituto Liberal de Brasília (ILB), que era vinculado ao IL, importante instituição da rede Atlas no país (SALLES, 2019). Essa mobilização coletiva, no início da década de 2000, lançou as primeiras pautas do ESP no seio da Atlas Network no Brasil e fez com que suas iniciativas fundantes enquanto movimento organizado, como o *site*, ganhassem certo respaldo e voz em redes nacionais de poder econômico. Essa versão mais instrumental e menos descritiva sobre o surgimento do ESP será trabalhada com maior destaque no capítulo seguinte, quando forem analisadas as relações entre o movimento e o IL.

---

32 O *site* passou por diversas reformulações ao longo dos anos e teve muitos materiais e informações importantes apagados, mas permanece com seu caráter denunciante e propagador das pautas e ações do movimento. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em 09 out. 2020.

Criado em 2004, o *site* começou como uma espécie de fórum virtual, no qual pessoas que se sentiam lesadas por episódios de doutrinação no ambiente escolar poderiam ter seus relatos divulgados e lidos por outros. O endereço eletrônico se estruturou, também, como mural de denúncias de professores doutrinadores e escolas coniventes com a doutrinação, além de ser espaço no qual Nagib e apoiadores produzem e/ou divulgam artigos, vídeos e notícias que endossam seus argumentos e mobilizam seus seguidores. A criação do *site* foi francamente inspirada no movimento estadunidense NoIndoctrination.org, que visava denunciar casos de doutrinação ocorridos no ensino superior. Com o tempo, o *site* estadunidense perdeu força e não se consolidou na cena política do país, diferentemente do *site* de Nagib, que se constituiu ao longo dos anos como um movimento organizado e com respaldo de diversas frentes políticas, sociais e religiosas da nação (MACEDO, 2018; PAULINO, 2018).

No decorrer dos anos, o ESP acolheu novas pautas e interesses, teve seus ideais difundidos por todo território nacional (MIGUEL, 2016) – e influenciando até outros países (ESCOLA SEM PARTIDO PORTUGAL, [2020], <<https://www.facebook.com/Escola-sem-Partido-Portugal-1906259409483832>>) – e mudou suas formas de mobilização sobre a regulação da política educacional, mas sempre manteve como fulcral seu combate à doutrinação ideológica no sistema educacional. Apesar de ter seu enfrentamento posto como principal pauta, a doutrinação não tem uma definição precisa (PENNA, 2017). Há inclusive uma falta de uniformidade discursiva do movimento na delimitação do conceito de doutrinação. Em entrevista, no ano de 2019, Nagib coloca doutrinação ideológica como “abuso da liberdade de ensinar que está garantida ao professor pela Constituição Federal em prejuízo a direitos do estudante” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a, <<https://www.youtube.com/watch?v=m1Cu7DHXNNc&t=7s>>). Esse tom mais legalista não se faz presente em importante artigo<sup>33</sup> publicado no *site* do ESP em 2012, no qual não se delimita o conceito, mas se ensina a como flagrar um professor doutrinador e elenca algumas situações que poderiam indicar um caso de doutrinação, como quando o professor:

[...] se desvia freqüentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional; adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica; impõe a leitura de textos que mostram apenas um dos lados de questões controvertidas; exhibe aos alunos obras de arte de conteúdo político-ideológico, submetendo-as à discussão em sala de aula, sem fornecer os instrumentos necessários à descompactação da mensagem veiculada e sem dar tempo aos alunos para refletir sobre o seu conteúdo;

---

33 Esse é um dos poucos artigos do *site* do ESP em que é trabalhada a temática da doutrinação de forma mais ou menos aprofundada. Em geral, o conceito de doutrinação é abordado para a realização de denúncias ou de constatação de sua lógica sistêmica na educação brasileira, sem uma maior ênfase em seu significado.

ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas; ridiculariza, desqualifica ou difama personalidades históricas, políticas ou religiosas [...] (ESCOLA SEM PARTIDO, 2012a, <<http://www.escolasempartido.org/blog/flagrando-o-doutrinador/>>).

A não delimitação precisa do conceito de doutrinação somada ao ato de elencar diversas possibilidades nas quais esse fenômeno ocorreria se caracteriza mais como uma estratégia discursiva do que um desleixo teórico-conceitual. Ao não definir com exatidão o que é doutrinação ideológica, o ESP abre enorme leque de possibilidades para suas ações denunciastas que, de fato, estão longe da imagem de aparente neutralidade e “sem partido” como é apregoado pelo movimento.

A percepção de Nagib (2019, <[https://www.youtube.com/watch?v=n4N\\_7duOEwU&t=3338s](https://www.youtube.com/watch?v=n4N_7duOEwU&t=3338s)>) sobre o que é o fenômeno da doutrinação ideológica no ambiente escolar se embasa em um contexto de guerra cultural, de embate de forças conservadoras e liberais ao avanço e poderio da esquerda política. Segundo o líder do ESP, o sistema educacional brasileiro foi cooptado por forças esquerdistas<sup>34</sup> desde o fim do período militar (1964-1985) e estas permanecem como hegemônicas no cenário educativo. Desde a pequena escola até os altos cargos burocráticos do Ministério da Educação (MEC) são controlados por uma abstração unitária do que Nagib considera como esquerda política, não importando qual seja a orientação ideológica do (a) Presidente (a) da República ou outros representantes eleitos. A esquerda utiliza de suas articulações e controle institucional para propagar suas ideias, doutrinar sujeitos e aumentar seu poder sobre a sociedade. A luta contra a doutrinação ideológica, dentro dessa visão de mundo, seria necessariamente contra a hegemonia de esquerda, que sufoca forças liberais e, principalmente, conservadoras na educação.

Nagib (2019) afirma que se o contexto de dominação política no campo educativo fosse capitaneado por grupos conservadores, ou reconhecidos como da direita política, e estes usassem de sua soberania para propagar seus ideais em detrimento de outras perspectivas ideológicas, o ESP também seria movimento à frente pelo pluralismo de ideias e contra a

---

34 Vale ressaltar que o ESP reproduz termos como marxista, comunista, socialista, esquerdista, petista (referente ao Partido dos Trabalhadores [PT]), psolista (referente ao Partido Socialismo e Liberdade [Psol]) e diversos outros, mais ou menos pejorativos, como sinônimos. Esse reducionismo é propositivo para deslegitimar seus detratores, não aprofundar seus questionamentos e facilitar a construção de críticas e embates generalizados, em uma lógica dual de “nós contra eles”. Tal padrão se aproxima do que Penna (2017) reconhece como a lógica discursiva fascista que o movimento reproduz.

doutrinação. Contudo a visão de mundo defendida por Nagib se assemelha à de outros críticos do avanço das forças da esquerda nas instituições e nos valores sociais, como a do economista austríaco Hayek (2010), do autoproclamado filósofo e guru brasileiro Carvalho (1996; 2003; 2013) e do professor Lehmann da Silva (2016). Hayek (2010), como já citado no primeiro capítulo dessa dissertação, defende que a prevalência de ideologias coletivistas no pensamento e política econômica, como o socialismo, poderia catalisar uma guinada autoritária em diversos âmbitos da sociedade e, por isso, devem ser severamente combatidas pela causa da liberdade. O economista é citado em alguns artigos no site do ESP como importante referência liberal/conservadora ignorada pelo sistema educacional brasileiro (ESCOLA SEM PARTIDO, [2020]b, <<http://www.escolasempartido.org/?s=hayek>>).

Reconhecido personagem da nova onda reacionária na política brasileira e ator relevante para o surgimento do ESP, Carvalho (1996; 2003; 2013) propaga, por meio de seus polêmicos e conspiratórios escritos e vídeos, uma interpretação crítica a respeito do marxismo e sobre como ele é difundido em um cenário de guerra cultural global. Para o guru, o marxismo transcende os enquadramentos de filosofia, teoria econômica ou força político-partidária, se estruturando como uma cultura. Enquanto um “universo inteiro, um complexo inteiro de crenças, símbolos, discursos, reações humanas, sentimentos, lendas, mitos, sentimentos de solidariedade, esquemas de ação e, sobretudo, dispositivos de autopreservação e de autodefesa” (CARVALHO, 2003), o marxismo se consolidou como uma frente cultural que é articulada para fins de dominação política. Um dos principais responsáveis pela estruturação do marxismo como uma força política cultural, segundo Carvalho (1996; 2013), foi o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), cujas proposições teóricas indicavam a possibilidade de construção de poder hegemônico a partir do controle de aparatos ideológicos e do senso comum. O guru entende que, desde os construtos analíticos de Gramsci, a esquerda, em uma perspectiva generalista, conspira globalmente para alterar o senso comum do Ocidente, tornando a cultura marxista como visão de mundo imperante. Tal processo se daria de forma sutil pela dissolução dos pilares culturais vigentes e sua gradual substituição pelos de caráter marxista/comunista (CARVALHO, 1996). Essa concepção cultural e subjetiva do marxismo, de acordo com Carvalho (1996), influenciou toda uma geração de intelectuais brasileiros que lutaram contra o regime militar e ditaram os rumos do avanço progressista no país durante as décadas subsequentes. Essa elite de esquerda brasileira aprendeu com Gramsci a:

[...] abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais



profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos (CARVALHO, 1996, p. 11).

Essa “leitura fantasiosa” da produção teórica gramisciana (MIGUEL, 2016, p.600), como feita por Carvalho respalda as mais variadas análises e abstrações conceituais. Como exemplo, o guru brasileiro se utiliza do termo *globalismo* para sinalizar um fenômeno mundial que ele afirma ser, em parte, estruturado por militantes socialistas/comunistas. Segundo Carvalho (2013), grandes OIs como a Organização das Nações Unidas (ONU), algumas empresas multinacionais e outros atores políticos e econômicos internacionais têm usurpado os espaços de decisão dos Estados nacionais para a imposição de um governo global onipotente. Os interesses, soberania e cultura nacionais estariam sendo suprimidos pelas pautas globalistas impostas por esses atores, que são intrinsecamente ligados a forças marxistas de caráter global. De acordo com o autoproclamado filósofo, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) muitos ex-agentes de seu corpo burocrático foram cooptados por esses organismos e instituições internacionais. Tal fluxo de recursos humanos se deu para lotear essas grandes instituições transnacionais de sujeitos com expertise para uma difusão global e estruturada de valores e políticas do antigo regime comunista. Dentro da lógica de guerra cultural, a esquerda estaria difundindo suas pautas comunistas, “gayzistas” e globalistas atacando a soberania dos Estados e suas tradições. O globalismo seria, então, fenômeno de espalhamento mundial do comunismo e seus valores a partir da criação de um governo global onipotente, sendo os OIs seus vetores para o enfrentamento do capitalismo e da cultura ocidental.

Existem variados artigos de opinião e publicações produzidas e/ou divulgadas pelo ESP com ataques contumazes a Gramsci e a sua percebida influência na educação brasileira (ESCOLA SEM PARTIDO, [2020]a, <<http://www.escolasempartido.org/?s=gramsci>>). Críticas à elite globalista e sua associação à doutrinação ideológica são recorrentes nas publicações das redes sociais digitais do movimento (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). Há diversas menções, citações e entrevista de Carvalho no *site* do ESP, sendo sua produção escrita colocada como importante literatura contrária ao *establishment* progressista (ESCOLA SEM PARTIDO, [2020]c, <<http://www.escolasempartido.org/?s=olavo>>; NAGIB, 2019). O termo *establishment* é, inclusive, outro exemplo da influência de Carvalho (2013) sobre o construto ideológico propagado pelo ESP. Tal conceito remete a estruturas, sistemas e ordens de poder

político, ideológico e cultural em situação de soberania e controle, ou mesmo a um grupo ou elite detentor de poder político e estabilidade. A partir da visão de mundo compartilhada pelo guru e o movimento, *establishment* se refere às forças de esquerda que dominam os embates por poder em cenário global, ou focado no contexto educacional. Exemplo dessa percepção de controle da máquina pública pela esquerda doutrinadora, o ESP costuma publicar mensagens nas redes sociais digitais como a seguinte:

Graças ao trabalho solitário do ESP — e não de qualquer entidade governamental ou não governamental ligada à área da educação —, a sociedade brasileira foi alertada para o grave e sistêmico problema da doutrinação ideológica, política e partidária nas escolas e universidades. [...] Lutando contra todo o mafioso establishment educacional brasileiro, o ESP não apenas revelou aos olhos de todos o câncer insidioso da doutrinação, como demonstrou, por A+B, o caráter ilícito dessa prática covarde e abusiva, que desgraçadamente se naturalizou em nosso país (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020c, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1269265404792315909>>).

Além de ter colaborado em ação coletiva de membros do ILB para a emergência do ESP, Carvalho é relevante referência teórica e política para o movimento desde seus primeiros anos de mobilização. Podem ser encontradas diversas menções, citações e materiais relacionados a Carvalho (e dele) no *site* ESP, mostrando sua importância para a consolidação ideológica do movimento, além de o guru já ter se posicionado publicamente em defesa ao ESP e suas pautas várias vezes (PENNA; SALLES, 2017). Em 2016, por exemplo, Carvalho fez um vídeo, vestido com uma camisa com o logotipo do movimento, no qual conclamava seus seguidores a votar em favor do ESP em uma enquete *online*. Ao final da gravação ele pontua: “[...] já fiz algumas críticas à estratégia do movimento ESP, porém os objetivos, os valores que ele propõe são absolutamente inatacáveis e têm que ser defendidos até o fim” (CARVALHO, 2016b, <<https://www.youtube.com/watch?v=kWEclvTtF7E&t=12s>>).

**Figura 1. Olavo de Carvalho em apoio ao ESP**



Fonte: CARVALHO, 2016b

Em 2018, contudo, Carvalho (2018, <<https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk>>) remeteu diversas críticas ao ESP por: não acreditar ser possível uma neutralidade na docência; considerar o nome “sem Partido” errôneo, sendo o correto “sem Censura”; não concordar com a ênfase que o movimento dá à aprovação de PLs, sendo necessária uma mudança cultural e social profunda anterior à atuação no campo jurídico; e ao rejeitar a própria percepção de doutrinação colocada pelo ESP, por acreditar ser desconexa das relações amplas de poder que permeiam a realidade social. O guru também afirmou que concorda com a motivação de lutar contra o controle comportamental e hegemonia de esquerda nas escolas, mas caso o movimento não mudasse a forma de articular seus objetivos, não mais o apoiaria.

De acordo com os trabalhos de Salles (2017; 2019) e Penna e Salles (2017), Lehmann da Silva (1939–2011), assim como Carvalho, foi importante referência teórica para a construção das pautas e percepções da realidade promovidas pelo ESP, em especial pela noção de doutrinação ideológica. Nascido no Rio Grande do Sul, Lehmann da Silva teve teologia como formação inicial, passou alguns anos em sacerdócio católico na Europa e voltou ao Brasil no início da década de 1970, quando passou a lecionar como professor colaborador no Departamento de História da UnB. Em meados da década 1970, o professor se mudou para realizar doutorado nos Estados Unidos, onde construiu as bases de seu pensamento contidas no livro “A Religião Civil do Estado Moderno”. Regressando ao Brasil na década de 1980, Lehmann da Silva começa a lecionar no Departamento de Ciência Política da UnB e passa a

participar do ILB, aonde viria a se aproximar de Nagib, Pôrto e Carvalho (SALLES, 2017; PENNA; SALLES, 2017).

Muito influenciado pela literatura neoliberal da Escola Austríaca, como os próprios Hayek e Mises, Lehmann da Silva percebia as produções intelectuais socialistas como uma estratégia de poder maléfica que promove falsas soluções para os problemas humanos. Seus escritos são sustentados por um ímpeto de denúncia ao ideal socialista, que considera como “persistente doença infantil” (SILVA, 2016, p. 189 *apud* SALLES, 2017, p. 3). O autor acredita que há um sistêmico processo de doutrinação ideológica socialista ocorrendo no interior da Igreja Católica e, principalmente, nas escolas. Em especial no ensino das humanidades, a ideologia esquerdista haveria se infiltrado em importantes debates, como de filosofia, ética, política e sexualidade (SALLES, 2017).

Anterior ao surgimento do ESP, Lehmann da Silva já produzia alguns artigos de opinião sobre a doutrinação ideológica em ambiente escolar, que foram reproduzidos e divulgados pelo movimento no decorrer dos anos. Tal fato evidencia a influência de Lehmann da Silva sobre a visão de mundo defendida pelo ESP, assim como reitera o fato de seu surgimento ter se dado sob um contexto estratégico, político e colaborativo de membros no interior do ILB, e não a partir de uma aspiração militante e idearia de Nagib (PENNA; SALLES, 2017). Entre menções de estudos empíricos, que carecem de citações, atestando a existência de doutrinação na educação brasileira e o elencar de exemplos de “direcionamento ideológico”, os textos de Lehmann da Silva se mostram como base retórica para os posicionamentos do ESP ao longo dos anos. No texto “Como se faz a doutrinação”, ao se referir a certos exemplos de casos em que, teoricamente, haveria doutrinação, como críticas ao capitalismo e Estados Unidos, ou elogios a Cuba, o autor pontua que:

[...] são descrições e explicações PARCIAIS. Sonegam o quadro inteiro. Não mostram o outro lado. Não formulam os prós e os contras. Decretam juízos de valor, sem dar aos acusados direito de defesa. Praticam meramente um explícito ou implícito denunciamento. Não apresentam problemas como problemas, o que seria a verdadeira educação (SILVA, [200-?] *apud* SALLES, 2019).

A busca por neutralidade e a apresentação, por parte do docente, de pontos de vista antagônicos no processo educativo são pautas defendidas pelo movimento no intento de controlar a docência, impor uma perspectiva ideológica única e censurar debates destoantes das racionalidades neoliberal e neoconservadora. Esses elementos serão mais bem trabalhados nas próximas seções deste capítulo. Contudo, para finalizar estes apontamentos sobre a

sustentação teórica do ESP, vale citar uma publicação de Carvalho (2016a, <<https://www.facebook.com/olavo.decarvalho/posts/10153826982267192>>) na rede social digital Facebook, evidenciada por Penna e Salles (2017), em que este enfatiza a influência de Lehmann da Silva para as mobilizações de Nagib e do movimento:

Foi nos anos 80 do século passado que o prof. Nelson Lehmann da Silva (o já falecido autor do primeiro livro brasileiro sobre Eric Voegelin) começou a denunciar os livros didáticos recheados de propaganda comunista. A reação, foi, como sempre, "Exagero! Alarmismo! Teoria da conspiração! Saudades da Guerra Fria!". Mesmíssima resposta quando, inspirado no Lehmann, o promotor Miguel Nagib criou o "Escola Sem Partido" [...] (CARVALHO, 2016a).

### **3.2 O ESP como chave de leitura do fenômeno educativo nacional**

Ao longo dos anos, o ESP se tornou um dos principais atores nos processos da regulação educativa nacional. Suas pautas e formas de mobilização condicionaram o debate público sobre educação (MACEDO, 2017), impuseram novas formas de controle aos trabalhadores docentes (REZENDE; VIEIRA, 2020), além de promoverem uma agenda de reformas ao direito à educação (XIMENES, 2016). Devido à sua relevância, Penna (2017) reconhece o movimento como uma chave de leitura para o fenômeno educacional no Brasil. Ou seja, com o ESP se tornando ator referência no cenário educativo, compreendê-lo de maneira ampla é elemento fundamental para a compreensão da educação brasileira no atual momento político. Essa chave analítica, de acordo com o autor, é constituída por quatro eixos fundamentais: uma concepção de escolarização; desqualificação do professor; estratégias discursivas fascistas e; defesa do poder total dos pais sobre os filhos.

#### **3.2.1 Uma concepção de escolarização**

O ESP influencia o debate e as políticas educacionais pela promoção de uma concepção de escolarização dissociada do fenômeno educativo. O processo de escolarização seria limitado à transferência neutra, livre de doutrinação ideológica, de conteúdos curriculares que não sejam conflituosos com as perspectivas religiosas e políticas dos pais dos alunos. A educação como um fenômeno holístico de construção valorativa e da moral dos sujeitos seria limitado à esfera domiciliar, não cabendo à escola e docentes abordar certos temas, discussões ou perspectivas (PENNA, 2017).

Essa dissociação entre o escolar e o educativo é fenômeno que atende tanto a premissas neoliberais, quanto neoconservadoras na política educacional. Como reflexo da emergência dos novos modos de regulação, a educação e todo o fenômeno educativo ganham novas definições e significados. De um anterior projeto político de combate à ignorância a partir da instrução e socialização, a educação passa a se organizar por uma tendência tecnocrática de eficiência e efetividade (DUPRIEZ; MAROY, 2003). A escolarização se torna um treino, um processo quase mecânico de apreensão conteudista, tendo seu aspecto político e, propriamente, educacional esvaziado por cobranças técnicas. Em semelhança ao processo de desdemocratização (BROWN, 2006), pelo qual são suprimidos os aspectos políticos, públicos e dialógicos da democracia em prol de uma eficiência técnica e aparente neutralidade, as estruturas educacionais também abrem espaço para novas formas privatistas de controle dos sujeitos e instituições públicas, como as imposições moralistas.

Apple (1989) pontua que a ênfase na neutralidade para a construção de currículos escolares, para além da premissa técnica e neoliberal, serve como forma de perpetuar sistemas de dominação social pela alienação, impedindo que os sujeitos escolarizados reconheçam as estruturas que os submetem a tais condições. Assim, a formação de uma mão de obra despolitizada e moralmente adestrada é conveniente para a manutenção de forças econômicas e ideológicas contrárias à centralidade estatal nos processos políticos.

### 3.2.2 Desqualificação do professor

Um dos elementos mais importantes da ideologia que sustenta a atuação do ESP no contexto da política educacional brasileira é a desqualificação do trabalhador docente e a promoção de sentimentos de desconfiança e insegurança em relação ao seu trabalho. Nagib constantemente defende que “nenhum pai é obrigado a confiar no professor, ele fecha a porta da sala de aula e ele faz o que ele bem entender” (PENNA, 2017, p. 39). Essa desvalorização e suspeição a direcionadas aos docentes reflete um complexo contexto da educação, suas instituições e políticas.

A escolarização, destituída de seu aspecto político e educacional, é tida como apenas um serviço a ser contratado e consumido. A partir dessa lógica, o docente como um mero prestador de serviço, deve atender às demandas e interesses de seu contratante, estando suscetível a cobranças para que cumpra com os parâmetros impostos. O pressuposto dessa

lógica de desqualificação não é de o docente ter sua posição devido a sua capacidade e conhecimentos, mas sim de haver uma necessidade constante do trabalhador docente em se provar capaz de estar em tal posição. O reconhecimento social da profissão docente parte de uma desconfiança e descrédito de sua capacidade em cumprir com prerrogativas de seus contratantes. Nesse sentido, a percepção moralista de doutrinação ideológica sustenta e reforça a já instaurada cobrança por certas performances docentes nos atuais modos pós-burocráticos de regulação educativa. O trabalho docente é enquadrado e avaliado segundo determinados valores que atendem a uma lógica neoliberal – e neoconservadora, no caso do ESP –, sendo que o exercer da docência em formas que destoam desses padrões seja lido como pouco valoroso, sem qualidade garantida e passível de suspeição. Maroy (2011a) pontua que:

[...] a valorização da eficácia e da performatividade [...] acompanha uma desconfiança aumentada com respeito à autonomia profissional do corpo de ensino, se não ‘enquadrada’ por novos sistemas de avaliação de suas práticas e resultados. A confiança no profissionalismo se racha e a autonomia profissional não parece mais uma garantia suficiente da qualidade do serviço educativo oferecido (MAROY, 2011a, p. 34).

Importante consideração a ser acrescentada neste eixo sinalizado por Penna (2017) é a percepção do professor como representante do Estado, no caso dos que exercem a docência nas redes públicas de ensino. As colocações de Feldfeber (2006) sobre novos atores na regulação educativa que agem em favor de sua autonomia e contra o Estado auxiliam na compreensão desse aspecto. Com voz nas decisões sobre a política educacional, os novos atores privados lutam contra a soberania estatal na educação, por isso o descrédito aos professores, representantes primeiros de um Estado limitador e usurpador da liberdade. Em adição a essa luta de caráter neoliberal, está o embate cultural neoconservador do Estado controlado por forças de esquerda. Com o sistema educativo nacional tomado por uma frente marxista, os docentes seriam os principais agentes responsáveis pela sistêmica doutrinação ideológica. Agindo como militantes infiltrados travestidos de trabalhadores, os professores se utilizariam de suas posições laborais para fins fisiológicos na guerra cultural. De acordo com Nagib, “não são todos, mas não são poucos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a) os docentes que agem em prol de causas político-partidárias no ambiente cativo das salas de aula, o que é motivo a mais para a desconfiança e descrédito desses agentes de um Estado que é, ao mesmo tempo, limitador das liberdades individuais e comunista, destruidor da cultura, família e nação.

### 3.2.3 Estratégias discursivas fascistas

A perspectiva teórica de caráter conspiratório da tomada do sistema educacional pela esquerda é sustentação para uma estratégia discursiva de ataque e desumanização dos rivais por parte do ESP. Os rivais políticos se tornam, de fato, inimigos a serem combatidos e vencidos para um bem geral. Penna (2017) sinaliza a forte presença dessa lógica discursiva odiosa nas redes sociais digitais do movimento, sendo difundida, principalmente, por meio de *memes*<sup>35</sup> e outras imagens. Ataques a Gramsci, figuras políticas de esquerda, a Paulo Freire e a docentes de forma geral, fazem parte do amplo repertório de ações difamatórias e retóricas generalizantes e preconceituosas do movimento.

Como exemplo, a seguinte imagem foi divulgada em um *tweet*, pela conta oficial do ESP na rede social digital Twitter, acompanhada da frase “Escola com Partido” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1254225450634743808>>). Por meio dessa imagem, o movimento busca mostrar que uma escola sem o ESP conta com a maliciosa presença de um amplo partido, de uma frente política de esquerda que, longe de ser neutra, impõe suas perspectivas ideológicas e identitárias e doutrina a sociedade. Figuras como Gramsci, o líder nazista Adolf Hitler (1889-1945), o ex-governante da URSS Josef Stalin (1878-1953) e o ex-presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva (1945) são retratadas enquanto integrantes do plano de Karl Marx (1818-1883), importante filósofo comunista, para o controle ideológico da população. Marx, que é caracterizado como um demônio, pelos chifres, e maçom, pelo símbolo em sua testa, controla pessoas com o apoio de partidos de esquerda, movimentos políticos e estudantis, como a própria União Nacional dos Estudantes (UNE), representados em seu braço. Os indivíduos doutrinados pela cultura marxista em uma “escola com partido” se tornam feministas, homossexuais, ateus e usuários de drogas, este último em uma nítida associação racista do uso de entorpecentes com a negritude.

---

35 O Museu de Memes da Universidade Federal Fluminense (UFF) os define como “fenômeno típico da internet, e podem se apresentar como imagens legendadas, vídeos virais ou expressões difundidas pelas mídias sociais. Próprios do universo das comunidades virtuais, eles são geralmente compreendidos como conteúdos efêmeros, vulgarmente encarados como ‘besteirol’ passageiro ou ‘cultura inútil’, fruto de sua utilização da linguagem do humor” (MUSEU DE MEMES, [201-?] <<https://www.museudememes.com.br/o-que-sao-memes/>>).



**Figura 2. “Escola com Partido”**



Fonte: ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b.

### 3.2.4 Defesa do poder total dos pais sobre os filhos

A consolidação do ESP como um fenômeno chave para uma compreensão ampla do contexto educacional brasileiro passa, de maneira muito enfática, pela defesa do poder total dos pais sobre os filhos. Além de dialogar facilmente com os outros três eixos apresentados, o este último foi grande catalisador para a entrada do movimento no cenário político nacional, transcendendo a esfera educativa.

Para além das considerações de Penna (2017), faz-se importante a percepção desse poder total dos pais sobre os filhos como o auge da lógica privatista defendida pelo ESP. Não apenas a educação é tida como um serviço contratado e os professores prestadores deste, mas os filhos seriam como propriedades dos pais e que não podem ser violadas/ultrapassadas sem o seu consentimento. Contudo, essa “invasão de propriedade” se daria no trato a determinados assuntos, questões e perspectivas dentro das salas de aula que fossem de encontro com suas concepções morais e religiosas. Os docentes, além de desumanizados e constantemente cobrados por melhores performances, são submetidos a uma nova forma de controle conservador (REZENDE; VIEIRA, 2020), tendo que se atentar aos mínimos aspectos morais

das famílias dos alunos – que são, em geral, vinculados às tradições e valores ocidentais, cristãos e heteronormativos – a fim de que não sejam percebidos como doutrinadores e violadores da propriedade alheia. Além de posse paterna, os filhos são reconhecidos como incapazes, influenciáveis e sem senso crítico próprio, por isso devem ser protegidos dos docentes aliciadores ideológicos<sup>36</sup>.

Penna (2017) contextualiza essa defesa do controle paterno total sobre os filhos, principalmente, a partir do embate à chamada *ideologia de gênero*. Como outro elemento conspiratório utilizado para justificar as ações de enfrentamento do ESP, a chamada ideologia de gênero seria responsável por ataques à instituição familiar tradicional e a seus pilares heteronormativos. Os professores doutrinadores, no ímpeto de deslegitimar o poder dos pais sobre os filhos, atacariam a autoridade moral paternal ao induzir os filhos/propriedades a tornarem-se homossexuais, transexuais, feministas ou qualquer outra identidade/comportamento reconhecido como afrontoso aos valores morais e tradicionais da família.

Essa visão distorcida e preconceituosa a respeito de orientações sexuais e identidades de gênero<sup>37</sup> como elementos comportamentais que podem ser induzidos via doutrinação é um dos pontos que compõe o volátil arcabouço da ideologia de gênero. Conceito amplamente utilizado pela direita conservadora brasileira e nos meios religiosos fundamentalistas (BALIERO, 2018), a expressão ideologia de gênero data da segunda metade da década de 1990 e tem muita proximidade com a noção de globalismo. Durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, no ano de 1995, em Pequim, estava em debate a adoção do termo “gênero”, em substituição ao termo “sexo” em documentos oficiais da ONU, outros organismos globais e nos tratados e relações entre os países. Essa mudança era defendida por grupos feministas e algumas delegações nacionais, que entendiam a perspectiva de gênero como mais apropriada por se remeter às diferenças percebidas entre os gêneros como uma

---

36 O ESP frequentemente argumenta que, pela fragilidade intelectual e suscetibilidade à doutrinação, os alunos que defendem seus professores dos ataques paternos estariam sob os efeitos da Síndrome de Estocolmo, que se caracteriza pela construção de laços afetivos dos sujeitos doutrinados/sequestrados com seus respectivos doutrinadores/sequestradores (ESCOLA SEM PARTIDO, [201-?]b <<https://www.escolasempartido.org/blog/category/sindrome-de-estocolmo/>>).

37 Segundo os Princípios de Yogyakarta (2007, p.7), orientação sexual pode ser definida como “capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”, e identidade de gênero como “a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos”.

construção social, que se enquadram a partir de fatores culturais, políticos e sociais. O Vaticano, entidades religiosas e grupos conservadores eram favoráveis à manutenção da perspectiva do sexo, que é essencialmente inatista e limitada a aspectos biológicos. Por fim, decidiu-se pela adoção à perspectiva de gênero (MACHADO, 2018).

A substituição causou grande revolta por parte da Igreja Católica, que rapidamente mobilizou uma campanha mundial em ataque ao gênero. O Vaticano e diversas cúpulas nacionais da Igreja passaram a disseminar textos, documentos e discursos associando a perspectiva de gênero à homossexualidade, feminismo, aborto, marxismo, à negação da natureza e dos valores familiares que satisfazem a visão cristã. Em suma, a adoção ao termo gênero pela ONU seria elemento catalisador, em escala global, para a desconstrução da família, da natureza humana e do mundo como concebido por deus (MACHADO, 2018; CÉSAR; DUARTE, 2017). O uso da palavra “ideologia” serve para deslegitimar ainda mais as concepções teóricas que envolvem o gênero, dando um tom político e doutrinador à perspectiva. Em outras regiões do mundo, por onde esse discurso reacionário, conspiratório e deturpado sobre o gênero ecoou, a perspectiva de gênero também foi taxada de *teoria de gênero* e *generismo* (KOVÁTS, 2018).

O ESP entende a ideologia de gênero (também chamada de religião do gênero) como uma das principais pautas da esquerda globalista que se apossou das estruturas institucionais da educação brasileira. Os professores doutrinadores, além criticarem os fundamentos do capitalismo e militarem em prol de certos partidos políticos, ainda abusariam de sua liberdade de cátedra para impor temáticas concernentes à ideologia de gênero para os estudantes. Em publicação criticando decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de PLs do ESP, o movimento assinala:

Uma de duas: [...] ou os Ministros do STF acreditam que as crianças do ensino fundamental (que mal sabem ler) estão preparadas p/entender e discutir questões de gênero — um dos temas mais controversos da atualidade nas áreas da biologia, medicina, psicologia, antropologia etc. [...] ou eles estão dando sinal verde p/a execução de um mega-projeto de engenharia social (ONU, Unesco<sup>38</sup>), por meio da imposição dos dogmas da religião do gênero, o que viola o direito dos alunos à educação, à laicidade, ao pluralismo e à liberdade de consciência e de crença (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020d, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1254164450338394119>>).

---

38 Sigla referente à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Nagib (2019) pontua ser importante, apesar de complexo, trabalhar questões relativas ao gênero e sexo no ambiente escolar, a partir de embasamento científico e não por uma abordagem doutrinadora e politizada. Contudo muitas mobilizações políticas do ESP a nível nacional, nos estados e municípios foram para retirar termos como “orientação sexual” e “gênero” de documentos oficiais e materiais didáticos e na proibição uso destes por parte dos professores em sala de aula (MACEDO, 2017; REIS, 2016). No sentido de contornar críticas que taxam o movimento como censurador – atributo fortemente rechaçado em seus canais de comunicação (ESCOLA SEM PARTIDO, [201-?]a, <<http://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>>), o ESP faz diferenciações pouco elucidativas entre “questões de gênero” e “ideologia de gênero” o que, assim como na definição do conceito de “doutrinação ideológica”, dá margem a manipulações retóricas e censura discursiva (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019b, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1209471755322056706>>).

**Figura 3. Diferenças entre “questões de gênero” e “ideologia de gênero”**

ESCOLA SEM PARTIDO	<b>FAVOR NÃO CONFUNDIR</b>	ESCOLA SEM PARTIDO
<p><b>Questões de gênero:</b> tema complexo, multidisciplinar e altamente controverso, passível de ser objeto de investigação e estudo por pessoas com formação científica nas áreas da biologia, medicina, psicologia, sociologia, história, literatura, antropologia etc.</p>	<b>COM</b>	<p><b>Ideologia de gênero:</b> visão reducionista e dogmática das questões de gênero, criminosamente martelada, com fins políticos, na cabeça de crianças e adolescentes totalmente incapazes de entender a complexidade do tema, por absoluta falta de formação científica nas referidas áreas de conhecimento.</p>

Fonte: ESCOLA SEM PARTIDO, 2019b.

### 3.3 Ascensão e queda? A trajetória do movimento no cenário político

#### 3.3.1. Do *site* para o Congresso Nacional

A modernização conservadora, como postulado por Apple (2003), se consolida no campo educacional a partir da convergência de diversos grupos mais conservadores, ou mais liberais

que, apesar de díspares em variados pontos ideológicos, unem-se de forma pragmática a fim de aumentar a ressonância de seus discursos e capacidades de atuação na cena educativa. Essa frente reacionária sobre as estruturas educacionais é um reflexo da quebra da prevalência estatal na regulação educativa, o que possibilitou a criação de novos centros de poder e vocalizou novas autoridades na política de educação.

Como uma relação simbiótica, forças neoconservadoras ganham espaço na seara educacional graças à dilatação de frentes de mobilização nos processos regulatórios promovidas por uma lógica neoliberal. Já com espaço na regulação educativa, estruturas moralistas e de valores tradicionais endossam discursos, práticas e políticas para o fortalecimento dos ideais mercadológicos e de uma crescente economização das estruturas educacionais. Privatiza-se a educação, e toda a vida social, concomitantemente nos aspectos econômicos e morais. Esse processo privatizante dual se torna explícito no embate à centralidade da instituição estatal nos fluxos regulatórios. Há uma luta contra o Estado limitador das liberdades individuais e econômicas e que suprime interesses privados (FELDFEBER, 2006), ao mesmo tempo em que este também é enfrentado no ímpeto da retomada de espaços e competências por ele usurpados e que antes eram de prerrogativa familiar, comunitária e eclesiástica (MOLL, 2015).

O ESP advoga enfaticamente contra a força de um Estado centralizador e seus percebidos abusos morais diante da autoridade familiar. Suas proposições, como já trabalhado neste capítulo, embasam-se na ideia reacionária de que o Estado brasileiro foi tomado por forças comunistas que destroem valores morais, a instituição familiar e corroem o poder dos pais na educação dos filhos. O movimento seria o vanguardista nessa guerra cultural para a derrota da esquerda e a retomada do Estado, educação e autoridade paterna. Ao se contextualizar o frequente posicionamento de Nagib (2019), no qual essa usurpação do Estado brasileiro teria ocorrido há cerca de trinta anos, denota-se que durante o regime militar os pais teriam o controle sobre a educação de seus filhos e ainda não haveria a sistêmica doutrinação esquerdista nas instituições escolares<sup>39</sup>. O sentimento de perda de autoridade moral e a

---

39 Existem diversas publicações, textos, artigos de opinião, *tweets*, vídeos e outros documentos *online* que sinalizam o apoio do ESP ao revisionismo histórico sobre o Golpe Militar (1964) e ao regime ditatorial sofrido pelo Brasil. Em artigo (GARCIA, 2013, <<http://www.escolasempartido.org/blog/ensino-da-ditadura-militar-nas-escolas-gramscismo-puro/>>) publicado no *site* do movimento, por exemplo, critica-se a abordagem dita gramsciana no ensino sobre o período militar, além de nomear o Golpe como “contrarrevolução democrática de 31 de Março de 1964”.

mobilização política para a retomada de valores de um passado idealizado são de forte tom neoconservador (MOLL, 2015).

O embate conspiratório e conservador contra um Estado supostamente marxista e seu consequente fenômeno doutrinário no ambiente escolar é elemento nevrálgico para a ideologia e ação política do ESP. Contudo, ao longo das duas últimas décadas, o movimento mobilizou novas pautas, articulou relações com outros atores relevantes na cena política da direita brasileira e intensificou a ressonância de seus discursos e influência na regulação educativa. Aproximando-se, especificamente, de grupos promotores do ideário neoliberal e de agentes cristãos fundamentalistas na política institucional (MIGUEL, 2016), o ESP convergiu diversas frentes de atuação no campo educacional tornando-se a chave de leitura para o fenômeno da educação no Brasil, o mais destacado ator da modernização conservadora no país.

Com a criação do *site*, em 2004, e sua constante difusão nos meios direitistas do país a partir da grande compilação de denúncias, relatos, textos e vídeos contra a doutrinação comunista na educação, o ESP passou a ser reconhecido como referência nos meios políticos críticos ao PT. Sua ênfase na luta contra a soberania de esquerda na educação foi muito bem assimilada por frentes políticas e midiáticas que se opunham ao governo do ex-presidente Lula, sendo o embate contra o comunismo equiparado ao embate ao petismo (MIGUEL, 2016). Em 2008, por exemplo, o jornalista Reinaldo Azevedo (2008, <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/por-uma-escola-sem-partido/>>) publicou um texto no *site* da revista VEJA intitulado “Por uma escola sem partido”, no qual critica a doutrinação marxista em escolas particulares do país e conclama a mobilização dos pais nos debates sobre o tema, assim como fazem os que “colaboram com o site Escola Sem Partido”<sup>40</sup>. O autor ainda argumenta que:

A militância marxista — e, evidentemente, petista — do magistério foi em busca de alguns confortos oferecidos pelo nefasto capitalismo com o qual ela ambiciona acabar. E decidiu aparelhar a escola particular, também os cursinhos, para ‘dizer umas verdades’ para os ‘filhos da burguesia’ que ela tanto despreza. Essa gente chama esse proselitismo vagabundo e ignorante de ‘educação crítica’ (AZEVEDO, 2008).

---

40 Uma edição de novembro de 2018 da revista VEJA conta com matéria de capa criticando um PL do ESP no Congresso Nacional e a criação de um clima de caça às bruxas. Edição disponível para assinantes em: <<https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2608/>>. Acesso em: 25 out. 2020. E ao final de 2019, Azevedo (2019, <<https://www.youtube.com/watch?v=N3Q3WoJ4rv8>>) também se pronunciou contra as ações do movimento, o chamou de “milícia fascistóide” e afirmou arrependimento em tê-lo apoiado.

A revista VEJA é vinculada ao Grupo Abril, grande conglomerado midiático nacional que tem fortes laços políticos, institucionais e de pessoal com o Imil, *think tank* da rede Atlas (CASIMIRO, 2018) e importante ator para a consolidação do ESP no cenário nacional (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017). Entre os anos de 2009 e 2013, Miguel Nagib esteve no quadro de mantenedores do *think tank*, além de ser autor de alguns artigos de opinião divulgados pela instituição, como um intitulado “Por uma escola que promova os valores do Millenium” (AQUINO, 2016). As relações do ESP com o Imil e outros *think tanks* da Atlas Network, como a também já mencionada relação com o ILB/IL, serão abordadas com maior profundidade no capítulo seguinte, contudo é importante assinalar a lógica pragmática da aliança conservadora (APPLE, 2003) que permeia essas ligações. Ao ESP foi dada a oportunidade de difusão de suas ideias e promoção de seu nome em espaços de reconhecida importância para forças liberais e da direita política nacional. Em consonância à abertura dessa janela de oportunidades, o movimento passou a proferir, para além do discurso antimarxista, críticas à educação brasileira a partir de uma visão neoliberal, como por não serem endossados no sistema educacional valores em defesa da propriedade privada, meritocracia e individualismo (MIGUEL, 2016).

Essa aproximação entre o então emergente movimento conservador ESP e grandes atores da cena liberal brasileira, em especial o Imil e demais parceiros da rede Atlas no país, obedeceu a um senso de oportunidade muito propício para o crescimento de alianças conservadoras e frentes reacionárias no contexto político nacional. Em oposição ao fortalecimento da esquerda política no poder, a direita se organizou em diversas frentes e radicalizou seus discursos a fim de se empoderar no seio da crescente onda moralizante e conservadora no Brasil. Dessa forma, outra frente política importante, poderosa e em constante ascendência no discurso conservador nacional se aproximou da direita liberal e, no campo educacional, do ESP para a consolidação de um projeto compartilhado nessa aliança liberal-conservadora: os cristãos fundamentalistas (DELCOURT, 2016; MACEDO, 2018). E foi por meio dessa aproximação que o ESP passou a adotar a pauta da ideologia de gênero em sua militância (MIGUEL, 2016).

A Frente Parlamentar Evangélica<sup>41</sup> (FPE), também chamada de bancada evangélica, já se mobilizava contra avanços nos direitos reprodutivos, sexuais e civis de mulheres e pessoas

---

41 Frente suprapartidária constituída em 2003 por parlamentares evangélicos e líderes religiosos no âmbito do Congresso Nacional para fins de “[...] influenciar mudanças mais efetivas, ampliando sua atuação para além das

LGBTQIA+<sup>42</sup> desde a sua institucionalização em 2003 (TREVISAN, 2016). O embate às diversidades sexual e de gênero, contudo, tomou tons mais extremados no início da década de 2010 em reação a importantes conquistas e iniciativas para a população LGBTQIA+ nos campos político e jurídico. Durante o ano de 2011, que foi categórico para os embates políticos a respeito da diversidade, o STF julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 que garantiram o direito à união estável homoafetiva. No mesmo ano, o governo Dilma Rousseff (2011-2016) buscava emplacar o Programa Escola sem Homofobia, que disponibilizaria materiais educativos para docentes e discentes no enfrentamento ao preconceito à diversidade sexual no ambiente escolar. Ambas as iniciativas foram muito criticadas pela FPE e outros parlamentares conservadores, como Jair Bolsonaro, que se mobilizaram contra, principalmente ao programa governamental, pelo pretense estímulo ao “homossexualismo” e promiscuidade dentro das escolas. Pejorativamente nomeado de “kit gay”, o Programa Escola sem Homofobia não saiu do papel e seu enfrentamento foi ponto germinal para a retórica da ideologia de gênero no sistema educacional (BALIERO, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Em 2014, a ideologia de gênero já havia se consolidado como pauta relevante no meio conservador e religioso da política nacional. As discussões a respeito do PL 8.035/2010, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) (2011-2020) foram representativas desse fenômeno. Em uma de suas primeiras versões, em 2012, o PL abordava a promoção da igualdade de gênero e orientação sexual, contudo tais pontos foram retirados ao final de sua tramitação no Congresso, em 2014, sob a justificativa da presença de ideologia de gênero (SANTOS, 2018). Foi a partir da votação do PNE que o ESP, já mais articulado ao meio político graças às suas relações com grupos midiáticos e liberais, passou a pautar a ideologia de gênero em seu enfrentamento e se alinhou aos fundamentalistas religiosos (BALIERO, 2018).

Ainda em 2014, devido ao reconhecimento do ESP como agente importante na luta contra a doutrinação marxista no sistema educacional e, também por sua crescente mobilização em prol de valores neoliberais e contra a ideologia de gênero, Nagib foi convidado pelo clã

---

igrejas, estendendo-se para o conjunto da sociedade” de acordo com seus preceitos morais e religiosos (TREVISAN, 2016, p. 35).

42 Acrônimo referente a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, *queer*, intersexo, assexuais e demais sujeitos destoantes dos padrões da heteronormatividade e cisgenderidade.



Bolsonaro a redigir um PL que propusesse as pautas e ideais do movimento. O movimento já se organizava há alguns anos no incentivo e apoio a pais e estudantes interessados em denunciar escolas e professores doutrinadores à justiça (ESCOLA SEM PARTIDO, 2012b, <<https://escolasempartido.org/blog/planeje-sua-denuncia>>), contudo a entrada no debate legislativo seria elemento convergente para seus esforços descentralizados, fortalecendo-o no cenário político. O então chamado “Programa Escola sem Partido” foi apresentado como PL pelos filhos de Bolsonaro, Flávio e Carlos, precisamente na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Esses dois primeiros PLs foram adaptados e transformados em um modelo padrão de anteprojeto de lei, que posteriormente foi disponibilizado no *site* do ESP para embasar vindouras iniciativas semelhantes em todo país (PAULINO, 2018).

Nos anos seguintes foram criados mais de 200 PLs e outras propostas normativas em todo país relativos às pautas do ESP, desde submissões em câmaras municipais e assembleias legislativas, até à Câmara de Deputados e Senado Federal. Muitos destes propõem a institucionalização do Programa Escola sem Partido, alguns buscam apenas proibir a prática da doutrinação ideológica no ambiente escolar e diversos outros não se remetem ao ESP ou à doutrinação em específico, mas visam combater a ideologia de gênero e proibir uso de expressões como “orientação sexual” e “identidade de gênero” em salas de aula<sup>43</sup>. A luta contra a ideologia de gênero nas escolas passou a ter o ESP como grande representante, tornando-se a sua pauta mais reconhecida em contexto nacional. Apesar de o movimento não tê-la como elemento central ao início de sua militância, a nacionalização do enfrentamento à ideologia de gênero se deu em razão do avanço do ESP na esfera pública. Como exemplo, na construção da segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ESP foi tido como ator responsável por introduzir no debate as demandas conservadoras, que se sustentaram a partir da: divisão entre educação como própria da família, e transmissão de conteúdos como prerrogativa da escola; contrariedade ao viés ideológico de esquerda no sistema educacional; oposição à diversidade cultural nos currículos e, principalmente; pelo combate à ideologia de gênero (MACEDO, 2017).

---

43 A compilação estava disponível em <[https://www.escolasemmordaca.org.br/?page\\_id=4218](https://www.escolasemmordaca.org.br/?page_id=4218)>. Acesso em: 25 out. 2020.

O principal PL do ESP em âmbito nacional foi o 867/2015 do então deputado federal Izalci Lucas, à época do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB/DF)<sup>44</sup>. Visando instituir o Programa Escola sem Partido nas diretrizes e bases da educação nacional, o PL propunha que a educação atendesse a princípios como: neutralidade política, ideológica e religiosa; pluralismo de ideias; reconhecimento dos discentes como vulneráveis e parte mais “fraca” na relação de aprendizado; “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. A doutrinação ideológica e política estariam vedadas em sala de aula, assim como conteúdos ou atividades que estejam de encontro com os preceitos religiosos e morais dos pais. As secretarias de educação deveriam abrir um canal de denúncias sobre o descumprimento da lei, e estas encaminhadas ao Ministério Público para a defesa dos interesses das crianças e adolescentes. Por fim, o PL também delimitava a fixação de um cartaz em todas as salas de aulas, salas de professores e outros locais no ambiente escolar para serem lidos pelos estudantes, contendo os “Deveres do Professor”:

I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.

II - O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

V - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (BRASIL, 2015).

Alguns outros pontos do PL são de imperativa importância para se compreender os discursos e pautas defendidas pelo ESP. A noção de pluralismo de ideias, por exemplo, remete ao IV Dever do Professor, que, em tese, seria tratar assuntos por perspectivas diversas com a mesma profundidade. A justificativa dessa defesa se dá pela retórica basilar do ESP de preponderância marxista na educação e conteúdos curriculares. Para além da “consolidada” perspectiva de esquerda, o docente deveria apresentar o ponto oposto na análise do mesmo

---

44 O PL foi arquivado na legislatura que terminou em 2018 e teve sua tramitação retomada em 2019, ao ser apensado ao PL 246/2019 de autoria da deputada Bia Kicis do Partido Social Liberal (PSL/DF). Informações sobre a tramitação disponíveis em: <<https://bit.ly/2IVfsgX>>. Acesso em: 25 out. 2020.

fenômeno/fato/conteúdo, o que abre espaço para a “entrada” de conhecimentos ideologicamente afinados à direita política em situação equiparada. De fato, o discurso sobre pluralismo de ideias é usado como uma forma sutil de cercear discussões e impor determinada linha ideológica, dado à proibição de conteúdos e perspectivas de pensamento contrárias à moral dos pais. Tal proposição também é elemento importante para o intento do ESP de reescrever certos acontecimentos históricos a partir de enquadramentos mais propícios a seus ideais, como no caso da ditadura militar (QUADROS, 2018 <<https://apublica.org/2018/11/para-criticos-objetivo-do-escola-sem-partido-e-reescrever-historia-da-ditadura/>>).

Outro ponto relevante é a defesa feita no PL, em sua justificativa, sobre a necessidade de não se confundir a liberdade de ensino com a liberdade de expressão, alegando a inexistência da “liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa” (BRASIL, 2015). A liberdade de ensinar seria percebida a partir da possibilidade de escolher determinados métodos didáticos para ensinar conteúdos pré-definidos. Conteúdos estes que devem ser transmitidos de forma neutra, sem possibilidade de uma análise valorativa por parte do docente devido ao risco de infligir liberdades dos discentes em sala de aula.

Apesar de aparentemente defender a liberdade de ensino e pontuar a limitação da liberdade de expressão do docente “apenas” no exercício da docência, o ímpeto censurador do movimento exposto nas redes sociais digitais contraria essas já oblíquas propostas jurídicas. Em publicação no Twitter, a respeito do mau resultado brasileiro no Pisa 2018, o ESP argumenta que os docentes, “[...] como bactérias oportunistas, eles se aproveitam dessa vulnerabilidade dos alunos, p/transformar todas as aulas em agradáveis ‘rodas de conversa’. O problema é que no PISA não tem roda de conversa” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019c, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1202027533144936448>>). Tal fala denota uma crítica à percebida liberdade de ensinar por parte dos docentes. E apesar de enfatizar a limitação da liberdade de expressão do docente em exclusivo na lide de ensinar, o movimento incentiva que pais investiguem as redes sociais dos professores de seus filhos a fim de que percebam suas bandeiras políticas. Como exemplo:

Quer uma dica pra saber se tem algum militante disfarçado de professor dando aula pro seu filho? Acompanhe as postagens dos professores dele nas redes sociais. [...] Evidentemente, o fato de um professor fazer pregação religiosa, ideológica, política e partidária nas redes sociais — onde ele desfruta de plena liberdade de expressão —

não significa necessariamente que ele faz o mesmo em sala de aula. Mas pode ser um indício a ser investigado (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019g, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1115717744027160576>>).

### 3.3.2 E agora, Nagib? O governo Bolsonaro e a estagnação do movimento

Desde os primeiros PLs, em 2014, o ESP aumentou vertiginosamente sua influência nos debates educacionais, tornando-se importante ator na regulação das políticas educativas no país. Na busca por impor normas – institucionalizadas ou de coerção subjetiva – para o funcionamento dos sistemas educativos e controle da ação dos sujeitos no ambiente escolar, o movimento articulou seus esforços para promover uma agenda de reformas no direito à educação. Estruturada em três níveis distintos, essa agenda visa: promover alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); buscar a aprovação de PLs e outras proposições legislativas no máximo de entes federativos possíveis e; enfatizar uma “campanha de estímulo ao litígio e à responsabilização de professores” (XIMENES, 2016, p. 51). Tais frentes de atuação refletem os impactos do movimento nos processos regulatórios da educação brasileira em suas dimensões institucional e situacional.

As empreitadas legislativas do ESP, tanto na esfera nacional quanto em estados e municípios, permaneceram firmes até o ano de 2019. Apesar dos PLs propostos no âmbito do Congresso Nacional, até o momento, não terem sido aprovados, o movimento teve sucesso nas votações em mais de 40 propostas legislativas em diversas câmaras municipais e assembleias no país (XIMENES; VICK, 2020). As votações mobilizavam muitos setores da sociedade e geralmente eram muito polêmicas, atraindo a atenção de diversos meios midiáticos. Essa crescente relevância nos espaços de decisão e debate foi muito propícia para as relações do movimento com o clã Bolsonaro, que disseminava as pautas do ESP, principalmente da luta contra a ideologia de gênero, em suas redes sociais digitais e nos meios políticos.

Transcendendo o episódio de produção dos primeiros PLs, as relações entre os Bolsonaro e o ESP se firmaram a partir de vantagens políticas recíprocas e afinamento ideológico. No início da década de 2010, Jair Bolsonaro já se consolidava como uma das principais lideranças políticas contra a diversidade sexual no ambiente escolar e discursava constantemente em ataque ao chamado “kit gay” (BALIERO, 2018). Esses posicionamentos de Bolsonaro eram endossados e difundidos por Nagib em suas redes sociais digitais (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). Inclusive, o ESP já reproduzia críticas ao programa governamental desde o início da

década de 2010 (AZEVEDO, 2012, <<http://www.escolasempartido.org/blog/guerra-dopetismo-contra-os-valores-da-familia/>>).

Durante as eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro se pronunciou em diversos momentos pela defesa de pautas relativas ao ESP. Em suas propostas de governo para a temática educacional, o então presidenciável defendia um ensino “sem doutrinação e sexualização precoce” (BOLSONARO, 2018, p. 41, <[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)>). No único debate televisivo do qual participou ao longo da campanha, o candidato pontuou a necessidade de o país ter um presidente que “honre e respeite a família, que trate com consideração criança em sala de aula, não admitindo ideologia de gênero, impondo a escola sem partido”, fato comemorado e divulgado pelo ESP (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018b, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1028007495988600833>>). Denúncias e críticas ao fatídico “kit gay” foram importantes elementos na campanha de Bolsonaro, que se colocava como o candidato da moral, família e dos valores cristãos (ERNESTO, 2018, <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/28/interna\\_politica,984245/bolsonaro-condena-kit-gay-tenta-expor-material-na-tv-e-e-repreendid.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/28/interna_politica,984245/bolsonaro-condena-kit-gay-tenta-expor-material-na-tv-e-e-repreendid.shtml)>). Em consonância, no ano de 2018 o tal “kit” foi tema de inúmeras manifestações do ESP, de Nagib e seus apoiadores nas redes sociais digitais e na mídia como forma de corroborar o projeto político bolsonarista:

A FAVOR DO ESCOLA SEM PARTIDO, SÓ EXISTE UM CANDIDATO COM CHANCES DE VENCER: JAIR BOLSONARO. Se forem eleitos, Ciro, Marina, Alckmin e Haddad - o pai do ‘kit gay’ - NADA FARÃO para impedir o uso do sistema de ensino para fins de propaganda ideológica, política e partidária. [...] Se depender desses políticos, nossos filhos e netos continuarão sendo vítimas indefesas da doutrinação esquerdista e da ideologia de gênero nas escolas (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018a, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1039503341259317248>>).

A tão desejada vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República não representou uma ascendência do movimento à agenda política do governo federal. Ao contrário do esperado, o ESP e suas pautas sofreram sucessivos desgastes ao longo destes dois primeiros anos de governo Bolsonaro (2019-2020), que culminaram em questionamentos quanto à própria continuidade do movimento nas lutas por uma educação sem doutrinação comunista. Os primeiros reveses ocorreram antes mesmo do começo do governo, com as definições dos nomes que viriam a comandar pastas ministeriais. Os de Nagib e Guilherme Schelb, procurador da república contrário à doutrinação e ideologia de gênero e pessoa próxima ao

ESP, eram alguns dos cotados para estar à frente do ministério da Educação (MASCARENHAS, 2018, <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/procurador-e-lider-do-movimento-escola-sem-partido-cotados-para-a-educacao/>>). Outros nomes como Mozart Neves, do Instituto Ayrton Senna; Stavros Xanthopoulos, da FGV e; Ricardo Vélez, conservador ligado ao Exército também foram cogitados. Por fim, Vélez foi nomeado como o primeiro ministro bolsonarista da Educação (TAFFAREL; NEVES, 2019).

Na seara legislativa, o ESP não teve grande ressonância em âmbito federal, apesar de conquistar pontuais vitórias em entes subnacionais. A recém-eleita deputada federal Bia Kicis (PSL/DF), que é cunhada de Nagib e ligada ao movimento Revoltados Online - relevante nas manifestações de rua pró-impeachment de Dilma Rousseff (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017) - foi a principal proponente do PL 246/2019, que versa sobre o Programa Escola sem Partido. Apesar de muito similar ao PL 867/2015, o de Kicis busca assegurar o direito dos estudantes de gravar as aulas para “viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola” (BRASIL, 2019). A gravação das aulas permitiria coletar provas de doutrinação a fim de embasar denúncias e processos contra docentes. Este é o único PL sobre o ESP apresentado na atual legislatura do Congresso Nacional, mas não conta com o apoio e incentivo do governo para que seja votado. Em 2019, as prioridades legislativas do governo foram reformas econômicas, como a da previdência (MOTA; CALIXTO, 2019, <<https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/escola-sem-partido-deve-voltar-a-pauta-apos-reforma-da-previdencia/>>). E em 2020, mesmo antes do eclodir da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), o governo não colocou o PL 246/2019 ou outras pautas relativas à doutrinação e ideologia de gênero nas escolas como prioridades no Congresso (CONGRESSO EM FOCO, 2020, <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/congresso-tem-27-pautas-de-interesse-do-governo-em-2020/>>).

A despeito do descaso por parte do governo Bolsonaro e da estagnação do movimento no legislativo nacional, PLs do ESP foram aprovados em importantes cidades do país como Belo Horizonte e Porto Alegre, em 2019. Essas duas votações foram muito significativas por algumas razões: foram os primeiros PLs aprovados em capitais desde o começo das empreitadas legislativas do ESP; ocorreram após um momento de incertezas quanto à continuidade das ações do movimento e; sem o apoio institucional da figura presidencial, que após a eleição se dissociou da imagem de Nagib e do ESP. Essas aprovações refletiram a consolidação do ideário difundido pelo movimento em todo território brasileiro, ademais de

sua influência na política institucional. Tais vitórias legislativas, contudo não estavam completamente asseguradas, pois o PL de Belo Horizonte depende de aprovação em segundo turno, que ainda não foi votado, e em Porto Alegre o PL teve a tramitação temporariamente suspensa por decisão judicial (BASILIO, 2019 <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/>>; GZH, 2019, <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/12/camara-de-porto-alegre-aprova-projeto-conhecido-como-escola-sem-partido-ck4dhnpmz03hl01qh14tw5www.html>>). A judicialização de PLs, alçando até a suprema corte nacional, viria a se tornar, em 2020, o maior imbróglio à estratégia legislativa do ESP e à sua própria existência institucional.

A falta de responsividade do governo Bolsonaro com as pautas contrárias à doutrinação e ideologia de gênero no ambiente escolar, e com o próprio ESP, passaram a ser constantemente evidenciadas nas redes sociais digitais do movimento. Desde apontamentos como o da ausência de um plano de combate a tais mazelas no âmbito da política de educação nacional (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019e, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1149683078333370368>>), até a não criação por parte do governo de uma “comissão para investigar o uso criminoso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária nos últimos 30 anos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1149866516235661312>>), compuseram um amplo arcabouço de críticas e falas ressentidas do ESP e Nagib direcionadas à figura de Bolsonaro.

Como resultado desse isolamento político e enfraquecimento de duas de suas frentes de atuação na reforma ao direito à educação (mudanças na LDB e aprovação de PLs), o ESP anunciou o encerramento de suas atividades em meados de 2019:

Por absoluta falta de apoio, suspenderemos nossas atividades neste perfil a partir de 1º de agosto. Daí p/frente, denúncias, pedidos de socorro e orientação deverão ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos q se elegeram com a bandeira do ESP. [...] Agradecemos o apoio dos que seguem o perfil e compartilham nossos tuítes. Mas não é desse apoio que estamos falando. A atividade do ESP vai muito além das redes sociais. Precisamos de ajuda profissional, o que exige uma fonte estável de custeio. [...] O ESP tem muitos simpatizantes e defensores. Mas quem cuida das páginas, lê e responde e-mails, escuta os áudios, edita os vídeos, redige as petições, denúncias e pareceres, dá palestras e entrevistas, e arca com todas as despesas é uma só pessoa (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019f, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1151270755813994498>>).

Nagib afirmava que o ESP havia “saído do radar” do presidente Bolsonaro após as eleições de 2018 e que sem apoio político e financeiro, o movimento não teria capacidade de avançar com suas pautas no contexto político nacional. Houve sucessivas investidas para a criação de pontes de trabalho ou propostas de reuniões com Vélez e seu sucessor no ministério da Educação, Abraham Weintraub, mas estas foram sustadas ou pouco efetivas para a consolidação do apoio governamental ao ESP e suas propostas (SANTIAGO, 2019, <<https://bit.ly/2PoHc1k>>). Contudo na data definida para o fim do movimento, 1º de agosto de 2019, foi publicado em suas redes sociais digitais que empresários “tocados pela Providência Divina”, sem nomeá-los, investiram recursos que possibilitariam a ininterruptão das ações do ESP (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019d, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1157097674740510725?s=20>>).

Em concomitância à crise enfrentada pelo ESP, o governo federal lançava o ofício “Escola para Todos”, que buscava orientar secretarias estaduais e municipais de educação sobre o pluralismo de ideias e contra a doutrinação ideológica no sistema educacional (WEINTRAUB, 2019, <<https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1176304336663732224>>). Também em ação conjunta dos ministérios da Educação e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos buscou-se criar um canal de denúncias institucional para casos de violação à moral familiar no ensino de determinadas temáticas nas escolas brasileiras (CANOFRE, 2019, <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/dameres-anuncia-canal-de-denuncias-para-questoes-contra-moral-religiao-e-etica-nas-escolas.shtml?origin=folha>>). E ao final de 2019, ao ser questionado sobre a tramitação de PL relativo às temáticas do ESP, Bolsonaro argumenta que a doutrinação ideológica na educação já é combatida sem a necessidade de uma lei para tal: “[...] já botamos isso sem lei. Já tem impresso em livros e cadernos o que o aluno tem direito. (Se) o professor quer falar que o PT é legal, então o aluno pode falar o contrário sem ser perseguido” (COSTA, 2019, <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/18/interna\\_politica,1109094/bolsonaro-defende-weintraub-e-escola-sem-partido-em-operacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/18/interna_politica,1109094/bolsonaro-defende-weintraub-e-escola-sem-partido-em-operacao.shtml)>).

O posicionamento do presidente sobre o combate à doutrinação nas escolas sem a aprovação de lei específica reflete aspectos importantes sobre a situação do ESP no cenário da educação nacional. O movimento enquanto uma organização, instituição em si própria, foi instrumental para a construção de um cenário ideológico favorável no contexto nacional a fim de auxiliar na eleição do atual governo. Contudo seu endossamento não se faz tão necessário no momento de preponderância bolsonarista sobre o Estado brasileiro. Percepção reiterada pelo



próprio ESP, que afirma ter suas pautas defendidas por políticos de direita durante o período eleitoral, mesmo estas não sendo prioridades nos mandatos destes políticos (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020e, <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1215034993812094977>>).

Esse distanciamento de Bolsonaro também pode estar ligado ao intento de evitar conflitos com outros atores do Estado brasileiro, a exemplo do próprio STF. Desde as primeiras aprovações de PLs do ESP, entre os anos de 2014 e 2015, partidos de esquerda, organizações da sociedade civil e ramos do Ministério Público denunciavam as proposições legislativas à corte suprema alegando diversos descumprimentos constitucionais, e objetivando a não implantação das normas votadas. Como exemplo, a Lei nº 7800, de 05 de maio de 2016 do estado de Alagoas, chamada “Escola Livre” - mas que se aproxima das propostas do ESP -, foi suspensa, em 2017, a partir de decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, por entender que é prerrogativa da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação (BASILIO, 2019, <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/belo-horizonte-e-a-primeira-capital-a-aprovar-o-escola-sem-partido/>>). Este foi o primeiro movimento do STF no sentido de solapar as bases jurídicas dos PLs relativos ao ESP.

Em 2020, ano de pouca relevância do ESP no cenário político, mesmo com o seu “renascimento” em meados do ano anterior, o movimento enfrentaria novamente o escrutínio do STF, mas em caráter de plenário. A já mencionada Lei alagoana e outras quatro Leis dos municípios de Nova Gama (GO), Foz do Iguaçu (PR), Ipatinga (MG) e Cascavel (PR), todas contrárias à ideologia de gênero nas escolas, tiveram sua constitucionalidade analisada pela corte. Todas as cinco foram julgadas inconstitucionais e eliminadas do conjunto legal de seus respectivos territórios administrativos (REIS, 2020, <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/o-iluminismo-venceu-o-obscurantismo-stf-enterra-escola-sem-partido/>>). Ximenes e Vick (2020), ao analisarem as decisões da corte sobre as quatro leis municipais, sinalizam para a existência de cinco teses de interpretação constitucional que permearam os julgamentos:

1. A censura às temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual nas escolas viola a liberdade constitucional de ensinar, aprender, divulgar a arte e o saber e interdita o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
2. Professores têm liberdade de expressão no exercício profissional, e a censura prévia às suas atividades é incompatível com as liberdades fundamentais de opinião e pensamento.
3. Crianças e adolescentes têm direito fundamental ao conhecimento e à proteção que os estudos escolares sobre gênero e sexualidade proporcionam.
4. O Estado tem o dever de zelar pelas liberdades, direitos e garantias anteriores e de atuar por meio de políticas públicas e sistemas de ensino, de escolas públicas e privadas, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação com fundamento em gênero e orientação sexual;
5. Quanto aos pais, entre os direitos sobre a educação de seus filhos não se incluem

poderes para questionar ou vetar conteúdos específicos do ensino que compõem os objetivos republicanos e democráticos do direito à educação (XIMENES; VICK, 2020).

Essas definições jurídicas sobre PLs do ESP impossibilitam o avanço de quaisquer outras iniciativas legais de caráter semelhante. Como o movimento havia direcionado a maior parte de seus esforços no intuito de reformar o direito à educação a partir de alterações na LDB e aprovações de PLs, o impedimento de seguir por tais frentes de mobilização foi condição geradora de um estado de anomia. Para quem serve o ESP? Como continuar com as mobilizações? Por que continuar com o movimento sem apoio e sofrendo sucessivas derrotas? Após o último destes cinco julgamentos, no final de agosto de 2020, Miguel Nagib anunciou seu desligamento definitivo – até o momento – do ESP e o encerramento de redes sociais digitais e canais de comunicação do movimento que estavam sob sua tutela<sup>45</sup> (REIS, 2020). A conta no Twitter não tem nenhuma nova postagem desde 22 de agosto de 2020 e não há publicação de novos textos no *site* institucional, o que são reflexos do esvaziamento do ESP e de sua progressiva perda de influência na regulação educativa nacional.

É importante assinalar que, apesar de várias pesquisas realizadas sobre o ESP perceberem diversos atores como integrantes e/ou ligados ao movimento (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017; PENNA; SALLES, 2017; PERONI; CAETANO; LIMA, 2017), nenhuma outra figura foi tão representativa e fulcral para este como Nagib. Bráulio Pôrto, anteriormente reconhecido como segundo no comando há alguns anos se mantém distante de quaisquer ações do ESP, e mesmo quando presente, Nagib ainda era o principal quadro orgânico à frente da representação institucional do movimento. Inclusive, no anúncio de seu “primeiro fim”, em 2019, o perfil do ESP no Twitter enfatizou que “quem cuida das páginas, lê e responde e-mails, escuta os áudios, edita os vídeos, redige as petições, denúncias e pareceres, dá palestras e entrevistas, e arca com todas as despesas é uma só pessoa” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019f).

O movimento teve espaço e influência nos processos de regulação nacional da política educativa - ainda os tem, apesar de estar em vertiginosa queda -, sendo reconhecido como autoridade com poder e capacidade para orientar, coordenar e propor normas para o

---

45 Foram excluídas as contas nas redes sociais digitais Facebook e Instagram, permanecendo apenas o site institucional, um canal no YouTube e a conta no Twitter. A finalização destas contas foi prejudicial para a construção desta pesquisa, pois muitas informações e materiais de anos de atuação foram excluídos e não há a possibilidade de reavê-los.

funcionamento do sistema educativo e da ação dos atores nele inseridos. Como exemplos podem ser citados suas ações para influir no PNE, BNCC, e suas mobilizações no campo legislativo com o Programa Escola sem Partido e projetos correlatos, apesar de serem iniciativas frustradas diante das decisões do STF.

Contudo o impacto do ESP nos processos regulatórios da educação brasileira não se limita há uma imposição normativa de caráter legal ou à sua influência institucional na produção de políticas públicas. O principal elemento que caracteriza o ESP na regulação educativa, em seus níveis local e nacional, é a sua capacidade de modulação do senso comum em favor de forças políticas de direita, liberais e conservadoras (APPLE, 1993). Ao longo das duas últimas décadas, os ideais do ESP fluíram no interior do sistema educativo nacional, moldaram parte da opinião pública e foram amplamente difundidos em meios midiáticos e canais digitais de interação.

Assim como Bolsonaro pontua que já há uma escola sem partido mesmo na ausência de legislação própria, nos últimos anos foram inúmeros casos de professores e escolas denunciadas e levadas à justiça por alegações de doutrinação, a partir da influência do ESP. O caso do Colégio Loyola, em Belo Horizonte, se tornou simbólico desse avanço cerceador nos espaços das instituições escolares. Em 2019, a direção da escola anulou uma prova de Língua Portuguesa que continha um texto crítico ao governo Bolsonaro escrito pelo artista Gregório Duvivier. Apesar da mesma prova conter outro texto, do cientista político Mathias Alencastro, com análises negativas sobre os governos petistas, pais e responsáveis favoráveis a Bolsonaro foram contundentes em demonstrar sua insatisfação com a veiculação do texto de Duvivier (BASÍLIO, 2019). Professores de variados estados, tanto da rede pública, quanto privada, sofreram processos administrativos, legais, sanções e demissões devido à caça às bruxas endossada pelo ESP, como um elemento de sua agenda de reforma no direito à educação (BASÍLIO, 2017, <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/>>). É importante ressaltar que nem todos os casos de litígio promovidos contra professores percebidos como doutrinadores estavam diretamente ligados ao movimento enquanto organização. O ESP plantou a semente de suas ideias e o solo fértil de combate à diversidade política as fez germinar para além de seu controle institucional.

As pautas do ESP construíram um tipo de docente desejável e ideal (KATZ; MUTZ, 2018), impuseram novas formas de controle subjetivo ao trabalho dos professores (REZENDE; VIEIRA, 2020) e moldaram iniciativas políticas do próprio governo federal, como o Escola

para Todos, sem a presença do movimento como instituição no processo. Como postulado por Frigotto (2017), o ESP é o ovo da serpente do avanço reacionário sob as estruturas educacionais. O ovo se quebrou, mas a serpente, já nascida, continua a vaguear no interior das disputas políticas da educação brasileira.

## 4 AS RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A ATLAS NETWORK

O alinhamento dos mais de 460 *think tanks* parceiros da Atlas Network em favor da liberdade econômica e livre mercado não é característica impeditiva à reprodução de posições diversas no interior dessa rede de relações. Os *think tanks* da Atlas não atuam necessariamente sobre as mesmas pautas ou com semelhantes formas de ação. Muitas vezes, têm entre si opiniões discordantes sobre determinados tópicos. Enquanto o IL, por exemplo, reproduz opiniões sobre a tirania da ideologia de gênero e seus efeitos no ambiente escolar (MELLO, 2017, <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/sociedade/os-crimes-cometidos-por-quem-pratica-a-ideologia-de-genero/>>), o Livres conta com uma setorial e manifesto exclusivos para promover e defender os direitos da população LGBTQIA+ em consonância aos seus ideais de liberdade (LIVRES, 2020, <<https://www.eusoulivres.org/ideias/leia-o-manifesto-da-setorial-lgbti-do-livres/>>). Essa diversidade de opiniões evidencia certa autonomia das instituições parceiras da Atlas em agir no cenário político e propagar seus discursos.

Ao longo deste capítulo serão evidenciados alguns discursos sobre a temática educacional que fluem internacionalmente na rede de relações da Atlas Network. Também serão abordados posicionamentos diversos dos *think tanks* da rede Atlas no Brasil em relação ao ESP, a partir dos laços institucionais que nutrem com o movimento e dos conhecimentos que mobilizam a seu respeito. É importante para o avanço da Atlas e seus objetivos de combate ao Estado e mais liberdade econômica em escala global que, concomitantemente, certas afinidades e dissonâncias nas formas de ação e pautas secundárias se façam presentes entre suas instituições parceiras. Essas aparentes incoerências representam diversas formas de disseminar discursos e influir no cenário político em prol de objetivos comuns.

### 4.1 A rede Atlas fora do Brasil e o discurso “do Escola sem Partido” para além do Escola sem Partido

Por mais que as instituições parceiras da Atlas tenham autonomia quanto à forma de difusão de seus ideais ou à defesa de determinadas pautas que não vão de encontro à liberdade econômica e esfera privada, alguns assuntos específicos são igualmente reproduzidos por distintas instituições pertencentes à rede, sem uma percebida ligação direta entre elas, além da

vinculação à Atlas. Importante exemplo desse fenômeno, que será tratado a seguir, é a mobilização de conhecimento sobre a doutrinação ideológica e preponderância da esquerda na arena educativa em instituições vinculadas à rede Atlas, mas que se situam em outros contextos nacionais que não o brasileiro.

Os casos levantados - que foram percebidos graças às investigações netnográficas e o processo de “seguir o link” - são referentes a importantes instituições da rede Atlas e que têm a educação como pauta relevante em suas discussões e atuações, sendo algumas dessas abordagens, relativas à temática da doutrinação, promovidas décadas antes do surgimento do ESP. Salles (2019, p. 89) pontua que o receio sobre a disseminação de valores socialistas a partir da escolarização já era um ponto levantado por grupos positivistas e fundamentalistas católicos desde o início do século XX. Apesar de não representar uma novidade, é relevante estudar como esse discurso ecoa no interior de uma rede de *think tanks*, tipo institucional reconhecido por influir com maestria no jogo político das nações, e como este mesmo discurso é articulado no interior da rede Atlas no Brasil, germinando e fortalecendo o ESP ao longo dos anos.

#### 4.1.1 Atlas Network

A Atlas Network, enquanto instituição tem consolidados projetos educativos voltados para a administração, difusão e desenvolvimento de *think tanks*. O grande foco da Atlas é ser organização “guarda-chuva” para seus parceiros e membros afiliados, nutrindo-os com treinamentos, apoio institucional e acesso a uma ampla rede de relações para que fortaleçam suas iniciativas em prol dos ideais de liberdade em suas respectivas searas de mobilização. A formação de lideranças e intelectuais liberais para atuação fora da própria rede de *think tanks*, a fim de influir no cenário político e nos jogos de poder, fica a cargo alguns de seus parceiros, como o Instituto Mises, Livres e os institutos de formação de líderes no contexto brasileiro.

A produção de estudos, análises e opiniões sobre as mais variadas temáticas, como educação, também não aparece como importante frente de mobilização da Atlas Network, cujo papel institucional proeminente é fomentar sua própria rede global de *think tanks*. As ações de mobilização de conhecimento por parte da Atlas são geralmente ligadas à divulgação de projetos, relações e eventos de seus *think tanks* parceiros. Os elementos ideológicos contra o Estado, socialismo e pró-mercado permeiam tais divulgações, mas seus aprofundamentos não

são realizados pela Atlas. Por exemplo, em publicação de 2015, no *site* institucional da Atlas, é divulgado um livro produzido pelo *think tank* parceiro Foundation For Economic Education (FEE), junto à organização Young America's Foundation (YAF) (atualmente não ligada à rede Atlas), que evidencia o viés de esquerda no ensino superior estadunidense. No texto de divulgação, a Atlas pontua:

Os estudantes universitários de hoje conhecem muito bem a tendência progressista emergente que cobre os campi das faculdades e universidades em todo o país. Esse enviesamento, apresentado como fato em muitas salas de aula, muitas vezes se manifesta como códigos de discurso politicamente corretos [...] com o objetivo de reprimir dissensões e visões alternativas. Reconhecendo esse problema crescente, dois parceiros da Atlas Network - Young America's Foundation (YAF) e a Foundation for Economic Education (FEE) - uniram forças para publicar e lançar um novo livro, *Excuse Me, Professor: Challenging the Myths of Progressivism*<sup>46</sup>. O livro [...] evidencia o viés de esquerda encontrado em faculdades e escolas de ensino médio dos Estados Unidos, com ensaios que visam desmascarar clichês progressistas, incluindo falácias como: 'lucro é evidência de comportamento suspeito' e 'desigualdade de renda surge das forças de mercado e requer intervenção do governo' (ATLAS NETWORK, 2015a, <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/new-book-exposes-left-wing-bias-in-higher-education>>, tradução nossa).

A divulgação de eventos promovidos pela própria Atlas e seus parceiros, assim como o endossamento de determinadas falas reproduzidas nestes momentos/espacos também se constituem como importante estratégia da instituição para difundir suas pautas. O Liberty Forum e o Freedom Dinner<sup>47</sup>, os dois maiores eventos anuais organizados pela Atlas, no ano de 2018 contaram com a participação do diretor executivo da empresa de varejo *online* Overstock e ligado ao *think tank* educacional FEE, Patrick Byrne (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [20-?], <<https://fee.org/people/patrick-byrne>>) que pontuou em sua exposição: "um sistema escolar socialista sempre inculcará ideais socialistas e um sistema escolar de livre mercado inculcará ideais de livre mercado. [...] Quando [liberarmos a educação] teremos liberdade para nossa geração" (tradução nossa) (BYRNE, 2018 *apud* ATLAS NETWORK, 2018a, <<https://twitter.com/AtlasNetwork/status/1060726550373560320>>). O evento e fala de Byrne foram amplamente divulgados pela instituição em seus canais de comunicação *online*.

---

46 "Com licença, professor: Desafiando os mitos do progressismo", em tradução livre.

47 De acordo com a própria Atlas, o Liberty Forum é evento que "reúne incríveis campeões da liberdade para trocar ideias, compartilhar estratégias e comemorar os sucessos que criam as condições para a liberdade prosperar". O Freedom Dinner, como uma espécie de jantar de gala da liberdade, é confraternização que encerra as atividades do fórum "celebrando os heróis do movimento pela liberdade e os princípios que os parceiros da Atlas Network estão promovendo em todo o mundo". São eventos presenciais limitados a indivíduos ligados à rede e demais parceiros correlatos na luta pela liberdade (ATLAS NETWORK, 2021d, <<https://www.atlasnetwork.org/events/liberty-forum-freedom-dinner>>, tradução nossa).

Outro exemplo de divulgação de discursos sobre educação que foram produzidos por sujeitos e instituições próximas à Atlas é a fala de Mercedes Colombres, jornalista e membro do *think tank* argentino Libertad y Progreso, durante o Foro de la Libertad en Latinoamérica, em 2019. Como uma versão regional do Liberty Forum, o Foro de la Libertad é importante evento para a promoção de discursos e políticas liberais na América hispânica. Em sua fala a respeito da criação de um grupo para verificar informações falsas na Wikipédia sobre o movimento da liberdade, Colombres afirma: “cada parte da educação que nossos alunos recebem é repleta de marxismo” (COLOMBRES, 2019 *apud* ATLAS NETWORK, 2019, <<https://twitter.com/AtlasNetwork/status/1144665171752902658>>, tradução nossa).

Alejandro Chafuen, que foi presidente da Atlas Network entre os anos de 1991 e 2017, faz constantes declarações em suas redes sociais digitais pessoais a respeito da temática educacional. Apesar de não estar mais à frente da instituição, os posicionamentos de Chafuen são relevantes para o universo dos *think tanks* pró-mercado devido a seus quase trinta anos de experiência na difusão do neoliberalismo em escala global, e além de ser parte do grupo de analistas da revista Forbes sobre temáticas correlatas a *think tanks* (CHAFUEN, 2019a, <<https://bit.ly/3uivxzA>>).

Em seu perfil no Twitter, o argentino comenta a respeito dos mais variados acontecimentos políticos de seu país e do mundo. Uma de suas publicações sinaliza para os “níveis extremos” de “doutrinação estadista” na Argentina ao criticar a abordagem do jornal El Clarín em retratar Manuel Belgrano (1770-1820), tido por Chafuen como um dos “campeões do livre mercado”, como um entusiasta da educação estatal e obrigatória (CHAFUEN, 2019b, <<https://twitter.com/Chafuen/status/1137856075481436160>>). Em outra postagem, ao comentar sobre a cobertura esportiva de um canal midiático, o ex-presidente da Atlas Network afirma: “Assim como a tirania soviética, os ditadores cubanos investem na doutrinação e chamam isso de ‘educação’ @NTN24 @andrebernal26 [pagaram] atletas e chamam isso de esporte” (CHAFUEN, 2016, <<https://twitter.com/Chafuen/status/767897800394670080>>, tradução nossa).

A admiração mútua entre Chafuen e Olavo de Carvalho é outro elemento importante para evidenciar a circulação de um discurso reacionário, anticomunista e conspiratório nas redes de relações da Atlas Network, além da recorrente presença do brasileiro nos mais variados espaços e produções deste “coletivo” de *think tanks*. Em artigo de fevereiro de 2019 para sua coluna na revista Forbes, Chafuen (2019a) pontua os desafios e possibilidades do governo



Bolsonaro para transformar o Brasil na economia de mais rápido crescimento do mundo ocidental. Segundo o autor, há “tentação de pensar que o Brasil está entrando em uma nova fase não vista em nenhum lugar do mundo desde a revolução Reagan-Thatcher dos anos 1980” (tradução nossa). E essa emergente possibilidade de renovação política e econômica é sustentada pelo movimento de *think tanks* pró-mercado e empresários, que fortalecem as pautas de Bolsonaro e participam do governo. Ao mencionar as bases teóricas da “nova era do capitalismo brasileiro” (tradução nossa), Chafuen aponta para as escolas Austríaca e de Chicago e, em especial, para a influência de Carvalho:

Comecei a acompanhar os escritos de Carvalho no início deste século, quando ele fundou o Mídia Sem Máscara, um *site* de publicações que agora está parado. A clareza de seu pensamento enciclopédico, estilo direto e talento de comunicação levaram milhares a adotar seus pontos de vista. Seus seguidores nas redes sociais superaram todos os *think tanks* de livre mercado brasileiros. Carvalho tem 732 mil seguidores no Instagram e mais de 500 mil seguidores e inscritos no Twitter, Facebook e YouTube. Nada mal para um filósofo escrevendo do exílio auto-imposto na Virgínia. Com mais de duas décadas influenciando jovens brasileiros, ele tem uma rede difusa, mas influente, que levaria muito tempo para ser descrita. Para começar, além do chanceler Araújo, seguem os seus escritos Eduardo Bolsonaro (filho do presidente), Filipe G. Martins (secretário internacional do presidente) e Silvio Grimaldo, que trabalha para a Vélez na educação (CHAFUEN, 2019a, tradução nossa).

Carvalho, por sua vez, se regozija quando participa de eventos e discussões em conjunto com Chafuen e outros estudiosos que admira pela possibilidade de “mostrar um pouco da superioridade intelectual do pensamento pró-capitalista” (CARVALHO, 2006, <<https://olavodecarvalho.org/saindo-do-exilio/>>). As discussões do guru brasileiro a respeito da proeminência teórica do capitalismo são muito bem acolhidas pela rede Atlas dentro e fora do Brasil. Em 2005, Carvalho foi convidado a palestrar na sede administrativa da Atlas Network, em Washington D.C., Estados Unidos, a respeito dos perigos e problemas do avanço da esquerda política no Brasil à época. Denunciando as articulações realizadas a partir do Foro de São Paulo<sup>48</sup> para a eleição de Lula à presidência, o autor enfatiza o caráter corrupto do PT e afirma ser problemática a boa relação que os Estados Unidos construíram com a figura do então presidente:

Para os amantes da liberdade no Brasil, o apoio inabalável dos Estados Unidos a Lula e seu Partido dos Trabalhadores foi superlativamente decepcionante. Como a rea-

---

48 O Foro de São Paulo é organização criada em 1990 a partir de seminário conduzido pelo PT que contou com a participação de diversos partidos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe. O objetivo dessa articulação foi criar espaços de discussão para o enfrentamento a políticas neoliberais e fortalecimento das relações regionais. Representantes da direita reacionária, como Carvalho, Kicis e Bolsonaro argumentam que o Foro é iniciativa maléfica para a dominação mundial de forças comunistas e que precisa ser combatida (MESSENBURG, 2017).

lidade de uma conspiração comunista na América Latina foi escondida da opinião pública por mais de uma década pela grande mídia brasileira, todo o país caiu sob o feitiço de Lula [...]. Enquanto isso, eu e alguns de meus colegas nos esforçamos ao máximo para usar a *internet* como meio de lutar contra a supressão massiva da verdade. Mas éramos poucos e desprovidos de qualquer apoio financeiro. [...] Talvez ainda haja tempo para mudar o curso dos acontecimentos, mas a ação deve ser rápida. Os crimes do governo brasileiro não são fatos isolados [...], mas a natural implementação dos planos do Partido dos Trabalhadores para a dominação total, concebidos em estreita associação com Fidel Castro e Hugo Chávez. Por que deveriam os Estados Unidos uma vez mais pagar pelos crimes de seus inimigos? O governo estadunidense tem que escolher entre dizer a verdade e ser vítima de uma mentira (CARVALHO, 2005, <<http://old.olavodecarvalho.org/english/7Lectures-delivered-in-US.pdf>>, tradução nossa).

A fala de Carvalho (2005) na sede da Atlas Network é de grande relevância, pois, em certa medida, antecipa as estratégias de mobilização conduzidas pela rede de *think tanks* nos anos seguintes em território nacional. Para conter os avanços da esquerda e seus planos de “dominação total”, a Atlas, empresários e o governo estadunidense investiram enormes quantias em formação de lideranças e construção de institutos, como *think tanks* e movimentos organizados no Brasil. Difundindo os ideais da “liberdade” e denunciando para a população a “verdade” sobre a esquerda corrupta, o movimento da nova direita brasileira, que é fortemente influenciado pelas ações da Atlas Network e seus parceiros nacionais, teve fundamental importância para os acontecimentos políticos no Brasil desde 2013. A influência dessa frente transnacional liberal-conservadora foi especialmente forte para a condução do golpe de Dilma Rousseff em 2016, com atuação direta do MBL/SFLB e outras lideranças da rede Atlas no país (BAGGIO, 2016). Como parte dessas estratégias de enfrentamento à esquerda política, o ESP exerceu considerável trabalho na tentativa de controle das estruturas educacionais, no limitar de discursos e trabalhadores docentes e pela imposição de uma censura ideológica à nação como um todo.

#### 4.1.2 Institute of Economic Affairs

O *think tank* inglês IEA, criado em 1955 por Anthony Fisher a partir de recomendação e apoio direto de Hayek, serviu de modelo para a fundação da Atlas Network no início dos anos de 1980. Intrinsecamente ligado à Sociedade Mont Pèlerin e seus atores, o IEA foi importante instituição para a modelação do senso comum na Inglaterra e à disseminação das ideias de livre mercado e críticas ao coletivismo e à centralidade estatal (DJELIC, 2017). Atualmente ligado à rede Atlas, o IEA se mantém ativo na missão de disseminar seus ideais de mundo livre:

A análise e comunicação de ideias constituem o cerne do nosso trabalho. Produzimos relatórios, livros e artigos sobre todas as áreas da política econômica, bem como um periódico, *Economic Affairs*. Nossos especialistas em políticas frequentemente contribuem para jornais, mídia e sites para promover a disseminação do pensamento de livre mercado. Também realizamos uma extensa série de conferências, seminários, palestras e almoços de trabalho [...] que reúnem políticos, estudantes, jornalistas, líderes empresariais, acadêmicos e outros interessados em políticas públicas. [...] Além disso, nosso popular website é uma fonte valiosa de material educacional e disponibiliza gratuitamente textos clássicos de economia e discussões contemporâneas para acadêmicos em todo o mundo (INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, [20-?], <<https://iea.org.uk/what-we-do/>>, tradução nossa).

A temática educacional é abordada pelo IEA a partir de um prisma essencialmente anti-Estado, que não endossa de maneira enfática a doutrinação ideológica de esquerda no ambiente escolar. Diferente da argumentação que é veiculada pelo ESP e seus apoiadores, a posição do IEA tende a ser mais “pragmática”, atenta aos interesses de mercado e, portanto, “menos” extremada. Esse posicionamento crítico à educação estatal, mas que não é sustentado apenas pela retórica da doutrinação se repete como padrão de ação de outros *think tanks* da Atlas a serem evidenciados no decorrer deste capítulo. Vale ressaltar que não é uma posição unânime dos *think tanks* da rede fora do Brasil, sendo alguns muito incisivos na crítica à suposta dominação socialista das estruturas e políticas educacionais.

Percebeu-se o uso do termo *indoctrination*<sup>49</sup> em pesquisa sobre educação ambiental, publicada e divulgada pelo IEA em 1997 (ALDRICH-MOODIE; KWONG, 1997). Há uma breve menção sobre como crianças e jovens tendem a ser reconhecidos como “alvos” muito receptivos de doutrinação. Também é pontuada a importância da educação ambiental no cenário escolar, sem que esta seja utilizada para transformar crianças em “ativistas ambientais vítimas de lavagem cerebral” (INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, 1997, <<https://iea.org.uk/publications/research/environmental-education/>>). Ou seja, é importante que os jovens tenham conhecimento sobre a necessidade de se defender o meio ambiente, desde que não sejam doutrinados a fim de tomarem posições reconhecidas como “extremadas” na defesa ambiental. O que revela um posicionamento de manutenção do *status quo* em se lidar com as questões ambientais, endossando-as na medida em que não rompem com interesses econômicos e estruturas dominantes.

Importante postagem do instituto sobre educação é uma que divulga pesquisa do já mencionado empreendedor de políticas educacionais James Tooley, para o próprio instituto,

---

49 Doutrinação, em tradução livre.

na qual defende uma educação sem Estado (INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, 1998 <<https://iea.org.uk/publications/research/education-without-the-state>>). Em sua obra, Tooley (1998) ressalta diversas referências que endossam a falta de qualidade da educação estatal, sua limitação às liberdades individuais e como a sua organização é causadora do caos no sistema educativo e na vida dos estudantes. O autor chega a enfatizar a regulação estatal sobre a educação pública como elemento causal para o maior abandono escolar e uso de drogas por parte dos alunos, em comparação com estudantes da rede privada de ensino. Essa pesquisa, de forma geral, busca apresentar evidências que corroboram o argumento de ineficiência do Estado no controle do sistema educacional, ao mesmo tempo em que coloca a regulação educativa pelo mercado como promotora de igualdade social.

A argumentação contrária ao Estado na educação permanece evidente nos conhecimentos mobilizados pelo instituto no decorrer das décadas. Em 2017, por exemplo, o IEA divulgou artigo científico sobre as possibilidades de reforma do sistema educacional inglês, no sentido de reduzir o papel do Estado e privatizar as instituições escolares existentes, a fim de oferecer uma educação privada, de qualidade e de baixo custo (INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, 2017, <<https://iea.org.uk/media/liberate-the-education-system-from-the-interfering-hand-of-the-state>>).

#### 4.1.3 Foundation For Economic Education

Reconhecido como o primeiro *think tank* de livre mercado dos Estados Unidos<sup>50</sup>, a FEE foi fundada em 1946 e, assim como o IEA, é anterior ao surgimento da própria Atlas Network. Tendo se associado à rede já com décadas de experiência na luta pelos valores liberais, sua missão consiste em:

[...] inspirar, educar e conectar futuros líderes com os princípios econômicos, éticos e legais de uma sociedade livre. Esses princípios incluem: liberdade individual, economia de livre mercado, empreendedorismo, propriedade privada, alto caráter moral e governo limitado (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [201-?]b, <<https://fee.org/about>>, tradução nossa).

A grande ênfase da FEE, no contexto estadunidense da Atlas, é seu caráter educativo. Se autoafirmando como uma fundação educacional, a FEE promove diversos cursos *online*

---

50 O modelo de *think tank* neoliberal adotado pela Atlas Network foi criado por Fisher, junto ao IEA (DJELIC, 2017). Contudo já existiam *think tanks* liberais, como a FEE, que acabou se articulando com a Atlas.

gratuitos, seminários estudantis presenciais, possibilidades de estágio, disponibiliza recursos didáticos a docentes, diversos artigos de opinião e livros para levar a palavra da liberdade a jovens e futuras lideranças políticas e empresariais (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [201-?]b). Sempre no intento de formação de novas gerações de líderes liberais, a fundação sediou ou publicou palestras dos mais reconhecidos autores da literatura liberal e conservadora, como Friedman, Mises, Hayek e vários outros. Inclusive, em seu *site* institucional é posta em destaque uma frase de Hayek, apresentado como ganhador do Prêmio Nobel de Economia, sobre a instituição: “A Foundation for Economic Education está comprometida com nada mais nada menos do que a defesa de nossa civilização contra o erro intelectual” (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [201-?]a, <<https://fee.org/about#history>>, tradução nossa).

O educar sob o princípio de “alto caráter moral” e o comprometimento contra o “erro intelectual” são pontos que evidenciam uma lógica conservadora e crítica a coletivismos presentes nas diversas análises da FEE sobre o sistema educacional, trabalho docente e a educação pública. Em artigo de 2001 publicado no *site* institucional da FEE sobre a formação de professores na Universidade do Colorado (UC), é reproduzido o argumento de que os futuros docentes sofrem uma “estridente” doutrinação ideológica por programas acadêmicos embasados em teorias progressistas de justiça social. Em vez de serem treinados a ensinar seus alunos “habilidades e conhecimentos fundamentais”, quando no mercado de trabalho, os docentes em formação discutem teorias coletivistas. Segundo o autor, pelos cursos de formação de professores na UC abordarem discussões sobre classe, raça, gênero, sexualidade e poder, os docentes universitários estariam interessados em transformar os jovens alunos em ativistas para a justiça social, e não em competentes professores para o ensino de matemática e leitura aos mais novos (LEEF, 2001, <<https://fee.org/articles/the-trouble-with-teacher-training/>>).

Em outro artigo de 2003, há uma defesa enfática do direito ao *homeschooling*, para que pais não sejam limitados à soberania estatal na educação de seus filhos. O texto argumenta sobre a perseguição que burocratas estatais fazem a pais do estado da Califórnia cujos filhos são educados em seus próprios domicílios. Como forma de reiterar as críticas ao Estado limitador das liberdades individuais, é pontuado o caráter sistêmico da doutrinação nas escolas do estado que, à época, contava com um “ideólogo de esquerda” na liderança do Departamento de Educação (GREENHUT, 2003, <<https://fee.org/articles/californias-war-on-homeschoolers/>>).

A crítica ao suposto caráter doutrinador do sistema educacional se sustenta, em primazia, pela limitação de interesses privados e em oposição ao controle de forças coletivas e/ou estatais, percebidas como limitadoras das liberdades individuais, sobre as estruturas educacionais. O elemento moralista em defesa de valores cristãos e familiares, apesar de geralmente associado a essa crítica da limitação de liberdades individuais, nem sempre está presente no que é mobilizado sobre educação pelos *think tanks* da Atlas. A FEE, por exemplo, além da já evidenciada denuncia à existência de um viés de esquerda na educação estadunidense, também defende, por meio da divulgação de um livro, que há uma doutrinação em prol do Estado e da educação pública (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, 2009, <<https://fee.org/resources/public-education-and-indoctrination>>). A defesa da liberdade, como promovida pela Atlas Network, abarca diversos matizes de doutrinação no interior dos sistemas escolares: pelo Estado; pela esquerda; por professores militantes; pela ideologia de gênero; por intelectuais coletivistas; entre diversos outros que, apesar de aparentemente incoerentes, se complementam para a causa de menos Estado e mais mercado.

Um elemento importante para a pesquisa é fato da FEE difundir diversos artigos sobre o Brasil e seu movimento liberal. Um artigo de 2018, escrito por um articulista brasileiro da instituição, Rafael Ribeiro<sup>51</sup> (2018, <<https://fee.org/articles/como-o-poder-das-ideias-est%C3%A1-liberando-mentes-no-brasil/>>), se intitula “Como o Poder das Ideias Está Libertando Mentes no Brasil”. No texto em questão, o autor enaltece grupos e iniciativas ligadas a *think tanks* nacionais da rede Atlas, e à própria FEE no sentido de romper com as amarras coletivistas, estatais e doutrinárias no país, abrindo espaço para o movimento da liberdade. Sem as devidas referências, o autor sinaliza que o:

[...] Brasil é talvez o país do mundo ocidental com o maior número de dissertações e teses de doutorado marxistas publicadas. A doutrinação aqui é tão grande, que até as telenovelas transmitem valores e ideias coletivistas. Ser crítico ao capitalismo é uma condição *sine qua non* para alguém ser considerado um ser humano do bem. Não é exagero dizer que muitos jovens da minha geração tiveram o rosto de Che Guevara tatuado em seus braços. [...] Mas não há motivos para pânico. Fico feliz em informar aos apoiadores da Fundação para Educação Econômica que, em parte graças a vocês, as coisas estão mudando! Estamos testemunhando atualmente nada menos do que a libertação de milhões de mentes brasileiras (RIBEIRO, 2018).

Ao longo do artigo, é afirmado que o Brasil é o segundo país do mundo, atrás dos Estados Unidos, na disseminação e consumo de conteúdos mobilizados pela FEE. Além disso, é

---

51 Ativista pela liberdade e bolsista *Fulbright* (RIBEIRO, 2018).

ênfatisado o fato de que o *think tank* estrangeiro promove parcerias com instituições educativas nacionais a fim de possibilitar a participação de alunos brasileiros em eventos presenciais e estágios internacionais. Um destes brasileiros é Fábio Ostermann, membro-fundador do SFLB/MBL, atual liderança do Livres e deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Novo (RIBEIRO, 2018). Ostermann também é formado pela *Atlas Leadership Academy*, uma espécie de curso da Atlas para a formação de lideranças (AMARAL, 2015; ATLAS NETWORK, [20-?]b, <<https://www.atlasnetwork.org/about/people/fabio-ostermann>>).

Ainda a respeito da temática educativa, o artigo de Ribeiro (2018) sinaliza a má gestão educacional brasileira feita por um poder centralizador, assim como a “perversão” da própria noção de educação por parte de intelectuais “progressistas”. Como iniciativa para combater tal contexto, ele exalta o movimento Educação sem Estado, coordenado por Anamaria Camargo, do Instituto Liberdade e Justiça (ILJ) (não vinculado à Atlas)<sup>52</sup>. Em citação, Camargo pontua:

A maioria dos brasileiros envolvidos profissionalmente na educação tem sido profundamente doutrinada por ‘progressistas’, para quem a noção de educação sem interferência do governo é um anátema. De fato, essa percepção é parte de uma visão mais ampla segundo a qual, sem o Estado em todas as áreas importantes da vida humana, as pessoas são incapazes de agir em seu próprio nome. Não surpreende que todos os governos brasileiros tenham feito o melhor para promover e manter essa visão de dependência estatal através da certificação obrigatória de professores, baseada em um currículo nacional imposto até mesmo em escolas particulares, através de um quase monopólio de escolas públicas e através de rígidas regulamentações (CAMARGO, 2018 *apud* RIBEIRO, 2018).

Apesar do ILJ e o Educação sem Estado não terem ligações diretas e evidentes com a rede Atlas, Camargo já participou de ações de institutos da rede, como em *podcasts* do Instituto Mises Brasil (2017a; 2017b) e em entrevista ao SFLB (SPERANDIO, 2017, <<https://archive.studentsforliberty.org/anamaria-camargo-educacao-sem-estado>>), sendo reconhecida como coordenadora do movimento. Em linhas gerais, o Educação sem Estado busca alertar a população sobre os malefícios de uma educação estatal e promover alternativas

---

52 O *link* disponível no artigo do FEE sobre o movimento Educação sem Estado não é mais válido, assim como não foi encontrado *link* em funcionamento de *site* institucional ou rede social digital do próprio movimento. O site do ILJ tampouco dispõe de informações sobre o Educação sem Estado. Disponível em: <<http://ilj.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 20. Em entrevista ao *podcast* do CMLE (CENTRO MACKENZIE DE LIBERDADE ECONÔMICA, 2019 <<https://www.mackenzie.br/es/noticias/artigo/n/a/i/com-anamaria-camargo-educacao-e-o-tema-do-5-podcast-do-cmle/>>), no ano de 2019, Camargo não foi apresentada como coordenadora do Educação sem Estado, evidenciando sua dissociação deste ou a própria dissolução do movimento. Em seu perfil na rede social digital LinkedIn, Camargo sinaliza que, enquanto membro do ILJ entre 2016 e 2019, também foi coordenadora do Educação sem Estado, mas que não mantém atualmente vínculos com a instituição ou o movimento. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/anamariacamargo/>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

e soluções via mercado. A fim de delimitar diferenças, Camargo ressalta que as ações do movimento se dão fora da lógica “policialesca” e “justiceira” intrínseca às ações do ESP (INSTITUTO MISES BRASIL, 2017a, <[https://www.youtube.com/watch?v=9Ks1IIIjkVE&ab\\_channel=InstitutoMisesBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=9Ks1IIIjkVE&ab_channel=InstitutoMisesBrasil)>). Os ideais de uma escola sem Estado, ao mesmo tempo em que se correlacionam, em certos pontos, com as pautas propostas pelo ESP, também são elementos utilizados de forma a criticar as ações e perspectivas do movimento fundado por Nagib, como será evidenciado em outras seções deste capítulo.

#### 4.1.4 Heritage Foundation

A Heritage Foundation, criada em 1973, também anterior à própria Atlas Network, é um dos *think tanks* conservadores mais relevantes do mundo. Desde suas primeiras décadas de atuação, o *think tank* já tinha importante influência sobre o governo conservador de Ronald Reagan (1981-1989) na presidência dos Estados Unidos. A instituição também nutriu estreitos laços com a Sociedade Mont Pèlerin ao longo dos anos, exercendo importante papel na disseminação global da racionalidade neoliberal, associando-a a uma visão de mundo moralista e reacionária. (DURHAM; POWER, 2010).

Autoproclamada como o “bastião” do movimento conservador estadunidense, a Heritage Foundation tem como missão “formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre empresa, governo limitado, liberdade individual, valores americanos tradicionais e uma forte defesa nacional” (HERITAGE FOUNDATION, [20-?], <<https://www.heritage.org/about-heritage/mission>>, tradução nossa). Suas ações para influir no cenário político estão sustentadas em três aspectos: 1) produção eficaz de pesquisas sobre as principais questões políticas; 2) difusão efetiva de seus conhecimentos mobilizados para membros do Congresso, formuladores de políticas, Poder Executivo, mídia, academia e comunidades políticas; 3) luta pela promoção de políticas conservadoras para uma melhor qualidade de vida do povo estadunidense.

Durante os anos de Guerra Fria (1947-1991), a Heritage Foundation teve o enfrentamento ao comunismo como uma de suas prioridades, tanto em um contexto de defesa da soberania nacional dos Estados Unidos, quanto na propagação de suas ideias para variados países e continentes (DURHAM; POWER, 2010). No Brasil da década de 1970, a instituição, por



meio de seu membro fundador Paul Weyrich, atuou diretamente em uma estratégia coletiva para o fortalecimento da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, movimento conservador, católico fundamentalista e anticomunista também conhecido apenas como Tradição, Família e Propriedade (TFP). Junto à Heritage e TFP, participou dessa frente em favor da disseminação ideológica da Nova Direita norte-americana, dentre vários atores e instituições, um homem chamado Morton Blackwell, importante liderança do movimento conservador, diretor executivo do Comitê Nacional do Partido Republicano (1965-1970) e assistente especial do presidente Reagan (1981-1984) (POWER, 2010). Tais fatos evidenciam o papel do *think tank* na promoção da soberania mundial estadunidense, mesmo este sendo uma instituição privada e favorável a governos limitados<sup>53</sup>.

A Heritage Foundation manteve sua relevância no passar das décadas, sendo considerada, no ano de 2019, o terceiro *think tank* mais importante nos Estados Unidos e o oitavo no mundo pelo Global Go To Think Tank Index Report (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2020)<sup>54</sup>. É importante assinalar que, na categoria de melhores *think tanks* na área de políticas educacionais, a Heritage Foundation alçou a 15ª posição em escala mundial, ficando à frente de instituições como o Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso) (56ª) e a OCDE (60ª). A sua influência no campo do mercado educacional é atestada por Ball (2012), que evidencia o *think tank* como importante ator das redes globais de governança educativa, agindo em conjunto a outros já mencionados, como Tooley, BMGF, Sociedade Mont Pèlerin e a própria Atlas Network.

A difusão de conhecimento alinhado à racionalidade neoconservadora também é ponto nevrálgico no escopo de ações da Heritage Foundation. Em 1991, o *think tank* publicou um relatório evidenciando ataques à liberdade de expressão nos espaços universitários dos Estados Unidos. No texto é apregoado que visões de mundo, opiniões e expressões que vão de encontro ao ideal de “politicamente correto” – geralmente associado ao questionamento de estruturas opressivas de poder que permeiam discursos e atos cotidianos – vêm sofrendo diversas formas de ataque. O relatório também propõe iniciativas pelas quais o governo

---

53 Baggio (2016) pontua o importante papel da Atlas e seus parceiros no Brasil para o fortalecimento dos interesses do governo dos Estados Unidos, mesmo que o discurso defendido por essas instituições seja pela rejeição desse tipo de relação com qualquer poder estatal.

54 Os critérios para o ranqueamento são comprometimento das lideranças do *think tank*; qualidade e reputação de sua equipe; qualidade das análises e pesquisas produzidas; qualidade, número e alcance de suas publicações; o impacto e seus trabalhos sob formuladores de políticas públicas; entre diversos outros. Especificamente na categoria de melhores *think tanks* na área de política educacional, foram elencadas as instituições reconhecidas por produzir pesquisas e análises estratégicas sobre assuntos educacionais para formuladores de políticas e o público em geral (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2020).

federal, à época sob a presidência de George Bush (1989-1993), deveria reforçar para garantir o direito à liberdade de expressão:

As autoridades federais devem continuar a falar contra a doutrinação que vem substituindo a educação nas salas de ensino superior. Da mesma forma, o governo Bush deve examinar criticamente o papel legislativo e regulador do governo federal para determinar se a doutrinação do politicamente correto é financiada e incentivada pelo mesmo. Se for assim, como até mesmo uma revisão superficial do assunto sugere, então o governo Bush deveria cuidadosamente elaborar um plano para tirar o governo federal do negócio da doutrinação (HERITAGE FOUNDATION, 1991, <<https://www.heritage.org/education/report/what-washington-can-do-protect-campus-free-speech>>, tradução nossa).

A defesa da liberdade de expressão contra o que é tido como politicamente correto é elemento basilar para a ação do próximo, e último, *think tank* fora do Brasil a ser analisado, a Foundation for Individual Rights in Education (FIRE). Além disso, o argumento de que a doutrinação do politicamente correto possa ser financiada e/ou incentivada pelo próprio governo federal, sem o controle ou autorização do presidente é similar ao discurso constantemente enfatizado pelo ESP, no qual forças de esquerda dominam as estruturas de poder para fins fisiológicos e doutrinários, à revelia das bases ideológicas de quaisquer governos em comando.

Outro relatório produzido pela Heritage Foundation, de 2019, denuncia os impactos da doutrinação pela ideologia de gênero no currículo escolar e no direito dos pais sobre a educação de seus filhos, como resultado da aprovação de lei sobre igualdade. O *Equality Act* buscava reconhecer pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero destoantes dos padrões sociais imperantes como sujeitos carentes de maior proteção legal, o que tenderia a gerar mudanças em currículos escolares, a fim de promover uma conscientização, igualdade e inclusão social destes sujeitos. De acordo com o que é defendido no estudo, o ensino “não científico” da “crença” sobre a fluidez do gênero, assim como críticas às tradições matrimoniais seriam elementos limitadores do direito paternal sobre a educação moral de seus filhos. Além do medo dos pais de que os estudos sobre gênero provoquem “disforia de gênero”<sup>55</sup> em seus filhos, assim como a consequente busca por “tratamento médico

---

55 Disforia de gênero pode ser definida como: “desconforto ou sofrimento causados pela incongruência entre o gênero atribuído ao nascimento e o gênero experimentado pelo indivíduo” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2017, p. 2). O conceito é um enquadramento médico, em tom patologizante, sobre o autorreconhecimento de um sujeito como reprodutor de uma identidade de gênero que não a socialmente imposta de acordo com seu sexo biológico. O “tratamento médico transgênero” é uma referência preconceituosa e depreciativa ao complexo processo médico/psicológico/social de transição de gênero por parte de uma pessoa trans.

transgênero” com impactos negativos para a saúde dos jovens (HERITAGE FOUNDATION, 2019, <<https://www.heritage.org/civil-society/report/sexual-ideology-indoctrination-the-equality-acts-impact-school-curriculum-and>>).

#### 4.1.5 Foundation for Individual Rights in Education

Diferentemente dos *think tanks* estrangeiros elencados até o momento, a FIRE não se constitui como grande ator no cenário político em escala global. Contudo suas formas de mobilização, pautas e considerações sobre o fenômeno educativo se assemelham, em diversos pontos, aos repertórios atitudinal e ideológico do ESP. Dessa forma, evidenciar como essa instituição, que é vinculada à rede Atlas, atua no interior do sistema educacional dos Estados Unidos desde o final da década de 1990 é esforço de suma importância para se compreender como os discursos, normas e políticas do ESP germinaram no interior da rede Atlas e, por meio dela se consolidaram no cenário político brasileiro.

É necessário enfatizar, novamente, que discursos contra o suposto controle socialista, progressista, ideológico, estatal, de gênero – e suas outras quase infinitas variações – das estruturas educacionais são anteriores à Atlas e seus parceiros. Não obstante, é fundamental a compreensão de como essas ideias/normas/fluxos regulatórios são reproduzidos na rede Atlas que, além de ser uma instituição e “coletividade” significativas por si só, também é elemento determinante para toda a trajetória e ideologia do movimento ESP.

A FIRE foi fundada em 1999 pelo professor da UPenn, Alan Kors, e o advogado civil para causas de direitos relativos a liberdades individuais, Harvey Silvergate. A criação do *think tank* se deu como forma de mobilizar e convergir ações organizadas em favor das liberdades individuais nos campi universitários dos Estados Unidos, em razão do grande impacto que o livro *The Shadow University: The Betrayal Of Liberty On America’s Campuses*<sup>56</sup>, escrito por Kors e Silvergate (1998), teve no cenário acadêmico estadunidense (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]b, <<https://www.thefire.org/about-us/mission/>>).

O livro conta com diversas denúncias e críticas à percebida sistêmica doutrinação ideológica que induz ao crescimento de debates e estudos acerca de questões identitárias, como raça,

---

56 A Universidade Sombra: a traição da liberdade nos campi da América, em tradução livre.

gênero e pautas de esquerda no ensino superior. Esse emergir temático se infiltrou nos currículos dos cursos, nos grupos de pesquisa e, em especial, nas discussões políticas promovidas pela comunidade acadêmica. Como consequência desse avanço progressista, consolidou-se no cenário acadêmico uma espécie de policiamento discursivo em favor do politicamente correto. Segundo os autores, quem não coaduna com essa nova perspectiva discursiva de inclusão identitária tende a sofrer sanções e limitações ao seu direito de livre expressão, como uma espécie de mordaza em razão da defesa de um projeto político sustentado pelo argumento do politicamente correto (KORS; SILVERGATE, 1998).

Em função desse percebido cenário de dominação progressista nas estruturas da educação superior e a consequente limitação do direito à livre expressão, Kors e Silvergate, contando com o apoio de diversos atores políticos, acadêmicos e econômicos, fundaram a FIRE com a missão de:

[...] defender e sustentar os direitos individuais dos alunos e membros do corpo docente em faculdades e universidades da América. Esses direitos incluem liberdade de expressão, liberdade de associação, devido processo legal, igualdade legal, liberdade religiosa e santidade de consciência – as qualidades essenciais da liberdade. A FIRE educa alunos, professores, ex-alunos, curadores e o público sobre as ameaças a esses direitos em nossos campi e fornece os meios para preservá-los (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]b, tradução nossa).

Para lutar contra a “cultura da censura” instaurada nas instituições de ensino superior dos Estados Unidos, a FIRE articula grande repertório de formas de mobilização e educação, sendo a mais significativa o apoio jurídico aos sujeitos que alegam a limitação de seus direitos de expressão. Esse auxílio provido pela instituição a potenciais casos de censura às liberdades individuais se dá de forma organizada e por diversas frentes de atuação. Os indivíduos e instituições que buscam apoio da FIRE devem preencher formulário no *site* do *think tank* com dados pessoais/institucionais, da faculdade onde ocorreu a violação do direito, um resumo dos acontecimentos e, ainda contendo espaço para a submissão de provas e/ou documentos a fim de embasar a solicitação (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]c, <<https://www.thefire.org/resources/submit-a-case/>>). A fundação recebe solicitações apenas via formulário *online* e estes devem ser limitados a casos ocorridos no ambiente universitário dos Estados Unidos. São recebidos apenas casos de docentes e discentes de universidades públicas ou privadas, sendo excluídos membros do corpo burocrático, técnico-administrativos e outros indivíduos do ambiente acadêmico. A abordagem da FIRE nos casos em que apoia:

[...] pode envolver alguma combinação de defesa pública ou privada, como escrever cartas para a instituição, emitir comunicados à imprensa, compartilhar sua história com a mídia ou, em alguns casos, conectar você com um advogado. Entendemos que você pode estar passando por um período estressante ou pode estar preocupado se – ou mesmo como – defenderá seus direitos. Cada situação requer uma abordagem única e trabalharemos com você para descobrir a abordagem com a qual você se sente confortável. Mas para defender seus direitos – e os direitos de outras pessoas que podem não reconhecer as ameaças aos seus direitos ou ser capazes de se defender – você deve estar disposto a se defender (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]a, <<https://www.thefire.org/resources/submit-a-case/frequently-asked-questions-about-case-submissions>>, tradução nossa).

Em alguns casos específicos a FIRE pode fornecer advogados aos solicitantes, mas não é a abordagem usual da instituição. O serviço da instituição é gratuito e não se limita à defesa de valores conservadores e liberais, apesar de sua origem estar contextualizada no embate à sistêmica doutrinação ideológica de esquerda e do politicamente correto nas universidades (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]a). Tal argumentação e forma de mobilização se assemelham às do ESP, principalmente quando o movimento se espalhava pelo território brasileiro, anterior à proposição sistemática de PLs. Como evidenciado no capítulo anterior, Nagib (2019) reiterava uma suposta neutralidade ideológica do ESP, apesar de seu embasamento, discursos e práticas contrárias a forças de esquerda. E o auxílio e orientações legais a sujeitos que se percebem lesados pela doutrinação ideológica/limitação de liberdades individuais, morais e de consciência no ambiente escolar também foi elemento central para as mobilizações do ESP na regulação educativa nacional (ESCOLA SEM PARTIDO, 2012b).

Elencando os casos dos quais participou em quatro categorias: liberdade de expressão, devido processo legal, liberdade de consciência e, liberdade religiosa, a FIRE acumula atuações em quase 600 casos ao longo de 21 anos de existência institucional (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [2020]a, <<https://www.thefire.org/cases/?limit=all>>). Como exemplo: um caso do ano 2000, classificado como de liberdade de expressão e liberdade de consciência, refere-se à denúncia de um professor de Inglês, David Clemens, da Monterey Peninsula College sobre a obrigatoriedade de um “juramento de lealdade ideológica” imposta aos docentes da instituição. Segundo a denúncia de Clemens, a instituição de ensino obrigava todos os professores a tratar de temáticas relativas à diversidade e multiculturalismo, exigindo que os programas das disciplinas explicassem como seria abordado o ensino sobre raça, classe e gênero. O professor se recusou a fazer tal “juramento de lealdade multicultural” e não teve

sua proposta de disciplina aprovada. Solicitando apoio da FIRE, que mobilizou grande campanha pela liberdade acadêmica, a Monterey Peninsula College não mais impôs estas obrigatoriedades aos docentes (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, 2001, <<https://www.thefire.org/cases/monterey-peninsula-college-ideological-litmus-loyalty-oath-for-professors/>>).

Assim como outros *think tanks*, a FIRE produz e mobiliza estudos, artigos de opinião, informações e análises legislativas e materiais para a formação de seus apoiadores e membros. Dentre essas produções há o College Free Speech Rankings, que se consiste em uma ampla comparação entre 55 instituições de ensino superior nos Estados Unidos, feita a partir dos relatos de 20 mil estudantes sobre suas experiências em relação à liberdade de expressão no interior dessas instituições. Essa iniciativa busca auxiliar pais e possíveis alunos a escolher a melhor universidade em relação à liberdade de expressão (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [2020]c, <<https://www.thefire.org/research/publications/student-surveys/2020-college-free-speech-rankings/>>). Há também o projeto FIRE's Spotlight Database, que compila normas institucionais sobre livre expressão em mais de 450 instituições de ensino superior estadunidenses. Além disso, o Spotlight Database classifica as instituições de acordo com o “grau” de liberdade de expressão, subdivide os tipos de normas existentes e disponibiliza todas as informações em um mapa interativo (FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [2020]b, <<https://www.thefire.org/resources/spotlight/>>).

Por fim, em artigo de opinião de 2005 há menção ao extinto *site* Noindoctrination.org, que segundo Nagib serviu de modelo para a criação do *site* do ESP. No artigo, Kors (2005, <<https://www.thefire.org/sunlight-is-the-best-disinfectant-part-1000/>>) se diz incomodado com fato de muitas denúncias publicadas no Noindoctrination.org serem de sujeitos anônimos. O autor relaciona o anonimato das denúncias ao “clima de intimidação” existente nos campi universitários.

## 4.2 Os *think tanks* parceiros da Atlas Network no Brasil e suas relações com o Escola sem Partido

Assim como os *think tanks* estrangeiros elencados na seção anterior, os *think tanks* brasileiros afiliados à rede Atlas também apresentam suas especificidades institucionais, programáticas e de pessoal. Apesar de certa convergência ideológica em determinados pontos como na defesa do livre mercado, liberdades individuais e diminuição do poder estatal, o trato de temas específicos pode ocorrer de maneira díspar ou, por vezes, antagônica. Questões relativas ao ESP e suas pautas são importantes exemplos dessa relativa diversidade que caracteriza a atuação dos *think tanks* brasileiros parceiros da Atlas nos processos de regulação educativa.

Alguns destes *think tanks* não tiveram materiais ou informações encontradas, durante o processo netnográfico, a respeito da temática educacional, muito menos sobre o próprio ESP, como o Observatório do Empreendedor, IFL-BH e IFL-SC. Alguns institutos como o Atlantos, Líderes do Amanhã e CMLE apresentam estudos, artigos de opinião, podcasts e outros conteúdos relativos à área educacional, sendo estes conhecimentos mobilizados, em geral, afinados à lógica neoliberal de menos Estado, *homeschooling*, educação financeira, entre outros. O IFL-SP, por sua vez, aborda a temática educacional em certos pontos e, inclusive, sinaliza para a existência do fenômeno da doutrinação ideológica, mas essa posição não representa um elemento novo no arcabouço discursivo da rede Atlas. O IFL-SP também não reproduz menções/aparenta ter relações com o ESP, assim como os outros seis institutos mencionados acima. Dessa forma, estes sete *think tanks* da rede Atlas no Brasil não serão analisados nas subseções seguintes por não tratarem de assuntos relativos à educação; não apresentarem laços evidenciados com o ESP pela netnografia ou literatura; e/ou por não mobilizarem conhecimento (artigos, estudos, publicações, eventos, *podcasts*, *lives*, vídeos, entrevistas, entre outros) sobre o ESP enquanto organização e suas pautas.

A seção anterior deste capítulo teve a função de evidenciar como discursos/normas/fluxos regulatórios similares às pautas defendidas pelo ESP circulam no interior da rede Atlas, anterior à criação do próprio movimento e em escala global. Assim, esta seção pretende evidenciar, de fato, as relações do movimento com os institutos brasileiros da Atlas e o que estes mobilizam de conhecimento sobre o ESP. Os *think tanks* a serem analisados são: IL; Imil; SFLB; Livres; Instituto Mises Brasil; Ilisp; Instituto Liberdade; IEE.

Desses oito *think tanks* elencados, alguns têm forte relação institucional com o ESP, sendo germinais para sua relevância no cenário educativo nacional. Outros não têm laços nítidos

com o movimento, mas produzem e reproduzem opiniões, notícias e informações sobre este, dando espaço para a difusão das pautas do movimento criado por Nagib. Certos institutos endossaram as propostas e institucionalidade do ESP no início de sua empreitada nacional, mas se distanciaram na medida em que o movimento se tornou elemento catalisador de inúmeras polêmicas. Alguns foram críticos aos métodos de ação política do ESP, outros discordaram de algumas de suas perspectivas ideológicas, havendo, inclusive, opiniões distintas sobre o ESP entre os membros e produções de um mesmo *think tank*. Há também falas, textos, ideias e sujeitos que transitam com muita fluidez entre várias instituições da Atlas no Brasil, a exemplo de artigos de opinião produzidos por um autor ligado a um *think tank*, mas que são reproduzidos por outros institutos. Assim como indivíduos que mantêm relações com diversos *think tanks* da Atlas, dentro e fora do Brasil.

As informações coletadas pela netnografia englobam desde os primórdios do surgimento do ESP no ILB, antiga sucursal do IL em Brasília; passando pelo seu fortalecimento nos campos da direita política e elite econômica brasileira, com o Imil; abordando aspectos da nacionalização de seus PLs com o SFLB/MBL; e o distanciamento destes em consonância com sua (dupla) derrocada na cena política nacional. Os dados também abordam análises, críticas, reportagens, opiniões, endossamentos a respeito do ESP e participações de Nagib em eventos e entrevistas nas demais instituições ao longo dos anos.

#### 4.2.1 Instituto Liberal

Por ser um dos primeiros *think tanks* nacionais, o IL foi (e continua sendo) precursor de diversas iniciativas para a modulação do senso comum brasileiro, difusão de ideários reacionários e influência do cenário político em variados âmbitos. Um importante elemento que atesta sua condição de vanguardista no movimento de *think tanks* liberais nacional foi sua expansão na forma de institutos análogos em diversas cidades. Fundado em 1983 na cidade do Rio de Janeiro, o IL promoveu durante seus anos iniciais uma estratégia de espalhamento institucional para aumentar suas formas de mobilização e número de mantenedores, criando Institutos Liberais nos estados de Minas Gerais, São Paulo<sup>57</sup>, Paraná, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e em Brasília. Todos os Institutos Liberais estaduais deveriam ter o

---

<sup>57</sup> O Ilişp, atualmente vinculado à rede Atlas, não foi criado a partir dessa ramificação estadual do IL. São instituições diferentes e independentes, apesar do nome semelhante.



mesmo nome e estatuto, mas seriam financiados por mantenedores regionais e desenvolveriam “atividades como publicações de livros e jornais, programas de rádio e televisão, e cursos de aperfeiçoamento de professores” (PAIVA, 2009). Com o passar dos anos, as atividades de alguns ILs estaduais foram encerradas, como do ILB (SALLES, 2019), e os institutos reincorporados ao IL do Rio de Janeiro. O IL gaúcho se emancipou, tornando-se o Instituto da Liberdade (INSTITUTO LIBERAL, [20-?], <<https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/>>).

Em funcionamento entre os anos de 1989 e 2008<sup>58</sup>, o ILB foi palco para o surgimento do ESP enquanto uma ação conjunta de membros e sujeitos próximos à instituição, mais especificamente entre Miguel Nagib, Bráulio Pôrto, Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho. Como uma iniciativa coordenada, eles articularam esforços para lançar uma frente social e política contra a percebida doutrinação ideológica de esquerda no ensino brasileiro, a partir das proposições teóricas dos próprios Carvalho e Lehmann da Silva.

Em certa medida, já havia espaço nos ILs para que esse discurso neoliberal/neoconservador sobre a educação embasasse a iniciativa que se tornaria o ESP. Como já evidenciado no início dessa subseção, os ILs estaduais promoviam cursos de “aperfeiçoamento” a docentes (PAIVA, 2009). De acordo com Gross (2002 *apud* SALLES, 2017, p. 7), entre os anos de 1992 e 1995 o IL de São Paulo conduzia essas capacitações a professores do ensino básico para que estes exercessem suas funções livres de dogmas e ideologias. O instituto também atentava para a falta de qualificação dos docentes, a existência de um ensino ideologizado e o abandono da rede pública de ensino no contexto educativo nacional. Críticas muito similares às dos *think tanks* não brasileiros evidenciados na seção anterior, tanto em ataque à regulação estatal e pública da educação, quanto em seus aspectos político, diverso e não limitado a uma moral conservadora. E a partir da plataforma Wayback Machine pode-se atestar a existência de fóruns *online* de discussão no site do ILB, sendo um exclusivamente sobre educação (INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA, 2003, <<https://web.archive.org/web/20030201022429/http://www.forumnow.com/basic/foruns.asp?forum=51568>>).

---

58 Não foram encontradas datas sobre o período de funcionamento da instituição na literatura, no site do IL originário, ou mesmo no extinto *site* do ILB pela plataforma Wayback Machine. Estas datas foram coletadas a partir da verificação da situação cadastral do ILB, por meio de seu CNPJ, no *site* da Receita Federal. A sua abertura é datada de 11 de dezembro de 1989 e sua situação cadastral de baixada é referente ao dia 31 de dezembro de 2008. Informações disponíveis em: <[http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Comprovante.asp](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp)>. Acesso em: 09 dez. 2020.

A questão educacional era muito cara à Lehmann da Silva, que se aproximou da rede de ILs em meados da década 1980, a convite do diplomata, antigo presidente do ILB e membro da Sociedade Mont Pélérin, José Osvaldo de Meira Penna (1917-2017) (SALLES, 2017; VÉLEZ-RODRIGUEZ, 2020, <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/pensadores-brasileiros-jose-osvaldo-de-meira-penna-1917-2017/>>). O ILB foi espaço no qual Lehmann da Silva pôde dedicar seus esforços em prol de uma ação denunciante contra o império ideológico da esquerda política na sociedade brasileira e o caráter falacioso de seus pensadores, em especial nos meios educacional e católico. Em similitude aos malabarismos teóricos de Carvalho, Lehmann da Silva também percebia o avanço socialista/esquerdista como força de dominação psicológica nas mais diversas nuances da vida social e individualidades (SALLES, 2017). Em texto publicado no *site* do ILB em 2001, Lehmann da Silva faz diversos apontamentos em defesa ao veto do então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (FHC), a PL que tornava obrigatório o ensino de filosofia e sociologia no ensino médio brasileiro. Os argumentos do autor são muito consonantes aos posicionamentos que o ESP viria a endossar na esfera pública, assim como os expressos em outros *think tanks* da rede Atlas:

Estas disciplinas implicam numa responsabilidade e num risco ausentes nas demais. As concepções sexuais, religiosas ou ideológicas de um instrutor de química, de física ou de gramática, não alteram muito o conteúdo do que transmitem. Mas, e se ética ou religião forem entregues a mãos - ou cabeças - despreparadas, ou mal formadas? Sempre existirão militantes partidários, sofistas, fundamentalistas, relativistas morais, etc., ávidos para "fazerem a cabeça" daqueles que ainda não tem opinião formada. [...] Constata-se facilmente que em nosso meio predomina um professorado formado no jargão marxista. Ou desconhecem outras abordagens, ou entendem como missão doutrinar mentes facilmente influenciáveis. Note-se que o projeto em discussão é significativamente de um deputado do PT. Com quase certeza, a maioria dos professores interpretará o ensino de Filosofia como oportunidade para uma doutrinação mais ou menos explicitamente marxista (LEHMANN DA SILVA, 2001a, <<https://web.archive.org/web/20070716181819/http://www.bsb.netium.com.br/inst.liberal/texto/texto49.htm>>).

Penna e Salles (2017) pontuam a característica do ILB, assim como do IL originário, de ser um espaço de socialização e diálogo de parte da elite intelectual conservadora/liberal de sua localidade. Tal condição é propositiva para a emergência de debates e mobilizações coordenadas em sintonia ideológica por parte de seus membros. A qualidade dialógica da instituição se soma a outros elementos, como ações no campo educacional e a lógica discursiva reacionária sobre educação que permeia a rede de instituições da Atlas. Essa multiplicidade de fatores possibilitou que a militância e construção teórica de Lehmann da

Silva fossem articuladas às ações de Nagib e Pôrto, reconhecidos como membros do quadro pessoal do instituto a partir do ano de 2002.

Salles (2017; 2019) e Penna e Salles (2017) não evidenciam reuniões, documentos ou informações que atestam a construção coletiva do ESP como um projeto institucional do ILB. Contudo os autores pontuam reiteradamente que as redes de relações promovidas pela instituição catalisaram a junção desses sujeitos para a formação do movimento. A rede Atlas, por meio do ILB, com suas relações, discursos e normas que por ela fluem foi solo fértil para a emergência do ESP.

Um ator importante nesse emaranhado relacional foi o guru Olavo de Carvalho. Lehmann da Silva ressalta que “entre as amizades me foram direta ou indiretamente proporcionadas pelo Instituto Liberal, consta-se a de Olavo de Carvalho” (LEHMANN DA SILVA, 2016, p. 183 *apud* PENNA; SALLES, 2017, p. 25). Em artigo publicado do site do ILB, Lehmann da Silva evidencia a importância de Carvalho e as polêmicas envolvendo seus escritos. Segundo o falecido professor, o guru é:

[...] cérebro dos mais poderosos entre nós, Olavo tanto é capaz de embrenhar-se em abstratas questões metafísicas quanto de comentar com agudeza as manchetes do dia. Sua Escola, informal como a de Sócrates, lança silenciosas sementes pelo País” (LEHMANN DA SILVA, 2001b, <<https://web.archive.org/web/20070625230323/http://www.bsb.netium.com.br/inst.liberal/texto/texto43.htm>>).

Apesar de não figurar nos quadros institucionais do ILB, Carvalho é relevante referência teórica para os escritos de Lehmann da Silva divulgados no site institucional do antigo *think tank*. O autoproclamado filósofo também teve papel importante no fatídico episódio protagonizado por Nagib, no qual o advogado denuncia o professor de sua filha por comparar Che Guevara a Francisco de Assis. Como evidenciado por Penna e Salles (2017), a reação de Nagib não se deu por um mero ímpeto de defesa paternal, mas como uma estratégia organizada a fim de criar um “mito da fundação” do futuro ESP.

Segundo as investigações de Penna e Salles (2017), Nagib afirma ter escrito uma carta denunciando a doutrinação comunista e os abusos e ideológicos promovidos pelo professor de sua filha e distribuiu cópias dela em frente à escola. Apesar do formato de carta e desta ser direcionada ao referido professor doutrinador, o texto não continha assinatura para a identificação do autor e foi entregue a pais e estudantes da comunidade escolar. A carta

apresenta diversos argumentos e estratégias discursivas que seriam intensamente utilizadas pelo movimento, como:

Assim, na história que o senhor ensina, a Idade Média é “do mal” e o Iluminismo é “do bem”; os capitalistas são “do mal” e os socialistas são “do bem”; os conservadores são “do mal” e os revolucionários são “do bem”; os Estados Unidos são “do mal”, a ONU e Cuba são “do bem”, e por aí vai. [...] Mas com essa absurda comparação o senhor, francamente, passou dos limites. Afirmar a existência de uma semelhança entre um dos santos mais amados da Igreja e um assassino frio e calculista, um apologista do ódio [...] é ir longe demais; é abusar do direito, que o senhor decerto acha que tem, de mentir para os alunos a pretexto de forjar neles uma “consciência crítica” – que é como vocês, militantes, se referem ao processo de envenenamento das almas desses jovens mediante a inoculação do marxismo mais grosseiro – e contribuir, desse modo, para a tal “construção de uma sociedade mais justa” (NAGIB, 2003, <<https://web.archive.org/web/20170512230622/http://www.olavodecarvalho.org:80/convidados/mnagib.htm>>).

Os pesquisadores tiveram acesso a essa carta graças a uma publicação de Carvalho em um blog, na qual o autoproclamado filósofo a divulga acompanhando-a de um texto introdutório de sua própria autoria. Intitulado “O estupro intelectual da infância”, o texto endossa o argumento da estratégia gramsciana de doutrinação ideológica e seu caráter psicológico de dominação. Ambos os textos são datados de 19 de setembro de 2003, sendo o de Carvalho construído como um esforço para evidenciar a importância da carta de Nagib. Logo no primeiro parágrafo de “O estupro intelectual da infância”, Carvalho se refere à subsequente carta de Nagib:

Esta é a carta que um pai, cansado de ver a filha e suas colegas usadas como platéia dócil para a propaganda comunista num colégio de Brasília, enviou ao responsável por esse abuso intelectual de menores. É um documento humano da maior relevância para a compreensão da atual loucura brasileira (CARVALHO, 2003).

A coincidente data de ambos os textos – além de suas aproximações argumentativas e a direta referência do texto introdutório à carta – possibilita “afirmar a existência de uma rede de contato que incluía Miguel Nagib e Olavo de Carvalho muito provavelmente através do ILB” (PENNA; SALLES, 2017, p. 27, 28). Dessa forma, percebe-se que o ESP foi constituído a partir de uma estratégia articulada por sujeitos que se ligavam, direta ou indiretamente, pelo ILB. A instituição foi, possivelmente, espaço de socialização e convergência ideológica para a firmamento de compromissos e estratégias fundantes do ESP. Em análise semelhante, Colombo (2018) pontua:

Dentro deste contexto de articulação e sustentação argumentativa a partir, especialmente, da ideologia do ILB (e do Olavo de Carvalho), percebemos que o movimento

não foi criado a partir de demandas de um amplo conjunto social, mas de uma análise política e tática de que era importante articular formalmente uma iniciativa que fosse ao sentido de criar um movimento (COLOMBO, 2018, p. 147).

A (re) centralização dos ILs estaduais para o IL do Rio de Janeiro não configurou um giro na perspectiva ideológica da instituição sobre a temática educacional. Com um consolidado projeto editorial, o instituto também conduz o Blog do IL, que se estrutura como um canal de divulgação *online* de centenas de artigos de opinião sobre os mais variados assuntos, dentre eles a educação (INSTITUTO LIBERAL, [2020], <<https://www.institutoliberal.org.br/blog-do-il/>>). E nesse espaço virtual de mobilização de conhecimentos há dezenas de artigos que versam sobre as mazelas da ideologia de gênero, doutrinação ideológica, globalismo, ataques da esquerda à educação, defesa ao *homeschooling* e a uma educação liberal, além de diversas análises sobre o movimento ESP, suas pautas e formas de atuação.

Com o movimento já consolidado no cenário político nacional, em 2018, o IL produziu um artigo, de autoria da própria instituição, no qual defende os PLs inspirados no ESP e endossa seu argumento em prol do pluralismo de ideias. No artigo também são evidenciados alguns livros didáticos e textos supostamente doutrinários, em prol do marxismo e contra o regime militar. No penúltimo parágrafo do escrito, ainda é levantada a questão: “Como ter qualidade por meio da doutrinação nas escolas?”. (INSTITUTO LIBERAL, 2018, <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-pluralismo-do-projeto-escola-sem-partido/>>).

Em outro artigo divulgado no Blog do IL, também de 2018, Ricardo Bordin (2018, <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/escola-sem-estado-e-melhor-do-que-escola-sem-partido-sera-mesmo/>>), articulista do IL, argumenta a favor do ESP ao compará-lo com a ideia de escola sem Estado. Segundo o autor, o meio liberal considera problemática a ideia de fortalecer o Estado para reprimir casos de doutrinação ideológica. A solução de privatizar o ensino é tida como a mais lógica para enfrentar tal problema. Contudo mesmo em escolas privadas, há proselitismo por parte dos docentes, além de haver uma consolidada cultura doutrinária que associa o Estado à educação. Dessa forma, o autor questiona o leitor, retoricamente, se ESP figura como um mal menor diante do “cenário adverso nesta assimétrica guerra pelas mentes e espíritos das futuras gerações” (BORDIN, 2018).

Um elemento central para o Blog do IL é certa diversidade, dentro do espectro ideológico das vertentes do liberalismo, que caracteriza os escritos por ele divulgados. As produções relativas ao ESP não destoam dessa regra. Em artigo de 2017, de autoria da doutora em Educação

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Aline Borges, é pontuado que o ESP tem um caráter “folclórico”, pífio para alcançar os objetivos que almeja. A autora reconhece o contexto de domínio da esquerda no ambiente escolar e vê a contrariedade de certos grupos sociais ao movimento como evidência para tal realidade. Entretanto ela argumenta que o movimento falha em insistir por um alcance em todas as escolas do país, sendo mais efetivo reformular os currículos de formação de professores (BORGES, 2017, <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/qual-a-solucao-para-o-escola-sem-partido/>>).

O IL é presidido pelo polêmico economista Rodrigo Constantino desde 2013. Figura recorrente em diversos institutos e eventos da Atlas no Brasil, Constantino é grande entusiasta do ESP e seus ideais. Ao realizar uma *live* no ano de 2020, em formato de entrevista a Nagib, Constantino afirma ter escrito um livro junto ao ex-líder do ESP sobre o movimento, porém este não chegou a ser publicado. O encontro virtual ocorreu no final de julho, antes da saída de Nagib da liderança do ESP e durante o aguardo dos últimos julgamentos no STF. Ao longo da conversa os colegas denunciaram a doutrinação sistêmica no sistema educacional brasileiro, criticaram a atuação da Corte Suprema, defenderam as pautas do movimento, entre outros tópicos (CONSTANTINO; NAGIB, 2020, <<https://bit.ly/3fAeMvS>>).

#### 4.2.2 Instituto Millenium

As relações entre o Imil e o ESP são frequentemente evidenciadas por pesquisas acadêmicas que versam sobre a formação, ideologia e laços do movimento (COLOMBO, 2018; ESPINOSA; QUEIROZ, 2017; LIMA; HYPOLITO, 2020; MIGUEL, 2016; PAULINO, 2018; PENNA, 2017; PERONI; CAETANO; LIMA, 2017; RODRIGUES; PUCCI; PADILHA, 2017). Anterior às descobertas de Salles (2017; 2019) e Penna e Salles (2017) sobre a articulação de membros do antigo ILB para sua criação, as ligações entre Nagib/ESP e o Imil eram reconhecidas como as primeiras do movimento com a rede Atlas, além de estas serem elementos explicativos para a ascendência do ESP na cena política nacional.

A literatura que analisa essa relação se baseia, geralmente, no texto investigativo de Renata Aquino (2016, <<https://bit.ly/3dKZJx1>>), que destrincha pormenores do passado de Nagib como antigo membro do Imil. Segundo o texto, Nagib esteve vinculado ao *think tank* entre os anos de 2009 e 2013, ora sendo reconhecido como articulista e especialista, ora como doador para a instituição. Seu perfil *online*, como membro do instituto, o vinculava à área de atuação,

produção de conteúdo e análises sobre educação. Um breve resumo biográfico que acompanhava suas informações e *links* de seus escritos o descrevia como:

[...] procurador do estado de São Paulo e tem especial interesse pelo tema da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos. É criador do site ‘Escola sem Partido’, referência em discussão sobre a presença de ideologia no ensino, principalmente depois que chamou a atenção dos grandes veículos de imprensa com denúncias de doutrinação marxista em material didático de colégios particulares e sistemas de ensino (INSTITUTO MILLENIUM, [20-?] *apud* AQUINO, 2016).

**Figura 4. Perfil institucional de Miguel Nagib no site do Imil**

The image shows a screenshot of the Instituto Millenium website. At the top, there is an orange header with the logo 'INSTITUTO Millenium'. Below the header is a navigation menu with options: INSTITUCIONAL, ESPECIALISTAS, CONTEÚDO, DIVULGAÇÃO, TV MILLENIUM, and PODCASTS. Underneath, there are tabs for 'MANTENEDORES', 'PÁGINA DA CIDADANIA', 'MILLENIUM EXPLICA', 'SALA DE AULA', and 'NAS REDAÇÕES'. The main content area is titled 'Área de atuação: Educação' and lists several articles with dates: 'Direito dos pais ou do Estado?' (31/01/2011), 'Outra ameaça à liberdade' (3/04/2010), 'Por uma escola que promova os valores do Millenium' (5/08/2009), and 'Miguel Nagib' (8/05/2009). To the left of the articles is a profile picture of Miguel Nagib and a short biography. On the right side, there are sections for 'ENTREVISTA', 'BLOG', and 'PODCASTS', each with a list of related content.

Fonte: AQUINO, 2016.

No decorrer dos últimos anos, com o avanço do ESP na cena pública e o conseqüente aumento de críticas a ele direcionadas por diversos setores da sociedade, o Imil conduziu um processo paulatino de dissociação da imagem de Nagib e do movimento. Existem pouquíssimas informações remanescentes nas redes sociais digitais e *site* do instituto que o vinculem ao ESP e sua trajetória de emergência política. Essa estratégia de desvinculação tornou-se evidente quando o próprio *think tank* foi questionado a respeito de sua ligação com Nagib, após denúncias de perseguição por parte do ESP a uma professora em 2013. Em nota, o Imil informou que:

[...] [Miguel Nagib] não faz parte do atual grupo de articulistas e que não mantém nenhum vínculo ou parceria com a iniciativa ‘Escola sem partido’. [...] O Imil, que é

formado por intelectuais e empresários, visa promover valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo [...]. Os especialistas que participam do *think tank* defendem ideias distintas, já que a pluralidade de pensamento é um valor importante para a instituição. São publicados no site do Imil e debatidos em eventos institucionais temas que tenham afinidade com os valores. O Instituto Millenium não responde, no entanto, por todas as ideias defendidas pelos especialistas (INSTITUTO MILLENIUM, 2013 *apud* AQUINO, 2016).

Apesar do esforço do Imil em apagar essas ligações de sua história, alguns conteúdos e elementos dessa antiga relação podem ser percebidos graças a investigações jornalísticas e acadêmicas, como o trabalho de Aquino (2016). A autora também evidencia que o Imil havia publicado ao menos três artigos de opinião produzidos por Nagib, sendo eles: o já mencionado “Por uma escola que promova os valores do Millenium”, de 2009; “Outra ameaça à liberdade”, de 2010 e; “Direito dos pais ou do Estado?” em coautoria com Luiz Carlos Faria da Silva<sup>59</sup>, de 2011. Os dois primeiros não têm mais registro *online* público, mas o “Direito dos pais ou do Estado?” pôde ser analisado por ser texto reproduzido de publicação do jornal Folha de São Paulo. No artigo em questão, Silva e Nagib (2011, <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3001201107.htm>>) criticam o MEC por supostamente não cumprir com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), da qual o Brasil é signatário, no ponto em que o documento garante o direito de que os filhos recebam educação religiosa e moral em consonância com as convicções de seus pais<sup>60</sup>. Essa crítica, que se tornou elemento constante no repertório argumentativo do ESP, abre espaço para ataques ao Estado, docentes e minorias identitárias:

Apesar de o Brasil ter aderido à CADH, o MEC não só não impede que o direito dos pais seja usurpado pelas escolas como concorre decisivamente para essa usurpação, ao prescrever a abordagem transversal de questões morais em todas as disciplinas do ensino básico. [...] Atendendo ao chamado, professores que não conseguem dar conta de sua principal obrigação -conforme demonstrado ano após ano por avaliações de desempenho escolar como o Saeb<sup>61</sup> e o Pisa-, usam o tempo precioso de suas aulas para influenciar o juízo moral dos alunos sobre temas como sexualidade, homossexualismo, contracepção, relações e modelos familiares etc (SILVA; NAGIB, 2011).

---

59 Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br/5434573860173194>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

60 Penna (2017) desconstrói o argumento de Silva e Nagib (2011) ao evidenciar que a CADH se refere à proteção das convicções morais dos pais na educação de seus filhos no espaço privado, e não para endossar ataques particulares à educação promovida pelo Estado.

61 Sigla referente ao Sistema de Avaliação da Educação Básica.



Foram encontradas algumas publicações do Imil na rede social digital Twitter, dos anos de 2010 e 2011, que versam sobre temáticas correlatas às abordadas pelo ESP ou mesmo a divulgação de artigo de Nagib. Essas publicações não apresentam muitos detalhes, são apenas uma forma de divulgar o *link* para o acesso a algum conteúdo mobilizado pelo *think tank*, como esta de 2011 divulgando o texto evidenciado no parágrafo anterior: “Têm as escolas o direito de dizer aos nossos filhos o que é ‘a verdade’ em matéria de moral?” Leia Miguel Nagib <http://imil.org.br/artigos/ptdireito-dos-pais-ou-estado/>” (INSTITUTO MILLENIUM, 2011, <<https://twitter.com/instmillennium/status/32038344829444096>>). Ou mesmo esta outra, de 2010, que aparenta ser pelo nome do *link* propagação da iniciativa de fixar cartazes nas escolas, como é proposto nos PLs do ESP: “Campanha contra a doutrinação ideológica nas escolas: <<http://www.imil.org.br/blog/cartaz-antidoutrinacao-nas-escolas/> #escolasempartido>” (INSTITUTO MILLENIUM, 2010, <<https://twitter.com/instmillennium/status/14643077692>>). Neste último há, inclusive, a utilização da *hashtag*<sup>62</sup> “escolasempartido”. Os *links* divulgados não estão mais disponíveis para análise, contudo é relevante evidenciar como o instituto se mobilizou por diversas frentes para divulgar e fortalecer o então emergente ESP.

A defesa quase irrestrita do Imil pelo ideal de liberdade foi condescendente, durante ao menos quatro anos, com discursos e iniciativas violentas para com trabalhadores docentes e a uma educação democrática, laica e inclusiva. Evidencia-se pelo texto de Silva e Nagib (2011), reproduzido pelo *think tank* em vários canais de comunicação, como o discurso do ESP se adequou diante das oportunidades que emergiram em sua trajetória pública. Não apenas vociferando a respeito das tendências marxista e “sexualizante” da educação brasileira, os autores se relacionaram com a ineficiência dos trabalhadores docentes e os fracos resultados brasileiros em avaliações educativas. O ESP condicionou suas formas de mobilização discursiva e política aos interesses do Imil, instituição com forte capilaridade nos meios empresariais do país. O *think tank*, por sua vez, acolheu, deu espaço e força a um movimento reacionário e antidemocrático, desde que este adaptasse elementos de sua narrativa e enquanto fosse útil ao instituto.

Assim como explanado nas seções anteriores deste capítulo, o Imil não está alheio à lógica reacionária que permeia os *think tanks* ligados à Atlas Network apenas por ter se desvencilhado das figuras do ESP e Nagib. O instituto permanece fomentando ataques à educação públi-

---

62 *Hashtag* é uma espécie de código indexador, uma etiqueta *online* identificada pelo símbolo “#” que vincula determinada publicação a outras que também utilizam o mesmo código. Funciona como um *hiperlink* para facilitar o acesso a conteúdos que abordam a mesma temática.

ca, deslegitimando a regulação estatal e favorecendo ideais privados sobre as estruturas educacionais, a partir dos argumentos próprios da lógica neoliberal, como pela qualidade, eficiência e formação de capital humano (INSTITUTO MILLENIUM, 2020, <<https://bit.ly/3lyTDTt>>). O instituto também continua a produzir e reproduzir certos conhecimentos que vão ao encontro da percepção de uma ampla estrutura doutrinária à esquerda para induzir sujeitos no meio educacional. Apesar de ainda sustentar algumas argumentações nesse contexto de sistêmica doutrinação ideológica, o Imil as faz, atualmente, em tom menos “radical” e com críticas ao ESP e seus modos de atuação.

Em artigo de 2018 reproduzido no *site* do Imil, Leandro Narloch<sup>63</sup> afirma que o ESP fez importante esforço ao levar o “problema” da doutrinação nas escolas à agenda pública. O autor também defende os PLs do movimento de críticas advindas da esquerda, como a limitação da autonomia de escolas particulares ou a proibição de política em sala de aula, enfatizando que não haveria limitações de tal natureza e que a intenção é “proibir que a escola se transforme em comitê de um partido único”. Entretanto o texto pontua ser problemática a defesa de artigo da CADH sobre o direito dos pais de que os filhos tenham a educação moral em sintonia com suas perspectivas, pois abre espaço para uma interpretação que sinalize o impedimento de “aulas de educação sexual ou discussões sobre religião em sala de aula” (NARLOCH, 2018, <<https://www.institutomillennium.org.br/esquerda-precisa-dar-resposta-consistente-ao-escola-sem-partido/>>).

Representando certa pluralidade ideológica nos escritos veiculados pelo *think tank*, outros dois artigos, um de 2016 e outro de 2018, apresentam diferentes pontos a respeito do ESP e suas iniciativas. No primeiro, Oscar Vilhena (2016, <<https://www.institutomillennium.org.br/escola-plural-de-qualidade/>>), professor da FGV e colunista da Folha de São Paulo, faz ataques contundentes às pautas defendidas pelo ESP, sendo “as tentativas de restringir a liberdade e o pluralismo no ensino, tais como propostas pelos que querem uma escola sem partido, são uma afronta à Constituição”. O autor também afirma ser falsa a noção de neutralidade acadêmica e enfatiza o dever de se lutar por uma escola plural e de qualidade.

Já no segundo, Roberto Rachewsky (2018, <<https://www.institutomillennium.org.br/por-que-eu-defendo-uma-escola-sem-estado/>>), membro-fundador do IEE e do antigo IL do Rio

---

63 Colunista da Folha de São Paulo e autor dos livros “Guia politicamente incorreto da história do Brasil” e “Guia politicamente incorreto da América Latina” (NARLOCH, 2018).

Grande do Sul (atual Instituto da Liberdade, instituição que preside), caracteriza o ESP como “anacrônico, perturbador e autoritário”. No decorrer do texto, que se intitula “Por que eu defendo uma escola sem Estado”, Rachewsky cita exemplos de manifestações políticas de alunos no período eleitoral organizadas por eles próprios, sem a influência de professores, e critica apoiadores ESP por utilizar tais casos como prova da existência de doutrinação. O autor sinaliza que é “bem provável que exista” doutrinação, não obstante se faz imperativo compreender que os jovens são detentores de livre arbítrio. Por fim, em um aceno à ideia de escola sem Estado, Rachewsky conclui:

O governo deveria ser separado da educação, dizem os liberais. Eu digo que separar o governo da educação é um avanço em direção ao desenvolvimento cultural, educativo, político, social e econômico do Brasil. [...] O Escola sem Partido segue na direção oposta (RACHEWSKY, 2018).

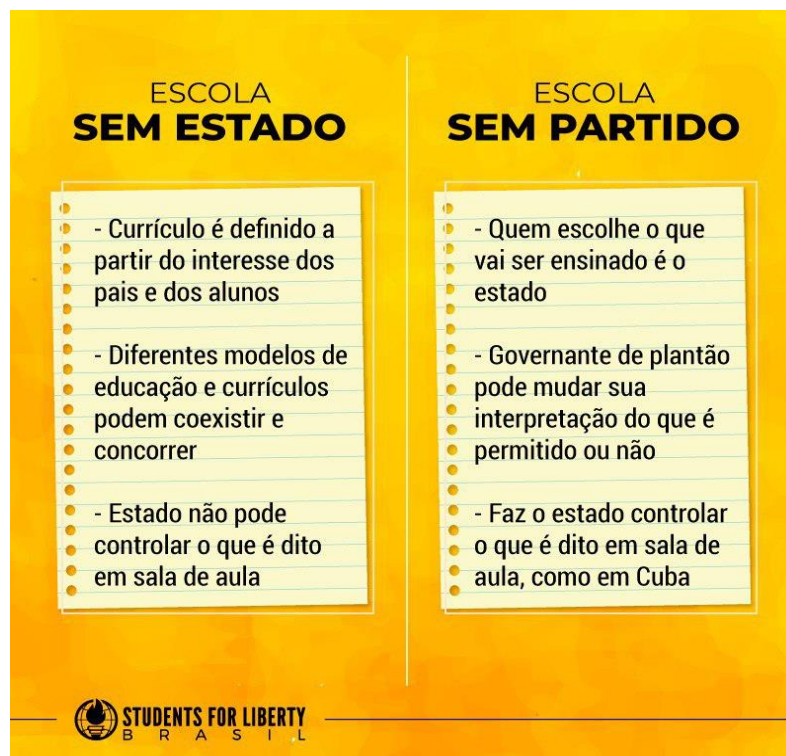
#### 4.2.3 Students For Liberty Brasil

O SFLB é uma instituição que congrega diferentes formas de mobilização no meio político nacional. Para além de um *think tank* difusor de conhecimento e formador de lideranças liberais, o instituto também se articula enquanto um movimento social muito bem capilarizado nos meios da nova direita brasileira e na política institucional, o MBL. Essa dualidade intrínseca ao SFLB/MBL também se reverbera nas relações mantidas com o ESP. Para fins de uma melhor explanação da natureza dessas diferentes conexões, primeiro serão abordadas as questões entre SFLB e ESP e, em sequência, as diversas ligações entre os movimentos MBL e ESP.

Existem poucas informações que liguem o ESP ao *think tank* SFLB, sendo evidenciadas apenas algumas análises institucionais e opiniões de seus membros em relação ao movimento criado por Nagib. Uma questão central para os conhecimentos mobilizados sobre educação na égide deste instituto é a contrariedade à regulação estatal em inúmeros contextos, sendo tal perspectiva elemento basilar para as percepções críticas que a instituição e seus membros veiculam a respeito do ESP. Em publicação na rede social digital Twitter, o SFLB (STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL, 2019, <<https://twitter.com/sflbrasil/status/1100776362758025221>>) defende o ideal de escola sem

Estado<sup>64</sup> em oposição ao ESP e divulga a seguinte imagem para evidenciar as divergências entre ambos:

**Figura 5. Publicação do SFLB comparando escola sem Estado com o ESP**



Fonte: STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL, 2019.

A defesa e divulgação de conteúdos em prol de uma escola sem Estado são articuladas para desvalorizar parte das estratégias políticas reproduzidas pelo ESP. Este posicionamento - que pode ser percebido em outros *think tanks* brasileiros da Atlas, como o Imil, Livres e Ilisp - coloca o ESP como ator social que visa reproduzir as amarras coercitivas do poder estatal sobre as liberdades individuais. Mesmo que condicione seus esforços para lutar contra o avanço socialista na educação, os elementos práticos reiterados pelo ESP para a limitação doutrinária envolvem um controle estatal do que é dito em sala de aula, o que faz o movimento se aproximar de regimes políticos de esquerda, como Cuba, segundo o SFLB.

---

64 Não foram encontradas menções diretas a Anamaria Camargo e a seu movimento Educação sem Estado nesta publicação do SFLB no Twitter. O ideal de menor intervenção estatal no fenômeno educativo circula globalmente pela rede Atlas e, apesar algumas citações diretas à iniciativa então coordenada por Camargo (INSTITUTO MISES BRASIL, 2017a; 2017b; RIBEIRO, 2018; SPERANDIO, 2017), a promoção de uma escola sem Estado por parte dos *think tanks* brasileiros da Atlas não é necessariamente uma referência a tal movimento.

Outra característica dissonante entre o *think tank* e o movimento é o apoio do primeiro a determinadas pautas sociais ditas como progressistas. O caráter jovial e estudantil do SFLB o aproxima de questões socioculturais identitárias e políticas, como a luta pela igualdade de gênero, enfrentamento ao racismo e à discriminação contra pessoas LGBTQIA+. Essas bandeiras de lutas sociais são capitaneadas a partir do norte teórico liberal e enquadradas na defesa moral das liberdades individuais, de forma que tais lutas não estejam associadas a uma proteção de dimensão estatal: “o liberal não vê com bons olhos a busca pela equidade sendo transformada em leis, pois isso abriria precedentes para que todos grupos buscassem usar o Estado como ferramenta para adquirir vantagens próprias” (FREITAS, 2020, <<https://studentsforliberty.org/brazil/blog/voce-pode-apoiar-questoes-sociais-e-estado-minimo-ao-mesmo-tempo/>>). O viés conservador e moralista presente nos conhecimentos mobilizados por alguns *think tanks* das Atlas e pelo ESP não é reproduzido na mesma intensidade pelo SFLB, que sustenta sua argumentação pela ótica liberal e meritocrática.

Algumas figuras públicas da nova direita brasileira que nutrem reconhecidos laços com o SFLB se posicionam de maneira similar ao *think tank* em relação ao ESP, como o *youtuber*<sup>65</sup> e militante libertário Raphael Lima. Dono do canal Ideias Radicais<sup>66</sup> na plataforma YouTube, Lima se firmou como um dos principais divulgadores brasileiros do liberalismo no meio virtual. A ideia de produzir e difundir conhecimentos e opiniões políticas surgiu após sua participação em um evento promovido pelo SFLB (ATLAS NETWORK, 2018b, <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-brasils-state-conferences-host-2300-attendees>>). A relevância do trabalho de Lima como promotor de conteúdos fez com que seus discursos tivessem grande ressonância na rede Atlas, dentro e fora do Brasil. Além de ser autor de alguns artigos sobre política brasileira veiculados pelo *think tank* estadunidense FEE (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [2017], <<https://fee.org/people/raphael-lima>>), o *youtuber* já foi homenageado pelo SFLB em um dos principais eventos do movimento liberal no Brasil, a LibertyCon<sup>67</sup> (SPERANDIO, 2019, <<https://ideiasradicais.com.br/raphael-lima-foi-homenageado-na-libertycon-e-estas-foram-suas-palavras/>>) e constantemente convoca seus seguidores a se inscreverem nos processos de

---

65 Criador de conteúdo para a plataforma *online* de vídeos YouTube.

66 Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/ideiasradicais/featured>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

67 Evento anual promovido pelo SFLB para “quem ama e defende a liberdade! Reunimos os principais nomes do Brasil e do mundo para um final de semana inteiramente dedicado ao amor à liberdade alheia. Com palestras simultâneas e atrações durante o evento, não importa o seu motivo, a sua razão ou o porquê da sua defesa do mundo livre, a LibertyCon é o lugar de celebrá-la!”. Disponível em: <<https://libertycon.com.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2020. Existem diversas versões da LibertyCon promovidas por outras unidades regionais no SFL.

recrutamento de militantes do SFLB (LIMA, 2017, <<https://www.youtube.com/watch?v=UYWCILC-nco>>).

Em seu canal no YouTube, Lima já disponibilizou dezenas de vídeos contendo suas análises e opiniões sobre o contexto educacional, inclusive alguns sobre o ESP e pautas abordadas pelo movimento. As argumentações presentes em seus vídeos contam forte ênfase a respeito da existência de uma sistêmica doutrinação ideológica promovida por professores de esquerda nas instituições de ensino (LIMA, [2016]a, <<https://www.youtube.com/watch?v=Ar1D2lxKMrs>>). Contudo ele defende que a imposição de uma lei visando um trato neutro aos conteúdos trabalhados em sala de aula, assim como proposto pelo ESP, seria uma atitude ineficaz devido à formação dos docentes e a maneira como conduzem suas aulas. Segundo Lima, a solução para o contexto de controle doutrinário à esquerda nas escolas seria uma “escola sem governo”<sup>68</sup>, na qual as instituições de ensino não seriam obrigadas a seguir os ditames do MEC e os pais teriam a liberdade de escolher o tipo de educação desejada para seus filhos, seja pelo *homeschooling* ou em instituições de sua preferência (LIMA, [2015], <[https://www.youtube.com/watch?v=2VQ54xumSFs&t=80s&ab\\_channel=IdeiasRadicais](https://www.youtube.com/watch?v=2VQ54xumSFs&t=80s&ab_channel=IdeiasRadicais)>).

Na descrição de um dos vídeos em que aborda discussões sobre o ESP e a doutrinação ideológica, Lima pontua:

O projeto Escola sem Partido é certamente bem intencionado, mas mira no alvo errado. O problema não é a doutrinação dentro das escolas, e sim o fato de que escolas existem com o explícito propósito de doutrinação e domesticação da população. Enquanto o MEC regulamentar educação, enquanto tiver poderes como o ENEM<sup>69</sup> para forçar escolas a ensinarem o que o governo gosta, haverá um partido na escola. Enquanto a escola for algo de competência do governo, haverá um partido na escola. Assim como existe a separação de igreja e estado, deve haver a separação de educação e estado. Ensino é fundamental, sim, informação é fundamental, sim, e existem milhares de jeitos diferentes e muito melhores de educar crianças do que um plano central pelo estado. Desregulem a indústria e tirem o estado do ensino de sua população. Quanto aos pobres, existem as escolas comunitárias e a ideia de ‘Vales’ (LIMA, [2016]b, <[https://www.youtube.com/watch?v=ep8YQJHTgNI&t=42s&ab\\_channel=IdeiasRadicais](https://www.youtube.com/watch?v=ep8YQJHTgNI&t=42s&ab_channel=IdeiasRadicais)>).

Outra figura relevante é Joel Pinheiro, analista político do cenário brasileiro, antigo conselheiro consultivo do SFLB e entusiasta do movimento liberal e da LibertyCon (BOLETIM DA LIBERDADE, 2017, <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/10/17/joel-pinheiro->

68 O título do vídeo é “Escola sem partido = Escola sem ESTADO” (LIMA, 2015), mas ao longo de sua fala o *youtuber* argumenta em favor de uma escola sem governo, igualando as instituições governo e Estado.

69 Sigla referente ao Exame Nacional do Ensino Médio.

responde-gregorio-e-cita-libertycon-em-coluna-na-folha/>). Economista e mestre em filosofia, Pinheiro produz diversas análises e textos para outros *think tanks*, como o Mises Brasil, Imil e grandes grupos midiáticos, como Folha de São Paulo, rádio Jovem Pan e revista Exame. Seus escritos adotam uma linha muito propositiva na defesa do livre mercado, liberdades individuais e menor intervenção estatal. Em um de seus mais polêmicos comentários na rede social digital Twitter, por exemplo, o economista sinaliza as vantagens da criação de um mercado de órgãos não-vitais: “[...] podendo vender, a oferta de órgãos seria muito maior, e isso reduziria drasticamente a fila dos transplantes, evitando muitas mortes. Além disso, a pessoa que vendeu o órgão sai com um bom dinheiro em mãos” (PINHEIRO, 2020, <<https://twitter.com/JoelPinheiro85/status/1217655173868400641>>).

Pinheiro adota uma posição que se difere, em alguns pontos, da de Lima e do próprio SFLB em relação ao ESP, mas matem o tom crítico ao movimento e suas perspectivas. Em sua coluna no jornal Folha de São Paulo, em 2018, o autor faz diversos apontamentos contrários à sanha do ESP em enfrentar a percebida doutrinação ideológica à esquerda. Relatando a inexistência de um consenso mínimo sobre o que é doutrinação assim como evidências que a comprovem, Pinheiro pontua que as empreitadas do movimento funcionam como mordidas aos docentes e lamenta: “É uma pena estarmos discutindo um projeto mal formulado, ineficaz, paranoico e obscurantista como o Escola Sem Partido quando há tantas brigas e iniciativas a serem compradas na educação” (PINHEIRO, 2018, <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2018/11/ha-doutrinacao-nas-salas-de-aula.shtml>>). Em outro ensaio de 2016, no *blog* da revista Exame, Pinheiro também aponta para as inconsistências no conceito de doutrinação, nas ações promovidas pelo ESP e reproduz críticas ao movimento de acordo com a lógica anti-Estado:

Abusos sempre acontecerão, e a linha que divide um posicionamento que faz sentido no contexto de uma tentativa de doutrinação só fica clara dentro de cada contexto. Por isso, o melhor é que cada escola encontre suas soluções internas. Jogar para uma lei — colocar a força do Estado diretamente na questão — é instaurar a ameaça de censura e o conflito como norma (PINHEIRO, 2016, <<https://exame.com/blog/joel-pinheiro-da-fonseca/escola-sem-partido-ou-sem-debate/>>).

Em oposição ao tom crítico perpetrado pelo SFLB ao ESP, o MBL nutriu uma amistosa relação política com este movimento educativo, tendo sido muito frutífera em prol de conquistas institucionais e avanços no debate público para ambos. Os elos entre os movimentos se fortaleceram especialmente após o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

O surgimento do MBL se deu como um vetor para a convergência de diversos interesses da direita política brasileira em 2014, um ano após as grandes manifestações de junho de 2013 (SILVA, 2018). Fortalecendo as pautas neoliberais de livre mercado e privatizações, além do crescente sentimento de antipetismo, o MBL teve fundamental papel nas articulações políticas, difusão informacional e mobilizações sociais que culminaram no golpe jurídico-parlamentar sofrido por Rousseff. Após o processo de impeachment, o movimento passou a adotar posturas mais afinadas a uma moral conservadora e a ideais religiosos, por exemplo, quando promoveu grande campanha contrária à polemizada exposição *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*<sup>70</sup>. Como corolário dessa catalisação de discursos, muitos de seus membros mais expoentes passaram a integrar diversos partidos políticos de direita e, conseqüentemente sendo eleitos para cargos em diversas esferas de poder (MARQUEZ; LIMA, 2017).

O afinamento ideológico à perspectiva conservadora atendeu a um senso de oportunidade do movimento, dado ao crescente debate de caráter moralizante na esfera pública - fenômeno que teve influência de sua própria atuação (SILVA, 2018). O MBL também já estava atento a debates concernentes aos sistemas educacionais, em razão de sua ativa e intensa oposição às ocupações de escolas públicas promovidas por estudantes em 2015 e 2016 (ROCHA, 2020). Essa guinada à emergente tendência conservadora e atenta à educação aproximou o MBL do ESP, que já se consolidava na cena educativa, estava em crescente mobilização em torno da aprovação de PLs sobre o Programa Escola sem Partido e também era contumaz detrator do petismo (MACEDO, 2018; MIGUEL, 2016). De acordo com Macedo (2018), a relação entre os movimentos se deu a partir de uma dinâmica de benesses recíprocas, na qual o MBL se apropriou de discursos e pautas defendidos pelo ESP para consolidar uma nova agenda de ação após o impeachment, a fim de justificar sua existência institucional. Em contrapartida, o MBL alçou o ESP e seus ideais a setores menos conservadores da sociedade graças a sua “expertise [...] na produção de movimentos sociais a partir da mídia” (MACEDO, 2018, p. 9). O ESP era como o pilar ideológico dessa relação no campo educativo, enquanto o MBL era o vetor para uma ampla e efetiva disseminação dos ideais representados pelo ESP, em especial, pelas redes sociais digitais e política institucional.

---

70 A exposição *Queermuseu* foi constituída por mais de 200 obras de 84 artistas para abordar expressões artísticas que investigam e questionam os padrões de gênero. Devido a denúncias de apologia à pedofilia, zoofilia e blasfêmia, a exposição foi encerrada antecipadamente. *Queer* é termo “guarda-chuva” que se refere a identidades de gênero e orientações sexuais destoantes dos padrões normativos. Disponíveis em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>>. Acesso em: 22 jan. 2021.



As mais destacadas lideranças do MBL endossavam os preceitos do ESP e os divulgavam como pautas políticas de suma importância para a defesa das famílias brasileiras contra o avanço da esquerda e da ideologia de gênero. Esses posicionamentos evidenciam certa liberdade programática do MBL em relação ao SFLB, ao mesmo tempo em que podem denotar estratégias de impacto no ambiente político nacional por variadas frentes de atuação. É importante ressaltar que alguns membros eram/são vinculados simultaneamente ao movimento e ao *think tank*, a exemplo de Kim Kataguiri, principal liderança de ambos, como pontua Marina Amaral (2015, <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>). Ou seja, por mais que o SFLB e alguns membros mais afinados a ele – em relação ao MBL, como Pinheiro e Lima – fossem críticos ao ESP, o MBL e figuras que representam tal movimento mais nitidamente foram proativos na defesa do ESP.

As aparentes divergências entre SFLB e MBL em relação ao ESP são consonantes com a fala de Juliano Torres, antigo diretor executivo do SFLB, em que afirma ser a criação do MBL uma manobra burocrática para viabilizar o recebimento de verbas estrangeiras a fim de financiar a mobilização social em meio às diversas manifestações políticas de direita na primeira metade da década de 2010:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre [...]’ (TORRES, [2015] *apud* AMARAL, 2015).

O MBL, dessa forma, tem capacidade de ação política que não compete ao SFLB, podendo transitar por certos espaços e promover determinados discursos que destoam das propostas do *think tank*. A condição de instituição fronteira (MEDVETZ, 2008, 2012) do *think tank* SFLB impede que ele se assuma integralmente como um movimento político. A criação do MBL possibilita que o SFLB transite no campo político com maior propriedade sem abdicar de sua condição limítrofe. O apoio ao ESP e as consequentes vantagens políticas advindas dessa relação são exemplos dessa possibilidade de atuação híbrida e, supostamente contraditória, do MBL/SFLB. A dualidade política e discursiva que permeiam as relações do movimento político e do *think tank* com o ESP são reflexo da ampla e difusa capacidade de atuação da Atlas Network e suas instituições em disseminar seus valores. Ao mesmo tempo em que pautam na discussão pública, por meio da mobilização de conhecimento, a dissociação entre o

Estado e a educação, também reiteram ideais conservadores e buscam a imposição de censura ideológica. Há contrariedades e embates no interior das redes de relações da Atlas Network, apesar do afinamento anti-esquerda e pró-mercado.

Uma das primeiras iniciativas políticas sob a égide da relação entre os movimentos foi uma marcha conduzida pelo MBL, de São Paulo a Brasília, durante meados de 2015, com o objetivo de protocolar um pedido de impeachment de Rousseff. A marcha, com cerca de 40 pessoas, seria recebida com grandes manifestações na capital federal e, além de findar com a submissão do pedido, esse espetáculo/mobilização também era conduzido para demandar outras diversas pautas, como a aprovação do PL 867/2015 da Câmara dos Deputados sobre o ESP (G1 DF, 2015, <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/05/integrantes-do-mbl-fazem-marcha-ate-o-parque-da-cidade-em-brasilia.html>>). Em novembro do mesmo ano foi realizado o Primeiro Congresso Nacional do MBL aonde foram definidas diversas propostas de atuação do movimento nas áreas de educação, saúde, sustentabilidade, economia, reforma política, justiça, transporte e urbanismo. Especificamente na área educativa foi sinalizado o apoio ao sistema de *vouchers*, *homeschooling* e à apresentação de PLs sobre o ESP nas esferas estaduais e municipais, além de variados outros pontos, como o fortalecimento da iniciativa privada e “promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p. 2, <<https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>). O avanço do discurso conservador dentro do MBL não estava dissociado de sua premissa liberal, pró-mercado e meritocrática.

Outra articulação entre o ESP e o MBL no ano de 2015 foi a proposição do PL 190/2015, no âmbito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo então deputado estadual Marcel Van Hattem, na época do partido Progressistas (PP/RS) (VAN HATTEM, [2016], <<http://marcelvanhattem.com.br/wp/projeto-escola-sem-partido/>>). Van Hattem é um dos membros fundadores do MBL, teve relevante atuação enquanto deputado estadual para o fortalecimento do coro em favor do impeachment de Rousseff e é uma figura pública admirada pelo criador do ESP, Miguel Nagib (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). O PL em questão visava implantar o Programa Escola sem Partido, com a defesa dos valores morais dos pais na educação dos filhos sob o argumento da CADH, afixação dos cartazes com os deveres do professor e outros elementos padronizados dos demais PLs do ESP (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Van Hattem sinalizou que o PL era uma proposta necessária e urgente em razão do movimento de ocupação das escolas por secundaristas em 2015, que era por ele chamado de

“invasão” e ordenado por “grupos ideologicamente orientados” (VAN HATTEM, [2016]). Até 2018, o gaúcho se manifestou diversas vezes em favor do ESP, seus projetos de lei e contra a doutrinação esquerdista e ideologia de gênero, mas após sua eleição para deputado federal pelo partido Novo (RS), o parlamentar se distanciou da temática e não participou como coautor do PL 246/2019 sobre o ESP, encabeçado por Bia Kicis (PSL/DF)<sup>71</sup>.

O vereador de São Paulo pelo Democratas (DEM/SP) Fernando Holiday é outra importante figura do MBL que exerceu grande papel para o fortalecimento do ESP na cena pública. Homossexual e negro, Holiday se destaca por coadunar com os ditames preconceituosos do conservador movimento ESP, utilizando seu espaço na tribuna municipal para denunciar os ultrajes da ideologia de gênero no ambiente escolar (HOLIDAY, 2018, <<https://www.facebook.com/100050683530476/videos/2117178711942557>>), ou mesmo se manifestar contrariamente às cotas raciais (HOLIDAY, 2020, <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_I6SkjoiWz4&ab\\_channel=FernandoHoliday](https://www.youtube.com/watch?v=_I6SkjoiWz4&ab_channel=FernandoHoliday)>). Seus argumentos críticos às pautas identitárias que, em teoria, o representariam são sustentados por ataques à esquerda e justificam represálias aos movimentos que as defendem.

Em abril de 2017, Holiday organizou iniciativa de fiscalização surpresa em escolas municipais de São Paulo para verificar as estruturas das instituições de ensino e, principalmente, os conteúdos ministrados nas aulas. Seu objetivo era averiguar se haveriam casos explícitos de doutrinação ideológica nas salas de aula das escolas paulistanas, verificando “se tem professor entrando [...] com camiseta do PT, do MST<sup>72</sup>, jogando tudo para o alto e fazendo aquela doutrinação porca que a gente já conhece” (HOLIDAY, 2017, <<https://www.facebook.com/100050683530476/videos/1867982330106591>>). Em entrevista concedida no ano de 2019, Holiday afirma que a maneira como defendeu o projeto do ESP estava errada e que os professores não devem ser reconhecidos como o problema da educação. De acordo com sua nova perspectiva, são poucos os professores doutrinadores, e não a maioria, como é percebido por Nagib e Kicis, além de não concordar com a filmagem de docentes no exercício da profissão a fim de embasar denúncias de doutrinação. Apesar disso, o vereador ainda apoia a afixação dos cartazes com os deveres do professor e diz que o ESP levanta discussões importantes sobre a participação da família na escola (COELHO; ZANINI, 2019,

---

71 Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

72 Sigla referente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/transformar-os-professores-no-problema-da-educacao-e-errado-diz-fernando-holiday.shtml>>).

A “blitz” contra a doutrinação promovida por Holiday nas escolas paulistanas foi severamente criticada pelo secretário de educação municipal, sindicatos e políticos (LEMOS, 2017, <<https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000852530/holiday-fiscaliza-escolas-e-desagrada-secretario-.html>>) – e pelo próprio vereador, dois anos após o ocorrido. Apesar das reações contrárias à atitude persecutória de Holiday, a relação entre os movimentos se fortaleceu e, nos meses seguintes, o MBL convocou diversas manifestações em todo país para lançar, em 15 de agosto de 2017, uma marcha nacional em apoio ao ESP. No dia marcado, manifestações ocorreram em cerca de cem cidades de 19 estados para endossar os PLs relativos ao ESP que já tramitavam nas casas legislativas de todo Brasil, assim como incentivar a submissão de novos e expandir os debates sobre o movimento educacional para os municípios (CASTRO, 2017, <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mbf-fara-marcha-pelo-escola-sem-partido-em-todo-o-pais-4i3elisi28qrft1bzodr5yl11>>).

**Figura 6. Imagem de divulgação da Marcha pelo ESP**



Fonte: DIREITA DE VERDADE, 2017, <<https://bit.ly/31uNCyn>>.

Exaltado por Chafuen (2019a) e reconhecido como uma “estrela libertária em ascensão” (tradução nossa) pela própria Atlas Network (2015b, <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>) Kim Kataguirí é o principal rosto do MBL. Como figura destacada do movimento, Kataguirí já se pronunciou a favor do ESP em incontáveis oportunidades, tanto nas redes sociais digitais, quanto em entrevistas e manifestações públicas. Convicto a respeito

dos perigos da ideologia de gênero para os jovens (KATAGUIRI, [2017], <<https://www.youtube.com/watch?v=CD8hh85C9AI>>) e empenhado em denunciar a existência de doutrinação ideológica no sistema educacional brasileiro, o fundador e líder do MBL já era convidado a defender o ESP em comissão especial da Câmara dos Deputados para apreciação dos PLs do movimento antes mesmo de sua eleição para o cargo de deputado federal pelo DEM (SP), em 2018 (KATAGUIRI, [2018], <[https://www.youtube.com/watch?v=lgQo2gov\\_h4](https://www.youtube.com/watch?v=lgQo2gov_h4)>). Sua campanha teve a defesa do ESP como uma de suas principais propostas para a área educativa, junto à cobrança de mensalidades em universidades públicas, legalização do *homeschooling* e promoção do sistema de *vouchers* (KATAGUIRI, 2018, <<https://twitter.com/kimpkat/status/1031524548192215040>>). Como deputado foi um dos coautores do último PL referente ao ESP submetido no Congresso Nacional, o PL 246/2019<sup>73</sup>.

**Figura 7. Propostas de Kataguiuri para a educação**

**PROPOSTAS: EDUCAÇÃO**

- Cobrança de mensalidade em universidades públicas de acordo com critérios do PROUni (quem pode, paga, quem não pode, não paga);
- Direcionar o dinheiro arrecadado para ensino básico, que recebe 4 vezes menos investimentos;
- Acabar com monopólio de carteirinhas da UNE, passar a prerrogativa para as instituições de ensino;
- Sistema de vouchers para educação;
- Escola sem partido;
- Legalizar homeschooling;

DEP FEDERAL  
**KIM 2555**  
KATAGUIRI  
apoia.org/kim  
DEMOCRATAS

🐦 kimpkat 📘 kataguiuri.kim 📷 kimkataguiuri

Fonte: KATAGUIRI, 2018.

73 Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

#### 4.2.4 Livres

O Livres demarca forte oposição ao conservadorismo proferido por Bolsonaro e seus asseclas, assim como a qualquer perspectiva voltada à esquerda e a um Estado robusto (LIVRES, [201-?]a, <<https://www.eusoulivres.org/sobre/>>). A enfática defesa à “liberdade por inteiro”, que soma aspectos de liberdade nos costumes – ligados a uma percepção de sensibilidade social – à luta por liberdade econômica – atrelada à noção de responsabilidade fiscal – (LIVRES, [201-?]b, <<https://www.eusoulivres.org/sobre-o-livres/>>), coloca o *think tank* em oposição ao ESP em muitos sentidos.

O perfil do Livres na rede social digital Twitter realizou poucas postagens que mencionam o movimento, mas todas em tom depreciativo às iniciativas propostas por este. Em meados de novembro de 2018, quando a comissão especial da Câmara dos Deputados discutia PL relativo ao ESP, o *think tank* publicou a seguinte mensagem acompanhada de uma análise de um colaborador enfatizando a má qualidade da educação brasileira e o ineficiente gasto público em demasia na área:

Enquanto o Escola Sem Partido domina o debate sobre educação, problemas estruturais continuam no setor. Precisamos fugir do achismo e focar num debate público sério, baseado em evidências. Para isso, publicamos um diagnóstico da educação no Brasil (LIVRES, 2018a, <<https://twitter.com/EuSouLivres/status/1060472546330587137>>).

Alguns dias após essa primeira publicação referente ao ESP, o perfil no Twitter da instituição divulgou o mesmo artigo de Joel Pinheiro (2018) veiculado na Folha de São Paulo e citado na subseção anterior deste capítulo, no qual o autor pontua a falta de um consenso sobre o conceito de doutrinação e afirma ter outras pautas mais importantes para a educação do que o ESP. Além do *link* para a coluna de Pinheiro, a postagem também apresenta uma citação do texto e a *hashtag* “EscolaLivre” (LIVRES, 2018b, <<https://twitter.com/EuSouLivres/status/1062412433212489729>>).

A ideia de “Escola Livre” se constitui como um jogo de palavras interessante e polissêmico, pois remete ao nome da instituição, à doutrina econômica e social por ele defendida e a um tipo ideal de escola e educação. Essa idealização sobre o fenômeno educativo vai de encontro com o que o ESP representa: limitado aos “achismos”, não baseado em evidências e reproduzidor de formas de controle das liberdades individuais, o que afeta a construção de uma “liberdade por inteiro”. As diversas proposições do Livres para a área educacional são ligadas à

cobrança por eficiência, diminuição da máquina estatal e valorização de uma lógica privatista, como formas de reforçar sua luta pela “liberdade”, longe das amarras estatais e demais limitantes das individualidades. Como exemplos, alguns estudos produzidos pelo *think tank* e publicados como notas técnicas defendem a cobrança de mensalidades em universidades públicas estaduais de São Paulo e criticam a constitucionalização e aumento de gastos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sem referência alguma à doutrinação ideológica, ideologia de gênero ou o próprio ESP (LIVRES, [201-?]c, <<https://www.eusoulivres.org/publicacoes/>>).

O caráter técnico e destoante de uma moral conservadora nos conhecimentos mobilizados pelo Livres se assemelha aos conteúdos do *think tank* SFLB. As similitudes não se findam no conteúdo programático, abarcam também os recursos humanos da instituição. O diretor de comunicação do Livres, Mano Ferreira, foi cofundador e igualmente diretor de comunicação do SFLB. Fernando Miranda, membro do Conselho de Administração do Livres é ex-diretor do SFL na América Latina. Deborah Bizarria, membro do Comitê de Ética do Livres é liderança associada ao SFL. Outros membros do Livres também atuam ou já atuaram em outros *think tanks* da rede Atlas, como o Imil, Cato Institute<sup>74</sup> e a própria Atlas Network (LIVRES, [201-?]b).

Vale ressaltar a figura de Fábio Ostermann, membro fundador do Livres, SFLB, MBL e atualmente deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo partido Novo (OSTERMANN, [201-?], <<https://fabioostermann.com.br/biografia/>>). Ostermann, que também tem ligações diretas com a Atlas Network, IL, IEE e Instituto Ordem Livre (ATLAS NETWORK, [201-?]b; BAGGIO, 2016), foi uma das grandes vozes do MBL para as mobilizações pró-impeachment, participando de manifestações pela deposição de Rousseff junto ao ex-presidente da Atlas Network, Alejandro Chafuen, em 2015 à época da realização anual do Fórum da Liberdade (AMARAL, 2015). O político gaúcho esteve à frente de ações do MBL que endossaram o ESP, como a marcha de São Paulo a Brasília em 2015 (G1 DF, 2015), contudo em 2016 ele afirmou que não percebe o ESP como “positivo” para resolver o problema da doutrinação. Citando o colega Joel Pinheiro, Ostermann expõe acreditar na existência de doutrinação ideológica na educação brasileira, mas que o clima de delação e policiamento do trabalho dos do-

---

74 Importante *think tank* liberal estadunidense fundado em 1977 por Charles Koch, cuja família é grande financiadora da Atlas Network (BALL, 2012), e Murray Rothbard, economista e teórico do libertarianismo. Disponível em: <[https://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/25th\\_annual\\_report.pdf](https://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/25th_annual_report.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2021.

centes não é a solução para o contexto, e sim melhorar a formação destes, adotar critérios mais transparentes para a seleção dos livros didáticos e ampliar o acesso à informação de maneira generalizada (OSTERMANN, 2016, <<https://www.facebook.com/paginadofabio/posts/1792374577663146>>). A citação de Ostermann a Pinheiro também evidencia uma mudança de posicionamento do segundo, que em artigo de 2018, já pontuado nesta dissertação (PINHEIRO, 2018), questionou o conceito de doutrinação.

**Figura 8. Chafuen e Ostermann em manifestação pró-impeachment**



Fonte: AMARAL, 2015.

#### 4.2.5. Instituto Mises Brasil

A aura acadêmica do Mises Brasil o distancia de manifestações políticas mais proativas, como as conduzidas pelo MBL. Dessa forma, o posicionamento da instituição se evidencia em diversos artigos, materiais e formas de conhecimento que mobiliza em seu *site* institucional e redes sociais digitais. Dentre os variados artigos de opinião veiculados pelo instituto, muitos abordam a temática educacional e contemplam uma perspectiva teórica consonante com a existência de doutrinação ideológica na educação brasileira.



Em artigo intitulado “Sim, a escola está destruindo gerações e causando estragos profundos”, publicado no *site* do instituto, Flávio Augusto<sup>75</sup> (2017, <<https://www.mises.org.br/article/2786/sim-a-escola-esta-destruindo-geracoes-e-causando-estragos-profundos>>) vê a educação compulsória regulada pelo Estado como limitadora para que o indivíduo em formação adquira “relevância na sociedade”. O autor, que também é empresário do ramo educacional *online*, sinaliza que o modelo de educação escolar atual é desatualizado e remete ao início da era industrial para formar mão-de-obra, além de citar vantagens da educação via *internet*. “Caso [...] pudesse montar uma escola com currículo próprio, sem ter de me submeter às ordens do MEC”, Augusto (2017) elenca algumas prioridades em seu fictício empreendimento, como aulas de finanças pessoais; ensino sobre direitos individuais; empreendedorismo; e ensino de política e sociologia “de forma isenta e não-doutrinária”.

Diferentemente do Livres e SFLB, o Mises Brasil não dissocia a luta por uma educação com menos interferência do Estado aos embates contra o percebido controle ideológico de esquerda e de gênero nas escolas brasileiras. Em artigo do economista Anthony Geller (2019, <<https://www.mises.org.br/article/2628/e-se-as-escolas-publicas-fossem-abolidas-e-as-particulares-nao-mais-tivessem-de-seguir-o-mec>>), veiculado no *site* do instituto, há diversos apontamentos contrários à preponderância do Estado sobre as estruturas educacionais, recorrentes na literatura disseminada pelos *think tanks* da Atlas Network. Contudo, no texto em questão, Geller descreve uma série de suposições caso “as escolas públicas fossem abolidas e as particulares não mais tivessem de seguir o MEC”. De acordo com o autor, o custo da educação estaria em constante queda, os clientes dos serviços educacionais poderiam gastar segundo seus interesses e a concorrência aumentaria a qualidade da educação de forma perene. Geller também pontua:

Dado que não haveria nenhum Ministério da Educação impondo um determinado tipo de currículo para todo o país, não veríamos mais as brigas amargas sobre os conteúdos ministrados, sobre a necessidade ou não de se ensinar religião, "sensibilidade social" e educação sexual; não haveria problemas com a imposição estatal de "kit-gay" ou com a aceitação ou não de professores homossexuais. [...] A liberdade definiria as escolhas. Não mais haveria as centenas de controvérsias que vemos na educação atual, completamente controlada pelos burocratas do Ministério da Educação. Se você não gosta do que a escola do seu filho está ensinando, você simplesmente

---

75 Segundo a breve biografia que acompanha o texto, Augusto é fundador da Wise Up, empresa que vende cursos presenciais e *online* de língua inglesa e é sócio do grupo Abril Educação, vinculado à editora Abril (que é ligada ao Imil). Também é “idealizador do Geração de Valor, projeto focado em inspirar jovens que estão iniciando a carreira e desejam chegar mais longe, aprendendo com a experiência de um empreendedor de sucesso” (AUGUSTO, 2017).

vai atrás de outra melhor — do mesmo jeito que vai atrás de um supermercado que tenha o que você quer (GELLER, 2019).

Dentre as diversas ações de difusão de conhecimento sobre liberalismo, política e economia promovidas pelo instituto, se destaca o programa semanal de entrevistas Podcast Mises Brasil<sup>76</sup>. Realizado desde 2012 e com mais de 430 edições, o Podcast Mises Brasil abarca variados assuntos, com explicações de convidados e discussões à luz da perspectiva do liberalismo econômico da Escola Austríaca. Alguns dos entrevistados no programa de *podcasts* foram mencionados ao longo dessa dissertação, como Olavo de Carvalho, Raphael Lima, Rodrigo Constantino, Kim Kataguirí, Marcel Van Hattem, Fábio Ostermann e, em especial, Miguel Nagib, Bráulio Pôrto e Anamaria Camargo.

Durante sua entrevista no Podcast Mises Brasil, realizada em novembro de 2014, Nagib repete a retórica de dominação ideológica de esquerda que se perpetua há três décadas no sistema educacional brasileiro. Ele indica que a doutrinação tem um caráter circular, ou seja, estudantes se formam professores a partir de um viés ideologizado e dão continuidade a este durante o seu exercer da docência. O ESP seria a variável eficaz para a interrupção desse fenômeno doutrinário. Além de outros elementos institucionalizados nos discursos do ESP – e já evidenciados no capítulo anterior –, Nagib divulgou em sua fala as primeiras iniciativas de proposição de PLs do movimento. O criador do ESP também comentou a respeito do “1º Congresso Nacional sobre a Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas”<sup>77</sup>, promovido a partir de parceria entre o movimento e a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep). Segundo ele, o evento foi muito positivo, por mostrar que o segmento das escolas particulares estava preocupado com o problema da doutrinação ideológica e por ser o primeiro congresso nacional em que foram discutidas as pautas do movimento (INSTITUTO MISES BRASIL, 2014, <<https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=358>>).

---

76 Os *podcasts* podem ser acessados pelo *site* institucional do *think tank*, em seu canal na plataforma YouTube e pelos serviços de *streaming* iTunes Store e Spotify. Informações disponíveis em: <<https://www.mises.org.br/Podcasts.aspx?&page=0>>; <<https://www.youtube.com/channel/UCb9T91q727Ld4c3lqq3w6Xw>.> Acesso em: 18 jan. 2021.

77 Há gravação com todas as falas do congresso. Disponível em: <<https://www.eventials.com/escolasempartido/congresso/>>. Acesso em: 18 jan. 2021. Contudo não foi encontrado *site* ou perfil em rede social digital com detalhes sobre a inscrição e organização do evento.

**Figura 9. Divulgação do 1º Congresso Nacional sobre a Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas**

**FENEP** **ESCOLA SEM PARTIDO**

**1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas**

*Data: 24 de julho  
Hora: 9 - 18h  
Local: Colégio CIMAN, Brasília  
Transmissão ao vivo pela internet*

 <b>Olavo de Carvalho,</b> filósofo e escritor	 <b>José Maria e Silva,</b> jornalista e mestre em Sociologia pela UFG
<b>A tragédia da educação brasileira</b>	<b>Escola sem limites: o papel das universidades na crise da autoridade docente</b>
 <b>Bráulio P. de Matos,</b> Professor da Faculdade de Educação da UnB	 <b>Ricardo da Costa,</b> Medievalista e Professor da UFES
<b>Quem educa o educador ou quem doutrina o doutrinador?</b>	<b>A História aossada: o ensino de História no Brasil</b>
 <b>Luís Diniz Filho,</b> Professor do Depto. de Geografia da UFPR	 <b>Ana Caroline Campagnolo,</b> acadêmica e Professora de História
<b>A Fraude do Pensamento Crítico no Ensino de Geografia</b>	<b>Experiência de doutrinação de discente a docente: a vida dupla no ensino brasileiro</b>
 <b>Miguel Nagib,</b> advogado e coordenador de Escola Sem Partido	 <b>Trajano de Melo,</b> Promotor de Justiça do MPDET
<b>O abuso da liberdade de ensinar</b>	<b>Os princípios do Código de Defesa do Consumidor aplicados à sala de aula</b>

 Inscrições até **15.07** pelo telefone (61) 3225 3515 ou pelo email [secretaria@fenep.org.br](mailto:secretaria@fenep.org.br), com nome, instituição e contato

Fonte: SINEPE, 2014, <<http://sinepe-es.org.br/?215/noticia/fenep-convida-1o-congresso-nacional-sobre-doutrinacao-politica-e-ideologica-nas-escolas>>.

Em 2016, Pôrto concedeu sua entrevista ao Podcast Mises Brasil após a repercussão de suas falas em comissão especial sobre a BNCC na Câmara dos Deputados e em entrevista ao programa dominical Fantástico, nos quais fez a defesa do movimento ESP, suas pautas e perspec-

tivas de mundo. O entrevistador, Bruno Garschagen<sup>78</sup>, questionou o então membro do ESP a respeito da reação negativa dos departamentos de Sociologia e de Educação da UnB – o primeiro, aonde se formou e o segundo, no qual leciona – em decorrência de seus posicionamentos públicos. Pôrto afirmou desconhecer ex-aluno que passou por semelhante constrangimento por parte do departamento de Sociologia, que não fala em nome do departamento de Educação em suas palestras e qualifica as reações como provas de existência da sistêmica doutrinação ideológica na educação brasileira. O sociólogo também denunciou a hegemonia do pensamento de esquerda nas faculdades de Educação e a preponderância das obras de Paulo Freire, o que denota pouca pluralidade teórica (INSTITUTO MISES BRASIL, 2016, <[https://www.youtube.com/watch?v=5\\_WXYXeqkLQ&ab\\_channel=InstitutoMisesBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=5_WXYXeqkLQ&ab_channel=InstitutoMisesBrasil)>).

Camargo participou de dois *podcasts* do Mises Brasil em 2017. No primeiro, já citado na subseção em que é abordado o *think tank* FEE, a pesquisadora diferencia o ESP do Educação sem Estado, pelo caráter “policialesco” do primeiro e enfatiza os argumentos que sustentam sua luta contra o Estado na educação (INSTITUTO MISES BRASIL, 2017a, <[https://www.youtube.com/watch?v=9Ks1IIIjkVE&t=659s&ab\\_channel=InstitutoMisesBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=9Ks1IIIjkVE&t=659s&ab_channel=InstitutoMisesBrasil)>). No segundo *podcast*, Camargo participou juntamente com Giuliano Miotto, seu colega no ILJ e coautor de seu livro, “Educar é Libertar – Uma nova abordagem aos desafios no Brasil”<sup>79</sup>. A entrevista ocorreu para divulgar o lançamento do livro e debater algumas de suas ideias. Miotto, Camargo e, inclusive, o entrevistador Garschagen reconhecem o papel vanguardista do ESP em denunciar os abusos doutrinários que ocorrem no sistema educacional brasileiro. Contudo Camargo pontua que o Educação sem Estado não se opõe necessariamente à doutrinação, desde que ela seja consentida pelos pais dos alunos, que deveriam ter a liberdade de escolher uma educação a seus filhos, com ou sem doutrinação de qualquer tipo. Miotto também busca, em certa medida, distanciar seu movimento do ESP ao afirmar que não acredita em uma solução para o fenômeno da doutrinação por via legislativa, e que não se resolve um problema estatal com uma solução igualmente estatal (INSTITUTO MISES BRASIL, 2017b, <<https://www.youtube.com/watch?v=uuHudwx0oIw>>).

---

78 Garschagen conduziu a maioria das entrevistas do Podcast Mises Brasil, incluindo as de Nagib e Camargo. Ele também é cientista político e professor de Teoria Política na Pós-Graduação em Escola Austríaca e responsável pelo periódico acadêmico MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia, ambos do Instituto Mises Brasil. Informações disponíveis em: <<https://pgea.com.br/project/bruno-garschagen/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

79 Não foram encontradas versões *online* ou físicas do livro.

É relevante sinalizar que Garschagen também é analista do Imil e fez parte do grupo de produtores de conteúdo e analistas do Instituto Ordem Livre, *think tank* brasileiro que foi vinculado à Atlas Network (2015b) e aparenta estar inativo desde 2016<sup>80</sup>. O instituto visava construir uma ordem social mais livre e justa a partir da promoção de eventos, estudos e cursos para influir no debate público e na formulação de políticas públicas (INSTITUTO ORDEM LIVRE, [201-?], <<http://ordemlivre.org/quem-somos>>). Em 2012, Garschagen (2012 <<http://ordemlivre.org/posts/os-radicais-no-poder-e-a-reforma-cultural-em-curso>>) escreveu um artigo para o Ordem Livre endossando os argumentos de Olavo de Carvalho a respeito de uma revolução cultural gramsciana em andamento. Ao longo de sua análise, o autor aponta para iniciativas contrárias à doutrinação comunista no âmbito educacional, como o ESP, que à época era reconhecido apenas como um *site*.

Rodrigues, Pucci e Padilha (2017) pontuam laços indiretos entre o ESP e o Ordem Livre na rede de relações da Atlas Network no Brasil, devido às diversas ações que este *think tank* exercia em conjunto ao SFLB/MBL, apesar dos autores não reconhecerem distinções nas abordagens do movimento e seu *think tank* originário em relação ao ESP, como sinalizado na subseção do SFLB. De fato, como Colombo (2018) evidencia, o Ordem Livre foi uma instituição muito próxima ao SFLB, sendo tal relação transcendente às barreiras nacionais. O Ordem Livre era uma fração brasileira de importante *think tank* estadunidense ligado à Atlas, o Cato Institute, assim como o SFLB é uma filial da grande organização global SFL. O SFL teve um crescimento exponencial no início da década de 2010 e, como resultado, se espalhou mundialmente. No ano de 2012, o Instituto Ordem Livre promoveu um seminário no qual foi, enfim, lançada versão nacional do SFL, o EPL, antigo nome do SFLB.

O Instituto Ordem Livre tinha um caráter técnico e acadêmico, mais próximo ao Mises Brasil neste ponto do que em relação ao próprio SFLB. Pouco foi encontrado de possíveis relações diretas do instituto com o ESP, além do texto de Garschagen (2012) e apontamentos menos nítidos, como colocado por Rodrigues, Pucci e Padilha (2017). Contudo há uma publicação de 2009 no *site* do instituto que liga diretamente o ESP ao Ordem Livre, a outros *think tanks* brasileiros como o Mises Brasil e à própria Atlas Network. Segundo Diogo Costa (2009, <<http://ordemlivre.org/posts/encontro-ordemlivre-org-estrategias-para-a-liberdade>>), então

---

80 O Instituto Ordem Livre não atualiza suas redes sociais digitais e *site* institucional desde 2016 e não consta mais no seletor grupo de *think tanks* ligados à Atlas Network no Brasil. Informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/ordemlivre/>>; <<http://ordemlivre.org/>>; <[www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/instituto-ordem-livre](http://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/instituto-ordem-livre)>. Acesso em: 18 jan. 2021.

presidente do Ordem Livre, foi realizado em abril de 2009, na cidade de Porto Alegre, o “Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a Liberdade” que reuniu “representantes de organizações liberais e indivíduos que partilham os mesmos princípios para, juntos, discutir propostas e estratégias de ação em quatro áreas: política, mídia & cultura, academia e *think tanks*”. No evento estiveram presentes representantes da Atlas Network, Ordem Livre, Mises Brasil, IL, IEE, Imil, ESP e outros institutos e movimentos liberais e de direita<sup>81</sup>. O evento teve início com a palestra de Tom Palmer, vice-presidente de programas internacionais da Atlas Network que, em sua fala:

[...] lembrou de ocasiões em que uma minoria liberal conseguiu inspirar e alavancar reformas políticas importantes. Foi o trabalho dos liberais britânicos a partir de meados do século passado, destacou Palmer, que culminou nas reformas importantes da era Thatcher (COSTA, 2009).

O evento teve duração de três dias e contou com diversas atividades formativas, palestras e apresentações de iniciativas e estudos conduzidos pelos organizadores. A base das discussões promovidas durante o encontro se dava pela busca de uma construção coletiva de estratégias para a promoção do liberalismo no Brasil. Segundo o autor, “foi a primeira vez que membros de diferentes organizações que partilham os princípios do estado de direito, liberdade e responsabilidade individuais, mercado livre e paz, se encontraram para unir esforços e elaborar um plano de ação”. O encontro também objetivava o desenvolvimento prático das propostas debatidas, a intensificação do diálogo entre as instituições participantes e o planejamento do “2º Encontro Nacional OrdemLivre.org: Estratégias para a Liberdade” em 2010<sup>82</sup> (COSTA, 2009).

A realização desse evento mostra como o ESP esteve imbricado com o fortalecimento do discurso liberal no Brasil ao longo das últimas décadas e, mais especificamente, no ganho de influência e capilaridade dos *think tanks* brasileiros ligados à Atlas Network, a fim de se constituírem como importantes nodos de disseminação do liberalismo no país. Desde os primeiros anos de sua existência, o ESP acumulava importantes relações com a Atlas Network. O movimento havia sido constituído por uma articulação de sujeitos conectados ao antigo ILB, Na-

---

81 Além dos citados, estiveram presentes representantes do Instituto Federalista, Libertários, Libertarianismo.com, Farol da Democracia, Movimento Endireita Brasil, Friedrich Naumann Foundation, Instituto Internacional de Ciências Sociais e Instituto de Formação e Educação (COSTA, 2009).

82 Não foram encontrados vídeos, fotos ou documentos que evidenciem o que foi debatido durante o evento, assim como não foram encontradas informações sobre a existência de uma segunda versão do evento no ano seguinte.

gib se consolidava como articulista e membro financiador do Imil e contava com o endosso de Olavo de Carvalho, sujeito reconhecido internacionalmente por pessoas e instituições da Atlas Network. Somando essas relações evidenciadas nas seções anteriores deste capítulo à ocorrência do “Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a Liberdade”, constata-se que o ESP teve participação ativa nas estratégias da Atlas Network e suas instituições parceiras no Brasil para o fortalecimento de seus ideais em várias frentes de atuação. Em contrapartida, o movimento ganhou relevância e dinamismo político para atuar como importante agente regulador da educação nacional graças à rede de relações da Atlas. Essas relações possibilitaram o surgimento do ESP – tanto em aspectos institucionais, quanto em ideológicos –, deu espaço para que ascendesse ao debate público e se estruturasse como grande força política. Dessa forma, donata-se a existência de uma estratégia de fortalecimento do ESP, por parte de algumas instituições da rede Atlas, para o fortalecimento de suas próprias pautas e iniciativas. Endossar e publicizar o ESP se tornou equivalente a intensificar a capacidade de ação destes *think tanks*, que acolheram e deram espaço para que o movimento e seus ideais emergissem na cena pública.

#### 4.2.6 Instituto Liberal de São Paulo

O Ilisp é um *think tank* com pouca capilaridade e escassas formas de produção de conhecimento. Em geral, os conteúdos que reproduz são comentários sobre alguma notícia que circula pela mídia, redes sociais digitais ou uma curta opinião a respeito de determinados assuntos, sempre à luz do que percebe como liberalismo econômico. Os dois únicos textos reproduzidos pelo instituto que fazem menção ao ESP – sendo somente estes os resultados da pesquisa netnográfica que ligam o *think tank* ao movimento – não destoam desse padrão raso de análise.

Em similitude ao SFLB, o Ilisp faz a defesa de uma escola sem Estado em oposição ao ESP. Em artigo publicado no *site* institucional do *think tank*, Marcelo Faria (2017 <<http://www.ilisp.org/artigos/a-solucao-para-a-educacao-nao-esta-nas-cotas-na-escola-do-estado-ou-na-escola-sem-partido/>>), presidente do Ilisp, argumenta que a “solução para a educação” não está em determinadas escolhas políticas ligadas à institucionalidade do Estado, como as cotas para alunos de escolas públicas nas universidades estatais ou o ESP. Seu argumento contrário às cotas se sustenta na afirmação de que endossá-las é admitir a inferioridade do ensino público perante o privado, o que justifica não haver maior investimento na educação estatal. Segundo o autor:

Acabar com o controle do MEC sobre o currículo e a rotina das escolas privadas, permitir que os pais controlem o ensino de seus filhos sem que sejam perseguidos pelo estado, acabar com toda a burocracia para abertura de novas escolas privadas e isentá-las de todos os impostos é o que precisamos para melhorar a educação brasileira (FARIA, 2017).

Ao final de seu texto, Faria (2017) faz breve apontamento de que a solução para a educação não se encontra em uma “Escola do Estado” ou no movimento ESP, mas sim em uma “Escola Sem Estado”. A expressão “Escola Sem Estado” funciona como um *hiperlink* no texto que leva a uma página não mais existente da rede social digital Facebook, cujo nome na *url* é “EscolaSemEstado”<sup>83</sup>. O *think tank* possivelmente fazia a divulgação de movimento similar ao Educação sem Estado, mas assim como o de Camargo e Miotto, não deve ter se sustentado por um período prolongado de atuação.

O outro artigo, também de 2017, mas de autoria de Camilo Caetano (2017 <<http://www.ilisp.org/noticias/alunos-liberais-e-libertarios-desafiam-professores-esquerdistas-e-ensinam-ideias-de-liberdade/>>), membro da instituição, evidencia algumas publicações de estudantes secundaristas na rede social digital Facebook, nas quais supostamente desafiam e surpreendem seus professores de esquerda ao apresentarem trabalhos sobre liberdade econômica e libertarianismo. As atitudes dos estudantes são exaltadas por ser contraponto efetivo à corrente ideológica de esquerda preponderante entre os docentes, ao contrário de projetos como o ESP, defendido por conservadores que “insistem em usar o estado para frear a doutrinação esquerdista”.

#### 4.2.7 Instituto Liberdade

O Instituto Liberdade não tem uma presença *online* constante, tanto em suas redes sociais digitais, como em seu *site* institucional. Suas frentes de atuação estão mais ligadas a “ações permanentes e de longo prazo, produzindo estudos, pesquisas e propostas em políticas públicas; edita livros e publicações; organiza cursos, colóquios, debates, seminários e conferências disseminando as ideias liberais clássicas (INSTITUTO LIBERDADE, [20-?])

---

83 O *link* disponível é o seguinte: <<https://www.facebook.com/EscolaSemEstado>>. Acesso em 19 jan. 2021. Ao longo da pesquisa netnográfica, não foram encontradas outras menções diretas a um movimento ou iniciativa chamada “Escola sem Estado”, ao contrário do “Educação sem Estado”, ou mesmo o ESP. Houve o uso das expressões “escola sem governo” (LAMB, 2016; LIMA, [2015]) e “escola sem Estado” (BORDIN, 2018; SPERANDIO, 2019; RACHEWSKY, 2018) por alguns outros *think tanks*, mas sem vinculá-las a um movimento/página específico, como feito pelo Ilisp neste artigo de Faria (2017).



<[https://www.institutoliberalidade.com.br/?fbclid=IwAR2te95SeDrjpcOTx2\\_HybwS7R3HGhv7GUGGJyXzGQufQHe3tWMiUGoSRQE](https://www.institutoliberalidade.com.br/?fbclid=IwAR2te95SeDrjpcOTx2_HybwS7R3HGhv7GUGGJyXzGQufQHe3tWMiUGoSRQE)><sup>84</sup>. Apesar de ser antiga sucursal regional do IL, o Instituto Liberdade não herdou do *think tank* carioca sua consolidada iniciativa de disseminação de opiniões, informações e conhecimentos no meio digital.

Foram encontradas apenas duas publicações nas redes sociais digitais do Instituto Liberdade que se remetem ao ESP, ambas de 2014. Em seu perfil no Facebook, o *think tank* reproduziu fala de Nivaldo Cordeiro<sup>85</sup> denunciando um processo judicial sofrido por Nagib devido a sua ousadia em “emitir opinião sobre doutrinação gramsciana levada a efeito por uma certa professora” (CORDEIRO, 2014 *apud* INSTITUTO LIBERDADE, 2014a, <<https://m.facebook.com/institutoliberalidade/posts/10152715066551564>>). O caso em questão remete às acusações de perseguição, por parte de Nagib e do ESP a uma professora por suposta doutrinação ideológica, episódio que gerou muitas polêmicas e o consequente distanciamento de certas instituições em relação ao movimento, como o Imil (AQUINO, 2016). Segundo a publicação, Nagib foi vítima de “censura draconiana” pela “veia totalitária esquerdista em ação”. Ao final da publicação, há a frase “Toda força ao Miguel Nagib”, seguida de *link* do vídeo<sup>86</sup> de Cordeiro comentando o assunto (INSTITUTO LIBERDADE, 2014).

Na plataforma Twitter, o Instituto Liberdade (2014b, <<https://twitter.com/InstLiberdade/status/504699645353029633>>) se pronunciou em relação ao ESP ao divulgar o título, seguido do *link*, de uma reportagem que evidencia o movimento – retratado como ONG – em seu trabalho de denúncia à dominação esquerdista nas salas de aula e em exames nacionais, como Enem e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) (TERRA, 2014, <<http://noticias.terra.com.br/educacao/ong-acusa-dominacao-de-esquerda-nas-salas-de-aula,f40c26582a718410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>). A reportagem também comenta a respeito do 1º Congresso Nacional sobre a Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas:

O evento contou com a participação de 300 pessoas presencialmente e mais de 8,4 mil pela internet, segundo a organização. Entre os palestrantes estavam o professor Olavo de Carvalho e o promotor de Justiça Trajano Melo. O advogado Miguel Nagib, da ONG Escola Sem Partido, explica que a escolha dos palestrantes, conhecidos

---

84 Apesar desse aspecto mais acadêmico e produtor de conhecimento científico, não foram encontrados *links* de seus estudos ou propostas de políticas públicas em suas informações *online*. Há a divulgação de alguns eventos, seminários e palestras promovidas pelo instituto em seu canal no YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UcK6YzBY9yw2KcoOExmlPkJw>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

85 Blogueiro, economista liberal, conservador e cristão. Informações disponíveis em: <[http://nivaldocordeiro.net/blog/quem\\_sou/](http://nivaldocordeiro.net/blog/quem_sou/)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

86 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g15o9NNSswg>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

por posições de direita, buscava apresentar pessoas contrárias à doutrinação ideológica nas escolas, que, segundo a entidade, seria hegemonicamente de esquerda. Questionado sobre a posição política dos convidados, ele respondeu que "nunca conheceu alguém de esquerda contrário à propaganda política no ensino". Já a presidente da Fenep, Amábil Pácios, explica que o perfil dos palestrantes seria para equilibrar o domínio que a esquerda teria na educação e que o objetivo da atividade era preservar o direito de aprender do estudante (TERRA, 2014).

O presidente do Instituto Liberdade, Roberto Rachewsky (2018), se pronunciou em artigo reproduzido pelo Imil – e já citado na seção de tal *think tank* – sobre o ESP. Diferentemente da defesa apregoada pelo Instituto Liberdade em 2014, Rachewsky fez duras críticas ao movimento em 2018, o qualificando como “anacrônico, perturbador e autoritário” e endossando a ideia de escola sem Estado em oposição ao ESP.

#### 4.2.8 Instituto de Estudos Empresariais

O IEE tem grande foco no processo formativo de seus afiliados, assim como os institutos de formação de lideranças, e também tem relevante papel na construção de redes de relações e espaços de diálogo sobre o liberalismo e políticas liberais por meio da organização anual do Fórum da Liberdade. Essas características do *think tank* se refletem em suas ligações percebidas com o ESP, a exemplo do “Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a Liberdade”, aonde representantes do IEE, ESP e outros *think tanks* e movimentos se reuniram em abril de 2009 para traçar estratégias de disseminação do liberalismo no país.

Os contatos articulados durante o Encontro OrdemLivre.org aparentemente foram propositivos para iniciativas de formação conjuntas entre o IEE e o ESP. Em novembro de 2009, o *think tank* promoveu um “jantar-debate” em um espaço de convenções de Porto Alegre com o então procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, sobre o tema “Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas”. A nota que divulga o evento, em coluna social de um jornal local, pontua que o objetivo do IEE é “incentivar o surgimento e o preparo de lideranças empresariais, orientadas na defesa e manutenção dos valores da economia de mercado e da livre iniciativa” (ELY, 2009, <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=13001>>). Em 2015, o IEE promoveu outro evento com a participação de Nagib, que conduziu uma palestra a respeito dos “aspectos jurídicos da doutrinação política e ideológica em sala de aula e da

usurpação do direito dos pais sobre a educação moral dos filhos”<sup>87</sup>. Este evento foi exclusivo aos associados do IEE e ocorreu na sede do Instituto Ling<sup>88</sup> (O SUL, 2015, <<https://www.osul.com.br/miguel-nagib-palestra-hoje-10-em-jantar-debate-do-iee/>>).

Diferentemente de institutos como o IL, Imil e Mises Brasil, a linha editorial de artigos de opinião do IEE não abarca grande diversidade temática, além de não ser um dos principais focos do *think tank*. Os artigos disponíveis no *site* do IEE versam, em geral, sobre assuntos voltados à área econômica, empresarial e reformas administrativas na máquina pública em prol de maior eficiência. Os autores são membros associados da instituição, que possivelmente passaram por seus processos formativos na doutrina liberal, sendo a divulgação dos escritos evidência de seu aprendizado<sup>89</sup>. Não há produção de conteúdo do IEE, dentre estes artigos e no *site* institucional do *think tank*, a respeito do ESP ou pautas relativas ao movimento<sup>90</sup>. Entretanto foi encontrado um artigo de Júlio Lamb, membro e presidente do IEE na gestão 2017-2018<sup>91</sup>, para o Jornal do Comércio<sup>92</sup> sobre o ESP, Estado e educação. Em seu texto, que não consta nos arquivos do IEE, Lamb (2016, <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2016/09/opiniaio/521416-educacao-e-estado.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/09/opiniaio/521416-educacao-e-estado.html)>) reitera o argumento do ESP sobre a existência de um viés ideológico no ensino brasileiro, mas promove o seguinte questionamento: “para nos livrarmos da doutrinação ideológica e da educação de má qualidade que nos assola, não é melhor irmos ainda mais longe, com uma escola sem governo, ao invés de uma escola sem partido?”. O autor enfatiza os maus resultados brasileiros no Pisa e a escassez de escolas públicas entre as mais bem avaliadas a partir do Enem, o que evidencia a superioridade do ensino privado sobre o público. Como solução para o duplo problema educacional, ideológico e de qualidade, Lamb propõe:

Sabendo dos dados citados, por que não acabar com a ideologia das escolas e, ao mesmo tempo, melhorar o padrão educacional da nação, deixando a iniciativa privada participar mais deste processo, com a utilização, por exemplo, de vouchers de educação para aqueles que não dispõem de renda. Com esta ação única caminharía-

---

87 Não foram encontradas fotos, vídeos, relatos ou mais informações sobre o “jantar-debate” de 2009 e sobre a palestra de 2015.

88 O Instituto Ling é instituição cultural e filantrópica que financia a educação de futuras lideranças com bolsas de estudos. Pertence à família Ling, donos do grupo agroindustrial Évora S.A. e importantes figuras no meio liberal brasileiro, sendo Wilson Ling o primeiro presidente do IEE, durante o biênio 1984-1986. Informações disponíveis em: <<https://www.iee.com.br/diretores>>; <<https://institutoling.org.br/>>; <<https://bit.ly/2Y85pK2>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

89 Disponível em: <<https://www.iee.com.br/artigos/10>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

90 O IEE não possui perfil ativo nas redes sociais digitais Twitter, Facebook e Instagram. O instituto possui um canal na plataforma YouTube, mas tem poucos vídeos e não o atualiza há mais de um ano. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCmjFf4X9v-Ayi3ebLmO9wJQ/featured>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

91 Informações disponíveis em: <<https://www.iee.com.br/diretores>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

92 Publicação direcionada a assuntos econômicos do Rio Grande do Sul.

mos para a solução do problema ideológico em conjunto com o aumento da qualidade da educação (LAMB, 2016).

Em relação ao Fórum da Liberdade, não foram encontrados elementos que evidenciem a participação do ESP, Nagib, Pôrto ou algum outro representante direto do movimento nas diversas edições do evento, tanto como convidados ou ouvintes. O IEE não divulga a lista completa de participantes do Fórum, além das informações disponíveis *online* sobre a programação de cada edição apresentarem poucos detalhes, o que inviabiliza a percepção de possíveis ligações diretas entre o maior evento liberal do sul global e o ESP<sup>93</sup>. Contudo foi encontrada uma menção ao ESP e a Nagib em artigo de livro da série “Pensamentos Liberais”<sup>94</sup>, do autor Marcel Laste (2016), empresário associado ao IEE. Laste realiza diversos apontamentos sobre como a falta de liberdade proveniente do controle abusivo e cerceador das estruturas estatais é problemático para a economia e vida em sociedade. No que tange a educação brasileira, o autor soma a ineficiência estatal na gestão de recursos dos contribuintes à doutrinação ideológica como problemas que assolam o país:

[...] o problema está, além de na péssima alocação de recursos do contribuinte, na doutrinação ideológica. Basicamente essa doutrinação é realizada por meio de uso político e eleitoreiro de materiais didáticos e propaganda ideológica nas instituições de ensino, com professores-militantes, entre outras aberrações. Isso, inclusive, motivou a criação da organização Escola Sem Partido, pelo advogado Miguel Nagib, que é “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (LASTE, 2016, p. 106, 107).

De acordo com Vidal, Lopez e Brum (2020), os painéis que tratam da temática educacional nas edições anuais do Fórum da Liberdade são, possivelmente, os mais simbólicos de todo o evento, devido à maneira como os palestrantes convidados promovem iniciativas privadas na educação em detrimento de instituições públicas, como no caso das universidades. Os autores citam os exemplos das exposições “A Educação do Futuro” promovida pelo *CEO*<sup>95</sup> do grupo Anhanguera e “Educação e Meritocracia” coordenada pelo *CEO* da Kroton Educacional<sup>96</sup>,

---

93 As informações disponíveis em pesquisa *online* sobre o Fórum da Liberdade se encontram em: <<https://www.forumdaliberdade.com.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

94 Série de livros lançados anualmente com diversos ensaios e artigos técnicos de convidados e associados do Fórum da Liberdade/IEE sobre ideias debatidas e defendidas por seus membros e em seus eventos. A série é produzida desde 1994 e trata sobre a mesma temática escolhida para o Fórum na edição do ano. Estão disponíveis para download apenas as edições de 2014 a 2020 da série. Disponíveis em: <<https://www.forumdaliberdade.com.br/forum/#ebooks>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

95 Sigla referente à expressão *Chief Executive Officer*, Diretor Executivo em português.

96 Anhanguera e Kroton são grandes grupos empresariais brasileiros que prestam serviços na área de educação. Até 2014 eram instituições distintas, mas a Kroton incorporou a Anhanguera como uma subsidiária integral,

ambas ocorridas na edição de 2011. Apesar do forte caráter liberal e pró-mercado das falas reproduzidas no Fórum da Liberdade, há espaço para a disseminação de valores conservadores e moralistas. Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino, por exemplo, são figuras recorrentes no evento, tendo os dois palestrado, respectivamente, cinco e seis vezes entre as edições de 1988 e 2018 (VIDAL; LOPEZ; BRUM, 2020).

Em sua longa exposição no ano de 2014, no painel sobre educação, Constantino (2014, <<https://www.youtube.com/watch?v=31dAZh2oDUc&t=4004s>>) fez contundente aceno às pautas defendidas pelo ESP, apesar de não citar os nomes do movimento ou de Nagib. O começo de sua fala teve a defesa de menos Estado na educação e reiterados ataques a docentes e sua “máfia sindical”, que visam seus próprios interesses e impõe uma mentalidade coletivista no Brasil. Em seguida, desmereceu a política de cotas raciais, que segundo ele fere a democracia, fomenta o racismo e deturpa o conceito de meritocracia. Também se posicionou a favor da adoção do sistema de *vouchers*, que seria propositivo para concentrar na família o poder de escolha da escola. Para introduzir o principal argumento de sua apresentação, Constantino pontuou a necessidade de atacar a faceta cultural do Estado, “esse mito que o Estado é um ser clarividente, onisciente, abnegado, altruísta que vai cuidar de todos nós”. Como ponto alto de sua fala, o jornalista coloca a doutrinação ideológica como epicentro dos problemas da má educação brasileira. Com o intuito de criar “robôs autômatos” que reproduzem uma ideologia “estatizante”, os docentes induzem estudantes universitários a estudarem Marx em demasia, seguindo a mentalidade gramsciana de dominação cultural. As vociferações raivosas continuaram, tendo Paulo Freire como alvo, que seria o responsável por levar o marxismo às salas de aula e que teria, graças à difusão internacional de seu pensamento, “exportado desgraça mundo a fora”. Entre ataques a minorias e à comunidade acadêmica, o presidente do IL encerra sua fala com a seguinte bravata: “O Brasil está mais distante de uma boa educação liberal do que Plutão da Terra”, e é ovacionado pela plateia em seguida.

#### 4.2.9 Considerações sobre as análises

A Atlas Network foi fundada para ser importante ator global na difusão do neoliberalismo por meio da formação, incentivo e sustento institucional e ideológico da sua rede de *think tanks*.

---

tornando-se uma empresa com mais de um milhão de alunos e de quase 25 bilhões de reais em valor de mercado. Informações disponíveis em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/07/fusao-da-anhanguera-e-kroton-cria-17-maior-empresa-da-bovespa.html>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Seu perene esforço para o espalhamento da racionalidade neoliberal contribui para a transformação de sujeitos e instituições aos moldes empresariais, “preparando o solo” para a emergência e fortalecimento de iniciativas que auxiliem nesse amplo esforço em prol da filosofia de mercado. Suas formas de atuação, a partir dos *think tanks* a ela vinculados, são diversas e abarcam variadas temáticas, perspectivas morais e distintos atores. Essa relativa diversidade constituinte da rede Atlas pode reproduzir alguns conflitos internos e uma percebida incoerência ideológica, mas são elementos próprios de uma dinâmica rede de relações que se mobiliza, em primazia, para o espalhamento da racionalidade neoliberal. As vinculações entre a rede Atlas no Brasil e o ESP são exemplos do esforço para o fortalecimento de sua rede e disseminação de valores neoliberais por diversas frentes de atuação. Dessa forma, a partir das análises realizadas pôde-se evidenciar que a rede Atlas mobiliza internacionalmente discursos e práticas que se assemelham às pautas formas de ação reproduzidas pelo ESP. Há solo fértil na rede Atlas para a emergência de discursos conservadores a respeito da temática educacional Também foi possível expor as diversas formas de interação entre a rede Atlas no Brasil e o ESP, constatando-se que o apoio ao movimento não é unanimidade entre os *think tanks*. Foram percebidas diversas críticas ao movimento por suas pautas, perspectivas conservadoras e ímpeto censorador. Ao mesmo tempo, foram evidenciados acenos positivos ao ESP, suas defesas e a existência de relações institucionais entre o movimento e o IL, Imil, Mises Brasil, IEE e MBL. Ressalta-se a importância do “Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a liberdade”, no qual o ESP junto a esses *think tanks* e representantes da própria Atlas Network se reuniram para discutir estratégias coletivas de difusão do liberalismo no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar como se relacionam os *think tanks* pró-mercado da Atlas Network no Brasil com o movimento educacional conservador ESP. As análises conduzidas possibilitaram o reconhecimento de variadas formas pelas quais o movimento se relaciona com alguns dos *think tanks* da rede Atlas no Brasil. As buscas tiveram como foco possíveis relações institucionais entre o ESP e alguns destes *think tanks* e o que essas instituições e seus membros mobilizaram de conhecimento sobre o ESP. As relações institucionais são entendidas como: a promoção de ações em conjunto; a vinculação de algum membro do movimento a algum *think tank*; a divulgação do movimento, suas pautas e ações por algum *think tank*; as iniciativas para o fortalecimento político do movimento por parte dos *think tanks*. Entende-se por mobilização de conhecimento a produção ou divulgação de conteúdo escrito, de áudio ou vídeo que trate sobre o movimento, suas pautas e ações. Dentre as 15 organizações brasileiras institucionalmente interligadas à Atlas Network, oito foram percebidas como atores que mantiveram relações institucionais com o ESP e/ou mobilizaram conhecimento a seu respeito.

O IL, Imil, MBL, Mises Brasil e IEE mantiveram percebidas relações institucionais construídas com o ESP. Somadas a essas cinco organizações, foram reconhecidas relações institucionais entre o ESP e o ILB e Ordem Livre, atualmente inoperantes. Como evidenciado, o MBL não é um *think tank* e não compõe oficialmente o grupo de 15 organizações da Atlas no Brasil, mas é o braço do SFLB para uma mobilização política mais incisiva, transcendendo os limites característicos de um *think tank* enquanto instituição fronteiriça.

As relações entre o ESP e o IL remetem à própria criação do movimento, no início dos anos 2000, a partir de articulação entre membros do antigo ILB. Penna e Salles (2017) não evidenciam que o movimento foi constituído por meio de uma ação institucional promovida pelo ILB, mas que a rede de relações de seus membros possibilitou o surgimento do ESP. Essa pequena rede de relações, que se encontrava inserida na ampla rede da Atlas Network, se mobilizou estrategicamente para criar o movimento e lutar pela difusão de suas pautas. O ILB foi solo fértil para o desenvolvimento ideológico e institucional do ESP.

Nagib, liderança nacional reconhecida do ESP, esteve vinculado ao Imil como articulista e mantenedor entre os anos de 2009 e 2013. Ao longo desse período, o criador do ESP produziu

alguns artigos de opinião sobre a temática educacional que foram divulgados pelo *think tank*. Por meio dessa relação de pertencimento institucional, o ESP adotou alguns discursos afinados à lógica neoliberal e alçou esferas mais amplas de influência política e econômica. O Imil, por sua vez, ampliou suas formas de influência sobre a política nacional, especificamente no campo educativo, ao dar voz e espaço institucional ao ESP e seu ascendente discurso conservador.

Apesar de não nutrir percebidas relações institucionais com o SFLB, o ESP manteve fortes vínculos com o MBL. O ESP foi adotado como importante pauta de mobilização política pelo MBL desde o início de sua movimentação pró-impeachment. Após a queda de Rousseff, o MBL intensificou esforços para a promoção nacional do ESP por meio de grande campanha para a proposição de PLs. Os membros desse movimento liberal também fomentaram ações e discursos em sintonia com as pautas do movimento educativo, como forma de se conectarem a públicos mais conservadores e moralistas.

O Instituto Mises Brasil deu espaço a Nagib e Pôrto em seu programa de podcasts para que defendessem as propostas políticas do movimento e difundissem diretamente suas pautas. O IEE contou com a participação de Nagib em dois eventos formativos para seus membros, um em 2009 e outro em 2015 aonde foram debatidas as temáticas da doutrinação ideológica em sala de aula e ataques ao direito dos pais em controlar a educação moral de seus filhos. Membros dessas duas instituições, juntos aos do Imil, IL, ESP e da própria Atlas Network participaram do “Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a liberdade”, promovido pelo Instituto Ordem Livre em 2009. O encontro teve o objetivo de traçar estratégias para a promoção do liberalismo no Brasil, no qual os membros das instituições participantes passaram por processos formativos, debateram e construíram planos de ação em conjunto, ampliando seus contatos e relações.

A realização do “Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a liberdade” é importante evidência que coloca o ESP como ator imbricado nas movimentações políticas da rede Atlas. Com sua participação, o movimento se propôs a atuar de forma estratégica e coordenada, junto às outras instituições participantes do evento, para a difusão da racionalidade neoliberal no país. O movimento foi, de fato, um dos nodos da rede Atlas no Brasil para a condução de seus objetivos e fortalecimento de seus parceiros e ideais. Em uma lógica de favorecimento mútuo, o ESP representou uma nova pauta às instituições brasileiras da rede Atlas no campo das políticas educacionais, possibilitando que estes *think tanks* promovessem novas formas de



influir no cenário político em prol de seus interesses. Em contrapartida, o ESP adequou algumas de suas pautas para que fosse mais bem aceito nos meios liberais e, assim, promovido com mais facilidade por parte desses mesmos *think tanks*.

Fortalecer, promover e defender o ESP se tornaram elementos de uma estratégia de ação política organizada por parte de alguns *think tanks* da rede Atlas no Brasil. Essa estratégia se sustentou na lógica de favorecimento mútuo, pela qual apoiar institucionalmente o movimento se reverberava em formas de fortalecer as novas pautas capitaneadas por esses *think tanks*, a fim de influenciar o cenário educacional. Constatar que o endosso ao ESP se estruturou enquanto plano de ação por parte de alguns *think tanks* brasileiros da rede Atlas para fortalecimento próprio não implica na existência de uma diretriz institucional delimitada pela Atlas Network. Ao longo da pesquisa netnográfica, não foram encontradas evidências de delimitações institucionais verticais (da Atlas Network para sua rede no Brasil) ou originadas na própria rede nacional impondo a necessidade de apoio institucional ao movimento. A diversidade entre os *think tanks* da Atlas no Brasil e o direcionamento de críticas ao ESP corroboram a percepção de que essa estratégia de apoio institucional ao movimento se deu de forma relativamente orgânica, construída a partir das relações firmadas no antigo ILB e, principalmente, por instituições que participaram do “Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a liberdade”. Vale ressaltar que o Instituto Ordem Livre manteve muitas relações institucionais e de pessoal com o SFLB/MBL, que seriam fundados após a ocorrência do evento. A ausência de mais informações sobre o encontro ou outros documentos que evidenciem de forma precisa a natureza das relações entre o ESP e esses *think tanks* limita as análises construídas nessa dissertação.

A estratégia de alguns dos *think tanks* de endossar o ESP e suas pautas pode ser lida a partir da perspectiva de Brown (2006) sobre o solo neoliberal sustentando a emergência neoconservadora. Essa leitura das relações entre o movimento e a rede de *think tanks* implica na percepção de entrelaces propositivos, mas também evidencia a existência de conflitos e perspectivas antagônicas entre as racionalidades, além de outras nuances que trazem maior complexidade a essas relações. Esses conflitos e acenos entre as perspectivas neoliberal e neoconservadora se constituem como importantes características dos conhecimentos mobilizados sobre o ESP pelos *think tanks* da rede Atlas.

Os oito *think tanks* brasileiros da rede Atlas analisados mobilizaram conhecimento a respeito do ESP. De forma geral, pôde-se evidenciar que o apoio ao movimento, suas pautas e formas

de atuação não são unanimidade entre as instituições da rede Atlas. O IL, Imil, SFLB/MBL, IEE, Mises Brasil e Instituto Liberdade, considerando as instituições membros a eles vinculados, mobilizaram conteúdos categorizados como “Posicionamento crítico ao ESP” e “Posicionamento favorável ao ESP”. O Ilisp e Livres mobilizaram conteúdos categorizados como “Posicionamento crítico ao ESP”. Contudo, essa variedade discursiva a respeito do ESP vai além de uma categorização dicotômica. Alguns conteúdos analisados reconhecem o papel vanguardista do ESP na denúncia à sistêmica doutrinação ideológica na educação brasileira, mas criticam suas formas de mobilização política. Outros entendem a atuação do ESP como importante, mas desaprovam suas perspectivas ideológicas e ideais preconceituosos. Foram percebidas muitas gradações nos posicionamentos dos *think tanks* sobre o ESP, inclusive com a reprodução de opiniões divergentes por parte de uma mesma instituição.

Uma crítica ao ESP recorrente entre os *think tanks* analisados é a respeito do papel centralizador que movimento confere à instituição estatal para coibir a doutrinação ideológica nas escolas. O controle discursivo proposto pelo ESP em seus inúmeros PLs se fundamenta em uma espécie de regulação conservadora, na qual seria atribuída ao Estado a capacidade cercear docentes e puni-los por suas ações tida como doutrinárias. Os argumentos contrários a esse intento centralizador de caráter conservador variam de acordo com os dados e *think tanks* analisados, sendo evidenciadas posições mais críticas à censura proposta pelo movimento, assim como opiniões limitadas ao desacordo quanto à centralidade conferida ao Estado. Muitas vezes colocada como oposta ao ESP, a pauta de educação/escola sem Estado – que nem sempre está diretamente associada ao movimento Educação sem Estado – circula internacionalmente pela rede Atlas e se estrutura como mais uma importante pauta de mobilização política promovida pela rede Atlas no campo educacional. Há a necessidade de estudos que abordem centralmente essa temática/movimento/iniciativa e como ela é articulada pela rede de *think tanks* neoliberais da Atlas Network.

Pautas relativas à doutrinação ideológica na educação, ideologia de gênero e educação sem Estado fluem globalmente pela rede Atlas há décadas. Os discursos propostos pelo ESP não representam uma novidade ideológica para essa rede internacional de relações. Entretanto a iniciativa política de se estruturar enquanto um movimento propagador de ideias conservadoras para o contexto educacional, no interior da rede Atlas no Brasil, foi uma estratégia vanguardista. O ESP representou essa nova frente de atuação e debate para os *think tanks* brasileiros da Atlas, mesmo na ausência de consenso sobre o movimento. A falta de unanimidade a respeito do ESP - tanto no apoio institucional, quanto na mobilização de

conhecimento – e a defesa de outras pautas e iniciativas são evidências do quão dinâmicas a Atlas Network e sua rede são para promover o espalhamento do neoliberalismo. Há espaço na rede Atlas para a defesa de um liberalismo mais progressista, assim como de perspectivas mais conservadoras que se atrelem a uma lógica liberal. Da mesma forma, há espaço para críticas e apoio ao ESP na rede Atlas, desde que os valores privatistas e de livre mercado e possam ser corroborados.

Por fim, as hipóteses levantadas na introdução dessa dissertação sobre a reprodução dos contrastes entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora nas relações entre o ESP e a rede Atlas se aproximam das evidências encontradas. Inicialmente considerou-se que as incongruências inerentes à relação entre o neoliberalismo e neoconservadorismo tenderiam a se reproduzir no interior da rede Atlas, o que contribuiria para a falta de consenso sobre o movimento, assim como inconstâncias sobre o fortalecimento deste enquanto estratégia política de difusão ideológica. De fato, não há um consenso entre os *think tanks* da Atlas a respeito do ESP, assim como os posicionamentos contraditórios sobre o movimento se sustentam em críticas sob uma ótica liberal, e apoio por uma lógica conservadora. Entretanto esses desencontros teóricos são elementos consequentes de uma ampla estratégia da Atlas Network para a constante promoção do neoliberalismo em escala global. E o “uso” do ESP como estratégia política também não se firma enquanto unanimidade na rede Atlas no Brasil, mas compõe parte de seu difuso repertório estratégico. A atuação da Atlas Network e sua rede no campo educacional, para além das relações com o ESP, é um importante fenômeno político que demanda mais estudos para o aprofundamento de sua compreensão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A; NATAL, G; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 34-40, 2008.
- ANDERSON, G; CRUZ, P; LÓPEZ, A. New Governance and New Knowledge Brokers: Think Tanks and Universities as Boundary Organizations. **Peabody Journal of Education**, n. 92, p. 4-15, 2017.
- APPLE, M. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- APPLE, M. **Official knowledge**. New York: Routledge, 1993.
- APPLE, M. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- APPLE, M. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- APPLE, M. **Produzindo diferença**: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, Brasília, vol. 21, n. 46, p. 606-644, 2015.
- AQUINO, R. **A ideologia do Escola Sem Partido**. Movimento Liberdade para Educar, 24 abr. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3dKZJx1>>. Acesso em: 08 nov. 2020.
- AUGUSTO, M. H. **A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados**: o desafio da inspeção escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 279. 2010.
- AVELAR, M; BALL, S. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, n. 64, p. 65–73, 2017.
- BAGGIO, K. **Conexões ultraliberais nas Américas**: o *think tank* norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. *In: Encontro Internacional da ANPHLAC*, 12. Anais [...]. p. 1-26. Campo Grande, 2016.
- BALIERO, F. F. **“Não se meta com meus filhos”**: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Campinas: Cad. Pagu, n. 53, p. 1-15, 2018.
- BALL, S. New states, new governance and new education policy. *In: APPLE, M; BALL, S; GANDIN, L (Ed.). The Routledge international handbook of the sociology of education*. New York: Routledge, 2010. p. 155-166.
- BALL, S. **Global education Inc.**: New policy networks and the neo-liberal imaginary. London; New York: Routledge, 2012.
- BALL, S. Following policy: Networks, network ethnography and education policy mobilities. **Journal of Education Policy**, 31(5), p. 549-566, 2016.
- BARROSO, J. Regulação e desregulação nas políticas públicas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. *In: BARROSO, J. (Org.). A Escola Pública: Regulação, Desregulação, Privatização*. Porto: Edições ASA, 2003. p. 19-48.

BARROSO, J. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, 2005.

BARROSO, J. **O Estado e a educação**: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, J. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação**: espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: Educa, 2006. p. 41-70.

BARROSO, J. A utilização do conhecimento em política: o caso da gestão escolar em Portugal. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 987-1007, 2009.

BRASIL. Congresso. Câmara. **Projeto de Lei 246, de 2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara. **Projeto de Lei 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF. 2015.

BROWN, W. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and DeDemocratization. **Political Theory**, vol. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

BROWN, W. **Undoing the Demos**: Neoliberalism’s Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

BROWN, W. Hoje em dia, somos todos democratas. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 291-302, 2018.

CARVALHO, L. M.; COSTA, E. The praise of mutual-surveillance in Europe. In: DEROUET, J.; NORMAND, R. (Orgs.). **A European Politics of Education**: Perspectives from sociology, policy studies and politics. Abingdon: Routledge, 2017. p. 1-12.

CARVALHO, L. M.; VISEU, S.; GONÇALVES, C. Novos atores intermediários na regulação da educação em Portugal. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 27, n. 53, p. 30-42, 2018.

CARVALHO, L. M.; VISEU, S.; GONÇALVES, C. Bridging worlds and spreading light: Intermediary actors and the translation of knowledge for policy in Portugal. In: PETERSON, D.; MOLSTAD, C. (Orgs.). **Numbers and Knowledge in Education**: New Practices of Comparison, Quantification and Expertise. Abingdon: Routledge, 2019. p. 111-126.

CARVALHO, O. **A Nova Era e a Revolução Cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 3. ed. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1996.

CARVALHO, O. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, O. **Marxismo, Direito e Sociedade – Parte II**. Olavo de Carvalho, 2003. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/marxismo-direito-e-sociedade-parte-ii/>>. Acesso em: 03 out. 2020.

CASIMIRO, F. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGU, E. (Org.). **O Ódio como Política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 42-47.

CÉSAR, M; DUARTE, A. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p.141-155, 2017.

COLOMBO, L. **A FRENTE LIBERAL-ULTRACONSERVADORA NO BRASIL – Reflexões sobre e para além do movimento Escola Sem Partido**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2018.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação?”. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELCOURT, L. Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20 n. 36, p. 126-139, 2016.

DJELIC, M. Building an architecture for political influence: Atlas and the transnational institutionalization of the neoliberal think tank. In: GARSTEN, C; SÖRBOM, A (Orgs.). **Power, Policy and Profit**: Corporate Engagement in Politics and Governance. Edward Elgar Publishing, 2017. p. 25-44.

DURHAM, M; POWER, M. Transnational Conservatism: The New Right, Neoconservatism, and Cold War Anti-Communism. In: DURHAM, M; POWER, M. (Ed.). *New Perspectives on the Transnational Right*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 133-148.

DUPRIEZ, V. Teoria da regulação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

DUPRIEZ, V; MAROY, C. Regulation in school systems: A theoretical analysis of the structural framework of the school system in French-speaking Belgium. **Journal of Education Policy**, vol. 18, n. 4, p. 375–392, 2003.

ESPINOSA, B; QUEIROZ, F. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola “Sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2017. p. 49-62.

FELDFEBER, M. Reforma educativa y regulación estatal. Los docentes y las paradojas de la autonomía impulsada “por decreto”. In: FELDFEBER, M.; OLIVEIRA, D.A. **Políticas educativas y trabajo docente**: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas Argentina y México, 2006. p. 53-72.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: a esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “Sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2017. p. 17-34.

GREK, S. International Organisations and the Shared Construction of Policy ‘Problems’: Problematisation and Change in Education Governance in Europe. **European Educational Research Journal**, vol. 9, issue 3, p. 396-406, 2010.

HAUCK, J. *Think tanks*: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 197. 2015.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2010.

HAYEK, F. Os Intelectuais e o Socialismo. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, vol. V, n. 1 (Edição 9), p. 109-123, 2017.

IANNI, O. **O Ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1983.

JUNEMANN, C; BALL, S; SANTORI, D. On Network(ed) Ethnography in the Global Education Policyscape. In: BEACH, D.; BAGLEY, C; SILVA, S. (Orgs.). **The Wiley Handbook of Ethnography of Education**. Wiley-Blackwell, 2018. p. 455 – 478.

KATZ, E; MUTZ, A. **Construção de uma identidade docente desejável no discurso do movimento Escola Sem Partido**. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 118-129, 2018.

KORS, A; SILVERGATE, H. **The Shadow University: The Betrayal of Liberty on America’s Campuses**. Nova York: The Free Press, 1998.

KOVÁTS, E. **Questioning Consensuses: Right-Wing Populism, Anti-Populism, and the Threat of ‘Gender Ideology’**. Sociological Research Online, vol. 23 (2), p. 528-538, 2018.

KOZINETS, R. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LIMA, I; HYPOLITO, A. **Escola sem Partido**: análise de uma rede conservadora na educação. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015290, p. 1-17, 2020.

LESSARD, C. Regulação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

LUBIENSKI, C; SCOTT, J; DEBRAY, E. **The Rise of Intermediary Organizations in Knowledge Production, Advocacy, and Educational Policy**. Teachers College Record, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/31IGWgZ>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.

MACEDO, E. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-15, 2018.

MACHADO, M. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

MAROY, C. Regulação dos sistemas educativos. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MAROY, C. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. (Orgs.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 19-46, 2011a.

MAROY, C. Regulação dos sistemas educacionais. In: ZANTEN, A. V. (Org.). **Dicionário de Educação**. Petrópolis: Vozes, p. 688-693, 2011b.

MARQUEZ, A; LIMA, F. A nova cara da direita no Brasil: um estudo sobre o grupo político MBL - Movimento Brasil Livre. In: SIMPÓSIO DIREITAS BRASILEIRAS, 1., 2017, São Paulo. **Trabalhos apresentados**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. p. 1-22.

MEDVETZ, T. Think Tanks as an Emergent Field. **Social Science Research Council**, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3lwKRFl>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MEDVETZ, T. Murky power: “*Think tanks*” as boundary organizations. **Research in the Sociology of Organizations**, n. 34, p. 113–133, 2012.

MENDES, V; PERONI, V. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira. **Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 1, p. 65-88, 2020.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília v. 32, n. 3, p. 621-647, 2017.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, vol. 7, n. 3, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, R; CAMPANA, M. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico sexual contemporâneo. **Sociedade e Estado**, vol. 32, p. 725-747, 2017.

MOLL, R. **Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais**: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP. São Paulo, 2015.

NORMAND, R. Mercado, performance, accountability. Duas décadas de retórica reacionária na educação. **Revista Lusófona de Educação**, n. 11, p. 49-76, 2008.

OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, D.A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, 2005.

OLIVEIRA, D. A. Políticas conservadoras no contexto escolar e autonomia docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015335, p. 1-18, 2020.

PAIVA, M. Instituto Liberal. In: **Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009.



PAULINO, C. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do “professor doutrinador” e o projeto “Escola sem Partido”. **Revista Educere Et Educare**, vol. 13, n. 28, p. 1-24, 2018.

PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2017. p. 35-48.

PENNA, F; SALLES, D. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, A; LEAL, T (Orgs.). **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2017. p. 13-38.

PERONI, V; CAETANO, M; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, 2017.

POWER, M. Transnational, Conservative, Catholic, and Anti-Communist: Tradition, Family, and Property (TFP). In: DURHAM, M; POWER, M. (Ed.). **New Perspectives on the Transnational Right**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 85-106.

REIS, T. Gênero e LGBTfobia na educação. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20** autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 117-124.

REZENDE, L. IDEOLOGIA DE GÊNERO, TRABALHO DOCENTE E A REGULAÇÃO DA POLÍTICA EDUCATIVA NA AMÉRICA LATINA. In: **Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG**, 5., 2019, Belo Horizonte. Anais [...]. p. 1-21.

REZENDE, L; VIEIRA, L. As novas formas de controle sobre o trabalho e identidade docentes: da base neoliberal para a emergência conservadora. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE LA RED KIPUS: Políticas en la formación inicial y continua para la educación básica y superior frente a los actuales desafíos, 9. Lima, Peru. **Cuaderno de ponencias y experiências** [...]. p. 512-525, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Projeto de Lei 190, de 2015**. Instituí, no âmbito do sistema estadual de ensino, o “Programa Escola sem Partido”. Porto Alegre, RS. 2015.

ROCHA, C. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, S; KAYSEL, A; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

ROCHA, D. Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. **Sociologias Plurais**, v. 6, n. 1, p. 61-86, 2020.

RODRIGUES, C; PUCCI, B; PADILHA, A. O que move o movimento escola sem partido?. **Comunicações**, Piracicaba, v. 24, n. 2, p. 267-282, 2017.

ROMANCINI, R. “Vamos tirar a educação do vermelho”: o Escola Sem Partido nas redes digitais. **E-compós**, Brasília, v.21, n.1, 2018.

SALLES, D. As bases do conceito de “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido na obra de Nelson Lehmann da Silva. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasília/DF, 2017.

SALLES, D. **Criando a doença para vender a cura: o discurso da “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 147, 2019.

SANTOS, R. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 118-134, 2018.

SAVAGE, G. *Think tanks*, education and elite policy actors. **Australian Educational Researcher**, v. 43, n. 1, p. 35-53, 2016.

SELLAR, S; LINGARD, B. The OECD and the expansion of PISA: new global modes of governance in education. **British Educational Research Journal**, vol. 40, issue 6, p. 917-936, 2014.

SILVA, E. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). **Conversas & Controvérsias**, v. 5, n. 1, p.75-95, 2018.

SILVA, N. L. **A Religião Civil do Estado Moderno**. 2ª ed. Campinas: Vide Editorial, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Disforia de Gênero. **Guia Prático de Atualização**, n. 4, p. 1-17, 2017.

STONE, D. Garbage Cans, Recycling Bins or Think Tanks? Three Myths about Policy Institutes. **Public Administration**, vol. 85, n. 2, p. 259-278, 2007.

TAFFAREL, C; NEVES, M. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, vol. 4, n. 2, p.310-329, 2019.

THOMPSON, G; SAVAGE, G; LINGARD, B. Introduction: Think tanks, edu-businesses and education policy: issues of evidence, expertise and influence. **Australian Educational Researcher**, v. 43, n. 1, p. 1-13, 2016.

TREVISAN, J. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2016.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. **2019 Global Go to Think Tank Index Report**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2EKcdXQ>><https://bit.ly/2EKcdXQ>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VERGER, A. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2019.

VIDAL, C; LOPEZ, J; BRUM, L. The Power of Ideas: The Fórum da Liberdade, 1988-2018. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 55-79, 2020.

WISEU, S; CARVALHO, L. M. Think Tanks, Policy Networks and Education Governance: The Emergence of New Intra-national Spaces of Policy in Portugal. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, n. 108, p. 1-26, 2018.

XIMENES, S. O que o Direito à Educação tem a dizer sobre “Escola sem Partido”. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.

## REFERÊNCIAS DA PESQUISA *ONLINE*

ALDRICH-MOODIE, B; KWONG, J. **Environmental Education**. Londres: IEA, 1997. Disponível em: <<https://iea.org.uk/publications/research/environmental-education>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AMARAL, M. **A nova roupa da direita**. Agência Pública, 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ATLAS NETWORK. **Become a Partner**. Atlas Network, [201-?]a. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/page/become-a-partner>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ATLAS NETWORK. **Fábio Ostermann**. Atlas Network, [201-?]b. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/about/people/fabio-ostermann>>. 05 fev. 2021.

ATLAS NETWORK. **Our Story**. Atlas Network, [201-?]c. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ATLAS NETWORK. **Thank you from our partners**. Atlas Network, [201-?]d. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/donate/planned-giving>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ATLAS NETWORK. **New book exposes left-wing bias in higher education**. Atlas Network, 2015a. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/new-book-exposes-left-wing-bias-in-higher-education>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ATLAS NETWORK. **Students For Liberty plays strong role in free Brazil movement**. Atlas Network, 2015b. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>. Acesso em 18 dez. 2020.

ATLAS NETWORK. **"A socialist school system will always inculcate socialist ideals and a free-market school system will inculcate free-market ideals...It's when we [liberate education] that we will get freedom for our generation" @OverstockCEO in the #ToastToFreedom at #LFFD18**. 09 nov. 2018a. Twitter: @AtlasNetwork. Disponível em: <<https://twitter.com/AtlasNetwork/status/1060726550373560320>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ATLAS NETWORK. **Students For Liberty Brasil's state conferences host 2,300 attendees**. Atlas Network, 2018b. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-brasils-state-conferences-host-2300-attendees>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

ATLAS NETWORK. **"Every bit of education our students receive is filled with Marxism." Mercedes Colombres of Libertad y Progreso, Argentina pitches Wikipedia fact-checking squad to limit the lies about the liberty movement @mercolombres @liberyprogre #ForoLibertadLF19**. 28 jun. 2019. Twitter: @AtlasNetwork. Disponível em: <<https://twitter.com/AtlasNetwork/status/1144665171752902658>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ATLAS NETWORK. **Global Directory**. Atlas Network, [2021]a. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ATLAS NETWORK. **Jobs & internships**. Atlas Network, 2021b. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/about/jobs#summer-2021-internships>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ATLAS NETWORK. **Global Directory**: Latin America and Caribbean: Brazil. Atlas Network, [2021]c. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ATLAS NETWORK. Liberty Forum & Freedom Dinner 2021. **Atlas Network**, 2021d. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/events/liberty-forum-freedom-dinner>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

AUGUSTO, F. Sim, a escola está destruindo gerações e causando estragos profundos. **Mises Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2786/sim-a-escola-esta-destruindo-geracoes-e-causando-estragos-profundos>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

AZEVEDO, R. Por uma escola sem partido. **VEJA**, 19 nov. 2008. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/por-uma-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

AZEVEDO, R. Guerra do petismo contra os valores da família. **Escola sem Partido**. 2012. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/guerra-do-petismo-contra-os-valores-da-familia/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

AZEVEDO, R. Reinaldo Azevedo: "Escola sem partido, vocês viraram uma milícia fascistóide". **Rádio BandNews FM**, 11 out. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N3Q3WoJ4rv8>>. Acesso em: 08 nov. 2020

BASÍLIO, A. Escola sem Partido intimida e persegue professores. **Carta Capital**, 02 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BASÍLIO, A. Belo Horizonte é a primeira capital a aprovar o Escola sem Partido. **Carta Capital**, 15 out. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/belo-horizonte-e-a-primeira-capital-a-aprovar-o-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BENDINELLI, T. "O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis". **El País**. 25 jun. 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html)>. Acesso em: 03 out. 2020.

BÍBLIA. N. T. Lucas. Português. **Bíblia Sagrada. Bíblica**. Nova Versão Internacional. Bible Gateway. Disponível em: <<https://www.biblegateway.com/passage/?search=Lucas%208&version=NVI-PT>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BOLETIM DA LIBERDADE. Joel Pinheiro responde Gregório e cita Libertycon em coluna na 'Folha'. **Boletem da Liberdade**. 17 out. 2017. Disponível em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/10/17/joel-pinheiro-responde-gregorio-e-cita-libertycon-em-coluna-na-folha/>>. Acesso em 26 dez. 2020.

BOLSONARO, J. **O caminho da prosperidade**: Proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: <[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BORDIN, R. Escola Sem Estado é melhor do que Escola Sem Partido: será mesmo?. **IL**, 2018. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/escola-sem-estado-e-melhor-do-que-escola-sem-partido-sera-mesmo/>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

BORGES, A. Qual a solução para o “Escola sem Partido”? **IL**, 2017. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/qual-a-solucao-para-o-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

CAETANO, C. Alunos liberais e libertários desafiam professores esquerdistas e ensinam ideias de liberdade. **Ilisp**, 2017. Disponível em: <<http://www.ilisp.org/noticias/alunos-liberais-e-libertarios-desafiam-professores-esquerdistas-e-ensinam-ideias-de-liberdade/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CANOFRE, F. Damares anuncia canal de denúncias para questões contra moral, religião e ética nas escolas. **Folha de São Paulo**. Belo Horizonte, 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/damares-anuncia-canal-de-denuncias-para-questoes-contra-moral-religiao-e-etica-nas-escolas.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CARVALHO, O. **O estupro intelectual da infância**. Olavo de Carvalho, 2003. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20170512230622/http://www.olavodecarvalho.org:80/convidados/mnagib.htm>>. Acesso em 02 abr. 2021.

CARVALHO, O. **Some lectures delivered in the U.S.**. Olavo de Carvalho, 2005. Disponível em: <<http://old.olavodecarvalho.org/english/7Lectures-delivered-in-US.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CARVALHO, O. **Saindo do exílio**. Olavo de Carvalho, 2006. Disponível em: <<https://olavodecarvalho.org/saindo-do-exilio/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CARVALHO, O. **Foi nos anos 80 do século passado que o prof. Nelson Lehmann da Silva (o já falecido autor do primeiro livro brasileiro sobre Eric Voegelin) começou a denunciar os livros didáticos recheados de propaganda comunista. A reação, foi, como sempre, "Exagero! Alarmismo! Teoria da conspiração! Saudades da Guerra Fria!". Mesmíssima resposta quando, inspirado no Lehmann, o promotor Miguel Nagib criou o "Escola Sem Partido". Agora, quando esse bocó-de-mola do Marco Antonio Villa descobre a coisa com trinta e cinco anos de atraso -- e a descobre só quando o empreendimento saltou do plano da ação para o das normas legais --, vira o herozinho cultural do dia.** 11 jan. 2016a. Facebook: Olavo de Carvalho. Disponível em: <<https://www.facebook.com/olavo.decarvalho/posts/10153826982267192>>. Acesso em: 16 out. 2020.

CARVALHO, O. Olavo de Carvalho fala sobre o Escola sem Partido. **Secret Science**, 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kwEclvTtF7E&t=12s>>. Acesso em: 12 out. 2020.

CARVALHO, O. **Aviso ao Escola Sem Partido**. Olavo de Carvalho, [2018]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk>>. Acesso em: 03 out. 2020.

CASTRO, G. MBL fará marcha pelo Escola Sem Partido em todo o país. **Gazeta do Povo**, 08 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mbf-fara-marcha->

pelo-escola-sem-partido-em-todo-o-pais-4i3elisi28qrft1bzodr5yl1l/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CENTRO MACKENZIE DE LIBERDADE ECONÔMICA. Com Anamaria Camargo, educação é o tema do 5º podcast do CMLE. **CMLE**, 2019. Disponível em: <<https://www.mackenzie.br/es/noticias/artigo/n/a/i/com-anamaria-camargo-educacao-e-o-tema-do-5-podcast-do-cmle>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

CHAFUEN, A. **Like Soviet tyranny, Cuban dictators invest in indoctrination & call it "education" @NTN24 @andrebernal26 paid athletes & call it sports**. 22 ago. 2016. Twitter: @Chafuen. Disponível em: <<https://twitter.com/Chafuen/status/767897800394670080>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CHAFUEN, A. The New Brazil: Philosophical Divisions Should Not Hinder Bolsonaro's Free Society Agenda. **Forbes**, 19 fev. 2019a. Disponível em: <<https://bit.ly/3uivxZA>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

CHAFUEN, A. **The statist indoctrination in Argentina reaches extreme levels. This piece about one of the greatest free-market champions of the Argentine founding just mentions his support for townhall provided education**. Today in @clarincom. 09 jun. 2019b. Twitter: @Chafuen. Disponível em: <<https://twitter.com/Chafuen/status/1137856075481436160>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

COELHO, L; ZANINI, F. Transformar os professores no problema da educação é errado, diz Fernando Holiday. **Folha de São Paulo**, 08 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/transformar-os-professores-no-problema-da-educacao-e-errado-diz-fernando-holiday.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CONGRESSO EM FOCO. Congresso tem 27 pautas de interesse do governo em 2020. **Congresso em Foco**, 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/congresso-tem-27-pautas-de-interesse-do-governo-em-2020/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CONSTANTINO, R. 27º Fórum da Liberdade -- Painel Educação | Eugenio Mussak, Chris Arnold e Rodrigo Constantino. **Fórum da Liberdade**, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=31dAZh2oDUc&t=4004s>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CONSTANTINO, R; NAGIB, M. **Professor não tem liberdade para doutrinar, diz Miguel Nagib**. Rodrigo Constantino, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fAeMvS>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

COSTA, D. Encontro OrdemLivre.org: Estratégias para a liberdade. **Ordem Livre**, 2009. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/encontro-ordemlivre-org-estrategias-para-a-liberdade>>. Acesso em: 28 out. 2020.

COSTA, R. Bolsonaro defende Weintraub e diz que Escola sem Partido está em operação. **Estado de Minas**, 18 dez. 2019. Disponível: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/18/interna\\_politica,1109094/bolsonaro-defende-weintraub-e-escola-sem-partido-em-operacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/18/interna_politica,1109094/bolsonaro-defende-weintraub-e-escola-sem-partido-em-operacao.shtml)>. Acesso em: 08 nov. 2020.

DIREITA DE VERDADE. **Juntos por uma escola livre sem doutrinação estamos juntos nessa Marcha pelo Escola sem Partido!**. 31 jul. 2017. Facebook: Direita de Verdade. Disponível em: <<https://bit.ly/31uNCyn>>. Acesso: 18 dez. 2020.

ELY, E. Vida Social: **Política e ideologia**. **Jornal do Comércio**, 23 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=13001>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ERNESTO, M. Bolsonaro condena 'kit gay', tenta expor material na TV e é repreendido por William Bonner. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 ago. 2018. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/28/interna\\_politica,984245/bolsonaro-condena-kit-gay-tenta-expor-material-na-tv-e-e-repreendid.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/28/interna_politica,984245/bolsonaro-condena-kit-gay-tenta-expor-material-na-tv-e-e-repreendid.shtml)>. Acesso em: 08 nov. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Flagrando o Doutrinador. **Escola sem Partido**, 2012a. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/flagrando-o-doutrinador/>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Planeje sua denúncia. **Escola sem Partido**, 2012b. Disponível em: <<https://escolasempartido.org/blog/planeje-sua-denuncia>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Elite globalista, partidos e ONGs de esquerda unidos na defesa da doutrinação nas escolas. Confira:** <<https://goo.gl/n5BRuu>>. 19 abr. 2017. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/854534775838789632>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **A FAVOR DO ESCOLA SEM PARTIDO, SÓ EXISTE UM CANDIDATO COM CHANCES DE VENCER: JAIR BOLSONARO. Se forem eleitos, Ciro, Marina, Alckmin e Haddad - o pai do "kit gay" - NADA FARÃO para impedir o uso do sistema de ensino para fins de propaganda ideológica, política e partidária.** 11 set. 2018a. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1039503341259317248>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Até agora, Jair Bolsonaro é o único candidato a Presidente da República a se comprometer publicamente com a aprovação do Escola sem Partido e o combate à ideologia de gênero.** 10 ago. 2018b. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1028007495988600833>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR Por que o MEC do Presidente @jairbolsonaro ainda não criou uma comissão para investigar o uso criminoso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária nos últimos 30 anos?.** 12 jul. 2019a. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1149866516235661312>>. Acesso em 11 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Barroso e Fachin gostam de posar de iluministas, paladinos da Ciência. Mas não sabem, fingem ã saber ou acham q não sabemos a diferença entre o estudo científico das questões de gênero e a catequese obrigatória de crianças e adolescentes segundo os dogmas da ideologia de gênero.** 24 dez. 2019b. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1209471755322056706>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **É aí que entram em cena os profissionais da militância e do aliciamento. Como bactérias oportunistas, eles se aproveitam dessa vulnerabilidade dos alunos, p/transformar todas as aulas em agradáveis “rodas de conversa”. O problema é**

**que no PISA não tem roda de conversa...** 03 dez. 2019c. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1202027533144936448>>. Acesso em: 09 out. 2020.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Escola sem Partido segue firme, mais forte do que nunca.** 01 ago. 2019d. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1157097674740510725?s=20>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Plano do MEC p/os próximos 3 anos e 5 meses ã diz uma palavra s/combate à doutrinação e à ideologia de gênero nas escolas, promessa solene de @jairbolsonaro na campanha. Atenção! Não se trata de cobrar o governo pelo q ainda ã fez, mas pelo q ele diz q vai fazer daqui p/frente.** 12 jul. 2019e. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1149683078333370368>>. Acesso em 11 out. 2020.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Por absoluta falta de apoio, suspenderemos nossas atividades neste perfil a partir de 1º de agosto. Daí p/frente, denúncias, pedidos de socorro e orientação deverão ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos q se elegeram com a bandeira do ESP.** 16 jul. 2019f. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1151270755813994498>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Quer uma dica pra saber se tem algum militante disfarçado de professor dando aula pro seu filho? Acompanhe as postagens dos professores dele nas redes sociais.** 09 abr. 2019g. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1115717744027160576>>. Acesso em: 09 out. 2020.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Entrevista do advogado Miguel Nagib, fundador do ESP, ao jornal Metrôpoles (junho/2019). Escola sem Partido,** 2020a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m1Cu7DHXNNc&t=7s>>. Acesso em: 09 out. 2020.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Escola com Partido.** 25 abr. 2020b. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1254225450634743808>>. Acesso em 11 out. 2020.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Graças ao trabalho solitário do ESP — e não de qualquer entidade governamental ou não governamental ligada à área da educação —, a sociedade brasileira foi alertada para o grave e sistêmico problema da doutrinação ideológica, política e partidária nas escolas e universidades.** 06 jun. 2020c. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1269265404792315909>>. Acesso em: 09 out. 2020.

**ESCOLA SEM PARTIDO. Uma de duas: ☹ ou os Ministros do STF acreditam que as crianças do ensino fundamental (que mal sabem ler) estão preparadas p/entender e discutir questões de gênero — um dos temas mais controversos da atualidade nas áreas da biologia, medicina, psicologia, antropologia etc. —.** 25 abr. 2020d. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1254164450338394119>>. Acesso em: 12 out. 2020.



ESCOLA SEM PARTIDO. **7/2020 é ano de eleições. Os políticos de direita provavelmente voltarão a falar em Escola sem Partido. Oportunismo? Não importa! O que importa é que, ao bater nesse tecla, eles contribuem p/conscientizar a população. Mas é pouco. Precisamos ir além. As sanguessugas ã descansam.** 08 jan. 2020e. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1215034993812094977>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [Pesquisa ao termo “Gramsci”]. **Escola sem Partido**, [2020]a. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/?s=gramsci>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [Pesquisa ao termo “Hayek”]. **Escola sem Partido**, [2020]b. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/?s=hayek>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [Pesquisa ao termo “Olavo”]. **Escola sem Partido**, [2020]c. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/?s=olavo>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Programa Escola sem Partido – Perguntas Frequentes. **Escola sem Partido**, [201-?]a. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 11 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [Síndrome de Estocolmo]. **Escola sem Partido**, [201-?]b. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/category/sindrome-de-estocolmo/>>. Acesso em: 11 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem somos. **Escola sem Partido**, [200-?]. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 09 out. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO PORTUGAL. [Perfil da página Escola sem Partido Portugal]. [2020]. Facebook: **Escola sem Partido Portugal**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Escola-sem-Partido-Portugal-1906259409483832>>. Acesso em: 09 out. 2020.

FARIA, M. A solução para a educação não está nas cotas, na Escola do Estado ou na Escola Sem Partido. **Ilisp**, 2017. Disponível em: <<http://www.ilisp.org/artigos/a-solucao-para-a-educacao-nao-esta-nas-cotas-na-escola-do-estado-ou-na-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION. Education and Indoctrination. **FEE**, 2009. Disponível em: <<https://fee.org/resources/public-education-and-indoctrination>>. 06 fev. 2021.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION. History. **FEE**, [201-?]a. Disponível: <<https://fee.org/about#history>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION. Mission. **FEE**, [201-?]b. Disponível: <<https://fee.org/about>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION. Patrick Byrne. **FEE**, [20-?]c. Disponível em: <<https://fee.org/people/patrick-byrne>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION. Raphael Lima. **FEE**, [2017]. Disponível em: <<https://fee.org/people/raphael-lima>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION. Monterey Peninsula College: Ideological Litmus Loyalty Oath for Professors. **FIRE**, 2001. Disponível em: <<https://www.thefire.org/cases/monterey-peninsula-college-ideological-litmus-loyalty-oath-for-professors>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION. Frequently asked questions about case submissions. **FIRE**, [20-?]a. Disponível em: <<https://www.thefire.org/resources/submit-a-case/frequently-asked-questions-about-case-submissions>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION. Mission. **FIRE**, [20-?]b. Disponível em: <<https://www.thefire.org/about-us/mission>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION. Submit a case. **FIRE**, [20-?]c. Disponível em: <<https://www.thefire.org/resources/submit-a-case>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION. Cases. **FIRE**, [2020]a. Disponível em: <<https://www.thefire.org/cases/?limit=all>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION. FIRE's Spotlight Database. **FIRE**, [2020]b. Disponível em: <<https://www.thefire.org/resources/spotlight>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION. 2020 College Free Speech Rankings. **FIRE**, [2020]c. Disponível em: <<https://www.thefire.org/research/publications/student-surveys/2020-college-free-speech-rankings/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FREITAS, A. Você pode apoiar questões sociais e Estado mínimo ao mesmo tempo. **SFLB**, 2020. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/brazil/blog/voce-pode-apoiar-questoes-sociais-e-estado-minimo-ao-mesmo-tempo/>>. Acesso em 26 dez. 2020.

GARCIA, J. Ensino da Ditadura Militar nas Escolas...Gramscismo Puro. **Escola sem Partido**, 2013. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/ensino-da-ditadura-militar-nas-escolas-gramscismo-puro/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

GARSCHAGEN, B. Os radicais no poder e a reforma cultural em curso. **Ordem Livre**, 2012. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/os-radicais-no-poder-e-a-reforma-cultural-em-curso>>. Acesso em: 28 out. 2020.

GELLER, A. E se as escolas públicas fossem abolidas e as particulares não mais tivessem de seguir o MEC?. **Mises Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2628/e-se-as-escolas-publicas-fossem-abolidas-e-as-particulares-nao-mais-tivessem-de-seguir-o-mec>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GREENHUT, S. California's War on Homeschoolers. **FEE**, 2003. Disponível em: <<https://fee.org/articles/californias-war-on-homeschoolers/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

GZH. Câmara de Porto Alegre aprova projeto conhecido como Escola Sem Partido. **GZH**, 19 dez. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/12/camara-de-porto-alegre-aprova-projeto-conhecido-como-escola-sem-partido-ck4dhnpmz03hl01qh14tw5www.html>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

G1 DF. Integrantes do MBL fazem marcha até o Parque da Cidade, em Brasília. **G1**, 26 mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/05/integrantes-do-mbl-fazem-marcha-ate-o-parque-da-cidade-em-brasilia.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

HERITAGE FOUNDATION. What Washington Can Do to Protect Campus Free Speech. **Heritage Foundation**, 1991. Disponível em: <<https://www.heritage.org/education/report/what-washington-can-do-protect-campus-free-speech>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HERITAGE FOUNDATION. Mission. **Heritage Foundation**, [20-?]. Disponível em: <<https://www.heritage.org/about-heritage/mission>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HERITAGE FOUNDATION. Sexual Ideology Indoctrination: The Equality Act's Impact on School Curriculum and Parental Rights. **Heritage Foundation**, 2019. Disponível em: <<https://www.heritage.org/civil-society/report/sexual-ideology-indoctrination-the-equality-acts-impact-school-curriculum-and>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HOLIDAY, F. **Fiscalização surpresa nas escolas: de estrutura a doutrinação ideológica. Faça sua denúncia.** 03 abr. 2017. Facebook: Fernando Holiday. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fernandoholiday/videos/1867982330106591>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

HOLIDAY, F. **Holiday denuncia ideologia de gênero nas escolas municipais.** 04 set. 2018. Facebook: Fernando Holiday. Disponível em: <<https://www.facebook.com/fernandoholiday/videos/2117178711942557>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

HOLIDAY, F. **POR QUE SOU CONTRA AS COTAS RACIAIS?**. Fernando Holiday, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_I6SkjoiWz4](https://www.youtube.com/watch?v=_I6SkjoiWz4). Acesso em: 17 dez. 2020.

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS. Environmental Education. **IEA**, 1997. Disponível em: <<https://iea.org.uk/publications/research/environmental-education>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS. Education without the State. **IEA**, 1998. Disponível em: <<https://iea.org.uk/publications/research/education-without-the-state>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS. Liberate the education system from the interfering hand of the State. **IEA**, 2017. Disponível em: <<https://iea.org.uk/media/liberate-the-education-system-from-the-interfering-hand-of-the-state>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS. What we do. **IEA**, [20-?]. Disponível em: <<https://iea.org.uk/what-we-do/>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA. Fóruns. **ILB**, 2003. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20030201022429/http://www.forumnow.com/basic/foruns.asp?forum=51568>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

INSTITUTO LIBERAL. História. **IL**, [20-?]. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/historia-2>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

INSTITUTO LIBERAL. O pluralismo do projeto Escola sem Partido. **IL**, 2018. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-pluralismo-do-projeto-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

INSTITUTO LIBERAL. Blog do IL. **IL**, [2020]. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog-do-il/>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

INSTITUTO LIBERDADE. O Instituto. **Instituto Liberdade**, [20-?]. Disponível: <[https://www.institutoliberalidade.com.br/?fbclid=IwAR2te95SeDrjpcOTx2\\_HybwS7R3HGhv7GUGGJyXzGQufQHe3tWMiUGoSRQE](https://www.institutoliberalidade.com.br/?fbclid=IwAR2te95SeDrjpcOTx2_HybwS7R3HGhv7GUGGJyXzGQufQHe3tWMiUGoSRQE)>. Acesso: 13 jan. 2021.

INSTITUTO LIBERDADE. [Fala de Nivaldo Cordeiro]. **Instituto Liberdade**, 2014a. Disponível: <<https://m.facebook.com/institutoliberalidade/posts/10152715066551564>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

INSTITUTO LIBERDADE. ONG acusa "dominação de esquerda" nas salas de aula. **Escola Sem Partido e outras entidades acusam exames...** <http://fb.me/6mwEM4hAU>. 27 ago. 2014b. Twitter: @InstLiberdade. Disponível: <<https://twitter.com/InstLiberdade/status/504699645353029633>>. Acesso: 13 jan. 2021.

INSTITUTO MILLENIUM. Campanha contra a doutrinação ideológica nas escolas: [http://www.imil.org.br/blog/cartaz-antidoutrinacao-nas-escolas/](http://www.imil.org.br/blog/cartaz-antidoutrinacao-nas-escolas/#escolasempartido) #escolasempartido. 24 mai. 2010. Twitter: @instmillenium. Disponível em: <https://twitter.com/instmillenium/status/14643077692>. Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. "Têm as escolas o direito de dizer aos nossos filhos o que é 'a verdade' em matéria de moral?" Leia Miguel Nagib <http://imil.org.br/artigos/ptdireito-dos-pais-ou-estado/>. 31 jan. 2011. Twitter: @instmillenium. Disponível em: <<https://twitter.com/instmillenium/status/32038344829444096>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. Educação e desenvolvimento – a formação do capital humano no Brasil. **Instituto Millenium**, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3lyTDTt>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

INSTITUTO MISES BRASIL. Podcast 146 – Miguel Nagib. **Mises Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=358>>. Acesso em: 28 out. 2020.

INSTITUTO MISES BRASIL. Podcast 225 - Bráulio Porto (Jul 2016). **Mises Brasil**, 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=5\\_WXYXeqkLQ](https://www.youtube.com/watch?v=5_WXYXeqkLQ)>. 28 out. 2020.

INSTITUTO MISES BRASIL. Podcast 271 – Educação sem Estado Anamaria (Camargo). **Mises Brasil**, 2017a. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=9Ks1IIIjkVE&ab\\_channel=InstitutoMisesBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=9Ks1IIIjkVE&ab_channel=InstitutoMisesBrasil)>. Acesso em: 06 fev. 2021.

INSTITUTO MISES BRASIL. Podcast 291 - Educar é libertar (Anamaria Camargo e Giuliano Miotto). **Mises Brasil**, 2017b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uuHudwx0oIw>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

INSTITUTO ORDEM LIVRE. Quem somos. **Ordem Livre**, [201-?]. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/quem-somos>>. Acesso em: 29 out. 2020.

KATAGUIRI, K. A ideologia de gênero é um câncer para as crianças. **MBL**, [2017]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CD8hh85C9AI>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

KATAGUIRI, K. - **Legalização do homeschooling; - Escola Sem Partido; - Sistema de vouchers para educação; - Acabar com o monopólio de carteirinhas da UNE; - Direcionar o investimento em educação para o ensino básico; - Cobrança de mensalidade em universidades públicas para quem pode pagar..** 20 ago. 2018. Twitter: @KimKataguiiri. Disponível em: <<https://twitter.com/KimKataguiiri/status/1031524548192215040>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

KATAGUIRI, K. Kim Kataguiiri acaba com todos os argumentos contra o Escola sem Partido. **MBL**, [2018]. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=lgQo2gov\\_h4](https://www.youtube.com/watch?v=lgQo2gov_h4)>. Acesso em: 19 dez. 2020.

KORS, A. Sunlight Is the Best Disinfectant (Part 1,000). **FIRE**, 2005. Disponível em: <<https://www.thefire.org/sunlight-is-the-best-disinfectant-part-1000/>>. Acesso em: 15 dez. 2020

LAMB, J. Educação e Estado. **Jornal do Comércio**, 16 set. 2016. Disponível: <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2016/09/opiniaio/521416-educacao-e-estado.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/09/opiniaio/521416-educacao-e-estado.html)>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LASTE, M. A Moratória dos Cérebros. In: **Fórum da Liberdade**, 29., 2016, Porto Alegre. Série Pensamentos Liberais. Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais, 2016. p. [93-110]. Disponível em: <[https://www.forumdaliberdade.com.br/arquivos/Pensamentos\\_Miolo2\\_Final\\_EBOOK2.pdf](https://www.forumdaliberdade.com.br/arquivos/Pensamentos_Miolo2_Final_EBOOK2.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2021.

LEEF, G. The Trouble with Teacher Training. **FEE**, 2001. Disponível em: <<https://fee.org/articles/the-trouble-with-teacher-training/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

LEHMANN DA SILVA, N. Filosofia na Escola. **ILB**, 2001. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20070716181819/http://www.bsb.netium.com.br/inst.liberal/texto/texto49.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2020. a

LEHMANN DA SILVA, N. OLAVO DE CARVALHO, um inconveniente. **ILB**, 2001. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20070625230323/http://www.bsb.netium.com.br/inst.liberal/texto/texto43.htm>>. Acesso em: Acesso em: 07 dez. 2020. b

LEMONS, K. Holiday fiscaliza escolas e desagrada secretário. **Brasil Urgente**, 05 abr. 2017. Disponível em: <<https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000852530/holiday-fiscaliza-escolas-e-desagrada-secretario-.html>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

LIMA, R. Escola sem partido = Escola sem ESTADO. **Ideias Radicais**, [2015]. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2VQ54xumSFs&t=80s&ab\\_channel=IdeiasRadicais](https://www.youtube.com/watch?v=2VQ54xumSFs&t=80s&ab_channel=IdeiasRadicais)>. Acesso em: 26 dez. 2020.

LIMA, R. Como lidar com seu professor de esquerda. **Ideias Radicais**, [2016]a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ar1D2lxKmrs>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

LIMA, R. Escola sem Partido - Doutrinação nas Escolas. **Ideias Radicais**, [2016]b. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=ep8YQJHTgNI&t=42s>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

LIMA, R. Estudante? Liberal? Chega mais.... **Ideias Radicais**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UYWCILC-nc0>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

LIVRES. **Enquanto o Escola Sem Partido domina o debate sobre educação, problemas estruturais continuam no setor. Precisamos fugir do achismo e focar num debate público sério, baseado em evidências. Para isso, publicamos um diagnóstico da educação no Brasil.** 08 nov. 2018a. Twitter: @EuSouLivres. Disponível em: <<https://twitter.com/EuSouLivres/status/1060472546330587137>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LIVRES. **#EscolaLivre "É uma pena estarmos discutindo um projeto mal formulado, ineficaz, paranoico e obscurantista como o Escola Sem Partido quando há tantas brigas e iniciativas a serem compradas na educação".** Excelente coluna de @JoelPinheiro85. 13 nov. 2018b. Twitter: @EuSouLivres. Disponível em: <<https://twitter.com/EuSouLivres/status/1062412433212489729>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LIVRES. Leia o manifesto da Setorial LGBTI do Livres. **Livres**, 2020. Disponível em: <<https://www.eusoulivres.org/ideias/leia-o-manifesto-da-setorial-lgbti-do-livres/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

LIVRES. Nossa história. **Livres**, [201-?]a. Disponível em: <<https://www.eusoulivres.org/sobre/>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LIVRES. O que é o Livres?. **Livres**, [201-?]b. Disponível em: <<https://www.eusoulivres.org/sobre-o-livres>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LIVRES. Publicações. **Livres**, [201-?]c. Disponível em: <<https://www.eusoulivres.org/publicacoes/>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MASCARENHAS, G. Procurador e líder do movimento Escola sem Partido cotados para a Educação. **VEJA**, 30 out. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/procurador-e-lider-do-movimento-escola-sem-partido-cotados-para-a-educacao/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MELLO, S. Os crimes cometidos por quem pratica a Ideologia de Gênero. **Instituto Liberal**, 2017. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/sociedade/os-crimes-cometidos-por-quem-pratica-a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MOTA, E; CALIXTO, L. Escola Sem Partido deve voltar à pauta após reforma da Previdência. **Congresso em Foco**, 14 set. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/escola-sem-partido-deve-voltar-a-pauta-apos-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Propostas aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015. **MBL**, 2015. Disponível em: <<https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MUSEU DE MEMES. O que são memes?. **Museu de Memes**, [201-?]. Disponível em: <<https://www.museudememes.com.br/o-que-sao-memes/>>. Acesso em: 11 out. 2020.

NAGIB, M. **Carta ao Professor Iomar**. Olavo de Carvalho, 2003. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20170512230622/http://www.olavodecarvalho.org:80/convidados/mnagib.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

NAGIB, M. Miguel Nagib: "Escola sem Partido na Guerra Cultural". **Cart**, 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=n4N\\_7duOEwU&t=3338s](https://www.youtube.com/watch?v=n4N_7duOEwU&t=3338s)>. Acesso em: 09 out. 2020.

NARLOCH, L. Esquerda precisa dar resposta consistente ao Escola sem Partido. **Imil**, 2018. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/esquerda-precisa-dar-resposta-consistente-ao-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OCDE. PISA 2018: Insights and Interpretations. **OCDE**, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3k9exqs>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

OCDE. Who we are. **OCDE**, [201-?]. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

OSTERMANN, F. **Não sou um grande entusiasta do Escola Sem Partido. Acho que a grande virtude da iniciativa é promover um debate necessário sobre a excessiva ideologização do ensino. Mas não vejo o projeto como positivo para RESOLVER esse problema. O Joel Pinheiro da Fonseca resumizou bem alguns pontos que me fazem ser cético em relação à desejabilidade e até à viabilidade de um projeto como o ESP [...]**. 20 jul. 2016. Facebook: Fabio Ostermann. Disponível em: <<https://www.facebook.com/paginadofabio/posts/1792374577663146>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

OSTERMANN, F. [Biografia]. **Fábio Ostermann**, [201-?]. Disponível em: <<https://fabioostermann.com.br/biografia>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PINHEIRO, J. Escola sem partido ou sem debate?. **Exame**, 28 abr. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/blog/joel-pinheiro-da-fonseca/escola-sem-partido-ou-sem-debate/>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

PINHEIRO, J. Há doutrinação nas salas de aula?. **Folha de São Paulo**, 13 nov. 2018. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2018/11/hadoutrinacao-nas-salas-de-aula.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

PINHEIRO, J. **A ideia básica de um mercado de órgãos (não-vitais) é que, podendo vender, a oferta de órgãos seria muito maior, e isso reduziria drasticamente a fila dos transplantes, evitando muitas mortes. Além disso, a pessoa que vendeu o órgão sai com um bom dinheiro em mãos.** 2/n. 16 jan. 2020. Twitter: @JoelPinheiro85. Disponível em: <<https://twitter.com/JoelPinheiro85/status/1217655173868400641>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Yogyakarta**, 2007. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2020.

QUADROS, V. Para críticos, objetivo do Escola sem Partido é reescrever história da ditadura. **Agência Pública**, 28 nov. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/11/para-criticos-objetivo-do-escola-sem-partido-e-reescrever-historia-da-ditadura/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

RACHEWSKY, R. Por que eu defendo uma escola sem Estado?. **Imil**, 2018. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/por-que-eu-defendo-uma-escola-sem-estado/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

REDAÇÃO O SUL. Miguel Nagib palestra hoje (10) em jantar-debate do IEE. **O Sul**, 10 ago. 2015. Disponível: <<https://www.osul.com.br/miguel-nagib-palestra-hoje-10-em-jantar-debate-do-ieee/>>. Acesso: 22 jan. 2021.

REIS, T. O iluminismo venceu o obscurantismo: STF enterra escola sem partido. **Congresso em Foco**, 24 ago. 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/o-iluminismo-venceu-o-obscurantismo-stf-enterra-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

RIBEIRO, R. Como o Poder das Ideias Está Libertando Mentes no Brasil. **FEE**, 2018. Disponível: <<https://fee.org/articles/como-o-poder-das-ideias-est%C3%A1-liberando-mentes-no-brasil/>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SANTIAGO, A. Escola Sem Partido critica falta de apoio de Bolsonaro e suspende defesa da causa. **Gazeta do Povo**, 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2PoHc1k>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SILVA, L; NAGIB, M. Direito dos pais ou do Estado?. **Folha de São Paulo**, 30 jan. 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3001201107.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SINEPE. FENEP CONVIDA: 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. **Sinepe**, 2014. Disponível em: <<http://sinepe-es.org.br/?215/noticia/fenep-convida-1o-congresso-nacional-sobre-doutrinacao-politica-e-ideologica-nas-escolas>>. Acesso em: 28 out. 2020.

SPERANDIO, L. Anamaria Camargo, do projeto Educação sem Estado: Para o Estado, o aluno é um meio, não um fim. **SFLB**, 2017. Disponível em: <<https://archive.studentsforliberty.org/anamaria-camargo-educacao-sem-estado>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SPERANDIO, L. Raphaël Lima foi homenageado na Libertycon, e estas foram suas palavras. **Ideias Radicais**, 2019. Disponível em: <<https://ideiasradicais.com.br/raphael-lima-foi-homenageado-na-libertycon-e-estas-foram-suas-palavras/>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL. **Não defendemos o Escola Sem Partido, mas o Escola Sem Estado! Entenda a diferença.** 27 fev. 2019. Twitter: @SFLBrasil. Disponível em: <<https://twitter.com/sflbrasil/status/1100776362758025221>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

TERRA. ONG acusa "dominação de esquerda" nas salas de aula. Terra, 27 ago. 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/ong-acusa-dominacao-de-esquerda-nas-salas-de-aula,f40c26582a718410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

TOOLEY, J. **Education Without The State**. Londres: IEA, 1998. Disponível em: <<https://iea.org.uk/publications/research/education-without-the-state>>. Acesso em: Acesso em: 18 nov. 2020.

VAN HATTEM, M. **Escola sem Partido**. Marcel Van Hattem, [2016]. Disponível em: <<http://marcelvanhattem.com.br/wp/projeto-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.



VÉLEZ-RODRIGUEZ, R. Pensadores Brasileiros – José Osvaldo de Meira Penna (1917-2017). **IL**, 2020. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/pensadores-brasileiros-jose-osvaldo-de-meira-penna-1917-2017>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

VILHENA, O. Escola plural e de qualidade. **Imil**, 2016. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/escola-plural-de-qualidade>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

WEINTRAUB, A. **Assinamos o ESCOLA PARA TODOS! As crianças têm direito a uma escola plural, sem doutrinação, onde haja respeito entre aluno e professor. Um ambiente sem bullying político, cultural ou religioso.** 23 set. 2019. Twitter: @AbrahamWeint. Disponível em: <<https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1176304336663732224>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

XIMENES, S; VICK, F. A extinção judicial do Escola sem Partido. **Le Monde diplomatique Brasil**, 01 jul. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-extincao-judicial-do-escola-sem-partido/>>. Acesso em 08 nov. 2020.

## ANEXO – LISTA DE DADOS CATEGORIZADOS

Citação	Plataforma	Tipo de documento	Instituição	Conteúdo
CHAFUEN, 2016	Twitter	Comentário em rede social	Atlas Network	Críticas à doutrinação ideológica
ATLAS NETWORK, 2015a	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Atlas Network	Críticas à doutrinação ideológica
ATLAS NETWORK, 2018a	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Atlas Network	Críticas à doutrinação ideológica
ATLAS NETWORK, 2019	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Atlas Network	Críticas à doutrinação ideológica
CARVALHO, 2005	Site	Palestra/Comentário em vídeo	Atlas Network	Críticas à esquerda política
CHAFUEN, 2019	Twitter	Comentário em rede social	Atlas Network	Críticas à regulação estatal na educação
ATLAS NETWORK, [201-?]	Site	Página institucional	Atlas Network	Informações institucionais
CENTRO MACKENZIE DE LIBERDADE ECONÔMICA, 2019	Site	Entrevista/Podcast	CMLE	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Críticas à regulação estatal na educação
GARCIA, 2013	Site	Artigo de opinião	ESP	Críticas à doutrinação ideológica
ESCOLA SEM PARTIDO, 2019c	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Críticas à doutrinação ideológica
ESCOLA SEM PARTIDO, 2019g	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Críticas à doutrinação ideológica
ESCOLA SEM PARTIDO, 2020d	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Críticas à doutrinação ideológica
ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Críticas à doutrinação ideológica

ESCOLA SEM PARTIDO, 2017	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Críticas à doutrinação ideológica
ESCOLA SEM PARTIDO, 2019b	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Críticas à doutrinação ideológica
SINEPE, 2014	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	ESP	Críticas à doutrinação ideológica / Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2012b	Site	Página institucional	ESP	Críticas à doutrinação ideológica / Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, [2020]a	Site	Página institucional	ESP	Críticas à doutrinação ideológica / Críticas à esquerda política
ESCOLA SEM PARTIDO, [2020]b	Site	Página institucional	ESP	Críticas à doutrinação ideológica / Críticas à esquerda política
ESCOLA SEM PARTIDO, [2020]c	Site	Página institucional	ESP	Críticas à doutrinação ideológica / Críticas à esquerda política
ESCOLA SEM PARTIDO, 2019d	Site	Artigo de opinião	ESP	Críticas à doutrinação ideológica
NAGIB, 2003	Site	Carta de Nagib	ESP	Desenvolvimento político do ESP / Críticas à doutrinação ideológica
CARVALHO, 2016a	Facebook	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2018b	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2018a	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2019e	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP

ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2019f	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2019d.	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2020e.	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2020c	Twitter	Comentário em rede social	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a	YouTube	Entrevista/Podcast	ESP	Desenvolvimento político do ESP
CARVALHO, 2016b	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	ESP	Desenvolvimento político do ESP / Posicionamento favorável ao ESP e suas pautas
NAGIB, 2019	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	ESP	Desenvolvimento político do ESP / Críticas à doutrinação ideológica
BRASIL, 2018	Site	Propostas de leis e políticas	ESP	Desenvolvimento político do ESP
BRASIL, 2015	Site	Propostas de leis e políticas	ESP	Desenvolvimento político do ESP
TERRA, 2014	Site	Reportagem	ESP	Desenvolvimento político do ESP
ESCOLA SEM PARTIDO PORTUGAL, [2020]	Facebook	Página institucional	ESP	Informações institucionais
ESCOLA SEM PARTIDO, [201-?]a	Site	Página institucional	ESP	Informações institucionais
ESCOLA SEM PARTIDO, [200-?]	Site	Página institucional	ESP	Informações institucionais
LEEF, 2001	Site	Artigo de opinião	FEE	Críticas à regulação estatal na educação / Críticas à doutrinação ideológica
GREENHUNT, 2003	Site	Artigo de opinião	FEE	Críticas à regulação estatal na educação

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, 2009	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	FEE	Críticas à regulação estatal na educação
RIBEIRO, 2018	Site	Artigo de opinião	FEE	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Críticas à regulação estatal na educação
FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [201-?]b	Site	Página institucional	FEE	Informações institucionais
FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [201-?]a	Site	Página institucional	FEE	Informações institucionais
FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, [2017]	Site	Página institucional	FEE	Informações institucionais
KORS, 2005	Site	Artigo de opinião	FIRE	Críticas à doutrinação ideológica
FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, 2001	Site	Caso FIRE	FIRE	Falta de liberdade de expressão / Críticas à doutrinação ideológica
FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [2020]c	Site	Pesquisa/Estudo	FIRE	Falta de liberdade de expressão
FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [2020]b	Site	Pesquisa/Estudo	FIRE	Falta de liberdade de expressão
FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]b	Site	Página institucional	FIRE	Informações institucionais
FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]c	Site	Página institucional	FIRE	Informações institucionais
FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [20-?]a	Site	Página institucional	FIRE	Informações institucionais
FOUNDATION FOR INDIVIDUAL RIGHTS IN EDUCATION, [2000]a	Site	Página institucional	FIRE	Informações institucionais
WEINTRAUB, 2019	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Governo Federal	Críticas à doutrinação ideológica
HERITAGE FOUNDATION, [20-?]	Site	Página institucional	Heritage Foundation	Informações institucionais

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, 1997	Site	Pesquisa/Estudo	IEA	Críticas à doutrinação ideológica
INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, 2017	Site	Artigo de opinião	IEA	Críticas à regulação estatal na educação
INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, 1998	Site	Artigo de opinião	IEA	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Críticas à regulação estatal na educação
INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS, [20-?]	Site	Página institucional	IEA	Informações institucionais
CONSTANTINO, 2014	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	IEE	Críticas à doutrinação ideológica / Críticas à esquerda política / Críticas à regulação estatal na educação
LAMB, 2016	Site	Artigo de opinião	IEE	Críticas à regulação estatal na educação / Críticas à doutrinação ideológica
LASTE, 2016	Site	Artigo acadêmico	IEE	Posicionamento favorável ao ESP / Críticas à doutrinação ideológica
ELY, 2019	Site	Reportagem	IEE	Relações institucionais Atlas-ESP
REDAÇÃO O SUL, 2015	Site	Reportagem	IEE	Relações institucionais Atlas-ESP
MELLO, 2017	Site	Artigo de opinião	IL	Críticas à doutrinação ideológica
INSTITUTO LIBERAL, 2018	Site	Artigo de opinião	IL	Críticas à doutrinação ideológica
INSTITUTO LIBERAL, [20-?]	Site	Página institucional	IL	Informações institucionais
VÉLEZ-RODRIGUEZ, 2020	Site	Página institucional	IL	Informações institucionais

BORGES, 2017	Site	Artigo de opinião	IL	Posicionamento crítico ao ESP / Críticas à doutrinação ideológica
BORDIN, 2020	Site	Artigo de opinião	IL	Posicionamento favorável ao ESP / Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Críticas à doutrinação ideológica
CONSTANTINO; NAGIB, 2020	YouTube	Entrevista/Podcast	IL	Relações institucionais Atlas-ESP / Desenvolvimento político do ESP
LEHMANN DA SILVA, 2001a	Site	Artigo de opinião	ILB	Críticas à doutrinação ideológica
LEHMANN DA SILVA, 2001b	Site	Artigo de opinião	ILB	Críticas à doutrinação ideológica / Críticas à esquerda política
INSTITUTO LIBERAL DE BRASÍLIA, 2003	Site	Página institucional	ILB	Informações institucionais
FARIA, 2017	Site	Artigo de opinião	Iisp	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Posicionamento crítico ao ESP / Críticas à regulação estatal na educação
CAETANO, 2017	Site	Artigo de opinião	Iisp	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Posicionamento crítico ao ESP / Críticas à regulação estatal na educação
VILHENA, 2016	Site	Artigo de opinião	Imil	Posicionamento crítico ao ESP

RACHEWSKY, 2018	Site	Artigo de opinião	Imil	Posicionamento crítico ao ESP / Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Críticas à regulação estatal na educação
NARLOCH, 2018	Site	Artigo de opinião	Imil	Posicionamento favorável ao ESP
SILVA; NAGIB, 2011	Site	Artigo de opinião	Imil	Relações institucionais Atlas-ESP
INSTITUTO MILLENIUM, 2011	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Imil	Relações institucionais Atlas-ESP
INSTITUTO MILLENIUM, 2010	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Imil	Relações institucionais Atlas-ESP
INSTITUTO LIBERDADE, [20-?]	Site	Página institucional	Instituto Liberdade	Informações institucionais
INSTITUTO LIBERDADE, 2014a	Facebook	Comentário em rede social	Instituto Liberdade	Posicionamento favorável ao ESP
INSTITUTO LIBERDADE, 2014b	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Instituto Liberdade	Posicionamento favorável ao ESP
AUGUSTO, 2012	Site	Artigo de opinião	Instituto Mises Brasil	Críticas à regulação estatal na educação / Críticas à doutrinação ideológica
GELLER, 2019	Site	Artigo de opinião	Instituto Mises Brasil	Críticas à regulação estatal na educação
INSTITUTO MISES BRASIL, 2017a	YouTube	Entrevista/Podcast	Instituto Mises Brasil	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Posicionamento favorável ao ESP / Posicionamento crítico ao ESP / Críticas à regulação estatal na educação



INSTITUTO MISES BRASIL, 2017b	YouTube	Entrevista/Podcast	Instituto Mises Brasil	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Posicionamento favorável ao ESP / Críticas à regulação estatal na educação
INSTITUTO MISES BRASIL, 2014	Site	Entrevista/Podcast	Instituto Mises Brasil	Relações institucionais Atlas-ESP
INSTITUTO MISES BRASIL, 2016	YouTube	Entrevista/Podcast	Instituto Mises Brasil	Relações institucionais Atlas-ESP
INSTITUTO ORDEM LIVRE, [201-?]	Site	Página institucional	Instituto Ordem Livre	Informações institucionais
GARSCHAGEN, 2012	Site	Artigo de opinião	Instituto Ordem Livre	Posicionamento favorável ao ESP / Críticas à esquerda política / Críticas à doutrinação ideológica
COSTA, 2009	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Instituto Ordem Livre	Relações institucionais Atlas-ESP
LIVRES, 2020	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Livres	Favorável a pautas identitárias
LIVRES, [201-?]a	Site	Página institucional	Livres	Informações institucionais
LIVRES, [201-?]b	Site	Página institucional	Livres	Informações institucionais
OSTERMANN, [201-?]	Site	Página institucional	Livres	Informações institucionais
OSTERMANN, 2016	Facebook	Comentário em rede social	Livres	Posicionamento crítico ao ESP / Críticas à doutrinação ideológica
LIVRES, 2018a	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Livres	Posicionamento crítico ao ESP

LIVRES, 2018b	Twitter	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	Livres	Posicionamento crítico ao ESP
COELHO; ZANINI, 2019	Site	Entrevista/Podcast	MBL	Críticas à doutrinação ideológica / Posicionamento favorável ao ESP / Posicionamento crítico ao ESP
HOLIDAY, 2018	Facebook	Palestra/Comentário em vídeo	MBL	Críticas à doutrinação ideológica
HOLIDAY, 2020	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	MBL	Críticas à doutrinação ideológica
KATAGUIRI, [2017]	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	MBL	Críticas à doutrinação ideológica
KATAGUIRI, 2018	Twitter	Comentário em rede social	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP
DIREITA DE VERDADE, 2017	Facebook	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP
VAN HATTEM, [2016]	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP / Desenvolvimento político do ESP
HOLIDAY, 2017	Facebook	Palestra/Comentário em vídeo	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP
KATAGUIRI, [2018]	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP
RIO GRANDE DO SUL, 2015	Site	Propostas de lei e políticas	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP / Desenvolvimento político do ESP
MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015	Site	Propostas de lei e políticas	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP / Desenvolvimento político do ESP

G1 DF, 2015	Site	Reportagem	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP
LEMOS, 2017	Site	Reportagem	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP
CASTRO, 2017	Site	Reportagem	MBL	Relações institucionais Atlas-ESP
LIMA, [2016]a	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	SFLB	Críticas à doutrinação ideológica
SPERANDIO, 2017	Site	Entrevista/Podcast	SFLB	Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Posicionamento favorável ao ESP / Críticas à regulação estatal na educação
FREITAS, 2020	Site	Artigo de opinião	SFLB	Falta de liberdade de expressão / Favorável a pautas identitárias
PINHEIRO, 2020	Twitter	Comentário em rede social	SFLB	Falta de liberdade de expressão
ATLAS NETWORK, 2018	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	SFLB	Informações institucionais
SPERANDIO, 2019	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	SFLB	Informações institucionais
ATLAS NETWORK, 2015b	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	SFLB	Informações institucionais
LIMA, 2017	YouTube	Divulgação de evento/conteúdo/instituição	SFLB	Informações institucionais
BOLETIM DA LIBERDADE, 2017	Site	Reportagem	SFLB	Informações institucionais
AMARAL, 2015	Site	Reportagem	SFLB	Informações institucionais

PINHEIRO, 2018	Site	Artigo de opinião	SFLB	Posicionamento crítico ao ESP
PINHEIRO, 2016	Site	Artigo de opinião	SFLB	Posicionamento crítico ao ESP
STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL, 2019	Twitter	Comentário em rede social	SFLB	Posicionamento crítico ao ESP / Educação sem Estado (Pauta e movimento)
LIMA, [2015]	YouTube	Palestra/Comentário em vídeo	SFLB	Posicionamento crítico ao ESP / Educação sem Estado (Pauta e movimento) / Críticas à regulação estatal na educação
CARVALHO, 2006	Site	Divulgação de evento/conteúdo/instituição		Críticas à esquerda política